

TERÇA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H10)

2. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

3. Apresentação pelo Conselho do projecto de orçamento geral - Exercício de 2010 (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a apresentação pelo Conselho do projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010.

Hans Lindblad, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, é para mim um enorme privilégio estar aqui hoje. Faz-me sentir muito humilde e acolho com enorme satisfação a oportunidade de vos apresentar o projecto de orçamento geral do Conselho.

A Europa está a enfrentar desafios consideráveis. A situação económica parecia significativamente mais preocupante há seis meses, mas parece ter estabilizado. O cenário de risco está mais equilibrado e o perigo de sermos ainda mais arrastados numa espiral descendente foi reduzido.

Contudo, enfrentamos problemas significativos sob a forma de aumento do desemprego, agravamento dos défices orçamentais e aumento do endividamento. Neste contexto, existe uma necessidade extrema de manter as finanças públicas sustentáveis a longo prazo. Muitos países têm um longo caminho pela frente para equilibrarem as suas finanças públicas.

A demografia irá exercer uma pressão enorme sobre as finanças públicas. Os desafios que enfrentamos no que diz respeito ao clima exigirão novos recursos e a redistribuição dos recursos existentes. Em termos gerais, isso significa, na nossa opinião, que o orçamento que vamos aprovar deve reflectir um elevado grau de contenção, a fim de deixar espaço para as necessidades futuras, com ênfase no valor acrescentado e nos investimentos europeus que podem, a curto prazo, tirar-nos da crise económica e, a longo prazo, reforçar também a nossa competitividade.

O projecto do Conselho, que foi aprovado por unanimidade, trata destes desafios e contribui para lhes dar resposta. Trata-se de um orçamento disciplinado e sólido do ponto de vista das finanças do Estado. Irá promover a investigação, a educação, a competitividade, a inovação e a construção de infra-estruturas e irá promover a coesão. O projecto do Conselho também prevê margens para fazer face a acontecimentos imprevistos.

A lógica subjacente ao nosso projecto de orçamento geral é bastante simples. Se quisermos estimular o crescimento, o emprego e a prosperidade, dizem os manuais que devemos prosseguir uma política sustentável, credível e prudente, mas com investimento na educação, na pesquisa e nas infra-estruturas e no nivelamento das diferenças salariais em toda a UE. Foi precisamente isso que tentámos fazer.

O projecto do Conselho é equilibrado, sem deixar de ser ambicioso. Em comparação com o orçamento de 2009, as nossas autorizações aumentaram 1,1% e as dotações para pagamentos quase 4%. O nosso projecto e o acordo que queremos obter têm de cumprir os seguintes requisitos fundamentais, que também foram aplicados durante a primeira leitura do Conselho. O orçamento tem de assegurar o financiamento adequado das diversas prioridades políticas da UE para 2010. Nós, na UE, temos de ser capazes de reagir rapidamente aos desafios que nos esperam. Deve colocar-se a tónica em proporcionar valor acrescentado europeu. Há que haver disciplina orçamental e uma sólida gestão económica. Caso contrário, não seremos capazes de tomar as medidas graduais necessárias para equilibrar, uma vez mais, as finanças públicas.

É importante respeitar os limites máximos. A UE deve ter flexibilidade suficiente para fazer face às necessidades futuras e aos acontecimentos imprevistos. É fundamental para o orçamento da UE dispor de margens adequadas. O projecto de orçamento geral que estamos a apresentar representa 1 38 mil milhões de euros em dotações para autorizações e 121 mil milhões de euros em dotações para pagamentos. As reduções que o Conselho efectuou relativamente ao anteprojecto de orçamento apresentado pela Comissão baseiam-se numa análise pormenorizada da execução orçamental, dos alertas de previsões orçamentais e das declarações de actividade e estamos a analisar a capacidade disponível para a execução de programas e medidas. O grau de execução e a capacidade de absorção constituíram factores determinantes na nossa análise.

Passo, em seguida, a uma breve análise das rubricas individuais. A sub-rubrica 1A, investigação e inovação, é o elemento mais importante e foram contemplados fundos adequados no nosso orçamento. Um outro domínio para o qual serão canalizados mais recursos é o dos projectos no âmbito dos sectores da energia e das infra-estruturas. Se tivermos em conta os efeitos contabilísticos do plano de relançamento da economia, o aumento neste domínio eleva-se a cerca de 8%. Oito por cento! É um valor extremamente elevado e, como todos sabem, o financiamento do Plano de Relançamento da Economia Europeia será um dos temas que vamos ter de debater durante o Outono.

No que se refere à sub-rubrica 1B, o Conselho aceitou as dotações para autorizações propostas pela Comissão. No que respeita aos pagamentos, o Conselho considera que é possível efectuar determinadas reduções relativamente ao anteprojecto de orçamento, mas eu gostaria de salientar que o nosso projecto representa, não obstante, um aumento de 3,2% nas dotações para pagamentos, em comparação com 2009.

Relativamente à rubrica 2, o Conselho propõe aumentos substanciais de 4,5% e 9,5% em comparação com 2009 no que diz respeito, respectivamente, às dotações para autorizações e às dotações para pagamentos, se tivermos em conta os efeitos contabilísticos do plano de relançamento.

No que respeita à rubrica 3, o Conselho efectuou apenas alguns pequenos ajustamentos ao anteprojecto de orçamento da Comissão. Serão disponibilizados recursos suficientes para a política de migração, nomeadamente para a Frontex.

A título da rubrica 4, é extremamente importante deixar uma margem substancial para o limite máximo no âmbito desta rubrica, para ser possível fazer face da melhor forma possível a necessidades imprevistas. Assim, o Conselho assegurou, na sua primeira leitura, uma margem de cerca de 310 milhões de euros. Esta medida justifica-se sobretudo tendo em conta a carta rectificativa, que inclui as necessidades adicionais neste domínio. Quanto à reserva para ajudas de emergência, o Conselho aceitou a proposta da Comissão em matéria de dotações para autorizações. A importância da política externa e de segurança comum está a aumentar e o Conselho irá, por conseguinte, velar por que sejam disponibilizados fundos suficientes para esse efeito.

Relativamente à administração, o Conselho procedeu a algumas reduções específicas, tendo em conta a situação económica e as especificidades de cada instituição. O objectivo é impedir que as despesas administrativas aumentem mais rapidamente do que a inflação. Os pedidos das instituições de lugares adicionais para novas actividades não foram aceites, excepto no caso das novas agências que estão previstas para 2010 e da Frontex.

Na nossa reunião de conciliação, em Julho, foi destacada, uma vez mais, a importância de se efectuar o recrutamento associado aos alargamentos de 2004 e 2007 e aprovámos uma declaração conjunta. Na mesma ocasião, os representantes desta Assembleia indicaram que estavam dispostos a tentar encontrar uma abordagem comum em matéria de política imobiliária das instituições e organismos da UE. Estou certo de que essa declaração irá surgir, felizmente, no final do próximo Outono.

Antes de concluir, gostaria de referir, e até mesmo de destacar, o clima positivo que imperou nas nossas reuniões com o Parlamento Europeu. Penso que a única forma de conseguiremos obter um orçamento sólido é através da cooperação construtiva.

Algirdas Šemeta, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, é com grande prazer que aproveito a oportunidade que me é proporcionada esta manhã de me dirigir a este Hemiciclo. Sei que as primeiras etapas deste processo orçamental, em especial a concertação de Julho, tiveram lugar num clima muito positivo e espero que possamos tirar partido dessa cooperação nas próximas semanas. Ainda temos algum caminho pela frente quanto ao processo orçamental de 2010 e há outras questões importantes a acordar, tais como a segunda fase do Plano de Relançamento da Economia Europeia, pelo que é fundamental que as três instituições trabalhem em estreita colaboração.

Passando à situação real na sequência da primeira leitura do Conselho e da criação do projecto orçamental para 2010, a Comissão reconhece que os cortes propostos pelo Conselho são menos drásticos do que em anos anteriores. No entanto, existem algumas preocupações em particular que gostaria de destacar. A Comissão lamenta a redução de 1,8 mil milhões de euros efectuada pelo Conselho nas dotações para pagamentos. Estas reduções são proporcionalmente mais significativas para as rubricas 1A e 4 e enviam uma mensagem negativa nos domínios prioritários do crescimento do emprego e do papel internacional da UE, nomeadamente no que respeita à assistência de pré-adesão.

As reduções propostas para o subsídio de despesas de apoio administrativo, para o subsídio administrativo para a investigação e para as agências são particularmente duras. Em vez de tomarem em conta a situação específica de cada agência, as reduções têm, com poucas excepções, sido gerais, independentemente do estágio de desenvolvimento ou das funções da agência em causa. As reduções nas despesas de apoio administrativo irão dificultar a execução dos programas, em particular no domínio da investigação e das acções externas. Tenho esperança de que o Parlamento, na preparação da sua primeira leitura, procure corrigir esta situação.

Apesar de os cortes nas rubricas 1B e 2 serem lamentáveis, a proposta de uma declaração do Conselho sobre as dotações para pagamentos e a segunda oportunidade para examinar as necessidades da agricultura na próxima carta rectificativa que a Comissão irá apresentar no final de Outubro deixam-me, em parte, mais tranquilo.

Tal como foi anunciado, a Comissão apresentou agora à autoridade orçamental uma carta rectificativa que visa actualizar as necessidades para a rubrica 4. Os principais elementos dizem respeito a: um montante suplementar de 95 milhões de euros em dotações para autorizações e de 60 milhões de euros em dotações para pagamentos destinadas a apoiar a Autoridade Palestiniana e os esforços de reconstrução em Gaza; e a necessidade de considerar a introdução de medidas de acompanhamento no sector das bananas, tendo em conta o possível acordo comercial que irá afectar o regime preferencial dos países ACP fornecedores de bananas. Há também uma verba suplementar de 50 milhões de euros em dotações para autorizações e de 20 milhões de euros em dotações para pagamentos destinada a ajudar os países em desenvolvimento no combate às alterações climáticas, que deve ajudar a promover um resultado satisfatório na Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas a realizar em Dezembro.

A título da rubrica 5 (Administração), a Comissão foi particularmente modesta nos pedidos apresentados no APO com uma proposta de aumento das despesas administrativas da Comissão de apenas 0,9% em relação a 2009. Apesar de este ponto ter sido reconhecido pela Presidência, constitui uma grande decepção o facto de o Conselho ter introduzido novas reduções no orçamento administrativo da Comissão.

Para concluir, tenho esperança de que o Parlamento Europeu reponha as dotações reduzidas pelo Conselho e estou confiante em que as nossas negociações em curso entre as três instituições serão construtivas e que iremos alcançar um resultado satisfatório relativamente a este processo orçamental.

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Comissário Šemeta, por ter apresentado a posição da Comissão e também por cumprir o horário previsto, o que é muito importante. Gostaria de dizer que este é um debate inicial. Vamos agora debater essa questão na Comissão dos Orçamentos e em outras comissões e o debate principal terá lugar dentro de poucas semanas.

László Surján, relator. – (HU) Vou falar na minha língua materna porque anseio por uma Europa onde este acto seja um direito natural em todos os parlamentos, para não falar também em outras áreas da vida pública. Nessa Europa, não existe nenhuma lei que impeça alguém de usar a sua língua materna, nem mesmo na Eslováquia. Estava também à espera que a actual crise financeira fosse não apenas reduzir a produção e aumentar o desemprego, mas que também nos proporcionasse uma oportunidade para melhorar o orçamento da União Europeia, através da introdução de medidas de reforma.

O Parlamento já manifestou a sua opinião em Fevereiro. Foi encorajador o facto de a Comissão Europeia e o Conselho terem manifestado o seu acordo. Com base no que conheço do projecto, é com tristeza que afirmo que a tentativa de traduzir as belas palavras para a linguagem dos números não foi um êxito total. Já é tempo de reconhecermos que ninguém está satisfeito com o orçamento da União Europeia. A questão das receitas orçamentais constitui um enorme esforço para os Estados-Membros, mas o montante disponível não é suficiente para que consigam atingir os seus objectivos. Estamos longe de alcançar o pleno emprego e uma sociedade baseada no conhecimento. Gastamos enormes quantias na agricultura, mas os produtores de leite, por exemplo, estão a ser afectados por uma crise incontrolável. A maior despesa é com a política de coesão, mas as desigualdades entre as regiões estão a aumentar em vez de diminuir.

Os investigadores nascidos e formados na Europa estão a trabalhar fora da UE. Estamos, por conseguinte, a ficar para trás também em matéria de inovação. Esperávamos que a crise proporcionasse também uma oportunidade para nos reorganizarmos e tornarmos o orçamento da União Europeia mais eficaz e tangível para os seus cidadãos. Esperávamos ainda utilizar o orçamento não apenas em conformidade com as normas e sem qualquer tipo de corrupção, mas também para analisarmos as despesas e ponderar quais os programas que são efectivamente válidos e economicamente vantajosos.

O que podemos fazer agora? O Parlamento envidará esforços para configurar o orçamento de forma que a sua mensagem seja mais clara para os cidadãos da UE. Queremos aumentar as rubricas que ajudam a fazer face à crise. Para tal, estamos a apresentar as nossas ideias sobre a aplicação do plano de incentivo à economia. Queremos também abordar frontalmente os desafios colocados pelas alterações climáticas. Gostaríamos que a crise financeira fosse solucionada de forma eficaz, não apenas através da utilização dos milhares de milhões de euros do plano destinados para esse efeito, mas também com todas as rubricas previstas no orçamento, para que os europeus entendam que a União Europeia não é uma despesa supérflua, mas um instrumento eficaz para a resolução dos seus problemas. Apelo ao apoio de todos os meus colegas, do Conselho e da Comissão.

Vladimír Maňka, *relator*. – (SK) Senhor Presidente, Senhor Secretário de Estado, Senhor Comissário, seguramente todos concordamos que ao elaborar o orçamento da UE temos de nos centrar na nossa missão principal, que é o trabalho legislativo. As questões não relacionadas com este domínio devem ser, tanto quanto possível, excluídas do orçamento.

Iremos hoje debater a forma final do orçamento num processo de arbitragem que conta com a participação da Presidência do Parlamento Europeu e da Comissão dos Orçamentos. Gostaria, nesta fase, de agradecer aos representantes dos grupos políticos. Na reunião da Comissão dos Orçamentos que teve lugar ontem, apoiaram as propostas de redução do orçamento e medidas que conduzirão a uma melhor utilização dos recursos financeiros.

Somos constantemente confrontados com inúmeras lacunas que nos impedem de utilizar os nossos recursos de uma forma totalmente eficiente. Um exemplo disso é a segurança dos edifícios em que estamos a conduzir os debates de hoje. Como sabem, passamos quatro dias por mês em Estrasburgo. Apesar disso, havia, até há bem pouco tempo, guardas de serviço em ambas as entradas 365 dias por ano. O novo Secretário-Geral do Parlamento Europeu e os seus colegas aperceberam-se disso e implementaram medidas que permitirão uma economia anual de mais de 2 milhões de euros.

Outro exemplo é o dos relatórios do Tribunal de Contas sobre traduções. O planeamento insuficiente e a falta ou total ausência de comunicação relativamente à disponibilidade dos recursos de tradução impedem a utilização eficaz desses recursos. A organização que deve fornecer traduções afecta, com frequência, o trabalho a tradutores externos automaticamente, sem sequer verificar se existe capacidade disponível na organização interna.

É por essa razão que estamos a propor uma reserva de 5%, dos recursos destinados à tradução nos orçamentos das várias instituições. Disponibilizaremos essa reserva quando demonstrarem que tentaram utilizar plenamente os recursos da organização interna. Só no domínio da tradução podemos poupar cerca de 11 milhões de euros por ano.

Existem muitos exemplos semelhantes. A maior parte deles tem um denominador comum: estamos a utilizar pouco os estudos independentes sobre a utilização dos recursos e a organização do trabalho. Estou em crer que a vontade política demonstrada ontem pelos representantes dos diversos grupos políticos nos debates da Comissão dos Orçamentos irá dar frutos.

As despesas com a aquisição, manutenção e locação de edifícios constituem uma das principais rubricas de despesas administrativas das instituições da UE. Houve vários casos no passado em que as instituições adquiriram ou alugaram imóveis recorrendo a métodos que não eram totalmente eficazes. Segundo o Tribunal de Contas, as instituições não cooperam nestas áreas ou nem sequer avaliam as suas próprias políticas.

Solicitámos, por conseguinte, à administração do Parlamento Europeu a elaboração de um documento estratégico a médio prazo em matéria de imóveis. Pretendíamos tomar uma decisão sensata sobre este assunto na primeira leitura. Há que elaborar uma política comum em matéria de imóveis, não apenas no Parlamento Europeu, mas também no âmbito de todas as instituições, e velar por uma melhor cooperação neste domínio. Senhor Secretário de Estado, congratulo-me com o facto de o Conselho ter, tal como nós, considerado esta questão como prioritária e gostaria de manifestar o meu agradecimento por isso.

Alain Lamassoure, *Presidente da Comissão dos Orçamentos*. – (FR) Senhor Presidente, permita-me começar por felicitar o senhor Comissário Šemeta pela confirmação obtida ontem da sua nomeação para Comissário responsável pelo orçamento.

Estamos convictos de que as relações que iremos estabelecer com o Senhor Comissário Šemeta terão a mesma qualidade que as que estabelecemos com a sua antecessora e desejamos-lhe uma carreira política tão brilhante como a da senhora Comissária Grybauskaitė.

Senhor Presidente, estamos a atravessar um período de crise global, de preparação para grandes encontros diplomáticos e de insegurança institucional no seio da própria União. Num período como este, a Comissão dos orçamentos procurará adoptar uma atitude cooperante. Tal como foi afirmado pelo nosso relator, lamentamos as reduções efectuadas pelo Conselho nas propostas da Comissão, mas, simultaneamente, entendemos que o estado das finanças públicas dos Estados-Membros não lhes permite, este ano, ir muito mais longe.

Relativamente ao orçamento para 2010, temos a obrigação, tal como já foi dito, de apresentar resultados: nomeadamente, equilibrar o financiamento da secção 2010 do plano de relançamento da economia da UE. Sabemos que as reafecções serão necessárias, mas não devem centrar-se noutras prioridades políticas previamente decididas em conjunto pelo Parlamento e pelo Conselho.

A partir de 2010, o Parlamento espera realizar um trabalho conjunto com a Comissão, o Conselho, a Presidência sueca e a futura Presidência espanhola sobre três questões importantes para o futuro.

Como é natural, se tudo correr tal como esperamos na Irlanda, a primeira questão será a implementação do processo, do calendário e dos métodos de trabalho exigidos pela aplicação do Tratado de Lisboa.

A segunda questão será a revisão intercalar das perspectivas financeiras. Entre a decisão comum sobre o Quadro Financeiro Plurianual tomada em Maio de 2006 e o momento actual ocorreram a crise financeira, as pressões extremamente fortes sobre o preço da energia, das matérias-primas e até dos produtos alimentares e as negociações sobre as alterações climáticas. Registou-se também, e lamento dizê-lo, o fracasso da Estratégia de Lisboa, como se tornou entretanto evidente. É, portanto, de uma revisão profunda das nossas orientações plurianuais que necessitamos. Será essa a primeira tarefa da nova Comissão.

Por fim, a terceira e última questão será a reforma dos recursos que alimentam o orçamento europeu. Sabíamos, antes da crise, que nenhum dos Estados-Membros queria continuar a pagar as despesas da Europa. Desde a crise, nenhum dos Estados-Membros pode continuar a pagar estas despesas. A nossa contribuição financeira para o relançamento económico não chegará a representar 0,03% do PIB da União Europeia.

Estamos plenamente cientes da extrema dificuldade da questão, mas o Parlamento Europeu começou a trabalhar nesta matéria há quatro anos com os parlamentos nacionais e pretende colocar-se em posição de propor algumas áreas de trabalho para dar início ao debate no próximo ano.

Hans Lindblad, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, ouvimos tanto a Comissão como o Parlamento Europeu afirmarem que teremos de tratar vários problemas difíceis durante o Outono. Esperamos tratar também outros mais fáceis. Um dos problemas mais difíceis será o plano de relançamento e o modo como irá ser financiado. Ao mesmo tempo, estou com muita esperança de que iremos levar estes processos a bom porto. Sei que iremos conseguir. Não há outra alternativa.

Outra das questões que temos de enfrentar, tanto a breve como a longo prazo é, naturalmente, a do clima e do financiamento da política em matéria de clima.

Para concluir, gostaria de aproveitar a oportunidade para vos agradecer por me permitirem fazer uso da palavra hoje perante esta Assembleia.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Gostaria de felicitar o Senhor Comissário pela sua nomeação. Senhor Comissário, os comissários da Lituânia estão destinados a grandes carreiras. Desejamos-lhe muitos êxitos, tanto na Comissão como no futuro. O seu antecessor é, actualmente, o Chefe de Estado da Lituânia.

4. Imigração, papel da Frontex e cooperação entre os Estados (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a imigração, o papel da Frontex e a cooperação entre os Estados-Membros.

Tobias Billström, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, as questões relativas às migrações são sempre actuais no trabalho da UE. Um elemento importante para fazer face aos fluxos migratórios é o controlo das fronteiras. A livre circulação de pessoas na UE e a ausência de controlos nas fronteiras internas implicam uma partilha da responsabilidade e uma maior necessidade de uma gestão adequada e eficaz das nossas fronteiras externas.

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex) é responsável pela coordenação e apoio dos esforços dos Estados para supervisionar e controlar as fronteiras externas da UE. A Frontex é um elemento importante na estratégia de gestão integrada das fronteiras da UE. Desde o seu lançamento em 2005, a capacidade da Frontex tem vindo a ampliar-se progressivamente. Acompanhando o reforço do orçamento, a Frontex desempenha agora um papel ainda mais importante na gestão da cooperação operacional entre os Estados-Membros no quadro do controlo das fronteiras externas da UE.

A Agência está actualmente a coordenar uma série de operações conjuntas e de projectos-piloto nas fronteiras marítimas, terrestres e aéreas, com vista a combater a imigração ilegal, com especial ênfase em determinadas zonas de alto risco, tais como as fronteiras marítimas meridionais da UE, apesar de as fronteiras a norte e a leste também se encontrarem abrangidas. No Conselho salientámos, em diversas ocasiões, a necessidade de desenvolver e reforçar a Frontex. As conclusões do Conselho de 2008 definem as prioridades políticas para a prossecução do desenvolvimento da Agência. Foi salientado que, a curto prazo, devem ser atribuídos os recursos necessários à Frontex e que se deve tirar o máximo partido dos equipamentos fornecidos pelos Estados-Membros no âmbito do inventário central do equipamento técnico disponível (CRATE). O Conselho instou também a Frontex a fomentar a cooperação com outras autoridades responsáveis pelo controlo das fronteiras, nomeadamente as autoridades aduaneiras, e com países terceiros no que respeita ao controlo das fronteiras.

A longo prazo, foi salientado que o futuro desenvolvimento das operações da Frontex deve continuar a realizar-se de forma faseada. O Conselho congratulou-se com o plano da Comissão de examinar o modo como o mandato da Frontex pode ser alargado para permitir uma maior cooperação com países terceiros. Está actualmente a ser efectuada uma avaliação do Regulamento Frontex e a Comissão apresentará uma proposta de possíveis alterações no início de 2010. O Conselho aguarda com expectativa a adopção de uma posição sobre as alterações propostas pela Comissão, em conjunto com o Parlamento Europeu.

Foi também salientado no Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, aprovado pelo Conselho Europeu em Outubro de 2008, que é necessário reforçar o papel e os recursos da Agência destinados à cooperação. O Pacto fez também referência à possibilidade da criação de divisões dentro da Frontex, uma vez que as condições diferem de forma tão marcante, por exemplo, na fronteira terrestre a Leste, comparativamente com a fronteira marítima a Sul. Tendo em conta os acontecimentos na região do Mediterrâneo, o Conselho Europeu realçou ainda, nas suas conclusões de Junho de 2009, a necessidade de redobrar os esforços desenvolvidos no sentido de prevenir e combater a imigração ilegal e de evitar futuras tragédias humanas na fronteira marítima meridional da UE. Foi colocada especial ênfase na necessidade de reforçar os controlos nas fronteiras e de regras claras para as patrulhas conjuntas e para o desembarque de pessoas resgatadas, bem como no aumento da utilização de voos de repatriamento conjuntos.

Para concluir, gostaria de deixar claro que a situação no Mediterrâneo não implica somente tomar medidas no domínio do controlo das fronteiras. Esta situação exige um amplo leque de medidas a curto e a longo prazo. O ponto de partida, nesta matéria deve ser a abordagem global da UE à imigração, o que inclui a cooperação e as medidas no âmbito de todos os domínios da política de imigração. O reforço da cooperação com os países de origem e de trânsito é fundamental e há que intensificar o diálogo com os países terceiros em domínios como a imigração legal, a migração e o desenvolvimento, o reforço das capacidades e o repatriamento de pessoas que não têm necessidade de protecção. Este diálogo deve basear-se nos princípios da solidariedade e da partilha da responsabilidade.

PRESIDÊNCIA: PITTELLA*Vice-presidente*

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, a imigração constitui uma questão prioritária que irá manter a instituição muito ocupada e gostaria de agradecer ao senhor Ministro Tobias Billström, que conhece bem este problema.

Estamos no processo de elaboração de uma política de imigração assente em três pilares: o respeito pelo direito de asilo, a luta contra a imigração ilegal e a coordenação europeia na assistência à migração legal.

O acesso ao território da UE deve ser efectuado de acordo com determinadas regras, em conformidade com as políticas nacionais e com as normas comuns aplicadas pela União, e não ilegalmente, frequentemente à custa de vidas humanas. O Mediterrâneo deve continuar a ser o elo entre as nossas civilizações, em vez de um lugar de miséria e desolação.

O desafio da imigração ilegal não pode ser resolvido exclusivamente pelos Estados-Membros que estão mais particularmente expostos porque as suas fronteiras coincidem com as fronteiras externas da União Europeia. É da maior importância que todos os Estados-Membros se manifestem solidários face a este desafio. A União já aprovou normas comuns, afectou recursos a este fim e desenvolveu meios de acção significativos. Posto isto, é um facto que irão ser necessárias novas iniciativas, dada a escala dos fluxos migratórios ilegais.

O desafio da imigração ilegal exige, como é óbvio, uma estratégia eficaz de prevenção, aplicada em parceria com todos os países situados ao longo das rotas migratórias. A União Europeia está a enviar todos os esforços para desenvolver esses diálogos e essa cooperação. O objectivo desta abordagem global é tratar todas as principais dimensões da imigração em conjunto e de forma equilibrada. Tal como o senhor Ministro Billström acabou de afirmar, esta abordagem orienta o nosso trabalho no Mediterrâneo, que constitui o ponto de convergência dos fluxos migratórios provenientes das diversas regiões e que atravessam vários países da Ásia e de África.

A Comissão assumiu um compromisso firme de promover os quadros de cooperação regional bilaterais adequados. Confrontado com a proliferação de tragédias humanas inaceitáveis, desloquei-me a estas portas de entrada na Europa: Lampedusa, Malta, Ilhas Canárias e Grécia. Suscitei um debate no seio da Comissão e lancei aos meus colegas ministros no Conselho sugestões para uma política europeia mais solidária e eficaz.

Com base no trabalho posteriormente desenvolvido, o Conselho Europeu de Junho tomou uma série de decisões. Desde então, a Comissão têm desenvolvido o seu trabalho sobre três grandes temas. Em primeiro lugar, o asilo: o Conselho Europeu apelou à coordenação de medidas voluntárias relativas à distribuição interna dos beneficiários da protecção internacional que residem nos Estados-Membros mais expostos a estas pressões. A Comissão respondeu a este apelo através do lançamento, em Julho, de um projecto-piloto de auxílio a Malta. A Comissão previu a possibilidade de financiamento comunitário para os Estados-Membros que estejam dispostos a mostrar-se solidários com Malta. Até este momento, a França aceitou reinstalar quase 100 refugiados no seu território. Gostaria, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, que este gesto fosse repetido pelos outros Estados-Membros.

No dia 2 de Setembro, apresentei também ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma comunicação em que propunha um programa europeu comum relativo à reinstalação de refugiados oriundos de países terceiros. Sei, Senhor Ministro Billström, que se trata de um programa que lhe é caro. Este programa define as prioridades anuais comuns em matéria de reinstalação, assim como propostas para uma utilização mais eficaz da ajuda financeira concedida aos Estados-Membros a título do Fundo Europeu para os Refugiados.

O Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo tem de ter capacidade para desempenhar um papel preponderante na aplicação eficaz destas iniciativas. A proposta da Comissão de um regulamento sobre a criação deste gabinete está actualmente a ser analisada no âmbito das instituições comunitárias. Gostaria realmente que o Parlamento e o Conselho pudessem chegar a um acordo sob a égide da Presidência sueca, a fim de tornar este Gabinete de Apoio operacional em 2010 e conto muito com a nossa Comissão e com a Presidência sueca. Era isto que queria dizer quanto à questão do asilo.

O segundo tema é o das fronteiras externas. Tal como foi muito bem explicado pelo senhor ministro Billström, o Conselho Europeu pretendia o reforço das operações de controlo das fronteiras coordenadas pela Frontex. O Conselho pediu-nos para estabelecermos regras de empenhamento claras para as patrulhas conjuntas e disposições precisas relativas ao desembarque das pessoas resgatadas e à organização de voos de repatriamento conjuntos.

Temos também de analisar de que modo a Frontex pode cooperar com os países terceiros. O orçamento para o financiamento das operações da Frontex em 2009 foi aumentado para 36 milhões de euros e estamos actualmente a avaliar de que forma a Agência pode organizar o repatriamento dos migrantes ilegais.

Convém salientar que as operações de controlo das fronteiras são realizadas em conformidade com o direito comunitário, nomeadamente com o Código das Fronteiras Schengen. Os direitos fundamentais e a proibição da repulsão devem ser respeitados. Nas zonas marítimas, estas operações devem também ser conduzidas de acordo com o direito marítimo internacional. No entanto, estas normas não são interpretadas nem aplicadas de forma uniforme pelos Estados-Membros. É por isso que vamos tentar analisar de que modo essas normas podem ser desenvolvidas e clarificadas para permitir uma melhor aplicação do direito comunitário e do direito internacional no contexto destas operações.

Estamos também ocupados a preparar uma proposta que permitirá a alteração do regulamento que institui a Agência Frontex e os seus métodos de trabalho. Esta proposta será apresentada no início de 2010. Irá abranger o relatório do Parlamento Europeu e a avaliação que terá sido realizada pela Agência nos termos do artigo 33.º do Regulamento Frontex. O objectivo é otimizar e reforçar o papel da Frontex em matéria de cooperação transfronteiriça.

Agora relativamente ao terceiro tema. O Conselho Europeu sublinhou a necessidade de reforço da cooperação com os principais países de origem e de trânsito e pediu à Comissão para examinar as formas possíveis de cooperação concreta com esses países. Para dar seguimento a este pedido, a Comissão enviou grandes esforços para intensificar o diálogo e a cooperação com a Líbia e a Turquia, que são os dois países determinantes nas rotas da imigração ilegal no Mediterrâneo.

No que diz respeito à Líbia, eu e o senhor Ministro Billström enviamos em Julho uma carta propondo aos nossos parceiros líbios uma cooperação em vários domínios com vista à consecução de uma gestão conjunta e equilibrada dos fluxos migratórios provenientes da Líbia. Explicámos às autoridades líbias que estávamos dispostos a auxiliá-las, não apenas a reforçar as suas capacidades em matéria de prevenção contra a entrada e saída ilegal de migrantes no seu território, mas também a melhorar o tratamento que é concedido aos migrantes, com respeito pelos direitos humanos e pelas normas internacionais e a identificar e prestar auxílio os migrantes que necessitem de protecção internacional.

A Comissão já co-financia acções-piloto através do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações e do Ministério do Interior italiano. No entanto, a única forma de conseguirmos conferir à nossa acção o alcance necessário é através de um compromisso claro por parte das autoridades líbias. Não escondo, Senhor Ministro Billström, que estou a aguardar com alguma impaciência a resposta à nossa carta.

Relativamente à Turquia, o Director-Geral da DG Justiça, Liberdade e Segurança, Jonathan Faull, está hoje numa missão em Ancara para investigar em que medida e os meios pelos quais o reforço da cooperação poderia incentivar as autoridades turcas a terem uma participação mais activa e mais responsável na gestão das migrações, a fim de readmitirem os imigrantes ilegais e, acima de tudo, de proporcionarem protecção internacional aos refugiados. Se a Turquia e a Líbia estiveram dispostas a aceitar as nossas ofertas, nós e o senhor Ministro Billström poderemos visitar estes dois países antes do final do ano.

Por fim, gostaria de referir o programa de Estocolmo, que deve estabelecer as bases de uma política comum mais eficaz e que nos permitirá promover imigração coordenada nos termos do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo. As propostas que apresentámos em Junho foram alvo de um acolhimento favorável no debate ministerial informal realizado em Julho pela Presidência sueca.

Não vou repetir o que acabei de dizer, ou seja, os três temas principais desta política, um sistema comum de asilo consentâneo com as nossas tradições humanitárias, um controlo mais eficaz da imigração ilegal através de uma gestão mais integrada das nossas fronteiras internas e a nossa política de vistos e, em seguida, como é evidente, uma maior eficácia da nossa luta contra o tráfico de seres humanos e a aplicação de uma política de repatriamento específica que vise a reintegração a longo prazo dos migrantes na sua comunidade de origem, bem como a abertura à imigração legal dentro de um quadro que leve em conta as necessidades dos países de acolhimento, sem esquecer as necessidades dos países de origem ou o respeito pelos direitos dos migrantes.

É isso. Alonguei-me um pouco, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mas quis sublinhar, na sequência das explicações muito sólidas do senhor Ministro Billström, os principais temas de uma política, de uma estratégia europeia que creio que está agora a começar a definir-se. Os nossos Estados-Membros

ainda necessitam de demonstrar a solidariedade plena e a determinação necessárias à aplicação desta estratégia. Conto muito com o Parlamento Europeu para nos ajudar nesta matéria.

Simon Busuttil, em nome do grupo PPE. – (MT) Muito obrigado, Senhor Presidente, gostaria também de dar as boas-vindas ao Senhor Ministro Billström e, particularmente, ao Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jacques Barrot. Permita-me, Senhor Presidente, congratular e agradecer ao Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia pelos esforços consideráveis e genuínos que tem desenvolvido no domínio da imigração e do asilo. Eu gostaria de estender o meu apreço e gratidão ao Senhor Vice-Presidente Barrot pela paixão com que decidiu realizar este trabalho e pelas iniciativas concretas que lançou neste domínio difícil, controverso e sensível. Esta questão leva-me ao primeiro ponto que gostaria de referir, Senhor Presidente, que diz respeito à complexidade do assunto.

É fácil apontar o dedo a este ou àquele país: porém, temos que analisar a situação de forma séria e exaustiva. Caso contrário, corremos o risco de cair no absurdo. Permitam-me que dê um exemplo. Ultimamente, têm sido dirigidas críticas ao Governo italiano, por ter enviado imediatamente de volta para a Líbia os imigrantes recém-chegados. No entanto, temos de reconhecer que, em resultado das acções tomadas em Itália, o número de imigrantes que decidiram empreender aquela perigosa viagem e arriscar as suas vidas diminuiu consideravelmente este ano.

É importante entender que este sistema de repatriamento representou um duro golpe para o crime organizado e para os traficantes de seres humanos. Isso significa que, apesar de ser incontestavelmente necessário respeitar o direito dos imigrantes ao asilo, é igualmente forçoso prosseguir os nossos esforços de pôr cobro, de uma vez por todas, a esta tragédia que está a acontecer na região do Mediterrâneo. Igualmente importante é continuar a lutar contra os traficantes de seres humanos que estão a explorar a miséria e as dificuldades sentidas pelos imigrantes que pretendem entrar na Europa.

Por conseguinte, devemos ter sempre em mente a complexidade do tema. Gostaria de fazer referência a outros aspectos. Temos de melhorar a Frontex, especialmente o seu potencial em matéria da cooperação que poderia ocorrer entre os países e que inclui questões concretas, como as relacionadas com as políticas de repatriamento que envolvam mais de um país. Infelizmente a Frontex ainda não envidou esforços suficientes neste domínio. As iniciativas referidas senhor pelo Vice-Presidente Jacques Barrot também são dignas de atenção, como o programa geral de reinstalação, o projecto-piloto para países como Malta e a criação de um gabinete de apoio em matéria de asilo. São iniciativas que necessitam de ser postas em prática imediatamente. Para concluir, outro aspecto igualmente importante a necessitar de atenção é a cooperação com a Líbia e com outros países terceiros que constituem pontos de partida dos imigrantes. Sem a cooperação desses países não chegaremos a lado nenhum.

Juan Fernando López Aguilar, em nome do grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Ministro Billström, Senhor Vice-Presidente Barrot, concordo e apoio a ênfase colocada, tanto pela Presidência como pela Comissão, na identificação desta questão como uma das dimensões mais influentes da globalização a exigir uma resposta a nível europeu.

Trata-se de um domínio em que a Europa pode fazer sentido, ao acrescentar valor à gestão de uma das dimensões mais inequívocas da globalização, como é a dimensão sem precedentes assumida pela migração e, por conseguinte, pelos fluxos migratórios e o respectivo impacto em todos os domínios importantes para a integração europeia.

Este fenómeno não pode ser abordado separadamente por nenhum dos Estados-Membros com base nas suas capacidades. Por isso, necessitamos de uma política comum que ainda não foi criada. Tudo o que foi feito para desenvolver esta política comum, que tem de ser desenvolvida, deveria ter ocorrido no âmbito da Constituição Europeia e do Tratado de Lisboa. Todavia, essa política ainda não foi desenvolvida. Tudo o que foi conseguido constitui uma antecipação do que deve ser feito e ainda se encontra numa fase muito incipiente.

No entanto, é evidente que a resposta deve ser coerente com a identidade europeia. Consequentemente, o compromisso da correcção das desigualdades na origem, através do reforço da cooperação para o desenvolvimento, é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, há que reforçar a luta contra as dimensões políticas e criminais deste fenómeno, atacando também as organizações que traficam seres humanos. Simultaneamente, devemos reforçar a informação sobre os riscos da imigração ilegal e do tráfico ilícito, a formação na origem e o emprego ilegal. A resposta deve ser a imigração legal, como alternativa à imigração ilegal.

Por fim, temos de assumir um compromisso sério com os direitos humanos. Isso implica as dimensões do asilo e dos refugiados e o cumprimento do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, que foi assinado em Outubro de 2008.

Contudo, e entretanto, temos de reforçar o controlo e a nossa responsabilidade conjunta pela fronteira externa europeia. O impacto da imigração ilegal em Itália, em Espanha ou na Grécia, como é evidente em Espanha relativamente à fronteira sul, do Mediterrâneo, e também nas Ilhas Canárias, com as canoas que chegam repletas de pessoas desesperadas, não é exclusivamente um problema espanhol ou italiano. Trata-se de um problema europeu, que não requer simplesmente a solidariedade com Espanha ou Itália e muito menos a esperança de que estes dois países respeitem o modelo europeu nas suas relações bilaterais com os países africanos. Não, é uma responsabilidade comum que exige uma resposta comum.

Foi por isso que a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos apoiou o reforço da Frontex e também o aumento do seu orçamento, que esperamos seja bem acolhido nesta Assembleia, uma vez que apoiamos a ênfase e a importância que a Presidência sueca está a dar a esta matéria.

Sonia Alfano, em nome do grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer ao Senhor Vice-Presidente Barrot e ao Senhor Ministro Billström. Em 31 de Agosto apresentei uma pergunta prioritária à Comissão. É verdade que o número de migrantes que chegam às costas italiana e líbia diminuiu, mas isso deve-se ao aumento do número de mortos que o Mar Mediterrâneo continua a receber.

Infelizmente, o Mediterrâneo tornou-se uma vala comum e o Governo de Berlusconi, ou seja, o Governo italiano, assinou um acordo com a Líbia, que, lamentavelmente, permite à Itália recusar a entrada não apenas aos migrantes, mas também aos refugiados de países onde existe perseguição ou guerra civil, como a Somália e a Eritreia, e nega a essas pobres pessoas o direito de requerer asilo, violando assim todas as normas internacionais e a Convenção de Genebra, em particular.

Gostaria de recordar que a não repulsão é um princípio que não conhece limitações geográficas e que não pode, em circunstância alguma, ser regateado ou negociado. Não queremos continuar a pensar que, em última análise, este acordo entre a Itália e a Líbia se resume a interesses económicos no valor de cerca de 5 mil milhões.

Peço à Comissão que não celebre, caso seja essa a sua intenção, um acordo entre a UE e a Líbia semelhante ao italiano, uma vez que já vimos os resultados desse acordo vergonhoso. Esse acordo, repito, obriga lamentavelmente essas pessoas a serem sujeitas a tortura, porque é disso que estamos a falar: os centros de detenção para onde são levados, na Líbia, são centros de tortura, de acordo com relatos da imprensa e também com fotografias que retratam, por exemplo, muitos desses imigrantes na prisão de Ganfuda, a 10 km de Benghazi. Isso é tortura e não me parece que esteja previsto em nenhum acordo de amizade nem em nenhum pacto institucional.

Tal como foi salientado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o princípio da não repulsão impede que as pessoas sejam repatriadas para os territórios onde as suas vidas possam ser consideradas em perigo ou onde a sua liberdade possa estar ameaçada. Repatriar estas pessoas para a Líbia, que, volto a recordar, não assinou nem ratificou a Convenção de Genebra, parece-me verdadeiramente inacreditável. Além disso, para agravar a situação, a imigração ilegal é uma infracção penal em Itália, assim, por exemplo, após o desembarque dramático no final de Agosto em que muitos somalis perderam a vida, os poucos, acho que quatro ou cinco que conseguiram chegar ao seu destino foram, entre outras coisas, acusados de imigração e estão neste momento a ser alvo de processos penais nos termos do direito italiano.

Apelo agora à Comissão para adoptar medidas concretas, a fim de apurar se o acordo entre a Itália e a Líbia cumpre o direito internacional e, finalmente, introduzir alterações decisivas não apoiando, como é óbvio a política perversa do Governo italiano.

Hélène Flautre, em nome do grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, o nosso último debate realizado após uma tragédia ocorrida no Mediterrâneo teve lugar no dia 1 de Abril.

Recordar-se-á que morreram largas centenas de imigrantes ao largo da costa da Líbia. Apelámos então à realização de uma investigação. Até a este momento, não recebemos qualquer informação sobre as circunstâncias dessa tragédia.

Depois disso, tal como têm conhecimento, em meados de Agosto, foram encontrados 73 africanos mortos ao largo de Lampedusa. Em 25 de Agosto, foram finalmente resgatados 57 imigrantes da Eritreia após um

longo compasso de espera em águas maltesas. Em 31 de Agosto, 75 somalis viram recusada a sua entrada na Líbia.

Realmente, as fronteiras externas da União Europeia tornaram-se assassinas. É esse o título de um relatório divulgado pela ONG “Migreurop” que vos convido a todos, Senhoras e Senhores Deputados a obter e ler com atenção.

Face a esta situação, Senhor Vice-Presidente Barrot, V. Exa. faz referência a alguns pontos fundamentais. Refere-se ao direito de asilo, ao direito à protecção internacional. Deveria igualmente referir-se ao direito que assiste a qualquer pessoa de deixar qualquer país e à obrigação de todos de ajudarmos os outros, sejam eles quem forem. O direito marítimo internacional é isso. Essas situações estão a aumentar e estão também a ocorrer com cada vez maior frequência na fronteira entre a Turquia e a Grécia. É por isso que não acredito, Senhor Vice-Presidente Barrot, que o reforço dos recursos da Frontex seja a resposta a esta situação.

Considero que a União Europeia está, actualmente, a ir contra o seu próprio projecto. A União Europeia nasceu da recusa da negação da dignidade do outro e é a esse princípio que deve manter-se fiel.

Timothy Kirkhope, *em nome do grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, o programa conjunto de reinstalação da UE proposto pela Comissão tem, indiscutivelmente, ambições muito nobres que visam incentivar o reforço da cooperação entre os governos nacionais relativamente à reinstalação de refugiados e requerentes de asilo. No entanto, enquanto conservador britânico, continuo preocupado com a sua aplicação. Não queremos voltar a assistir a problemas como os que tivemos em Sangatte, em França.

Considero que a cooperação e a solidariedade em toda a União Europeia são, obviamente, importantes quando se discute os problemas que os países enfrentam, mas temos de distinguir melhor os migrantes económicos dos requerentes de asilo. Estas pessoas têm, como é óbvio, todo o direito de procurar asilo, mas também temos de dispor de uma legislação que não limite os países relativamente a quem é aceite e a quem obtém asilo. Uma abordagem colectiva, como a que a Comissão está a propor, pode comprometer a capacidade de cada nação da UE para tomar essa decisão.

Enquanto isso, porém, penso que uma das grandes prioridades deve ser a segurança das fronteiras meridionais. A Frontex deve desempenhar um papel mais proeminente nesta matéria para funcionar como um forte elemento dissuasor dos migrantes económicos que pretendam fazer a perigosa viagem através do Mediterrâneo. Devemos tomar medidas mais enérgicas contra os diferentes países terceiros que irresponsavelmente promovem essas actividades. A Comissão afirma que, em última análise, serão os governos nacionais a decidir o número de pessoas que aceitam e que a Grã-Bretanha e outros países não serão obrigados a aceitar um grande número de migrantes económicos com o qual não consigam lidar ou apoiar nestes períodos economicamente difíceis. Isso é necessário e é o que está correcto. Países como a Grã-Bretanha necessitam de garantias de que as decisões em matéria da nossa política de asilo e de imigração continuam a ser da nossa competência e de garantias também de que a abordagem da UE continuará a ser de cooperação aberta e não de imposição.

Willy Meyer, *em nome do grupo GUE/NGL*. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Ministro Billström, Senhor Vice-Presidente da Comissão, o início da presente legislatura proporciona-nos uma excelente oportunidade para repensarmos a nossa política de imigração.

A política de imigração que temos actualmente baseia-se numa hipocrisia e num cinismo evidentes. Dizemos que o projecto europeu seria impossível sem os trabalhadores migrantes, mas, por outro lado, estamos a criminalizá-los com legislação como a Directiva do Retorno, que foi adequadamente denominada “Directiva da Vergonha”, e que não cumpre os princípios e valores da União Europeia.

Esta política de tentar tornar a Europa numa fortaleza neste período de crise, que é uma crise tripla de alimentos, finanças e energia, não é entendida por todos, porque estamos a trabalhar mal e no sentido errado. Se a Europa é necessária e, em particular, se a Europa é necessária devido aos trabalhadores migrantes, então temos de respeitar todos os seus direitos e não transformá-los em criminosos, tal como a União Europeia está a fazer. Esta política só está a causar mais dor às famílias que estão simplesmente a tentar escapar à guerra ou à fome.

Por isso, o melhor cartão de visita na próxima cimeira de Chefes de Estado ou de Governo a realizar na Primavera, em Madrid, entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas, seria a revogação desta “Directiva da Vergonha”, que não cumpre os nossos princípios e valores e que não é entendida por nenhum

dos governos, especialmente na América Latina e nas Caraíbas, de onde vêm milhares de trabalhadores migrantes para a União Europeia.

Por isso, peço que se faça uma reflexão de fundo para revogar esta “Directiva da Vergonha”.

Gerard Batten, em nome do grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, as medidas em apreço inserem-se no denominado domínio da justiça, liberdade e segurança, do qual faz parte a imigração. É de uma política comum de imigração e asilo que estamos a falar e, por muito que o Governo britânico minta ao seu povo, sabemos que pretende que a Grã-Bretanha venha a vincular-se a essa política.

Mas uma política de “formato único” não irá funcionar no caso da Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha é um dos países com maior densidade populacional, é surpreendentemente, mais densamente povoada do que a Índia, a China ou o Japão. A imigração líquida para a Inglaterra está neste momento prestes a atingir as 230 000 pessoas por ano, acrescentando mais de um milhão de novas pessoas à população de cinco em cinco anos. A população irá aumentar dos actuais 61,4 milhões, o número mais elevado de sempre, para mais de 70 milhões em 2031, prosseguindo sempre numa espiral ascendente. Este crescimento deve-se à imigração e aos nascimentos nas famílias de imigrantes.

O Partido da Independência do Reino Unido não se opõe a alguma imigração, mas esta deve ser rigorosamente controlada e em benefício da Grã-Bretanha e não da União Europeia ou qualquer outra entidade. A Grã-Bretanha não necessita de uma política europeia comum de imigração. O que temos de fazer já é pôr fim à imigração em massa e introduzir uma política de imigração rigorosamente limitada e controlada. Devemos aplicar os termos da Convenção de 1951 relativa aos Refugiados, que os obriga a procurar refúgio no primeiro país designado seguro a que chegam, que não é uma pequena ilha ao largo da costa da Europa chamada Grã-Bretanha.

Devemos pôr fim à promoção do multiculturalismo, que causa divisão e é uma receita para gerar conflitos, e assimilar e integrar os imigrantes existentes numa cultura comum com respeito por um conjunto também comum de instituições políticas e jurídicas. Não deve haver lugar na Grã-Bretanha e, na minha opinião, em parte nenhuma da Europa, para a Xaria.

Louis Bontes (NI). – (NL) Senhor Presidente, a Frontex não está a funcionar. O orçamento para a Poseidon, a operação actualmente em curso, é de 11 milhões de euros. Trata-se de uma despesa totalmente inútil. É dinheiro deitado à rua. Os regressos directos e a aplicação de medidas duras sobre os países que possibilitam este tipo de imigração são as únicas soluções. A política comum de asilo e imigração não serve os interesses do povo neerlandês. O Partido da Liberdade dos Países Baixos, em nome do qual faço uso da palavra, opõe-se veementemente a esta política. Trata-se de uma política que dará origem a que ainda mais pessoas sem perspectivas entrem na Europa. O povo neerlandês não necessita de solidariedade, do que necessita é que nos ergamos aqui em defesa dos seus interesses. Acabemos então com esta política.

Gostaria ainda de fazer mais uma observação à Presidência sueca. Esta Presidência considera que a Europa deve continuar a abrir suas fronteiras à imigração em massa em benefício do seu mercado de trabalho. O Partido da Liberdade rejeita peremptoriamente esta posição. Trata-se de uma cortina de fumo destinada a permitir a imigração em massa. Olhem para o que está a acontecer nas grandes cidades – olhem para os enormes problemas com que se deparam. Pensem no vosso povo, pensem no vosso país, pensem na vossa cultura. Em qualquer dos casos, é isso que faremos. Queria também acrescentar que tudo tem limites. Acabemos com a imigração em massa; ela não pode continuar.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhor Presidente em exercício do Conselho, os desafios relativos às migrações mantêm-se inalterados, assim como o nosso empenho em superá-los.

Os desafios são os seguintes: o primeiro é avançar rumo a uma política comum de imigração; o segundo é melhorar significativamente a organização da imigração legal; o terceiro é melhorar os processos de integração; o quarto é combater com toda a determinação a imigração ilegal ou clandestina; o quinto consiste em desenvolver ainda mais a Frontex; o sexto é melhorar os procedimentos, as convenções e os acordos com os países de origem e de trânsito; e o sétimo é avançar com uma política comum em matéria de asilo.

Em 2010, o Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo tem de se transformar num gabinete justo, verdadeiro e equitativo, que compartilha a responsabilidade de forma a assegurar a solidariedade e que promova a protecção internacional ou subsidiária.

No que diz respeito à Frontex, é uma questão de coordenação e cooperação; não constitui, em circunstância alguma, um substituto das competências nacionais. A necessidade de reforçar as missões da Frontex a sul das nossas fronteiras, na Europa meridional, especialmente no Mediterrâneo e na costa atlântica, não é apenas a resposta da União Europeia à pressão migratória que se está a desenvolver na Grécia, em Malta, em Itália ou em Espanha; é também uma resposta humanitária para evitar a morte e o drama.

Basta olhar para o que aconteceu ao orçamento da Frontex: passou de 6 milhões de euros em 2005 para 78 ou 83 milhões em 2010. Porém, Senhor Presidente, a nossa preocupação prende-se com a incapacidade da Frontex para gerir o orçamento que lhe foi atribuído pelo Parlamento. Isso seria inaceitável, porque há muitos desafios e missões a enfrentar.

É fundamental que a Frontex dê um novo alento ao CRATE, o inventário central do equipamento técnico disponível. É também essencial que o empenhamento dos Estados-Membros no CRATE se torne efectivo. É necessária uma maior e melhor coordenação com a Europol. Temos de gerir a Iconex e necessitamos, Senhor Presidente, a fim salvaguardar os direitos humanos, de uma maior e melhor coordenação entre a Frontex e a Organização Internacional para as Migrações e ainda o ACNUR.

São estes os desafios e são estes os nossos compromissos.

Claude Moraes (S&D). – (EN) Sr. Presidente, ninguém subestima as enormes dificuldades de criar o equilíbrio mencionado pelo presidente da nossa comissão e das pressões migratórias com que a União Europeia se depara, para além das pressões com que nos defrontamos no Mediterrâneo. No entanto, neste Verão, fomos alertados para a dura realidade enfrentada pelos imigrantes e requerentes de asilo que sentem a perseguição e que fogem à pobreza.

A Frontex desempenha, inquestionavelmente, um papel fundamental na abordagem que a Europa faz da imigração. Com a construção de um sistema europeu mais coordenado para gerir as nossas fronteiras externas, a Frontex assume uma maior importância. Por conseguinte, o meu grupo considera que é fundamental conseguir atingir o equilíbrio: por um lado, o equilíbrio entre a atribuição de recursos à Frontex, tal como foi referido por muitos colegas, e, por outro, a garantia de que a Frontex leva mais em conta a componente humanitária do seu trabalho. Por exemplo, de que modo pode a Frontex contribuir para reduzir o número trágico de mortes no mar, mais de 12 000 nos últimos 10 anos? As operações de salvamento no mar têm, por conseguinte, de fazer parte das suas competências. Os problemas surgem nos pormenores. Muitas dessas políticas têm de funcionar no terreno e sei que o Parlamento, a Comissão e o Conselho estão a trabalhar nesse sentido.

Temos de fazer tudo para que a Frontex não se limite a tornar-se um mecanismo destinado a manter as pessoas fora da Europa. Aqueles que necessitam legitimamente de protecção devem poder ter acesso ao território da UE.

Senhor Comissário, V. Exa. referiu-se ao princípio da não repulsão. É importante que o tenha reafirmado. A situação relativamente à Itália e à Líbia é, evidentemente, algo a que meus colegas italianos se irão referir com mais pormenor, mas este princípio não pode ser violado por ninguém nem por nenhum país.

Encontramo-nos numa situação em que a não repulsão irá acontecer mesmo com os países que não assinaram a Convenção de 1951. É importante defendermos estes direitos humanos. Não podemos fugir às nossas responsabilidades de conceder protecção aos que dela necessitam.

A Frontex precisa, portanto, de fazer parte de uma abordagem justa e equilibrada da migração e do asilo. Temos de velar pela implementação do pacote relativo ao asilo e pelo equilíbrio entre a migração legal e a protecção dos refugiados.

Sarah Ludford (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, a imprensa britânica, influenciada pelos deputados eurocéticos e paranóicos, criou o alarmismo ao afirmar que um futuro Comissário para os Direitos Fundamentais, aceite pelo senhor Presidente Durão Barroso na proposta do Grupo ALDE, vai obrigar o Reino Unido a aceitar mais requerentes de asilo oriundos de toda a Europa.

Isso não é verdade. Tal como o senhor Vice-Presidente Barrot confirmou, o projecto-piloto destinado a ajudar Malta é voluntário e o regime proposto, que visa a reinstalação directa dos refugiados de fora da Europa aprovados pelo ACNUR, também seria não obrigatório.

Nenhum elemento da política da UE implicava quotas ou a obrigação quanto à aceitação nacional dos migrantes. No entanto, o que tentamos fazer e obter é a solidariedade voluntária e espero que o futuro

Comissário para os Direitos Fundamentais contribua para impedir que os migrantes encontrem a morte no Mediterrâneo.

Faz no próximo mês dez anos que a UE definiu a meta de um sistema comum de asilo e de políticas coordenadas de imigração. Apesar de alguns esforços consideráveis, nomeadamente por parte da Comissão Europeia com o apoio dos deputados, estamos claramente muito longe de a atingir.

A principal prioridade é conseguir fazer uma gestão adequada dos fluxos, que são geralmente os denominados “fluxos mistos” de refugiados e migrantes em busca de trabalho, de forma a estabelecer a distinção entre os dois. Esse procedimento tem por objectivo incutir nos cidadãos europeus a confiança na gestão adequada, assim como impedir a perda de vidas e velar pela protecção das pessoas que reúnam as condições para dela beneficiarem.

Se as pessoas que chegam em embarcações frágeis forem empurradas de volta para o mar e a sua protecção não for considerada, nenhuma dessas metas é alcançada. Fiquei chocado ao saber pelo senhor Vice-Presidente Barrot que os Estados-Membros não aplicam o direito marítimo de modo uniforme. Essa descoordenação é inaceitável. A Frontex deve ser dotada dos recursos adequados e respeitar os direitos humanos dos indivíduos. Esses indivíduos devem ser autorizados a desembarcar, o seu estatuto em matéria de asilo deve ser avaliado e diferenciado dos que não reúnam as condições que lhe permitam ser considerados refugiados e permanecer.

Se necessário, os Estados-Membros da UE que não procedam dessa forma devem ser levados ao Tribunal de Justiça da União Europeia e, tal como a minha colega Sonia Alfano afirmou, a ideia de que a Líbia consegue fazer esse trabalho é completamente escandalosa dadas as suas graves violações dos direitos humanos.

Uma política de imigração europeia racional implicaria um quadro comum de critérios para a migração económica em que os Estados-Membros que aceitem esses imigrantes possam funcionar ao abrigo das suas próprias decisões relativamente aos números de imigrantes que aceitam. O que necessitamos é de coordenação, de normas comuns, do um quadro comum e, posteriormente, também de solidariedade.

Franziska Keller (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, não partilho o seu entusiasmo relativamente à Frontex. Ouvimos relatos da Frontex, bem como dos Estados-Membros, de que violaram os direitos humanos, o direito à não repulsão e de que não deram qualquer possibilidade aos refugiados de requerem asilo e essas violações dos direitos humanos ocorrem em nome da União Europeia.

Senhor Ministro Billström, V. Exa. afirmou que necessitamos de estabelecer alguns equilíbrios de poderes nas nossas fronteiras externas, mas, pergunto-lhe eu, por que não podemos estabelecer equilíbrios de poderes relativamente às pessoas que estão a trabalhar e a defender as nossas fronteiras externas? Porque é que não pode haver transparência e clareza relativamente à Frontex e ao que estão a fazer? Necessitamos de clareza e transparência nesta Assembleia, no Parlamento Europeu, quanto às acções da Frontex. Necessitamos de clareza no que respeita à fase do processo das novas regras da Frontex que o Senhor Comissário mencionou e necessitamos de alguns esclarecimentos sobre o modo como os refugiados podem obter protecção internacional quando são interceptados no mar.

Necessitamos também de transparência relativamente os acordos que estão a ser feitos com países terceiros e ao que acontece exactamente ao dinheiro da UE que está a ser colocado, por exemplo, na Líbia. Duvido que aquilo a que o Senhor Comissário chamou de assistência aos refugiados da Líbia seja realmente útil para os refugiados, mas também neste caso, é apenas de falta de transparência que se trata e se, tal como V. Exa. afirmou, nem mesmo os Estados-Membros interpretam os direitos dos imigrantes da mesma forma que o Senhor Comissário, como é que vai conseguir garantir que os países terceiros, como a Líbia, vão seguir a sua interpretação?

Gostaria de lhe recordar que o Parlamento Europeu sempre apoiou a ideia de tornar obrigatória a partilha da responsabilidade no tratamento dos pedidos de asilo e considero que o seu relatório sobre o projecto-piloto, em que apenas a França aceitou um número muito, muito reduzido, quase ridículo, de 100 refugiados provenientes de Malta, mostra que não estamos a fazer grandes progressos com a solidariedade voluntária. Há que haver aqui alguma obrigatoriedade.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Queremos combater a imigração. É um grande problema. Entretanto, o nosso quadro de informações e o computador estão com problemas. Vamos resolver as coisas que conseguimos resolver de forma eficaz.

A imigração é, naturalmente, um dos maiores problemas com que a Europa se confronta actualmente. Além disso, é um problema não só para nós políticos, mas é também um problema para os cidadãos dos

Estados-Membros da União Europeia. Talvez seja mesmo um dos principais desafios com que a classe política de defronta neste momento na Europa e um dos principais problemas do nossos eleitores. A imigração tem muitos nomes e o que os meus caros colegas disseram hoje sobre a imigração oriunda de África, que afecta principalmente os países da bacia do Mediterrâneo tem, em certa medida, uma justificação. Eu represento um país, a Polónia, onde esta imigração ilegal é, obviamente, de menor dimensão, mas chegam-nos pessoas provenientes de países da antiga União Soviética e algumas da Ásia.

Estamos a ser confrontados com a questão da filosofia da luta da UE contra a imigração ilegal e, sejamos francos, também contra as restrições à imigração legal. Será que a Frontex tem de suportar o peso dessa luta? Será isso realmente aconselhável? Não seria mais eficaz que as verbas adicionais que queremos atribuir à Frontex fossem concedidas aos países que têm mais problemas com a imigração ilegal e também aos Estados-Membros cujas fronteiras coincidem com as fronteiras externas da UE? Para concluir, Senhor Presidente, parece-me que isso seria mais aconselhável.

Rui Tavares (GUE/NGL). - Senhor Ministro, Senhor Comissário, não há escolha em relação à Convenção de Genebra e em relação aos direitos humanos. A única escolha é respeitar as convenções que assinámos. Ora, a jurisprudência é clara: enviar para países que não assinaram a Convenção de Genebra sobre os refugiados, refugiados que chegam às costas europeias, é uma violação da Convenção de Genebra. Este não é um ponto jurídico abstracto, este é um argumento real.

Quando nós, através do Frontex, através dos Estados-Membros, enviamos para a Líbia refugiados, estamos a desrespeitar a Convenção, tanto mais quando sabemos que 75% das pessoas que chegam às costas europeias, segundo números do próprio governo italiano, pedem asilo, e 50% desses 75, cerca de 38%, um terço do total, têm direito a protecção humanitária.

Ora, as escolhas políticas conduzem a escolhas morais e nós estamos, neste momento, perante uma escolha moral. É justo, será moral, que mais de 14 mil pessoas tenham morrido a tentar chegar às costas europeias nos últimos anos? Será moral que grande parte dessas pessoas que arriscam a vida tivesse direito de asilo em primeiro lugar? Será necessário que elas tenham de arriscar a vida? Não, não é necessário que elas tenham de arriscar a vida.

Nós dizemo-lo há muito tempo, uma política de imigração puramente repressiva, como aquela que tem estado a ser seguida, coloca-nos perante estas escolhas de vida ou de morte da vida das pessoas e faz-nos a todos co-responsáveis desta escolha de vida ou de morte.

Não é, então, neste início de mandato deitar dinheiro para cima do Frontex, dinheiro que o Frontex não consegue gastar, dinheiro que a Comissão diz que não é aconselhável dar ao Frontex neste momento. Não é isso que nos vai resolver o problema. O que nos pode resolver o problema é rever o mandato do Frontex e aí o Frontex poderia necessitar de mais dinheiro. Para isso o Frontex teria de cooperar, dar informação completa ao ACNUR - que não dá neste momento -, para isso o Frontex teria de implicar, na sua própria política, preocupações humanitárias - que não implica - e isto é tanto mais grave, Colegas, quanto neste momento a proposta em relação a fundos para refugiados, ao mesmo tempo que se aumenta no Frontex, diminui os fundos.

Roberta Angelilli (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com franqueza, lamento que alguns colegas italianos não tenham deixado passar a oportunidade de reabrir a mesma polémica de sempre, com o único objectivo de atacar o Governo italiano. Quando se trata de imigração, devíamos deixar de participar em manipulações ideológicas e ir ao cerne das orientações definidas pelo Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, que se baseia nos valores da integração e da solidariedade.

Aprecio verdadeiramente os esforços realizados pela Comissão nos últimos anos, mas o senhor Vice-Presidente Barrot concordará comigo quando digo que temos de acelerar o processo para criarmos uma estratégia verdadeiramente europeia em matéria de imigração, que dê prioridade à luta intransigente contra a imigração ilegal e o tráfico e exploração de seres humanos.

Temos de tomar medidas firmes contra todos aqueles que lucram com este tráfico, nomeadamente os empregadores que utilizam a mão-de-obra ilegal. Como é natural, já não é aceitável permitir que a imigração seja um problema suportado apenas pelos países que têm fronteira com a bacia do Mediterrâneo. A recente proposta da Comissão de um programa de reintegração comum constitui um passo em frente em termos de cooperação política e prática entre os Estados-Membros, mas temos urgentemente de aplicar uma série de iniciativas que visem o desenvolvimento mais eficaz da solidariedade intracomunitária.

É por isso que estamos a aguardar que o anúncio feito pelo Presidente em exercício da União Europeia se concretize em breve, um anúncio que ecoa, entre outras coisas, um apelo veemente por parte do senhor ministro italiano Franco Frattini para que se lance um debate que nos permita encontrar uma forma de partilharmos de forma justa entre os Estados-Membros as responsabilidades e os encargos associados aos fluxos de imigrantes ilegais e de requerentes de asilo político.

Esse é, a meu ver, o ponto principal, porque caso contrário vamos acabar na situação paradoxal em que alguns Estados-Membros, nomeadamente a Itália, Malta, Grécia e Espanha, são obrigados a receber os imigrantes ilegais, enquanto outros se escondem por detrás do conceito discricionário da solidariedade voluntária. Estes Estados não podem continuar a esconder-se desta situação. Gostaria de agradecer à França, que se ofereceu para aceitar 100 pessoas, 100 requerentes de asilo: 100 pessoas, mas que são apenas 100 entre os milhares, as dezenas de milhares de requerentes de asilo. Agradeço, portanto, à França, embora isso seja uma gota no oceano.

Termino dizendo que não podemos, entre outras coisas, continuar a encarar a imigração como uma panaceia. Na ausência de uma política de cooperação para o desenvolvimento séria, em que a Europa deve assumir um papel preponderante, estaremos a condenar uma parte do mundo a um futuro de pobreza e desespero certo e inevitável.

Stavros Lambrinidis (S&D). – (EL) Senhor Ministro, Senhor Comissário, o Parlamento lançou um apelo urgente à cooperação a nível europeu com os países de origem e de trânsito dos imigrantes. Estes países não incluem apenas a Líbia. Incluem também a Turquia. Para além de ser, neste contexto, um país de origem e de trânsito, a Turquia é também um país candidato à adesão. Por outras palavras, poderíamos afirmar que tem uma obrigação dupla de respeitar os princípios políticos e as instituições da União Europeia.

Em pelo menos quatro casos recentes, os helicópteros da Frontex foram bloqueados no exercício das suas funções no espaço aéreo grego por um radar turco. Com efeito, ainda ontem, um avião de caça turco ameaçou forçar um helicóptero da Frontex a voltar para trás.

O que tencionam fazer e como vão reagir em nome da União Europeia a este assédio durante a acção de uma instituição europeia como a Frontex?

Além disso, a solidariedade obrigatória não pode resumir-se a medidas de policiamento do tipo das da Frontex nos Estados meridionais. Tem também de existir solidariedade relativamente à aceitação dos imigrantes que chegam aos nossos países, que não podem suportar sempre números tão elevados. Neste caso, a Comissão e o Conselho estão a promover a solidariedade voluntária, que é algo que não vale o papel em que está escrito. Podem explicar-nos por que motivo não estão a introduzir a solidariedade obrigatória também aqui?

Por fim, o programa-piloto entre a Itália, Malta e Líbia não deve ser o único programa-piloto. Por que motivo não existe nenhum programa-piloto para enviar os imigrantes de volta para a Turquia, que representa uma ferida aberta no que respeita a este problema em particular? Será que o Governo grego alguma vez o solicitou, Senhor Comissário, e V. Exa. recusou? Ou será que a Líbia, a Itália e Malta se limitaram a sugeri-lo e o Senhor Comissário aceitou sem fazer quaisquer exigências?

Hélène Flautre (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para esclarecer dois pequenos pontos que, a meu ver, e tal como um dos meus colegas acabou de dizer, são reveladores do carácter hipócrita da nossa política.

O primeiro ponto diz respeito aos acordos de Dublin. O Senhor Comissário conhece bem a situação em Calais; sabe que em Calais muitas pessoas poderiam facilmente requerer e obter o estatuto de refugiado político. Por que motivo não o fazem? Porque, em resultado dos acordos de Dublin, têm a certeza de que serão enviados para países para onde não querem ir e por vezes por excelentes razões. Não querem ir para a Grécia, onde a possibilidade de obterem o estatuto de refugiados é praticamente nula.

Actualmente, os acordos de Dublin são um instrumento hostil à protecção das pessoas que mais necessitam dela e que criam a desigualdade entre os Estados-Membros. Portanto, vamos parar de falar de solidariedade, quando os instrumentos que são adoptados criam a desigualdade entre os Estados.

O segundo ponto diz respeito aos acordos de readmissão. Compreendo perfeitamente, o objectivo é negociar estes acordos com a Turquia e com a Líbia, ou seja, brincar com a ideia de ter uma grande variedade de países que são nossos vizinhos e enormes campos para a retenção dos fluxos migratórios. Isso é inaceitável por razões práticas, por razões morais e por razões políticas e V. Exa. sabe disso, Senhor Vice-Presidente Jacques Barrot!

Clemente Mastella (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, começarei imediatamente por dizer que a hospitalidade é para mim, sem exagero, um valor sagrado. Em última análise, é a solidariedade entre as pessoas que dá origem às comunidades de um Estado que são regulamentadas por determinadas obrigações especiais: os direitos e os deveres. Portanto, no que me diz respeito, oponho-me firmemente a qualquer coisa que seja contrária a este princípio de base bíblico. É seguramente a acção de aceitar as pessoas e também as formas de o fazer que em combinação dão origem à integração e a tudo o que diz respeito à integração.

O que podemos fazer? Onde devemos instalar essas pessoas desesperadas que chegam aos Estados-Membros e, ao mesmo tempo, como devemos eliminar o atrito que se segue, que por vezes consideramos ser ressentimento, raiva e fúria, que levam a formas bastante preocupantes de antagonismo?

O que devemos fazer para garantir que a salvaguarda do direito de asilo, um princípio que também tem sido referido nos últimos dias, não deixa, ao mesmo tempo, a porta aberta aos requerentes de asilo fraudulento, que é o álibi que certas pessoas usam: pessoas que se escondem por detrás deste direito universal e que não têm nada a ver com o direito de asilo, mas tudo a ver com a ilegalidade e a criminalidade?

Será que pensamos mesmo, Senhor Ministro Billström, que toda essa responsabilidade pode ser suportada individualmente pelos Estados? Até agora, a Europa tem agido muito provavelmente com alguma incerteza, mas parece-me que não pode continuar a adiar a criação de uma abordagem séria e concertada à imigração. Não pode falar, tal como tem vindo a fazer, com muitas vozes discordantes, e não pode votar os Estados na linha da frente, mais expostos e vulneráveis, ao isolamento. Não pode fazê-lo sem uma posição comum, alcançada colectivamente, que não tivemos até agora, mas cujos princípios essenciais são constantemente defendidos.

A Europa não pode, Senhor Presidente, deixar de ver as suas fronteiras como uma questão europeia em vez de uma questão de cada um dos Estados. Não pode participar, como já aconteceu nesta Câmara, em disputas teatrais e grosseiras sobre aquilo que o Governo italiano ou outros governos estão a fazer. Na minha opinião, é claramente impensável que as tragédias que ocorreram ao largo de Lampedusa e em Ceuta e Melilla não tenham nada a ver com Bruxelas, Berlim e Paris.

A tensão entre os Estados e a Europa deriva disso e está a causar problemas, e isso está também a aumentar o défice democrático da Europa, que deverá agravar-se na ausência de uma política coordenada em matéria de imigração; está a acentuar a impressão de que o egoísmo dos Estados prevalece sobre o interesse de todos. Está a intensificar, Senhor Presidente, a percepção frustrante de que Bruxelas e Estrasburgo se ocupam muitas vezes com questões obscuras e não com as que preocupam o público. Está, em última análise, a comprometer a identidade política da Europa.

É por isso que espero que a Presidência sueca inicie o estabelecimento de um acordo com os países mais vulneráveis a fim de pensar logicamente e assegurar o que tem faltado até agora, nomeadamente, uma política comum de imigração robusta, equilibrada, sólida e rigorosa.

David-Maria Sassoli (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Barrot, Senhor Ministro Billström, Senhoras e Senhores Deputados, apelámos à realização deste debate para chamar a atenção da UE para as graves violações dos direitos humanos fundamentais que estão a ocorrer em Itália. Desde Maio, mais de 1 000 imigrantes foram recolhidos no mar pelas autoridades italianas e entregues à Líbia, no decurso de repulsões informais e indiscriminadas, sem identificação das pessoas, sem lhes conceder o direito de recurso ou de acesso aos procedimentos de asilo, expondo-os ao perigo de serem submetidos a um tratamento desumano e degradante na Líbia. Tal como o senhor Vice-Presidente Barrot confirmou quando pediu pormenores à Itália, consideramos que essas práticas violam os princípios fundamentais que sustentam a Europa.

Esse tipo de acção não é compatível nem com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nem com o direito comunitário, nomeadamente o Código das Fronteiras Schengen e a directiva relativa ao repatriamento, nem com o direito italiano. Ontem, as Nações Unidas instaram a Itália a respeitar o direito internacional e, também ontem, 24 refugiados da Somália e da Eritreia rejeitados pela Itália apresentaram um recurso contra este país no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Além disso, Senhoras e Senhores Deputados, a imigração ilegal em Itália tornou-se uma infracção penal, uma circunstância agravante. O simples facto de se ser imigrante implica discriminação e desigualdade e dá origem a penas mais severas para o mesmo crime. O facto de se ser um imigrante ilegal, tal como eram as

famílias das nossas comunidades italianas, portuguesas, polacas, e gregas, impede o acesso aos direitos fundamentais e aos cuidados mais básicos, nomeadamente os serviços de saúde, devido ao medo de denúncias. Isso está a acontecer em Itália, Senhor Presidente, e também já foi denunciado por especialistas em questões jurídicas e constitucionais e por associações católicas e laicas.

O que tenciona a Comissão fazer para pôr cobro a essas violações? O Parlamento Europeu sempre apoiou a luta contra a imigração ilegal, mas apenas no respeito dos direitos fundamentais.

Gostaríamos de saber, Senhor Presidente, se a Comissão tenciona tomar medidas relativamente à legislação italiana e analisar o acordo entre a Itália e a Líbia. Vinte anos após a queda do Muro de Berlim, não podemos permitir que determinados governos construam novos muros.

Niki Tzavela (EFD). – (EL) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, a realidade vai além de tudo o que foi dito nesta Assembleia.

Vemos o Presidente Kadhafi mencionar esta questão e ocupar os meios de comunicação internacionais afirmando constantemente que necessita de mil milhões de euros para honrar as suas obrigações. Vemos a Turquia, um Estado que pretende aderir à União Europeia, repelir voos da Frontex quase diariamente e a União Europeia a não reagir como deveria.

Vemos os traficantes de imigrantes ilegais dar-lhes instruções sobre como disparar sobre si mesmo no braço ou na perna em caso de detenção, para que os Estados-Membros sejam obrigados a adoptar e aplicar um tipo de legislação diferente do que regula a imigração ilegal, porque se trata de pessoas feridas. Vemos os traficantes de imigrantes ilegais dar-lhes instruções para destruírem os seus documentos antes de entrarem num país, para os países de acolhimento como a Grécia não saberem para onde enviá-los; vemos imigrantes alegarem que estão a requerer asilo, mas sem apresentarem documentos que permitam apurar os factos.

Prevalece o caos, Senhor Vice-Presidente, e há que repor a ordem através de uma posição firme e rigorosa da União Europeia relativamente a esta matéria.

Sylvie Guillaume (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvimos afirmar repetidamente que os Estados-Membros reconhecem a necessidade da criação de políticas comuns de gestão da imigração a nível europeu e políticas que visem a integração social dos imigrantes.

Porém, conforme podemos constatar todos os dias, a realidade é muito diferente. A título de exemplo, no contexto do debate orçamental, assistiu-se a uma drástica redução nos recursos do fundo para a integração dos imigrantes. Relativamente aos Estados-Membros, muitos continuam a impor unilateralmente legislação e regulamentação rigorosa sobre a mobilidade para e no seu território, a restringir o acesso aos seus mercados de trabalho, sistemas sociais e sistemas educativos e a dificultar a reunificação familiar.

Da mesma forma, a política europeia em matéria de luta contra a imigração ilegal e de controlo das fronteiras externas, equivale, em última instância, a passar a responsabilidade pelo controlo das fronteiras para os nossos vizinhos, em desrespeito dos direitos humanos. Já vimos isso acontecer entre a Itália e a Líbia.

Esta tendência para a externalização dos problemas permite à Europa, em última análise, exonerar-se das suas responsabilidades. Isso é inaceitável. Os recursos adicionais atribuídos à Frontex nunca constituirão um substituto para a solidariedade necessária que deve unir os Estados-Membros, que lhes permita agir em conjunto no acolhimento das pessoas que necessitam de protecção internacional, e no acolhimento de uma mão-de-obra estrangeira que é necessária para dar resposta aos desafios democráticos do futuro.

Que disposições prevêem para a criação de uma verdadeira solidariedade e de soluções concretas para o sofrimento dos imigrantes?

Rita Borsellino (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Barrot, Senhor Ministro Billström, Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos dias, aquando da apresentação do plano europeu de asilo, V. Exa., Senhor Vice-Presidente Barrot, falou da firmeza na luta contra a imigração ilegal e na humanidade no acolhimento das vítimas de perseguição. Traduzido em termos jurídicos, isso significa velar pela protecção e o direito de asilo dos que fogem da fome, da guerra e da perseguição e impedir a sua expulsão para países onde as suas vidas estejam em perigo ou onde corram o risco de tratamento desumano.

Isso é basicamente o oposto do que o Governo italiano está a fazer, como demonstra a recente repulsão preocupante de 75 imigrantes oriundos da Eritreia e da Somália para a Líbia, que aconteceu sem pelo menos se verificar se existiam alguns potenciais requerentes de asilo, tal como é exigido pelo direito internacional

e tal como foi ontem denunciado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Um acordo entre a Itália e a Líbia não pode transformar aquela faixa de mar numa zona franca onde os direitos humanos são violados.

Por conseguinte, apelo à Comissão para tomar medidas quanto antes para que as normas do direito internacional sejam repostas e respeitadas. Além disso, gostaria de saber que progressos foram feitos nas negociações sobre o acordo bilateral entre a UE e a Líbia, já em curso há vários anos. Para quando prevêem a sua conclusão? O Conselho e a Comissão podem confirmar se este acordo irá prevalecer sobre o acordo entre a Itália e a Líbia? Podem explicar ao Parlamento os pontos principais em matéria de combate à imigração ilegal e assegurar o direito de asilo e o princípio da não repulsão?

Anna Maria Corazza Bildt (PPE). – (EN) Senhor Presidente, é com enorme satisfação que faço uso da palavra pela primeira vez neste Plenário para saudar o Senhor Ministro Tobias Billström pela sua profunda compreensão, e em virtude das minhas origens italianas estou em condições de o afirmar, da grave situação com que os povos e países do Mediterrâneo se defrontam.

Gostaria de saudar os seus esforços para chegar a um consenso relativamente a uma política europeia comum de imigração, que é extremamente necessária. Gostaria também de saudar a sua iniciativa de criação do Gabinete de Apoio em matéria de asilo, que é uma forma muito prática e concreta de apoiar os Estados-Membros que se sentem sobrecarregados e de iniciar a cooperação entre os Estados-Membros.

Gostaria de perguntar ao Senhor Ministro Billström se podia, para além das medidas de que já falou, aprofundar a questão, numa perspectiva de longo prazo, das medidas que podemos tomar para apoiar os países e as pessoas do Mediterrâneo com sua abordagem, que equilibra a humanidade, a solidariedade e a firmeza contra qualquer forma de ilegalidade.

Georgios Papastamkos (PPE). – (EL) Senhor Presidente, necessitamos, sem dúvida, de uma política comum de imigração e temos de reforçar a nossa cooperação com os países terceiros e torná-la mais coesa e eficaz. No âmbito desta cooperação, a Líbia e a Turquia ocupam uma posição de destaque, tal como ficou demonstrado no debate.

A conduta da Turquia é provocatória. Recorrem repetidamente à obstrução e quero dar esse facto a conhecer aqui nesta Assembleia e enviar ao Senhor Vice-Presidente Barrot a mensagem de que a Turquia está a fazer obstrução aos helicópteros e aviões da Frontex quando estes se encontram no exercício das suas funções em missões europeias. Os eurodeputados da Nova Democracia exerceram o escrutínio parlamentar. Senhor Comissário Barrot, V. Exa. irá receber informações pormenorizadas sobre estes casos de provocação e de conduta provocatória por parte da Turquia.

Quanto à readmissão e à realocação, devemos reforçar ainda mais a Frontex e organizar voos de repatriamento conjuntos. Senhor Vice-Presidente Barrot, Senhor Presidente, não percam mais tempo e visitem a Turquia e a Líbia. O problema é muito grave. Não esperem pelo final do ano. Hoje ou amanhã...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Barbara Lochbihler (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, os guardas de fronteira dos Estados europeus não podem recusar a entrada a potenciais requerentes de asilo que chegam por mar, escoltá-los para fora do território nacional, impedi-los de continuarem viagem ou reconduzi-los para países terceiros. Isto está estatuído na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Hoje, ouvimos mais uma vez numerosos exemplos de como a Frontex não cumpre estas normas na prática. Por este motivo, necessitamos de controlos neste domínio. Precisamos destes controlos enquanto deputados ao Parlamento Europeu, pois temos a responsabilidade de velar por que as disposições da Convenção Europeia dos Direitos do Homem sejam respeitadas.

A minha pergunta é a seguinte: em que medida estamos em condições de vigiar o cumprimento destes requisitos legais em matéria de direitos humanos pelos guardas de fronteira que exercem as suas funções em águas internacionais? Há anos que sabemos que a Frontex violou direitos humanos em casos específicos. No entanto, em todas as suas actividades, a Frontex está, também, a comprometer seriamente a credibilidade da UE no que respeita à protecção dos direitos humanos.

Alf Svensson (PPE). – (SV) Senhor Presidente, obrigado, Senhor Ministro Billström. Pergunto-me se, por vezes, não ficamos um bocadinho obcecados com as palavras "imigração ilegal". Afinal, não pode ser ilegal fugir para salvar a vida, uma vez que os direitos e as liberdades fundamentais do ser humano se aplicam a todos os indivíduos, onde quer que vivam.

Gostaria de salientar que é, também, vital averiguar quais são as condições nos países de que as pessoas estão a fugir. Talvez a UE pudesse ser mais activa e intensificar a sua intervenção nesses países, de modo a que as pessoas não sejam obrigadas a fugir, só para virem a ser rotuladas como imigrantes ilegais. Talvez, como já disse, estejamos demasiado obcecados com a palavra "ilegal". Como digo, é perfeitamente legal defender os direitos e as liberdades do ser humano dentro e fora da UE.

Antonio Cancian (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã, parecia que estávamos no Parlamento italiano, sob a sua presidência. Em qualquer caso, acredito que a imigração significa segurança e respeito dos direitos humanos. Infelizmente, a globalização e o alargamento da União Europeia a 27 países aconteceram demasiado depressa, sem que tivessem sido tomadas as medidas necessárias para salvaguardar a segurança e o respeito dos direitos humanos.

Ouvi a Comissão: a estratégia é sólida e as acções futuras são excelentes, mas estamos a esquecer que o problema é urgente e dramático e que estamos perante uma situação de emergência. O que foi dito esta manhã aplica-se a uma situação normal, mas, hoje – sobretudo em Itália –, a situação não é normal. Por conseguinte, insto a Comissão a focalizar-se mais na tática do que na estratégia e a olhar o problema como inteiramente europeu. Obrigado.

Presidente. – Quem, neste momento, preside à sessão é seguramente italiano, mas o debate esteve longe de ser puramente italiano. Felizmente, pode dizer-se que foi amplo e contou com contribuições de vários quadrantes e de várias sensibilidades existentes na União Europeia.

Tobias Billström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a todos os presentes pelo muito interessante debate. Foram aqui expressas muitas opiniões de grande valia. Gostaria de mencionar o ponto de vista do senhor deputado Busuttil sobre o reforço da cooperação com a Líbia. Espero poder visitar a Líbia acompanhado pelo senhor Comissário Barrot, com vista ao desenvolvimento de relações com este país, e os trabalhos em curso com a Turquia também continuarão. Estou, igualmente, de acordo com o senhor deputado Aguilar, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, em que uma maneira de combater a imigração ilegal é abrindo as portas à imigração legal. Isto aliviaria a pressão sobre o sistema de asilo, por exemplo.

As redes criminosas que exploram o desespero das pessoas têm de ser eliminadas. A Presidência sueca irá organizar, em Bruxelas, uma conferência especial sobre esta questão e a luta contra o tráfico de seres humanos. A prioridade absoluta da Presidência sueca é tentar chegar a um acordo relativamente ao gabinete europeu de apoio em matéria de asilo e reforçar a cooperação prática. Naturalmente, esperamos poder contar com o apoio do Parlamento Europeu neste domínio.

Quero dizer à senhora deputada Alfano que é importante que os actos jurídicos aprovados pelo Conselho Europeu sejam respeitados e que todos os Estados-Membros os apliquem nos termos aprovados. É, também, importante envolver o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados no nosso trabalho, para que possamos alcançar o elevado nível de qualidade que almejamos. Devo, igualmente, dizer que estou de acordo com a avaliação do senhor deputado Kirkhope quanto à importância de distinguir asilo e imigração de trabalhadores. Naturalmente, este raciocínio leva-nos à conclusão que a UE precisa de um sistema europeu comum de asilo e de melhores oportunidades para a imigração legal de trabalhadores, com base nas necessidades nacionais, na segurança jurídica e na protecção contra o *dumping* salarial e a exploração social.

Com um tal sistema, não precisaremos das políticas dos senhores deputados Meyer, Batten ou Bontes. Precisamos de uma política de migração sensata e bem elaborada para melhorarmos a estrutura demográfica da UE, fortalecermos a economia e aumentarmos o bem-estar da população.

A senhora deputada Corazza Bildt e o senhor deputado Svensson questionaram a forma como devemos agir face às mortes no Mediterrâneo. Não existe uma solução única para o problema da migração. Ele exige um pacote de iniciativas várias, em diferentes domínios. A cooperação reforçada com os países de origem e de trânsito é particularmente importante. Por exemplo, temos de aumentar a cooperação para o desenvolvimento com estes países, a fim de gerar estabilidade, segurança e sustentabilidade.

Os países de origem e de trânsito e os Estados-Membros têm, também, de melhorar os seus serviços de socorro marítimo. A repartição das responsabilidades entre os países no que respeita aos esforços de socorro marítimo tem de ser clarificada. Além disso, temos de encontrar uma interpretação universal das normas em matéria de socorro marítimo, em termos do direito a protecção internacional, por um lado, e do direito internacional do mar, por outro.

Finalmente, em meu nome e em nome da Presidência, quero agradecer calorosamente a oportunidade de vir ao Parlamento Europeu expor as nossas opiniões. É importante salientar que a nossa estratégia deve assentar numa multiplicidade de elementos e iniciativas. Julgo que este debate não deixa dúvidas quanto a isto. Muito obrigado.

(Aplausos)

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, este debate demonstrou, se é que eram necessárias demonstrações, a escala destes problemas migratórios.

Recordo que a nossa abordagem deve equilibrar a rejeição da imigração ilegal, que é muitas vezes imputável aos passadores e traficantes, a vontade, no quadro da luta contra a imigração ilegal, de promover um certo tipo de migração legal, cuja decisão cabe aos Estados-Membros, e, ainda, a vontade de preservar, em qualquer caso, o dever de asilo.

Em primeiro lugar, quero responder muito brevemente à questão da Frontex e lembrar que estamos a preparar uma proposta de alteração do regulamento relativo a esta agência e aos seus métodos de trabalho. Tomei nota, seguramente, do desejo de maior transparência que foi manifestado.

Por outro lado, vamos tentar clarificar as regras que nos deverão ajudar a garantir uma aplicação coerente do direito comunitário e do direito internacional, no quadro das operações da Frontex.

Quanto aos problemas italianos, devo dizer que, em Julho, enviámos uma carta às autoridades italianas solicitando informações úteis sobre o repatriamento dos navios interceptados em águas internacionais. Acabámos de receber uma resposta das autoridades italianas, que os nossos serviços estão a estudar com grande detalhe.

Acrescento que a legislação comunitária exige que os Estados-Membros realizem operações de controlo nas fronteiras, em conformidade com o princípio da não repulsão. Este princípio significa que um Estado se deve abster de fazer regressar qualquer pessoa a um território onde possa correr o risco de ser submetida a tortura, pena ou tratamento desumano ou degradante. No caso dos requerentes de asilo e dos refugiados, não se pode proceder ao seu repatriamento quando as suas vidas ou a sua liberdade possam estar ameaçadas em razão da sua raça, religião ou nacionalidade. Resumindo, estamos a velar por que este dever de protecção seja respeitado.

Finalmente, quero reafirmar a nossa vontade, com o senhor Ministro Billström, de entabular com a Líbia, por um lado, e com a Turquia, por outro, um verdadeiro diálogo que nos permita ir ao fundo das questões e cooperar no domínio do controlo das fronteiras, com vista a impedir a migração ilegal, mas também estudar, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, como poderemos pôr em marcha, nos países mediterrânicos, processos que permitam que os verdadeiros requerentes de asilo não tenham de recorrer a passadores ou traficantes para alcançarem as costas europeias e possam ver os seus pedidos de asilo processados nesses países.

Será, portanto, um diálogo importante irá ocupar este último trimestre. Agradeço à Presidência sueca a sua disponibilidade para cooperar tão eficazmente.

Para concluir, gostaria de reiterar que precisamos de uma estratégia europeia em matéria de movimentos migratórios. Consideramos que os Estados-Membros se devem mostrar mais solidários uns com os outros. Os Estados-Membros são afectados pelos mesmos problemas. É preciso dizer que, em última análise, a imigração ilegal afecta todos os Estados-Membros, e não apenas os que se situam nas fronteiras externas.

Considero verdadeiramente importante firmar esta solidariedade. Propomos fazê-lo numa base voluntária, mas esta base voluntária terá, sem dúvida, de ser formalizada como uma resposta genuína aos problemas.

E é tudo; não vou alongar as respostas. Tomei muitas notas ao longo das várias intervenções.

Quero terminar apelando, com alguma insistência, à ajuda do Parlamento Europeu, designadamente no que toca a esta estratégia, a esta política europeia de asilo. Recordo – uma vez que o assunto foi referido – que era nosso desejo melhorar a aplicação do acordo de Dublin, permitindo alguma flexibilidade. Solicitámos permissão ao Conselho e ao Parlamento para criarmos este gabinete de apoio antes do final do ano, e iremos, também, preparar a harmonização dos procedimentos de instrução. Tudo isto forma uma verdadeira política europeia de asilo que, no meu entender, é inteiramente coerente com os valores que julgo serem consensuais na Europa. Acreditamos nestes valores. Temos de os traduzir em acções.

Agradeço, em todo o caso, ao Parlamento Europeu por nos ajudar nesta difícil missão.

(Aplausos)

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Elisabetta Gardini (PPE), por escrito. – (IT) A imigração ilegal é um verdadeiro flagelo que há vários anos afecta principalmente os países do sul da UE, em especial Itália, Malta e Espanha. É sabido que de todos os Estados-Membros da UE, o Governo italiano é o que acolhe o maior número de imigrantes ilegais, pessoas desesperadas provenientes sobretudo de África, à procura de um futuro melhor.

Contrariamente às alegações dos representantes da esquerda italiana, que pela enésima vez fizeram uso impróprio do Parlamento Europeu para lançarem ataques injustificados contra o Governo italiano chefiado por Silvio Berlusconi, os centros de primeiro acolhimento fornecem cuidados médicos, alojamento e alimentação, assim como apoio judiciário, durante o tempo que for necessário para determinar se um imigrante ilegal pode permanecer em Itália ou se, em conformidade com os acordos internacionais, deve ser repatriado.

É urgente aprovarmos medidas comunitárias eficazes em matéria de imigração e asilo. Não podemos, com fundamento sério, pensar que a Itália pode suportar todos os encargos associados a um fenómeno que, ao que tudo indica, aumentará exponencialmente.

Alguns deputados referiram a hipótese de estabelecer "quotas para a imigração ilegal". É um caso de boas intenções, infelizmente não sustentadas por uma vontade política concreta: só recentemente a Presidência sueca realçou a dificuldade em fazer aceitar essas quotas.

Louis Grech (S&D), por escrito. – (EN) Saúdo este debate, que coloca em evidência as políticas fragmentadas e incoerentes da UE em matéria de controlo fronteiriço, imigração e asilo. Folgo em ouvir que o Conselho e a Comissão reconhecem estas questões como prioritárias, mas até agora só vimos aprovar meias medidas para as solucionar e nenhuns resultados significativos. Parece que há falta de vontade política ao nível da UE para disponibilizar os recursos adequados à resolução equitativa destas questões. Actualmente, os Estados-Membros com fronteiras externas suportam a maior parte dos encargos e a sua situação agrava-se de dia para dia devido à falta de recursos e de capacidade. Ultimamente, foram debatidas algumas boas propostas, como a revisão do mandato da Frontex, um sistema de reinstalação de refugiados à escala comunitária e a criação de um gabinete europeu de apoio em matéria de asilo. Insto a Comissão a agir com celeridade na sua aplicação. Precisamos de mais soluções assentes na partilha de encargos, uma vez que é a única resposta adequada. A Comissão e o Conselho devem mostrar mais determinação, libertando os fundos necessários à Frontex. A fim de proteger eficazmente as nossas fronteiras, a Frontex deverá dispor de equipamento e bens próprios e funcionar ao longo de todo o ano.

Marian-Jean Marinescu (PPE), por escrito. – (RO) O futuro alargamento do espaço Schengen à Roménia aumentará a importância de garantir a segurança das fronteiras externas do país e, consequentemente, do papel da Frontex neste Estado-Membro. A Frontex deverá intervir cada vez mais no processo de reforço da vigilância e do controlo nas fronteiras externas da Roménia, que representam mais de 2 000 km da fronteira externa da UE ou, por outras palavras, da futura fronteira externa do espaço Schengen. No ano passado, a Frontex assinou acordos de cooperação com a Rússia e com os países da ex-República da Jugoslávia, assim como com a Ucrânia e a Moldávia. Este é um passo rumo à gestão de todas as fronteiras. Uma medida bem-vinda, nesta altura, seria o estudo, por parte da Comissão Europeia, das formas como a Frontex pode utilizar esta base jurídica. A possibilidade de assinar acordos de cooperação com outros países terceiros é mais uma matéria que a Comissão deve explorar. A celebração do maior número possível de acordos deste tipo facilitará uma coordenação eficaz das operações conjuntas e, em consequência, contribuirá para o respeito dos direitos humanos e das liberdades cívicas e para a luta contra a criminalidade transfronteiras.

Tiziano Motti (PPE), por escrito. – (IT) Estou de acordo com a afirmação proferida pelo senhor deputado Buzek de que a imigração foi sempre benéfica para a Europa, no que se refere à imigração regulamentada, integrada e respeitadora das instituições e leis do país de acolhimento. Quando a renovação social e a rotação da mão-de-obra são necessárias, quando o intercâmbio cultural enriquece os povos, a imigração é um recurso precioso. As nossas raízes judaico-cristãs incutem-nos o sentimento de caridade e hospitalidade para com os que sofrem.

Porém, quando a imigração ilegal resulta em situações de emergência, em sofrimento, em criminalidade e em insegurança, torna-se necessária uma estratégia concreta de integração sustentável em termos demográficos. Estamos a iludir-nos se acreditamos que o problema está circunscrito aos países que fazem fronteira com o Mediterrâneo: a livre circulação dos cidadãos na UE só pode favorecer a livre circulação de muitos imigrantes ilegais que se entregaram à prática de actividades criminosas. O interesse de cada Estado europeu é moral e directo, uma vez que a situação está relacionada com a questão da criminalidade e da segurança dos 500 milhões de cidadãos que nos atribuíram um mandato para os protegermos, com acções urgentes e concretas, contra problemas já existentes ou cuja rápida evolução é previsível. Os direitos dos cidadãos não podem ser trocados pela indiferença generalizada dos Estados-Membros ou por advertências solónicas da Comissão Europeia.

PRESIDÊNCIA: Alejo VIDAL-QUADRAS

Vice-presidente

5. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Acordo CE/Mongólia sobre certos aspectos dos serviços aéreos (A7-0001/2009, Brian Simpson)

5.2. Acordos CE-China relativos aos transportes marítimos (A7-0002/2009, Brian Simpson)

5.3. Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE (A7-0008/2009, Reimer Böge)

5.4. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (A7-0006/2009, Reimer Böge)

5.5. Projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2009 (A7-0003/2009, Jutta Haug)

5.6. Projecto de orçamento rectificativo n.º 7/2009 (A7-0009/2009, Jutta Haug)

5.7. Projecto de orçamento rectificativo n.º 8/2009 (A7-0010/2009, Jutta Haug)

Presidente. – Estão encerradas as votações.

6. Declarações de voto

Declarações de voto escritas

- Relatório: Brian Simpson (A7-0001/2009)

David Casa (PPE), por escrito. – (EN) Em resultado dos acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias nos processos "Céu Aberto", a Comissão permitiu a substituição de acordos bilaterais que haviam sido celebrados entre alguns Estados-Membros e países terceiros por acordos comunitários. Consequentemente, a Comissão negociou um acordo que irá substituir os acordos bilaterais entre a Mongólia e certos Estados-Membros da UE.

Nuno Teixeira (PPE), por escrito. – Com vista à substituição de algumas provisões de acordos bilaterais de serviços aéreos celebrados anteriormente entre Estados-Membros da União Europeia e o Governo da Mongólia, esta proposta incide sobre aspectos que considero essenciais, tanto ao nível técnico, como de tributação de combustível e de prática de preços.

Parece-me, sobretudo, relevante a ressalva da importância do respeito da legislação de concorrência comunitária, já que algumas disposições de acordos bilaterais anteriores eram manifestamente anti-concorrenciais. Desta forma, apoio o relatório do meu colega Brian Simpson por estar em conformidade com estas linhas gerais de orientação.

- Relatório: Brian Simpson (A7-0002/2009)

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Quando a Roménia e a Bulgária aderiram à UE, o seu Acto de Adesão previa a celebração de um protocolo modificativo do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a UE e os seus Estados-Membros, por um lado, e a China, por outro. Este voto é favorável à conclusão desse protocolo.

- Relatório: Reimer Böge (A7-0008/2009)

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade da UE a favor da França porque considero que este fundo contribui para dar resposta, de forma eficaz e flexível, às situações criadas pelos desastres naturais, neste caso a tempestade que, em Janeiro último, afectou o Sudoeste de França causando grandes prejuízos. Através deste instrumento financeiro de solidariedade, que é concedido nos casos em que os danos ocasionados por uma catástrofe de tal gravidade que os recursos nacionais não são suficientes para responder eficazmente à crise, pretende-se estimular a recuperação económica e responder às necessidades do Estado-Membro afectado.

Jean-Pierre Audy (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do meu estimado colega e amigo alemão, senhor deputado Reimer Böge, que insta o Parlamento Europeu a aprovar a proposta de decisão relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia em cerca de 109 milhões de euros em dotações de autorização e pagamento em 2009, a fim de prestar assistência à França, vítima de uma catástrofe causada pela tempestade "Klaus" que, em Janeiro de 2009, afectou 31 departamentos no Sudoeste do país, causando prejuízos consideráveis, estimados em cerca de 4 mil milhões de euros. Aproveito esta intervenção para felicitar o senhor deputado Lamassoure, presidente da Comissão dos Orçamentos do nosso Parlamento, pela celeridade com que, em conjunto com os serviços da Comissão Europeia, deu seguimento a este dossiê.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Em Janeiro de 2009, o Sudoeste francês foi assolado por uma tempestade, que causou prejuízos graves, conferindo à França o direito de se candidatar a verbas do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Votei a favor da mobilização destas verbas.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Entendo que a solidariedade entre Estados-Membros da União Europeia e, em particular, o apoio europeu aos estados vitimados por catástrofes, constituem um sinal claro de que a União Europeia não é já apenas um espaço de livre comércio. Ao adoptar instrumentos de ajuda especial como o Fundo de Solidariedade da União Europeia, a comunidade que se pretende construir "unida na diversidade" demonstra ser capaz de permanecer unida na adversidade, mesmo nas situações de particular exigência humana e material. Não posso deixar de me congratular por isso.

Faço votos para que o Fundo de Solidariedade não seja usado demasiadas vezes – isso significaria que a Europa não sofrerá muitas emergências graves – mas desejo, também, que a sua estrutura e disponibilidade seja crescentemente melhorada e frequentemente avaliada de modo a poder fazer face a eventuais necessidades reais de modo célere e não burocrático.

Recordo os incêndios que vêm assolando o meu país, em particular os de 2003, e reconheço a importância e a utilidade da existência de mecanismos como este Fundo. Considero que a situação particularmente grave que se viveu em França em Janeiro do presente ano justifica a sua mobilização. O voto esmagadoramente favorável em sede de comissão de orçamentos confirma a bondade desta medida.

Véronique Mathieu (PPE), *por escrito*. – (FR) Saúdo a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia – de que a França beneficiará – para ajudar a reparar os danos causados pela tempestade de Janeiro de 2009, que atingiu duramente o sector florestal francês e europeu. Os montantes afectados deverão estar disponíveis em Outubro de 2009; por outras palavras, nove meses após a tempestade. Trata-se de uma intervenção mais rápida do que o tempo médio de intervenção do Fundo, que é de cerca de um ano entre a ocorrência da catástrofe e o pagamento das ajudas.

Embora nos devamos congratular com este progresso, importa continuarmos a solicitar uma disponibilização mais célere do Fundo. O actual procedimento de gestão do Fundo de Solidariedade constitui um entrave. Todavia, uma proposta revista de regulamento foi apresentada pela Comissão Europeia e apoiada por uma larga maioria do Parlamento, em Maio de 2006. Lamento que o Conselho ainda não tenha dado seguimento

a este dossiê e exorto-o a ponderar, com a maior brevidade possível, uma gestão mais rápida do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

- Relatório: Reimer Böge (A7-0006/2009)

Jean-Pierre Audy (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do meu estimado colega e amigo alemão, senhor deputado Reimer Böge, que insta o Parlamento Europeu a aprovar a proposta de decisão relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) em cerca de 4,1 milhões de euros em dotações de autorização e pagamento, a fim de prestar assistência ao sector têxtil de Espanha e de Portugal (regiões da Catalunha e do Norte-Centro). O objectivo é propiciar auxílio aos trabalhadores afectados pelas consequências das importantes mutações na estrutura do comércio mundial e contribuir para a sua reinserção no mercado de trabalho. Partilho a opinião dos meus colegas no que respeita à necessidade de acelerar a mobilização deste fundo e de avaliar a sua complementaridade com outros instrumentos existentes, como o Fundo Social.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que permite prestar um apoio complementar aos trabalhadores portugueses afectados pelos despedimentos verificados no sector dos têxteis e que sofrem as consequências de profundas mudanças estruturais a nível do comércio mundial.

A mobilização de 832.800 euros a título do Fundo visa reintegrar os trabalhadores no mercado de trabalho através de planos pessoais de emprego, concebidos em conjunto com os trabalhadores, que prevejam o desenvolvimento de competências pessoais e estratégias de integração no mercado de trabalho.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Os apoios da UE, em particular o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, são fundamentais no auxílio aos desempregados, vítimas das deslocalizações verificadas num contexto globalizado. Portugal tem sentido nos últimos anos, e em especial como consequência da crise económica mundial, os efeitos da difícil reabsorção e reintegração dos desempregados no mercado de trabalho.

São inúmeras as empresas que deslocalizaram devido aos reduzidos preços do factor trabalho que se verificam, por exemplo, na China e na Índia, com efeitos nefastos para toda a economia nacional. A aprovação de verbas do FEG, destinada a ajudar estes trabalhadores, é fundamental para uma melhoria não só da sua situação pessoal e familiar, mas também para toda a economia nacional, uma vez que, a prazo, o objectivo destas medidas de carácter excepcional é ajudar os referidos trabalhadores a encontrar e conservar um novo emprego.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Voto favoravelmente porque considero que este apoio é importante para os trabalhadores portugueses. No entanto, considero que a candidatura portuguesa foi pouco ambiciosa. Repare-se que o Governo português solicitou ao FEG um montante de 833 euros por cada trabalhador afectado pelo despedimento no sector têxtil, enquanto que a Espanha solicitou para o mesmo sector 3006 euros por cada trabalhador.

Ainda de registar, com alguma surpresa, que numa altura de crise económica e de aumento da taxa de desemprego, onde se sentem os efeitos da globalização, o FEG tenha pouca procura e utilização por parte dos Estados-Membros. Na verdade, o FEG dispõe de um montante de 500 milhões de euros para o corrente ano, para todos os Estados-Membros, e até ao momento só foram utilizados cerca de 60 milhões de euros.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Votámos favoravelmente este relatório dado que o Parlamento Europeu dá luz verde a 832.800 euros para Portugal destinados a auxiliar trabalhadores despedidos na indústria têxtil do Norte e Centro de Portugal. Embora seja uma verba diminuta e não passe de um mero paliativo dada a grave situação de desemprego que se vive em Portugal, designadamente nestas regiões.

Como se sabe, o pedido desta verba foi feito por Portugal à Comissão Europeia, em Janeiro deste ano, e diz respeito a 1.588 despedimentos registados, de Fevereiro a Novembro de 2008, em 49 empresas do sector têxtil no Norte e Centro do país.

Entretanto, foram também aprovados 3.306.750 euros que se destinam a apoiar 1.720 trabalhadores despedidos de 30 empresas do sector têxtil situadas na Catalunha, em Espanha.

Mas o que verdadeiramente se impunha era uma política de apoio à produção, designadamente ao sector têxtil, para impedir que prossigam os encerramentos de empresa e mais despedimentos.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Embora esteja de acordo com o princípio básico, considero que a gravidade da crise exige disposições de uma amplitude totalmente diferente, em especial para permitir o acesso das PME ao crédito e para disponibilizar um crédito favorável ao emprego, ao desenvolvimento do território e ao desenvolvimento das capacidades humanas.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) As candidaturas apresentadas pela Espanha e por Portugal à contribuição do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) colocam em evidência, mais uma vez, as consequências da globalização. Nos países do Sudeste Asiático e, em particular, nas zonas económicas especiais, onde os trabalhadores são explorados e não gozam da protecção de normas sociais mínimas, os têxteis estão a ser produzidos a preços de *dumping*, sendo depois vendidos no mercado europeu.

As empresas europeias, que respeitam os direitos sociais dos trabalhadores estabelecidos e conquistados ao longo de décadas, encontram-se, consequentemente, em situação de desvantagem por força dos custos mais elevados que suportam. É necessário travar de imediato o agravamento desta tendência. Temos de proibir, com a maior brevidade possível, a importação para a UE de produtos que não sejam produzidos ao abrigo de normas sociais mínimas específicas. Até lá, resta-nos trabalhar para minimizar os danos causados pela globalização nos países em questão. Por conseguinte, votei sem reservas a favor da libertação das dotações.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – Ao reconhecer o impacto negativo resultante do processo de globalização notório nas regiões europeias de cariz industrial, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEAG) assenta na solidariedade do projecto europeu e aproxima-o do cidadão ao prestar auxílio aos trabalhadores mais afectados por estas mudanças. As regiões do Norte e do Centro de Portugal, cuja economia se baseava em sectores tradicionais como o têxtil, têm vindo a modernizar-se desde o início da década de 90 procurando adaptar-se a um aumento galopante da concorrência.

O têxtil absorve cerca de 15% da mão-de-obra nestas áreas do país e quase 98% do desemprego do sector a nível nacional está concentrado nas duas regiões. A deterioração do enquadramento económico que tem prejudicado estas regiões, a par de outras - nomeadamente as ultraperiféricas como a Madeira, onde o turismo assume uma grande importância - tem tido consequências preocupantes a nível da coesão social, sobretudo por via do aumento do desemprego. Desta forma, apoio a mobilização de 832.800 Euros do FEAG, no seguimento do despedimento de 1.588 trabalhadores do sector têxtil nas regiões do Norte e Centro de Portugal, montante que deve ser aproveitado criteriosamente para a reconversão destes trabalhadores e a sua reincorporação no mercado de trabalho de forma célere e sustentável.

- Relatório: Jutta Haug (A7-0003/2009)

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) O anteprojecto de orçamento rectificativo abrange a revisão dos recursos próprios tradicionais, do IVA e do RNB e fornece ajustamentos baseados em previsões económicas. A proposta é extremamente técnica, pelo que me limitarei a declarar que votei favoravelmente.

- Relatório: Jutta Haug (A7-0009/2009)

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Em Janeiro de 2009, o Sudoeste da França foi atingido por uma tempestade que causou prejuízos graves e que, em consequência, confere ao país acesso aos fundos do FSUE. Sou favorável ao seguimento do parecer da relatora, por meio da aprovação do projecto de orçamento rectificativo n.º 7/2009.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Considero inadmissível misturar na mesma votação as dotações destinadas a promover a vacinação contra a febre catarral ovina e as dotações para a Europol e a Eurojust. Sou a favor das dotações para a erradicação da febre catarral, mas sou contra as dotações para a Europol e a Eurojust.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Em Janeiro de 2009, a França foi atingida por uma violenta tempestade. A tempestade "Klaus" causou devastação, sobretudo nas infra-estruturas do país. O objectivo do Fundo de Solidariedade é cobrir parte dos custos dos danos que devem ser pagos pelo erário público. Este caso cumpre todos os critérios. Por este motivo, e, em especial, por motivos de solidariedade transfronteiras para com os cidadãos franceses que sofreram ou, em alguns casos, ainda sofrem as consequências da tempestade "Klaus", votei a favor do projecto de orçamento rectificativo.

Robert Rochefort (ALDE), *por escrito*. – (FR) Saúdo a aprovação do relatório da nossa colega Jutta Haug, que apoiei sem reservas. Com este voto, possibilitamos a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia pela segunda vez este ano. Com efeito, depois de ter prestado auxílio à Roménia, a União Europeia

manifesta agora a sua solidariedade para com a população francesa que, em Janeiro de 2009, sofreu as graves consequências da devastadora e muito violenta tempestade "Klaus", que foi qualificada como "grande catástrofe natural", sendo assim abrangida pelo domínio principal de aplicação do FSUE. No total, foram disponibilizados mais de 120 milhões de euros.

Como todos sabem, esta ajuda é extremamente necessária nos departamentos do Sudoeste do meu país, que sofreram prejuízos consideráveis. Quero agradecer aos meus colegas por terem votado a favor do relatório. Agora, será certamente preciso velar por que o Governo francês envolva as autoridades locais de forma equitativa no processo e por que estas não sejam lesadas na utilização deste montante. Com efeito, seria inadmissível se apenas o sector privado beneficiasse dessas verbas.

- Relatório: Jutta Haug (A7-0010/2009)

John Stuart Agnew, John Bufton e David Campbell Bannerman (EFD), *por escrito*. – (EN) Reconhecemos a necessidade muito real de uma vacina contra a febre catarral, em especial para os criadores de bovinos e ovinos do Sul e Leste de Inglaterra, que, por meio da vacinação em massa nas suas explorações agrícolas, criaram uma barreira contra a febre catarral, que trouxe benefícios aos criadores do Norte e Oeste. Para votarmos a favor do financiamento comunitário desta vacina, somos obrigados (na mesma votação) a votar a favor do aumento do financiamento destinado à Eurojust e à Europol. Estas duas agências operam à margem dos limites aceitáveis pela legislação britânica, contribuindo para aumentar dramaticamente o poder do Estado em prejuízo da liberdade do indivíduo. É desprezível que a UE tente esconder tais disposições neste tipo de relatórios e que depois exija que os deputados ao PE os votem na globalidade e não por partes. Assim sendo, não pudemos, em boa consciência, apoiar tal relatório, o que explica a nossa abstenção na votação desta matéria.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) O relatório incidia sobre alterações ao orçamento que criam novas dotações, num total de 51 640 000 euros. Estes fundos serão afectados ao combate à febre catarral, à criação de um reactor de alto fluxo, assim como à Europol e ao OLAF. O meu voto vai ao encontro do parecer da relatora.

Derek Roland Clark (EFD), *por escrito*. – (EN) Reconheço a necessidade muito real de uma vacina contra a febre catarral e deploro a recusa do Governo britânico em prestar auxílio à sua população agrícola nesta importante questão. O relatório continha disposições relacionadas com esta situação. Contudo, o relatório continha, também, disposições sem qualquer relação com a agricultura, que teriam tido um impacto desastroso no Reino Unido. Em particular, o relatório solicitava a atribuição de financiamento à Eurojust e à Europol, agências que operam à margem dos limites aceitáveis pela legislação britânica.

É desprezível que a UE tente esconder tais disposições neste tipo de relatórios e que depois exija que os deputados ao PE os votem na globalidade e não por partes. Assim sendo, não pude, em boa consciência, apoiar tal relatório, o que explica o meu voto na matéria.

Nigel Farage (EFD), *por escrito*. – (EN) Reconheço a necessidade muito real de uma vacina contra a febre catarral e saliento a atitude displicente do Governo britânico nesta importante questão. O relatório continha disposições relacionadas com esta situação. Contudo, o relatório continha, também, disposições sem qualquer relação com a agricultura, que teriam tido um impacto desastroso no Reino Unido.

Em particular, o relatório solicitava a atribuição de financiamento à Eurojust e à Europol, agências que operam à margem dos limites aceitáveis pela legislação britânica. É desprezível que a UE tente esconder tais disposições neste tipo de relatórios e que depois exija que os deputados ao PE os votem na globalidade e não por partes. Assim sendo, não pude, em boa consciência, apoiar tal relatório, o que explica o meu voto na matéria.

Mairead McGuinness (PPE), *por escrito*. – (EN) Os deputados do Fine Gael, do grupo PPE, votaram a favor do projecto de orçamento rectificativo n.º 8/2009. Salientamos que este voto inclui a criação de uma rubrica orçamental destinada a fornecer financiamento suplementar ao reactor de alto fluxo (HFR) de Petten, nos Países Baixos. Inicialmente, esta instalação foi montada com o objectivo de avaliar os materiais utilizados nos reactores de fusão e de cisão. Veio a tornar-se uma instalação indispensável para a produção de radioisótopos médicos, que satisfaz cerca de 60% da procura europeia. O relatório apoia ainda, entre outros aspectos, um reforço do orçamento destinado à erradicação da febre catarral e da assistência ao policiamento e à luta antifraude na Europa. No âmbito geral, dada a natureza do HFR e o sortido de rubricas orçamentais abrangidas, a delegação do Fine Gael votou a favor do projecto de orçamento rectificativo n.º 8/2009.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório supramencionado, que inclui um aumento das dotações para programas de erradicação e de vigilância das doenças animais, bem como de vigilância das condições físicas dos animais que representam um risco para a saúde pública causado por factores externos.

Paralelamente, gostaria de sublinhar a minha discordância com as outras questões abrangidas pelo relatório, que não deveriam ter sido nele incluídas:

- Criação da rubrica orçamental 10 04 04 02 (Exploração do reactor de alto fluxo (HFR));
- Criação da rubrica orçamental 18 05 02 03 (Serviço Europeu de Polícia);
- Reforço da subvenção comunitária a favor da EUROJUST;
- Alterações do quadro do pessoal do OLAF, sem dotações financeiras complementares.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) O relatório sobre o projecto de orçamento rectificativo n.º 8/2009 da União Europeia para o exercício de 2009 inclui alguns pontos contraditórios. O relatório incide simultaneamente sobre o aumento dos recursos destinados a erradicar a febre catarral dos ovinos, o desenvolvimento de um programa de investigação relativo à exploração de um reactor nuclear instalado nos Países Baixos, os programas Europol e Eurojust e o OLAF.

Ao votar contra este projecto de relatório, não quis, evidentemente, opor-me a disposições que são de importância vital para os criadores de ovinos.

Quis, sim, tomar uma posição contra o crescente recurso à energia nuclear.

Acima de tudo, quis reafirmar o meu empenho no combate à construção de uma Europa fortaleza, securitária e ineficaz na garantia da segurança dos nossos cidadãos, por meio dos orçamentos da Europol e da Eurojust.

É necessário refrear estas políticas que, em nome da luta contra a insegurança e o terrorismo, enfraquecem cada vez mais os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como rever e redefinir os mandatos dos vários organismos e agências da Comunidade que intervêm nestas políticas.

7. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 11H20, é reiniciada às 11H35)

PRESIDÊNCIA: Jerzy BUZEK

Presidente

8. Alocução inaugural do Presidente do Parlamento Europeu

Presidente. – Senhora e Senhores Presidentes do Parlamento Europeu, Senhoras e Senhores Ministros, Senhoras e Senhores Presidentes e representantes das Instituições Europeias, Senhoras e Senhores Deputados e, acima de tudo, caros amigos.

Apresento-me hoje perante vós como o décimo terceiro Presidente do Parlamento Europeu eleito por sufrágio directo. É com alegria que constato a presença entre nós de vários antigos Presidentes: Emilio Colombo, Enrique Barón Crespo, Egon Klepsch, Klaus Hänsch, José María Gil-Robles, Nicole Fontaine, Pat Cox e Hans-Gert Pötering.

(Aplausos)

A vossa presença é um grande privilégio para todos nós.

Como muitos de vós afirmaram, a minha eleição é, também, simbólica – simboliza o sonho de um continente unido, acalentado pelos cidadãos da nossa parte da Europa, um sonho que agora se concretiza.

Caros colegas da Estónia, da Letónia, da Lituânia, da Eslováquia, da República Checa, da Hungria, da Eslovénia, da Roménia, da Bulgária, de Chipre e de Malta, conheço e compreendo as preocupações, as necessidades e as expectativas dos que aderiram recentemente à União Europeia. Conheço-as porque são idênticas às do meu país. Contudo, assumimos neste momento uma responsabilidade partilhada pelo futuro do nosso

continente. A velha e a nova Europa cessaram de existir. Esta é a nossa Europa! Queremos que seja moderna e forte. E queremos que os nossos cidadãos a vejam como tal. Isto requer energia e muito trabalho. É um objectivo com que várias gerações de europeus sonharam e que é merecedor do grande esforço necessário para o alcançar. Estou preparado para realizar esse trabalho e para fazer esse esforço, porque este sonho era também o meu sonho.

(Aplausos)

Senhoras e Senhores Deputados, no início desta nova legislatura, a Europa e nós – os seus representantes – enfrentamos muitos desafios. Temos de estar à altura desses desafios. Não podemos esquecer que, na luta por uma Europa melhor, o Parlamento Europeu desempenha um papel especial, um papel que não só é institucional, mas também social, um papel que é profundamente simbólico. O Parlamento Europeu é a essência do sistema democrático europeu. É a base da continuidade e da estabilidade deste sistema, um guardião dos ideais e dos valores consubstanciados não só nas nossas decisões e nas suas consequências, mas também nos nossos debates. Mas o Parlamento Europeu tem outra tarefa a cumprir – a tarefa de criar uma visão de uma nova Europa, uma visão que se estenda para lá do presente e do que a Europa é actualmente, para aquilo que deverá ser. Para juntos criarmos esta visão, precisamos de imaginação, de conhecimentos, de sabedoria e, acima de tudo, de coragem.

Hannah Arendt, filósofa alemã de origem judaica, afirmou que a política é o único domínio da vida, com excepção da religião, em que podem acontecer milagres. Há precisamente 20 anos, testemunhámos na Europa um desses milagres, e é por este motivo que acreditamos no poder da coragem, da imaginação e da sabedoria. Penso que todos os presentes partilham esta convicção.

(Aplausos)

Encaro com optimismo os desafios que nos esperam. No meu entender, os desafios que teremos de enfrentar são os seguintes: primeiro, a crise económica e a solidariedade europeia; segundo, a energia e o ambiente; terceiro, a política externa; quarto, os direitos humanos e o nosso sistema de valores; quinto, o nosso Parlamento e a sua reforma.

A questão mais penosa e complexa com que nos confrontamos é a crise económica. Temos de superá-la e iremos superá-la. A Europa assumiu a liderança, propondo soluções nas Cimeiras do G8 e do G20, soluções que, sem colocarem em causa o nosso modelo social, podem ajudar o mundo a relançar a economia internacional. Face à globalização, a Europa tem de falar a uma só voz.

Agora, mais do que nunca, nesta época de crise, devemos focalizar-nos no crescimento económico e na luta contra o desemprego. Temos de revitalizar as ideias da Estratégia de Lisboa e de encontrar formas de investir nas novas tecnologias, na inovação, na educação e nos recursos humanos. O orçamento comunitário é fundamental para dotar os programas europeus de investigação de prioridades e de procedimentos inequívocos.

Ao abrigo do novo Tratado, o Parlamento e o Conselho dispõem de poderes orçamentais idênticos. O procedimento de co-decisão será aplicável à agricultura, às pescas, ao comércio externo e à justiça e assuntos internos, e conferir-nos-á, ainda, responsabilidades iguais no domínio das despesas agrícolas.

É imperioso resistirmos à tentação do proteccionismo e da renacionalização das políticas comuns. A política de coesão deve continuar a ser uma das prioridades do próximo orçamento comunitário, para que possamos alcançar a plena integração do nosso continente reunificado. O mercado único é o nosso grande feito. Devemos defendê-lo e consolidá-lo, para que a Europa permaneça competitiva. Isto implica reforçar a integração europeia e não enfraquecê-la. Não temamos agir de acordo com as nossas convicções.

Se queremos revitalizar, compreender e viver na Comunidade que estamos a construir, duas coisas são essenciais: solidariedade e coesão social. Para que exista uma genuína comunidade, é necessário que nos preocupemos com todos, sobretudo com os mais vulneráveis – os desempregados, as pessoas sem habilitações, os habitantes de regiões remotas. A luta contra o desemprego é o principal objectivo da Presidência sueca. Apoiá-la-emos activamente nessa tarefa.

Do lado de lá da Cortina de Ferro, gritou-se a dada altura nas ruas: "a liberdade não pode existir sem a solidariedade". Agora, podemos afirmar: "a comunidade não pode existir sem a solidariedade". Nem pode existir uma Europa moderna e forte.

(Aplausos)

Não podemos superar a crise económica sem fazermos uso do vasto potencial intelectual, económico e criativo das mulheres.

A crise demográfica exige o apoio à família e à natalidade. Devemos, também, velar por que as mulheres não tenham de sacrificar as suas carreiras pela família e pela educação dos filhos.

(Aplausos)

Para superarmos a crise demográfica e, simultaneamente, preservarmos os nossos princípios democráticos, temos de ser uma comunidade aberta. A imigração trouxe sempre benefícios à Europa. Temos de propor soluções que nos permitam acolher os imigrantes, criar condições para a sua integração e esperar que estejam abertos a essa integração.

Enfrentamos uma crise energética. Talvez os europeus não percebam muito de geopolítica, mas entendem perfeitamente quando o aquecimento lhes é cortado. Temos de continuar a diversificar os nossos recursos energéticos e a aumentar o investimento nas fontes de energia renovável e nos combustíveis fósseis. A energia nuclear está à nossa disposição e cabe aos Estados-Membros decidir nesta matéria.

Temos de alargar a rede externa de gasodutos, para que não fiquemos dependentes de qualquer país em particular. Precisamos de reforçar as interconexões entre as nossas redes de aprovisionamento de gás e de electricidade. Devemos, também, considerar a possibilidade de efectuar aquisições comuns de gás, a fim de criarmos um verdadeiro mercado energético europeu assente na solidariedade. Acredito que é chegada a hora de a União Europeia ter uma verdadeira política energética comum e envidarei grandes esforços nesse sentido.

(Aplausos)

Foi, também, a energia que esteve na base da criação, em 1951, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que constituiu a semente da qual brotou a nossa Comunidade. Robert Schuman declarou então: "A solidariedade de produção assim alcançada revelará que qualquer guerra (...) se tornará não apenas impensável como também materialmente impossível". Era esta a ideia original daquela Comunidade. A nossa política energética deve ter em conta as ameaças ambientais que decorrem das alterações climáticas. Precisamos de uma revolução verde e de refrear os nossos excessos.

O Parlamento Europeu está a conduzir o debate nesta matéria. Juntamente com muitos de vós, fiz parte da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas. Conhecem a minha posição e sabem que colaborarei convosco para alcançarmos um compromisso em Copenhaga.

O Parlamento é um actor importante na cena internacional. É isto que os nossos cidadãos esperam de nós. A Europa deve estar mais presente, não só dentro das fronteiras da União Europeia, mas também no mundo. O desenvolvimento de uma política externa coerente e eficaz, com uma visão da ordem mundial, deve ser um dos grandes desafios desta legislatura.

Jean Monnet disse um dia que todas as pessoas têm ambição. O que importa saber é se as pessoas utilizam essa ambição para serem alguém ou para realizarem alguma coisa. Durante esta legislatura, tenhamos a ambição de realizar alguma coisa.

Quais são, então, os objectivos mais importantes? Primeiro: uma política de vizinhança activa a Sul e a Leste da União Europeia. Para tal, devemos dar continuidade ao nosso trabalho na Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e tomar medidas no âmbito da Assembleia Euronest.

Segundo: promover a democracia e modelos de boa governação. Devemos tirar partido das assembleias interparlamentares e das nossas delegações para realizarmos cimeiras parlamentares, na perspectiva das cimeiras bilaterais da União. Isto é importante, uma vez que o Parlamento Europeu passará a participar nas decisões relativas a um maior número de políticas. A EUROLAT é um bom exemplo deste tipo de cooperação.

Terceiro: já é tempo de estabelecermos uma genuína parceria parlamentar transatlântica, que nos permita construir em conjunto um novo quadro para a ordem mundial. Envidarei esforços no sentido de estreitar relações com o Congresso dos Estados Unidos, a todos os níveis.

Quarto: temos de desenvolver a nossa parceria estratégica com a Rússia, nunca esquecendo que, tal como nas nossas relações com a China, os interesses económicos e políticos não podem sobrepor-se aos direitos humanos, ao Estado de direito e à democracia.

(Aplausos)

Enquanto Presidente do Parlamento Europeu, tenciono empenhar-me activamente no diálogo com os nossos parceiros russos, nomeadamente no âmbito da nova Estratégia para o Mar Báltico.

Quinto: temos de reforçar as nossas relações com a Índia e com outras potências emergentes, como o Brasil e a República da África do Sul. A Índia deve ser nossa parceira, tanto a nível económico como político.

Sexto: o Médio Oriente continua a ser a chave da estabilidade mundial. A Europa deve desempenhar um papel activo nesta região.

Sétimo: o alargamento tem sido uma das nossas estratégias políticas mais bem-sucedidas. Quais dos nossos antepassados europeus conheceram um período tão duradouro de paz e de prosperidade como o que presentemente vivemos? Hoje, a Croácia e, talvez, a Islândia afiguram-se como os países mais próximos da adesão.

Oitavo: a União Europeia é o maior doador de ajuda a nível mundial. Temos de fazer um balanço dos actuais e potenciais beneficiários e não podemos esquecer as nossas obrigações para com eles, no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. É possível que fechemos as portas a quem a elas bate, mas não fechemos os nossos corações e empenhemo-nos em aproximar o nível de vida nos seus países dos padrões europeus.

Nono: temos de reforçar as missões da UE, no âmbito da Política Europeia de Segurança e de Defesa. Realizámos 22 destas missões, ao longo dos últimos seis anos, que deverão ser munidas de um mandato claro e dos recursos necessários à sua execução. O Parlamento Europeu tenciona apertar o controlo e a vigilância destas missões. Os poderes orçamentais mais vastos que o Parlamento adquirirá com o Tratado de Lisboa poderão melhorar a nossa flexibilidade na afectação de recursos às missões essenciais que apoiamos.

A aplicação do novo Tratado deve ser a nossa prioridade no futuro imediato. Estou empenhado em preparar o Parlamento para funcionar em conformidade com as novas disposições, assim que o Tratado entre em vigor. Porém, independentemente do Tratado, sentimos a necessidade de mudança. Sentimos a necessidade de dinamizar a dimensão parlamentar da nossa instituição.

Enquanto Presidente do Parlamento, tenciono tirar partido do trabalho vital que foi iniciado, nos últimos anos, pelos meus predecessores, no domínio da reforma parlamentar. Mas temos de ir mais longe. Farei tudo ao meu alcance para criar mais espaço para o debate político criativo no nosso Parlamento.

(Aplausos)

Apoio firmemente um maior recurso às intervenções segundo o procedimento "catch-the-eye", como forma de dinamizar os debates plenários, que será aplicado após a minha alocução. Este método é particularmente importante para garantir os direitos das minorias.

O mais importante elemento em falta no processo de reforma é a melhoria das relações com as outras instituições da União Europeia – a Comissão e o Conselho. Dedicarei uma parte substancial do meu mandato a esta questão.

Enquanto Presidente, procurarei desenvolver um novo modelo de parceria com a Comissão, a fim de reforçar o escrutínio parlamentar do executivo e de responsabilizar mais o poder executivo perante esta Assembleia, em conformidade com o estatuído no Tratado de Lisboa.

Em Julho, convidei o senhor Presidente da Comissão a tomar parte num período de perguntas a realizar mensalmente no Parlamento, durante o qual os deputados teriam a oportunidade de usar da palavra para fazer perguntas. Proponho que realizemos estas sessões com a maior brevidade possível.

(Aplausos)

Há duas semanas, o senhor Presidente Barroso fez-nos chegar as suas "orientações políticas" para um segundo mandato. Esta é uma inovação importante, pois assinala o reconhecimento de que é o Parlamento Europeu que elege o Presidente da Comissão. Este facto muito me apraz.

Convidei, também, as comissões parlamentares a analisar a legislação ainda por aprovar e a determinar se a nova Comissão pretende abandonar, alterar ou manter as suas propostas legislativas. Convido, igualmente, as comissões a realizar debates sérios sobre a estratégia política futura, para que as audições dos Comissários

indigitados se baseiem num programa legislativo pormenorizado e não apenas na apreciação dos seus *curricula vitae* e da sua experiência profissional.

Temos de estreitar as relações com o Conselho de Ministros. Para que estas relações sejam credíveis, devem reflectir o facto de o Parlamento Europeu ser um verdadeiro co-legislador na União Europeia actual.

Temos, igualmente, de trabalhar em conjunto nas questões institucionais decorrentes do Tratado de Lisboa. Estas dizem respeito ao alargamento do procedimento de co-decisão, ao novo sistema de comitologia, à nomeação do novo Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão, ao controlo democrático do novo serviço de acção externa e aos procedimentos a adoptar nas sessões plenárias em virtude da "dupla Presidência do Conselho".

As nossas relações com os 27 parlamentos nacionais da União Europeia devem ser desenvolvidas no mesmo espírito. Nos últimos anos, a cooperação tem aumentado e o Tratado de Lisboa virá reforçar ainda mais estes contactos, assim como o seu papel na elaboração de actos legislativos que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos. Um bom exemplo desta cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais é o Programa de Estocolmo, centrado na justiça e na segurança dos cidadãos.

Tenciono levar por diante as reformas no domínio da afectação dos recursos humanos e das despesas do Parlamento, para que sejam directamente implicados nos nossos programas.

A riqueza e a força da nossa instituição também derivam das nossas diferenças – nacionalidades diferentes, modos de pensar diferentes e línguas diferentes. Por este motivo, os deputados devem poder intervir na sua língua materna, se for essa a sua vontade, para que possam representar devidamente os seus eleitores.

Nunca devemos esquecer que a União Europeia não se esgota nos desafios do futuro e numa visão de crescente prosperidade e estabilidade. Ela é, acima de tudo, um baluarte dos direitos humanos.

Observo com preocupação as tensões existentes nas relações entre a Eslováquia e a Hungria a respeito das minorias nacionais. Isto continua a ser um problema importante, pelo que me proponho a apoiar a resolução deste diferendo em conformidade com os valores em que acreditamos firmemente e que reflectem as convicções do nosso Parlamento.

(Vivos aplausos)

Um bom exemplo da forma como fazemos respeitar estes valores é o Prémio Sakharov, atribuído a defensores dos direitos humanos que actualmente formam a base de uma "rede Sakharov", que tenciono desenvolver. Pretendo, também, avançar com o projecto de uma Casa da História Europeia, iniciado pelo meu antecessor, que está hoje aqui presente e que continua a fazer parte desta Assembleia, o que muito nos apraz.

Gostaria que recordássemos uma vez mais, neste Hemiciclo, que a União Europeia é uma comunidade de ideais e de valores. São estes os alicerces sobre os quais foi construída.

Estou determinado a tomar medidas para que todas as comissões e delegações tenham acesso a televisão por satélite e Internet. Temos de analisar a forma como as eleições europeias são organizadas. Por exemplo, devemos insistir na utilização das novas tecnologias durante as eleições, a fim de aumentar a afluência às urnas. Já é hora de lançar um debate sobre os partidos políticos europeus. Os cidadãos devem saber em quem votam – não só nos seus países, mas também ao nível europeu.

Atribuo grande importância à cooperação com a Conferência dos Presidentes. Assumiremos em conjunto a responsabilidade pelo trabalho desta Assembleia, juntamente com os 14 Vice-Presidentes, a quem agradeço as manifestações de apoio. Aprecio igualmente o espírito de parceria demonstrado pelos presidentes das nossas comissões parlamentares. Gostaria que os presidentes das delegações interparlamentares permanentes pudessem exercer uma influência considerável na política externa da União Europeia. Os assuntos relacionados com o orçamento do Parlamento serão abordados com a ajuda dos Questores. Mas, acima de tudo, caros colegas, estou a contar com a vossa colaboração.

Enquanto Presidente do Parlamento Europeu, estou ciente da minha responsabilidade em vos proporcionar boas condições de trabalho, mas exorto-vos a partilharem comigo este esforço.

Para a maioria de nós, o Tratado de Lisboa representa uma solução institucional há muito aguardada. Ele melhorará a capacidade da União Europeia para solucionar os problemas prementes e aproximará as instituições europeias dos nossos cidadãos.

Bronisław Geremek, em memória de quem baptizámos o pátio principal do edifício do Parlamento, em Estrasburgo, costumava dizer que a integração europeia é como andar de bicicleta: é preciso pedalar continuamente para manter o equilíbrio e avançar na direcção certa. Isto ilustra exactamente por que motivo a ratificação do Tratado de Lisboa é tão necessária.

(Aplausos)

Ainda não há uma semana, estive no Parlamento polaco para comemorar o vigésimo aniversário da constituição do primeiro Governo não comunista na nossa parte da Europa, chefiado por Tadeusz Mazowiecki. Este aniversário é particularmente emocionante, pois marca o início do rápido colapso do sistema totalitário noutros países da Europa Central. Foi a primeira brecha que tornou possível derrubar o muro que dividia a Europa.

Dirijo-me a vós, neste dia, em Estrasburgo, capital de uma região cujo destino faz lembrar o da minha região, a Silésia, uma região fronteiriça cujos habitantes tiveram muitas vezes de mudar de nacionalidade, embora sem mudarem de terra.

Prometo solenemente que enquanto ocupar o cargo de Presidente do Parlamento, nos próximos anos, serei o vosso embaixador e farei chegar aos cidadãos da Europa e do mundo a mensagem de um continente reunificado.

Trabalhemos em conjunto para encontrar soluções reais e práticas para os grandes desafios que a Europa e o mundo enfrentam actualmente. Trabalhemos para realizar os nossos sonhos. Lancemo-nos nesta tarefa com entusiasmo, sabedoria e coragem.

Porque esta é a nossa Europa. Uma Europa moderna. Uma Europa forte.

(A Assembleia, de pé, aplaude o orador)

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Presidentes das Instituições Europeias, Senhor Presidente Buzek, o meu grupo subscreve totalmente o seu programa para o Parlamento e a condução do Parlamento nos próximos cinco anos.

Se o Parlamento Europeu tem um papel a desempenhar, uma missão a cumprir, ao longo dos próximos cinco anos, é seguramente reconciliar os cidadãos com a Europa. E de que melhor vantagem poderíamos gozar nesta missão do que ter como presidente um homem que simboliza a Europa reunificada, um homem como Jerzy Buzek.

Por este motivo, quero dizer-lhe como estou orgulhoso por ter sido o meu grupo, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), a persuadir a grande maioria deste Parlamento a depositar a sua confiança em si.

Esta Europa, hoje reunificada, não assenta na intolerância e na exclusão, mas sim na abertura e no respeito das opiniões e das origens do outro. Estou convicto de que esta concepção da vida em comum, enquanto europeus, nos une a todos nesta Assembleia. O meu desejo é que o Parlamento Europeu, sob a sua presidência, leve os nossos cidadãos a partilharem estes valores.

Apoio igualmente a determinação que expressou, Senhor Presidente, em estar à altura deste desafio e espero que façamos um especial esforço em prol das novas gerações. O meu grupo apoiá-lo-á sem reservas.

Senhor Presidente, como disse no seu discurso, este Parlamento adquiriu poderes e uma autoridade crescente nos últimos anos. A perspectiva da entrada em vigor do Tratado de Lisboa intensificará esta tendência de forma espectacular. Esta é uma das razões pelas quais o Grupo PPE solicita a sua aplicação com a maior brevidade possível. Temos de nos preparar tecnicamente, sem dúvida, a fim de podermos trabalhar eficazmente com o Conselho e em estreita parceria com a Comissão, mas temos, também, e acima de tudo, de nos preparar politicamente. O nosso objectivo prioritário é claro: fazer com que o Parlamento esteja mais em sintonia com os 500 milhões de cidadãos que representa.

Para tal, o Parlamento deve continuar a modernizar os seus métodos de trabalho, por exemplo na organização dos nossos debates – a que o Senhor Presidente aludiu. Neste sentido, apoio a sua proposta de realizar um debate dinâmico sobre questões de actualidade com o Presidente da Comissão.

Senhoras e Senhores Deputados, o funcionamento da União Europeia é difícil de explicar aos europeus. Longe do tradicional modelo "oposição/maioria" a que nos habituámos nos nossos Estados-Membros,

trabalhamos aqui, sublinho-o, em busca de um consenso, para lá das convicções específicas das nossas famílias políticas.

Esta é, no meu entender, uma perspectiva moderna da acção política. Estou convencido de que os nossos cidadãos podem aceitar esta abordagem, mas sob uma condição: de nos darmos ao trabalho de melhor lhes explicarmos as questões em jogo na Europa. Esta é a tarefa que o insto a abraçar, Senhor Presidente, e para a qual receberá o apoio total do meu grupo.

Martin Schulz, em nome do grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, avalizo os comentários do senhor deputado Daul. O nosso grupo pode também apoiar muitos, se não a totalidade, dos pontos do programa que apresentou. Isto aplica-se ao teor da sua apresentação, às actualizações procedimentais por si propostas e à revitalização do debate nesta Assembleia. A grande maioria dos deputados deste Parlamento estará de acordo com o teor do discurso que proferiu.

Não partilho na totalidade a opinião do senhor deputado Daul de que o Senhor Presidente estabeleceu o seu programa para os próximos cinco anos. Trabalhemos com base nos próximos dois anos e meio, para começar, porque é muito tempo.

Contudo, considero, Senhor Presidente, que está a iniciar funções num momento difícil para a União Europeia. Está igualmente a iniciar funções num momento difícil para o Parlamento Europeu. Pela primeira vez em muito tempo, o consenso pró-europeu deixou de ser incontestado neste Plenário. Pelo contrário, esta Assembleia é, pela primeira vez, uma plataforma – que teve início na anterior legislatura e foi reforçada nas últimas eleições europeias – em que se movimentam forças que ganharam notoriedade e influência, e cujo objectivo é exactamente o oposto do que o Senhor Presidente afirmou no seu discurso. O número de deputados que quer pôr termo à integração europeia, o número de deputados que quer revertê-la e o número de deputados que deseja a renacionalização aumentou de forma dramática.

Na anterior legislatura, vimo-nos confrontados com o processo de tentativa de fazer assinar a Carta dos Direitos Fundamentais pelos três Presidentes das instituições. Nunca imaginaria que imagens e cenas deste tipo fossem possíveis num parlamento multinacional e democrático, mas todos testemunhámos o que aconteceu. O número de deputados que comungam deste modo de pensar aumentou.

Por este motivo, diria que o Senhor Presidente está certo. A luta pela continuidade e pelo aprofundamento do processo de integração, a luta pelo Tratado de Lisboa, que é um requisito fundamental do alargamento da UE, e ainda a luta pelo alargamento da UE, com base numa integração mais profunda, representam a abordagem correcta. Congratulo-me por o Presidente deste Parlamento – em especial um Presidente de um país que aderiu à UE na última fase do alargamento, um Presidente que, enquanto Primeiro-Ministro do seu país, deu início às negociações de adesão – afirmar como mensagem central do seu mandato: queremos mais Europa. Queremos uma Europa integrada, queremos uma Europa mais aprofundada e queremos uma Europa alargada, enquanto parte do processo de aprofundamento, para que possamos alcançar um objectivo, e esta foi a frase central do seu discurso: a solidariedade que conduziu à liberdade.

É desta solidariedade que precisamos internamente, para que esta liberdade possa ser alcançada juntamente com a justiça social. Por este motivo, os socialistas e sociais-democratas estão plenamente de acordo com o seu discurso, Senhor Presidente. Ele consubstancia o fundamento ideológico e espiritual de uma luta em que devemos participar, durante esta legislatura.

Enquanto deputado recém-eleito, tive o privilégio de assistir ao discurso proferido neste Plenário pelo Presidente francês François Mitterrand, na qualidade de Presidente em exercício do Conselho. Nunca esqueci uma frase dessa alocução: "O nacionalismo culmina sempre, a longo prazo, em guerra". Tal significa que, a longo prazo, o oposto do nacionalismo, a superação do nacionalismo, o ideal europeu, culmina em paz. Será por isto que lutaremos a seu lado, Senhor Presidente.

(Aplausos)

Guy Verhofstadt, em nome do grupo ALDE. – (NL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e dos Liberais pela Europa, o seu discurso inaugural. O nosso grupo revê-se plenamente no programa que apresentou. Como lhe disse na altura, Senhor Presidente, saúdo a sua eleição como Presidente do Parlamento, não só porque simboliza o alargamento da União Europeia, mas também – e gostaria de frisá-lo – em razão do seu envolvimento no Solidarność. Afinal, o Solidarność realizou três grandes feitos. Deu o voto ao povo da Polónia, introduziu a democracia em todo o antigo Bloco de Leste e mudou mesmo a face da Europa, ao unificar um continente dividido. Como se depreende claramente

do seu discurso, Senhor Presidente, o movimento Solidarność munuiu-o da experiência perfeita para realizar três ambições, no Parlamento Europeu, ao longo dos próximos anos. Estas ambições são conceder mais voz ao povo europeu, tornar a União Europeia mais democrática e ainda, por estes meios, levar avante a integração europeia.

Senhoras e Senhores Deputados, julgo que seria bom sublinhar, em consonância com o discurso inaugural do senhor Presidente Buzek, que, segundo o Eurobarómetro, o Parlamento Europeu é a instituição da União Europeia em que os cidadãos têm mais confiança. Daqui resulta uma tarefa difícil para todos nós, pois significa que não podemos trair essa confiança e que temos de dar mais influência à voz do povo no processo decisório europeu. Ao mesmo tempo – e com base no seu discurso, Senhor Presidente –, penso que estamos perante um duplo desafio. Primeiro, temos de aprovar o Tratado de Lisboa e aplicá-lo com a maior brevidade possível. Neste sentido – tal como propôs –, temos de encetar negociações com a Presidência do Conselho, logo que possível, a fim de acordarmos várias alterações.

Segundo, Senhor Presidente – e esta é a outra vertente do desafio –, penso que o Parlamento tem de se fazer valer de todas as alavancas ao seu alcance para continuar a expandir o seu poder. Fizemo-lo a respeito do procedimento de nomeação do Presidente da Comissão, mas temos de continuar a fazê-lo em todas as questões possíveis noutros dossiês. No meu entender, a questão mais importante a este propósito é a necessidade de acordar um novo orçamento para a Europa e para a União Europeia, nos próximos anos. Considero que esta é uma esplêndida oportunidade para o Parlamento Europeu solicitar – exigir – que, no futuro, este orçamento tenha como base os recursos próprios da União Europeia, uma vez que o Parlamento Europeu não será um verdadeiro parlamento enquanto não detiver, também, o controlo total dos seus próprios recursos, que futuramente terá competência para colectar.

(Aplausos)

Aqui o aguarda uma importante tarefa, Senhor Presidente: unir todo o Parlamento nesta luta. Para tal, poderá contar com o pleno apoio do nosso grupo, uma vez que todos sabemos que, sobretudo nesta época de crise económica e financeira, não será o nacionalismo nem o proteccionismo a aliviar as nossas dificuldades ou a assegurar o nosso futuro; só a continuidade da integração europeia constitui uma solução para os povos da Europa, para os cidadãos da Europa.

De qualquer forma, desejo-lhe o maior sucesso, Senhor Presidente.

(Aplausos)

Rebecca Harms, em nome do grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, abstenho-me de repetir muito do que foi dito pelo orador anterior. Era claro para o meu grupo que iríamos apoiar a sua candidatura, porque considerávamos que estava na altura de uma figura proeminente do Parlamento Europeu, vinda de um dos novos Estados-Membros, assumir o papel de líder desta Assembleia.

Futuramente, gostaríamos de ver o Presidente deste Parlamento ser eleito com base em considerações como, por exemplo, as suas competências e capacidades, que muitas vezes lhe têm sido reconhecidas. Gostaríamos igualmente de ver o poder das delegações nacionais dos grandes grupos políticos ser aplicado em menor grau, comparativamente à abordagem adoptada por personalidades como o Senhor Presidente.

Alimentamos grandes expectativas em relação a si, no que respeita à superação dos fossos que ainda separam o Leste e o Ocidente e que expus há algumas semanas. Na sequência das férias de Verão e das minhas observações sobre os desenvolvimentos políticos, gostaria apenas de dizer que se afigura provável que o Senhor Presidente tenha uma tarefa muito difícil pela frente. A minha leitura é que a grave crise financeira mundial e a subsequente crise económica não facilitaram a aproximação entre o Leste e o Ocidente no seio da UE. Pelo contrário, os desafios agravaram-se porque os desequilíbrios constituem um grande problema.

Num tom ligeiramente mais crítico, quero lembrar o Parlamento que hoje é o aniversário do colapso da Lehman Brothers. Vamos enviar uma grande delegação à cimeira do G20, em que se debaterão possíveis estratégias para superar a crise financeira. Contudo, este Parlamento não conseguiu debater quaisquer resoluções nesta matéria e não forneceu uma base de trabalho coerente aos nossos negociadores. Considero este facto um sinal de fraqueza e não de força.

Suspeito que a razão por detrás deste problema é continuarmos a não conseguir chegar a um acordo quanto à análise das causas desta trapalhada. Acredito que esta grave crise não é apenas da responsabilidade de alguns banqueiros levianos, mas que, na verdade, se deve à crença neoliberal nas vantagens dos mercados financeiros desregulamentados, que não só prevaleceram e prevalecem nos EUA, como também proliferam actualmente

na Europa. Nas políticas da União Europeia, estamos longe de chegar a um consenso sobre esta análise, pelo que somos igualmente incapazes de chegar a um acordo quanto às formas de debelar a crise.

Acredito também, Senhor Presidente, que tudo o que disse no seu discurso sobre o segundo maior desafio com que nos confrontamos, no quadro de uma ronda de negociações internacionais, ou seja, o desafio da crise climática, é acertado. Espero que nós, europeus, assumamos em Copenhaga uma posição mais firme do que a que defendemos actualmente. Penso que os europeus ainda estão muito longe de desempenhar o papel de liderança que devem assumir no domínio da política climática.

Este facto pode atribuir-se a muitas razões, mas há uma que me ocorre sempre. Continuamos a depositar muito pouca confiança em ideias como o "New Deal Verde", avançado por Ban Ki-moon ou Achim Steiner, em nome da ONU. Também não conseguimos chegar a acordo quanto à necessidade de começarmos a transformar a nossa velha sociedade industrial e de adoptarmos uma estratégia de reflexão orientada para o longo prazo, nem quanto ao facto de as tecnologias respeitadoras do ambiente, as tecnologias eficientes e muitas outras medidas constituírem o futuro, não só da Europa, mas de todo o mundo.

Só posso dizer, Senhor Presidente, que nos confrontamos com grandes desafios. Se é sua intenção apresentar ideias novas e sustentáveis, o nosso grupo apoiá-lo-á seguramente. É lamentável que não se opere uma verdadeira mudança no pessoal da Comissão Europeia, uma vez que se torna cada vez mais evidente que o principal responsável por ideias ultrapassadas, o senhor Presidente Barroso, continuará a presidir à Comissão durante a próxima legislatura.

Senhor Presidente, desejamos-lhe boa sorte! Em nome do meu grupo, aguardo com expectativa debates emocionantes e, com certeza, produtivos.

(Aplausos)

Michał Kamiński, em nome do grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, foi um enorme prazer ouvir o seu discurso e o seu programa para os próximos dois anos e meio de trabalho. Muito obrigado pelo seu discurso. Ele atesta o seu respeito por nós, membros do Parlamento Europeu, respeito esse que não depende do grupo político ou do país a que pertencemos, nem das sensibilidades políticas que representamos. Foi um discurso estimulante, pois penso que o nosso Parlamento necessita muito do tipo de liderança que nos apresentou na sua visão. Não concordamos com tudo o que foi dito, e não é segredo que existem diferenças de opinião entre nós, mas gostaria de começar com o seguinte, respondendo, em certo sentido, às outras vozes que se ouviram hoje nesta Assembleia.

Não é uma coisa má o Parlamento ser um lugar de debate e o Parlamento ser um lugar de encontro de pessoas que podem ter diferentes opiniões sobre diferentes assuntos, incluindo diferentes opiniões sobre o futuro da Europa. O problema é que nos devemos esforçar, em boa-fé, por confrontar as nossas opiniões com as opiniões dos outros – então, haverá sempre espaço para compromissos. Se partirmos do princípio – e pessoalmente parto deste princípio – que todos os membros desta Assembleia têm boas intenções e querem o melhor para o nosso continente, conseguiremos superar as diferenças e estaremos sempre abertos ao debate. O que é preciso é essa boa vontade.

Porém, Senhor Presidente, o nosso grupo, o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, um grupo que se orgulha de trazer ao Parlamento uma nova dimensão do pensamento político sobre a Europa, irá seguramente querer dar uma voz forte aos cidadãos que nos elegeram. Embora não neguemos o mandato democrático de qualquer um dos membros desta Assembleia, pois respeitamos profundamente esse mandato, representamos os nossos eleitores. E quando os nossos eleitores escolheram votar em partidos que pertencem ao Grupo ECR, sabiam em quem estavam a votar.

Senhor Presidente, a sua eleição foi um momento histórico. Permito-me lembrar os senhores deputados que hoje está presente nesta Assembleia um grupo de jovens polacos, convidados por membros de diferentes grupos políticos. Estes cidadãos polacos nasceram no dia 4 de Junho em que foram realizadas as primeiras eleições parcialmente livres no nosso país. Um encontro com pessoas nascidas no 4 de Junho não nos faz sentir mais jovens, pois vemos que são já pessoas adultas. Contudo, quero dizer que quando conversei hoje com estes jovens e me dei conta de que tinham tomado o autocarro em Rzeszów, uma cidade no Sudeste da Polónia, e que, sem terem de parar em quaisquer fronteiras, chegaram a Estrasburgo, ao seu Parlamento, pensei que nenhum de nós, aqueles que se recordam do 4 de Junho, poderia ter imaginado acontecimentos tão felizes – hoje, jovens polacos, jovens checos, estónios e lituanos podem vir até aqui, ao seu Parlamento.

Senhor Presidente, estou certo de que irá defender este Parlamento enquanto instituição democrática, enquanto lugar de debate genuíno entre pessoas que desejam sinceramente ajudar os cidadãos da União Europeia. E

hoje, quando lembramos que também o Senhor Presidente vem do meu país, um país que sofreu imenso à mercê do totalitarismo, podemos estar certos de uma coisa – e isto é verdadeiramente o que a UE tem de melhor: a União Europeia garantiu às nações da Europa 60 anos sem guerra. Este é um enorme feito desta organização, uma organização que nós, o Grupo ECR, queremos reformar, como indica o nosso nome, mas em que acreditamos. Acreditamos numa Europa melhor, e é essa Europa, uma Europa melhor, mais próxima dos seus cidadãos, que iremos servir ao longo desta legislatura.

(Aplausos)

Eva-Britt Svensson, em nome do grupo GUE/NGL. – (SV) Senhor Presidente, quero felicitá-lo uma vez mais pela sua eleição.

Transparência, democracia e pluralismo são palavras nobres para a UE e para o Parlamento, mas nunca devem ser convertidas em meras políticas simbólicas. Às vezes, infelizmente, estas palavras passam a ser pura e simplesmente palavras bonitas. Na realidade, os acordos são celebrados à porta fechada. Por conseguinte, o Parlamento precisa de um método de trabalho diferente, que traga as nossas acções e decisões para a luz do dia, num espírito genuíno de verdadeira democracia. Precisamos de um método de trabalho aberto, aplicável a todos os grupos políticos e a todos os membros desta Assembleia. Se até alguns dos deputados ao PE não se sentem envolvidos e a par do trabalho em curso, como podemos esperar que os nossos cidadãos se sintam envolvidos e confiantes no nosso trabalho e votem nas eleições? Deixemos entrar as novas tecnologias – precisamos delas para informar –, mas nunca esquecendo os ingredientes mais importantes para aumentar a participação. Ou seja, a democracia e a transparência.

Estamos a atravessar uma crise financeira e uma crise ambiental e climática. Devo igualmente mencionar que temos acordos de comércio que por vezes exacerbam os problemas relacionados com o aprovisionamento de alimentos e a pobreza mundial.

A opinião da Esquerda é que a solução para as crises não é dar continuidade a uma política que por vezes foi parcialmente responsável pelo surgimento dessas mesmas crises. Os cidadãos da Europa precisam de uma política diferente. Eles merecem uma política diferente – uma política que coloca em primeiro lugar as necessidades dos cidadãos e não, como é actualmente o caso, as necessidades do mercado. Uma forma de começarmos a orientar a política na direcção certa é travando a privatização e a desregulamentação dos serviços públicos. O mercado não conseguiu, com efeito, satisfazer as necessidades dos cidadãos em termos de emprego e direitos sociais, por exemplo. Temos de sofrer as consequências deste fracasso.

Falamos de democracia. A democracia também exige que os nossos direitos e liberdades cívicas nunca sejam violados. Temos actualmente muitas propostas que visam o reforço do controlo democrático dos cidadãos. A liberdade de expressão deve aplicar-se, também, na Internet.

Portanto, a UE e os seus cidadãos precisam de uma política diferente para que seja criada uma sociedade mais equitativa e mais solidária. Nós, membros do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, estamos preparados, e assumimos de boa vontade a nossa responsabilidade, para participar activamente na construção de uma UE mais equitativa e mais solidária e de um mundo mais justo e melhor.

Francesco Enrico Speroni, em nome do grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, dou-lhe mais uma vez os meus parabéns pela sua nomeação. Saúdo a sua alocução e o seu programa e quero centrar-me num aspecto que, no meu entender, é o mais importante, ou deveria ser o mais importante, para nós, deputados ao PE, designadamente o nosso trabalho legislativo.

O diálogo com as grandes potências é importante, as missões são importantes, mas a principal incumbência de um parlamento – pelo menos na minha opinião – é legislar, estabelecer regras, porque, acima de tudo, fomos eleitos para cumprir esta tarefa, este mandato. Um dos problemas é não termos o direito de iniciativa legislativa, pois os pais fundadores e os seus sucessores negaram-nos esse direito. Votamos constantemente resoluções e assinamos declarações escritas às quais não é dado seguimento porque a Comissão não as tem em consideração.

O senhor Presidente Barroso afirmou que tal se justifica, pois se a Comissão aceitasse propostas legislativas do Parlamento por meio de declarações escritas e resoluções, violaria os Tratados, que não o permitem. Deixem-me dizer que considero esta interpretação capciosa: os Tratados não o prevêm explicitamente, mas também não o proíbem.

Devo salientar que quando o Parlamento pede alguma coisa, quando o Parlamento pede iniciativa legislativa, fá-lo em nome de milhões de cidadãos europeus, em nome da maioria dos milhões de cidadãos europeus,

uma vez que tanto as declarações escritas como as resoluções necessitam do apoio da maioria desta Assembleia para serem aprovadas.

Por conseguinte, estou certo de que o Senhor Presidente irá trabalhar com afincos no sentido de fazer a Comissão aceitar que as propostas apresentadas pelos deputados ao PE possam vir a constituir legislação comunitária, em conformidade com a vontade do povo, que nos elege. É uma tarefa pesada, mas tenho a certeza de que envidará todos os esforços ao seu alcance para a levar a bom porto.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, enquanto membro não-inscrito, falo, evidentemente, em meu nome, mas também em nome de alguns dos meus colegas, não dos meus colegas neerlandeses do PVV, mas dos meus colegas do Front National, do partido búlgaro Ataka, do partido austríaco FPÖ, do British National Party, do partido húngaro Jobbik e do partido flamengo Vlaams Belang.

Quero dizer, Senhor Presidente, que não duvido um único instante da sinceridade das propostas que fez. Contudo, permita-me dizer que tenho dúvidas quanto ao seu realismo.

Começou por levantar o problema da crise económica. É um facto que milhões de europeus estão a ver o seu património e os seus empregos ameaçados pelos efeitos perversos da globalização, que os abandona, em proveito de uma minoria, à mercê da concorrência desleal de países cujos trabalhadores são cinicamente explorados, assim como da rapacidade de interesses financeiros apátridas. A União Europeia, infelizmente, não protegeu os europeus desta situação. Pelo contrário, mergulhou-os nela.

Em segundo lugar, da minha modesta posição, mas expressando as forças políticas que o senhor deputado Schulz teve a gentileza de reconhecer que constituem uma ameaça às organizações tradicionais – o que lhe agradeço –, gostaria de solicitar ao nosso Parlamento e ao Senhor Presidente um pouco mais de modéstia e uma certa autolimitação das nossas competências. Estou plenamente convicto, enquanto europeu e cristão, de que alguns dos valores que defendemos são valores universais. Estou ainda mais à vontade para insistir em que não nos cabe dar ao mundo princípios e leis, tanto mais que existem organizações, como as Nações Unidas, que têm justamente essa finalidade, e tanto mais que há muito a fazer na própria Europa, onde, contra o direito à vida, estamos a providenciar a eliminação das nossas crianças e onde, contra a liberdade de expressão, fazemos passar uma ditadura moral, mediática, política e judiciária a que chamamos “politicamente correcto”. Grupos políticos como os nossos, que exprimem o sofrimento e as esperanças de milhões de europeus, são discriminados, perseguidos e, até mesmo, por vezes, dissolvidos, como aconteceu ao partido Vlaams Blok, na Bélgica, num escândalo absoluto que não suscitou um único protesto nesta Assembleia. Se o mesmo tivesse acontecido em África ou na América Latina, seguramente as reacções teriam sido outras.

Nós, membros não-inscritos, não dispomos dos mesmos direitos que os outros – até aqui não há dúvidas – e, como lhe dissemos ontem, ainda não temos quaisquer representantes na Conferência dos Presidentes.

Finalmente, em virtude dos métodos de voto, é negada a milhões de europeus a possibilidade de serem representados nos órgãos legislativos dos seus países, que deveriam representar o eleitorado em toda a sua diversidade.

Para concluir, faço votos de que nos lembremos sempre, em todas as nossas acções, de que a Europa é, na história da Humanidade, a região que inventou a liberdade das nações, que em nenhum outro lado se encontra, a igual dignidade dessas nações e o respeito das suas competências internas e do princípio da não-ingerncia, que significa que cada um é responsável pelos seus assuntos internos e pelo seu território. Este é um dos grandes contributos da civilização europeia para o património da Humanidade.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, esta é a minha primeira oportunidade, na qualidade de membro da Presidência do Conselho, de me dirigir a esta Assembleia, e, em nome da Presidência sueca, do Conselho em geral e em meu próprio nome, quero dar-lhe os mais sinceros parabéns, Senhor Presidente. Vinte anos após a queda do muro de Berlim, é maravilhoso vê-lo neste cargo. É uma vitória pessoal para si, eu sei. É uma vitória para o Parlamento Europeu e é, também, uma vitória para todos os que apoiam fervorosamente a cooperação europeia e tudo o que ela representa.

Quero, igualmente, agradecer o discurso visionário e o programa ambicioso que tem para este Parlamento. Estou convencida de que o Parlamento Europeu está em segurança nas suas mãos. Durante a sua presidência, irá certamente tornar possíveis decisões concretas, mas também o milagre a que se referiu. Nós, membros do Conselho, aguardamos com entusiasmo a colaboração consigo e com o Parlamento Europeu. Muitos

deputados falaram dos numerosos desafios com que nos confrontamos: a questão climática, a crise económica, o desemprego, o papel da Europa no mundo, etc.

O Senhor Presidente tem um importante papel legislativo a desempenhar, tanto na representação dos cidadãos, como nos debates que se realizam neste Hemiciclo. É extremamente importante que o Parlamento Europeu se erga sempre em defesa dos valores europeus. Se o Tratado de Lisboa entrar em vigor – algo que definitivamente espero que aconteça –, o papel do Parlamento Europeu será alargado e o Senhor Presidente terá maior influência sobre a agenda europeia. Sei que assumirá com toda a seriedade a defesa do Parlamento Europeu e do papel desta instituição, mas espero que também seja uma ponte para outras instituições, assim como um parceiro sério de diálogo. A Presidência aguarda com muita expectativa ser sua parceira no diálogo ao longo dos próximos seis anos e deseja-lhe muita sorte no seu trabalho.

Presidente. – Quero dizer a todos os novos deputados ao Parlamento Europeu que a senhora Ministra é uma antiga deputada a esta Assembleia e que, como tal, é uma de nós.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, em nome da Comissão e em meu nome, quero, mais uma vez, felicitá-lo sinceramente e desejar-lhe as maiores felicidades para o seu mandato. A sua eleição simboliza não só a reunificação da Europa, mas também uma Europa muito ligada aos valores fundamentais da liberdade e da solidariedade.

Pessoal e institucionalmente, quero empenhar-me numa estreita colaboração consigo e com o Parlamento Europeu. O Parlamento e a Comissão são as duas instituições da Comunidade, *par excellence*, que estão no cerne das questões comunitárias. O Senhor Presidente e todos os membros deste Parlamento foram directamente eleitos pelos nossos cidadãos e a Comissão tem o direito e o dever de colocar os interesses europeus acima de qualquer interesse particular. Acredito que temos uma responsabilidade especial pelo projecto europeu, no pleno respeito dos Tratados.

Por este motivo, quero reiterar a minha vontade de trabalhar em conjunto, a fim de fazer avançar a democracia parlamentar europeia.

(Aplausos)

PRESIDÊNCIA: Gianni PITTELLA

Vice-presidente

Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE). – (IT) Senhor Presidente Buzek, apreciei muito o seu discurso, sobretudo a parte sobre o papel institucional, mas também social, desempenhado pelo Parlamento, que descreveu como a verdadeira essência do sistema democrático europeu.

Hoje, celebramos a União a 27, que mais uma vez se une, ao reunir-se aqui, na sequência das divisões causadas pelas ideologias do terror que erigiram muros no nosso continente, muros que não perduraram e que foram derrubados pelos ventos da democracia e da liberdade.

Este ano, celebramos o trigésimo aniversário das primeiras eleições para o Parlamento por sufrágio universal directo e o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim. Apraz-me recordar, Senhor Presidente Buzek, que há 30 anos, quando os meus pais votaram pela primeira vez para eleger os primeiros deputados de Itália ao PE, não havia direito de voto no seu país.

Em 1979, apenas um ano após a eleição de Karol Wojtyła para Supremo Pontífice da Igreja Católica, enquanto em Itália e em outros países decorriam as primeiras eleições para o Parlamento Europeu, o Senhor Presidente militava no então semiclandestino sindicato *Solidarność*, que lutou por levar a democracia e a liberdade ao seu país. Para reivindicar esses mesmos direitos – democracia e liberdade –, nós deslocámo-nos às urnas, enquanto o Senhor Presidente arriscava a vida e enfrentava a repressão diariamente.

Por este motivo, Senhor Presidente Buzek, é uma honra ter contribuído com o meu pequeno e possivelmente não decisivo voto para a sua eleição, e congratulo-me por hoje, neste Parlamento, se estarem a evocar e exaltar várias histórias inspiradas nos mesmos valores e ideais: histórias que fortalecem a grandiosa história desta jovem Europa.

Marek Siwiec (S&D). – (PL) Senhor Presidente, felicito-o pela sua eleição e pelo seu discurso. Teria gostado de o ver dar mais alguma atenção aos países da Europa Oriental. Num futuro próximo, realizar-se-á na Ucrânia um acto eleitoral muito difícil. O Parlamento Europeu tem o especial dever de se mostrar atento aos

procedimentos democráticos neste país. Foi no Parlamento Europeu, na principal instituição da União Europeia, que nasceu o apoio às profundas mudanças ocorridas há cinco anos.

Solicito que esta matéria, relacionada com as eleições presidenciais na Ucrânia, seja alvo de um tratamento especial e não convencional, que envolva as instituições e delegações designadas para tal, para que o Parlamento Europeu seja reconhecido como uma instituição séria que se preocupa com os procedimentos democráticos na Ucrânia.

Eva Lichtenberger (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, quero felicitá-lo e dizer o seguinte a si em particular. Um parlamento avalia-se pelo uso que dá aos seus direitos e pela forma como os põe em prática e pelo facto de não se abstrair do debate político sobre as grandes questões.

Todos temos a responsabilidade de trabalhar em conjunto consigo para que este Parlamento não se veja pressionado por propostas da Comissão mal elaboradas ou que representam os interesses unilaterais de lóbis específicos. Temos a responsabilidade de fazer ouvir claramente a nossa voz e devemos fazê-lo. Temos de pensar nas alterações que o Tratado de Lisboa trará à nossa situação. Espero que consigamos fazer tudo isto.

Temos de mostrar claramente – e, no meu entender, isto aplica-se também à eleição do Presidente da Comissão – que estamos a fazer uso dos nossos direitos e temos de enviar um sinal inequívoco à Comissão. Isto significa que o senhor Presidente. Barroso não deverá ser directamente eleito.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Senhor Presidente Buzek, permita-me que me dirija directamente a si, apesar de estar sentado no seu lugar de deputado. A sua eleição neste Parlamento tem sido percebida como um sinal de que já não existe um bloco de Leste, mas sim uma Europa unida. O Senhor Presidente mencionou-o na sua alocução, quando afirmou que já não existe uma velha e uma nova Europa, só existe a nossa Europa.

Infelizmente, muitas pessoas não partilham a sua opinião. Referiu, também, no seu discurso, o medo profundo que grassou nos países que aderiram à UE em 2004. Hoje, porém, o Senhor Presidente está ciente da decepção sentida nestes países. A razão subjacente a esta desilusão é não haver igualdade de direitos. A igualdade de direitos é a questão-chave. O senhor Secretário de Estado Lindblad afirmou que a igualdade de direitos é o princípio fundamental do orçamento. Se isto é verdade, por que razão não existe igualdade de direitos na atribuição dos subsídios à agricultura? A Hungria provou que o seu sistema institucional tem condições para receber estes subsídios, mas, mesmo assim, continua a ser discriminada.

Senhor Presidente, incentivou-nos a todos a utilizarmos a nossa língua materna. Apraz-me que, neste Parlamento, enquanto húngaro, eu possa gozar de iguais direitos, mas na Eslováquia seria sancionado por usar a minha língua materna. O Senhor Presidente ofereceu-se para agir como mediador. Agradecemos-lhe sinceramente por isso. Contudo, os seus esforços só poderão alcançar resultados reais se a minoria húngara puder usar livremente a língua materna na terra em que nasceu. Desejo-lhe, igualmente, o maior sucesso nesta missão.

Zuzana Roithová (PPE). – (CS) É para mim uma grande alegria ver o Senhor Presidente, um cidadão de elevada postura moral e, para mais, um silesiano, receber o testemunho da mão de Hans-Gert Pöttering, e, como ele, salientar o potencial de uma União Europeia unida pelos mesmos valores, como direitos humanos e solidariedade entre as nações. Este período eleitoral, ensombrado pela crise económica, irá pôr à prova essa solidariedade. Não temo por ela no que diz respeito às votações nesta Assembleia, mas sei que os cidadãos e os políticos regionais estão cada vez mais atentos às nossas votações e esperam ver aplicado o lema "a caridade começa em casa". Por conseguinte, quero pedir ao Senhor Presidente que dê mais ênfase do que os seus antecessores às melhorias na posição dos europeus em termos globais, quando se reportar ao nosso trabalho no Parlamento Europeu.

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhor Presidente, sempre fui um admirador do senhor. Barroso, enquanto Presidente da Comissão, um atlantista defensor do mercado livre, que o meu partido apoia firmemente e tem em grande estima. Sou, igualmente, um grande amigo de Portugal, pelo que é com enorme prazer que apoio o José Manuel.

Contudo, estou apreensivo com o que li ontem no jornal "*Daily Telegraph*", que noticiava que o senhor Presidente Barroso acordou com o Grupo ALDE a criação de um poderoso e invasivo novo comissário para os Direitos Humanos, na sua Comissão, responsável tanto pelas questões externas como internas relacionadas com os direitos humanos. Isto parece estar em contradição com a decisão, liderada pela ala centro-direita deste Parlamento, de rejeitar uma nova comissão conjunta para os direitos humanos e duplica o trabalho do

Conselho da Europa e do seu Comissário para os Direitos Humanos. Pode o Senhor Presidente Barroso esclarecer quais as suas políticas e intenções nesta matéria?

Presidente. – Penso que esta pergunta deveria ter sido feita noutra altura, nomeadamente quando debatermos a declaração do senhor Presidente Barroso, e não agora.

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Senhor Presidente Buzek, falou sobre o diferendo entre a Eslováquia e a Hungria. Não é um diferendo entre a Eslováquia e a Hungria. É, na verdade, um diferendo entre a Eslováquia e a União Europeia, uma vez que envolve um país que despreza valores europeus fundamentais. A sua tarefa é ajudar a estabelecer um acordo não entre a Eslováquia e a Hungria, mas sim entre o Parlamento da União Europeia e a Eslováquia, pois este país violou os documentos e acordos que assinou e ratificou.

Segundo, há a questão da Silésia. Fico contente por a ter referido. Há imensos territórios como este, na União Europeia, que pertenceram a vários países ao longo do último século. Nós, húngaros, fomos repartidos por 10 países, após a Primeira Guerra Mundial, dos quais sete são agora Estados-Membros da UE. É uma enorme alegria podermos estar reunidos sem ter de recorrer às armas e de mudar de fronteiras. Durante o século passado, foram aprendidas cinco línguas oficiais na região dos Baixos Cárpatos. Por que razão menciono isto? Porque também no meu país, na região dos Székely, onde vivo, na Transilvânia, o actual Governo romeno ainda tem vergonha da nossa língua materna e dos nossos símbolos.

Todavia, o problema dos direitos humanos na Europa não está circunscrito ao bloco de Leste; também afecta o Ocidente. Por este motivo, instamos a que a Europa não só tenha um Comissário para as minorias, como também uma lei-quadro para as minorias que vincule todos os países europeus.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, obrigada pelo seu discurso. Julgo, porém, que os nossos caminhos divergem consideravelmente. Dirijo-me a si como alguém que acredita numa Europa de nações cooperantes e não numa Europa agrilhoadada à abordagem federalista do Tratado de Lisboa.

Em 2 de Outubro, o eleitorado irlandês será convidado – pela segunda vez – a votar o Tratado de Lisboa, um tratado remendado de modo a contornar a rejeição pelo povo de uma Constituição Europeia. Louvo o eleitorado da República Irlandesa por ter exercido o seu bom senso no primeiro referendo e acredito que o voltará a fazer no segundo. Exorto o povo irlandês a permanecer firme na sua determinação em rejeitar o Tratado. As promessas pós-datadas e as ameaças em nada alteraram os princípios do Tratado. Continua a ser o caminho errado para a Europa e para as nações da Europa.

Contudo, penso que este direito de escolha deveria ser igualmente concedido ao meu povo, ao povo britânico. Foi-lhe prometido um referendo pelo Governo Trabalhista, que deveria cumprir a sua promessa. Se assim não acontecer, os seus possíveis sucessores conservadores terão o mesmo dever.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhor Presidente, enquanto húngaro e amigo da Polónia, assim como europeu de Leste e cidadão de um novo Estado-Membro, é com grande prazer e satisfação que antevejo o seu trabalho como Presidente, pois pode contribuir para a plena emancipação dos 12 novos Estados-Membros. Até agora, fomos apenas iguais, mas gostaríamos de ser mais iguais.

Fez uma promessa histórica, Senhor Presidente, porque está preparado para enfrentar uma questão tão delicada como a Silésia, que nunca antes foi abordada. Por outras palavras, está a assumir um papel de mediador em questões relacionadas com minorias nacionais. As minorias constituem 15% da população da Europa, dos quais 6,5% são minorias migrantes ou imigrantes, sobretudo na Europa Ocidental, e 8,5% minorias históricas.

O facto de se ter oferecido para mediar o conflito entre a Hungria e a Eslováquia e entre a maioria eslovaca e a comunidade de etnia húngara, na Eslováquia, é um acto histórico. Espero que a Comissão siga o seu exemplo. Não podemos varrer os problemas relacionados com as minorias para debaixo do tapete. Agradeço a sua atenção e desejo-lhe o maior sucesso.

Antonello Antinoro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero manifestar o quanto estou orgulhoso por fazer parte de uma instituição tão importante como o Parlamento Europeu, a que o Sr. Buzek preside. Os sacrifícios que fez no seu país, há 20 anos, e que hoje possibilitam que os 12 países referidos anteriormente estejam representados nesta Assembleia, tornam a Europa mais forte.

Gostaria, contudo, de expressar a minha apreensão relativamente ao programa que estabeleceu durante a sua alocução e que deverá, assim espero, fortalecer o Parlamento. Espero que as suas intenções se concretizem.

Tenho esperança que o próximo Presidente da Comissão Europeia, que estou seguro será o senhor Barroso, o ouça em virtude das palavras vigorosas que utilizou, para que o Parlamento possa ir ao encontro das necessidades dos mais de 550 milhões de cidadãos europeus que votaram em nós, que nos escolheram e que querem e exigem que o Parlamento e cada um de nós forneçam as respostas que a Europa tentou com certeza dar, mas sem pleno sucesso.

Relativamente a esta vertente do seu trabalho, estou esperançoso e convencido de que, por seu intermédio, conseguiremos alcançar aquela certeza a que o Senhor Presidente se referiu.

Miloslav Ransdorf (GUE/NGL). – (CS) Foi John Stuart Mill que disse que o parlamento deve ser um espelho da vida nacional. Esta não é tarefa fácil e, no meu entender, é fundamental para o nosso próximo mandato, sobretudo porque a Europa é um assunto demasiado importante para ser exclusivamente confiada às decisões das chamadas elites políticas.

Michael Theurer (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, quero felicitá-lo calorosamente pelo seu discurso. O processo que conduziu ao fim da divisão da Europa foi o resultado, por um lado, do desejo de liberdade que nasceu nos países da Europa Central e Oriental e, por outro lado, seguramente, dos atractivos da Europa enquanto modelo económico.

Penso que temos muito pouca confiança, muito pouca confiança no futuro. Se a Europa não for capaz de confiar no futuro, quem será? Temos de explicar com mais convicção que podemos trabalhar para solucionarmos os nossos problemas com confiança. Temos imenso potencial e existem ainda oportunidades de crescimento em todo o mundo. Embora ainda haja pessoas no mundo a quem faltam bens e serviços, não deixam de haver oportunidades de crescimento. Podemos garantir à Europa uma fatia deste bolo, que será vantajoso para todos os envolvidos.

Gostaria de encorajar todos os presentes a terem mais confiança na Europa, enquanto modelo de sucesso, e peço aos senhores deputados que façam passar esta ideia nas suas intervenções.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) A Hungria comemorou a Revolução de 1956 e a luta pela liberdade em 23 de Outubro de 2006. Neste dia, um grande número de polícias, orquestrados pelo Governo, atacou manifestantes pacíficos, transeuntes e até numerosos grupos de turistas estrangeiros que comiam calmamente em vários restaurantes.

Reinou o terror absoluto no país. Muitas centenas de pessoas sofreram ferimentos graves, incluindo 14 pessoas que foram baleadas nos olhos, tendo muitas perdido a visão. Muitas centenas de pessoas foram enviadas para a prisão, e contra elas foram instaurados processos penais forjados. Esta situação só terminou recentemente, com a libertação de todas as pessoas, praticamente sem excepção.

O Primeiro-Ministro homenageou o excepcional trabalho da polícia. Hoje, Senhor Presidente, temos neste Parlamento Europeu Kinga Göncz, vice-presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, que pertenceu ao Governo que sancionou o tiroteio. Gostaria de ouvir o que pensa disto, Senhor Presidente. Gostaria igualmente de lhe pedir, em nome da Hungria, que seja fiel ao espírito de solidariedade, que lute pelos direitos humanos na União Europeia e que lute para pôr fim à crise dos direitos humanos que afecta a Hungria desde o Outono de 2006. Insto, também, o membro deste Parlamento que nos lembra esta situação e envergonha a Assembleia a demitir-se do cargo de vice-presidente da comissão LIBE.

László Tőkés (PPE). – (HU) Enquanto húngaro residente na Roménia, quero felicitar o senhor Presidente Jerzy Buzek, num espírito de solidariedade, um digno sucessor do nosso anterior Presidente, Hans-Gert Pötering. Num espírito de solidariedade, recordemos que, há 70 anos, a Hungria acolheu refugiados polacos.

Num espírito de solidariedade, quero expressar o nosso contentamento por uma das principais figuras do Solidarność ter sido nomeada para liderar o Parlamento. Lembremos, ainda, o Papa João Paulo II e a questão da fé. O Solidarność e a Revolução Húngara de 1956 significaram a liberdade, enquanto os acontecimentos de Temesvár (Timișoara), juntamente com a personalidade e espiritualidade do Papa João Paulo, representam o poder da fé. Esperemos que, por meio da sua adesão à UE, o povo polaco e a Europa Oriental dêem um contributo idêntico e aumentem a fé. Por este motivo, aguardo com confiança a presidência do senhor Presidente Buzek.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D). – (PL) Senhor Presidente, quero felicitá-lo muito sinceramente, não só pela sua eleição, mas também pelo seu discurso de hoje, que deixou claro que temos uma só Europa e que

não existem velhos e novos países. Paralelamente, a Europa permanece diversa e a promessa que o Senhor Presidente fez, de que o Parlamento Europeu reflectirá essa diversidade no seu trabalho, é de valor excepcional.

Isto não significa, porém, que a Europa é igual. Com efeito, existem muitas diferenças, que devemos combater no Parlamento Europeu. Muitas vezes, os cidadãos da União Europeia recebem remunerações totalmente diferentes por trabalho igual. Hoje, cidadãos da União Europeia, em números sempre demasiado elevados, não têm trabalho, e este é outro problema que devemos atacar. Há diversidade e desigualdade a mais em termos de acesso à educação, à cultura e à saúde. Este é um desafio enorme, que o Parlamento Europeu, sob a sua liderança, deve igualmente assumir.

Gostaria de saber o que pensa que deve ser feito, pegando no que foi dito sobre uma política comum de energia, relativamente a um empreendimento que actualmente é mais alemão e russo do que europeu. Estou a pensar no gasoduto, porque o Senhor Presidente falou sobre política energética. Além disso, há a questão do alargamento da União Europeia – e a Ucrânia? Que prazo vamos fixar para a adesão da Ucrânia à União Europeia?

Jerzy Buzek, Presidente. – (PL) Quero, em primeiro lugar, agradecer a todos os intervenientes no debate o seu extraordinário apoio. Compreendo que possamos, em alguns casos específicos, ter opiniões diferentes. Isto é muito bom, porque produz sempre algo novo. Só uma troca de opiniões, só a diferença de opiniões e o debate nos pode fornecer respostas às perguntas mais difíceis. No entanto, o apoio enorme que foi manifestado nesta Assembleia durante as intervenções atribui-me uma responsabilidade suplementar, porque sei que enfrentamos grandes desafios e que temos de os superar a todos. Os Senhores Deputados conferiram-me um mandato, um mandato excepcional e forte, num momento excepcional. Quero sublinhar veementemente que estou ciente deste facto e que estou ciente das minhas responsabilidades, ao longo dos próximos dois anos e meio de trabalho, não só do Parlamento Europeu, mas de toda a União Europeia, assim como pela percepção que os nossos cidadãos têm do nosso trabalho, a qual é da máxima importância.

Quero agradecer muito calorosamente ao senhor deputado Joseph Daul, presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos). Estou muito grato por ter enfatizado que é a nossa Europa. Considero-me um dos que aqui chegaram vindos da Europa Central e Oriental, mas hoje a nossa Europa comum requer acções colectivas. Não esqueço as minhas origens, mas o tempo está a avançar muito depressa. A integração exige que sintamos uma responsabilidade mútua e que esta responsabilidade seja também assumida pelos novos Estados-Membros – por aqueles a que chamamos “novos”, embora, como disse, não haja “novos” e “velhos” Estados-Membros.

O senhor deputado Schulz insistiu em que é um programa para dois anos e meio. Assim poderá ser. O que eu tinha de facto em mente é que precisamos de continuidade. Com efeito, estava a falar de como deverá ser a Europa daqui a cinco ou dez anos e de que direcção devemos seguir. Dentro de dois anos e meio, o novo Presidente adicionará novas prioridades ou alterará ligeiramente as actuais, mas pensemos sempre para o longo prazo, talvez até para os dez ou quinze anos seguintes, para que possamos prever acontecimentos que, de outra forma, nos poderiam surpreender. Evidentemente, estou de acordo em que o melhor alargamento é o que resulta da nossa integração interna.

O senhor deputado Verhofstadt sublinhou a importância da voz dos cidadãos. Partilho a sua opinião. A voz dos cidadãos tem aqui uma importância enorme. O Parlamento representa os cidadãos, daí a nossa grande responsabilidade. O senhor deputado também salientou que, em resposta à crise, nos devemos unir, incluindo nos assuntos económicos, e tomar decisões conjuntas, que constitui exactamente o oposto do protecçãoismo, e também eu realcei esta questão no meu discurso.

A senhora deputada Harms falou de relações com os parlamentos nacionais. Fazemos mais de 50% da legislação europeia, que é depois aprovada pelos parlamentos nacionais, pelo que é muito importante que tenhamos boas relações com os parlamentos dos nossos países. Porquê? Porque precisamos de aumentar o contacto com os cidadãos. Não há qualquer dúvida de que esses parlamentos, os nossos parlamentos nacionais, têm contactos significativamente melhores com os cidadãos. Eles aparecem diariamente na televisão, o que nem sempre acontece com o nosso Parlamento. Que os cidadãos aprendam a importância do que criamos no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Conselho Europeu. Que os cidadãos saibam que o Parlamento é responsável por mais de metade das decisões que afectam os nossos países. Uma vez que iremos, doravante, manter relações muito estreitas com os parlamentos nacionais, será mais fácil transmitirmos esta mensagem.

A crise revela, evidentemente, uma enorme falta de confiança. O problema foi este, na verdade. A senhora deputada Harms e eu partilhámos a mesma opinião a respeito da questão climática. Ambos estivemos em Bali, ambos estivemos em Poznań e ambos estaremos em Copenhaga. Iremos alcançar um acordo.

O senhor deputado Kamiński salientou que temos opiniões diferentes sobre o futuro da Europa. Estou de acordo e devemos, com efeito, ouvir-nos uns aos outros. O facto de o Senhor Deputado representar o que são hoje grupos bastante vastos de cidadãos que têm uma visão um tanto diferente para o futuro da Europa, constitui uma chamada de atenção, informa-nos de alguma coisa, e nós, ou eu, que acreditamos num futuro europeu e na integração europeia, ficamos a saber significativamente mais sobre os europeus graças aos vários tipos de objecções que o Senhor Deputado levanta. No que respeita a esta questão, pode estar certo de que o debate será profundo.

A senhora deputada Svensson falou sobre a transparência do Parlamento, dizendo que os deputados e, também, os eleitores têm de estar ao corrente das decisões que tomamos. Estou inteiramente de acordo. Não tenho qualquer dúvida de que o problema da justiça social é importante. Pessoalmente, tenho raízes num sindicato, a que pertenci durante muitos anos, e que foi um sindicato comum. Contudo, sabemos muito bem que para dispormos dos meios adequados para ajudar os mais desfavorecidos, precisamos de uma economia saudável, pelo que é necessário procurar continuamente um equilíbrio entre esta e a justiça social.

O senhor deputado Speroni falou em cooperação oportuna e apropriada com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. Lembre-se, por favor, de que o Parlamento está a adquirir uma importância crescente. O Tratado de Lisboa confere-nos consideravelmente mais poderes do que aqueles de que dispomos actualmente. Isto é positivo, pois somos, de facto, representantes directamente eleitos pelos cidadãos da UE.

O senhor deputado Gollnisch não duvida da sinceridade das minhas intenções, mas questiona se serão realistas. Gostaria de dizer que há 30 ou 40 anos, era completamente irrealista pensar que um dia eu estaria perante um organismo tão amplo a responder às vossas perguntas. Era uma ideia tão irrealista que nem me atrevia a sonhar com ela. Conclui-se, portanto, que se seguirmos um caminho específico com profunda fé e convicção, o que parecia impossível torna-se possível. Esforcemo-nos por tornar o impossível possível.

(Aplausos)

Senhora Ministra Malmström, sim estamos a trabalhar com a Presidência sueca. Já viajei até à Suécia. Falámos sobre as alterações climáticas, sobre o clima na Europa, em geral, sobre a crise e sobre o desemprego. Há, também, um programa muito importante – o Programa de Estocolmo. Não o esqueçamos. O Parlamento tem muitos objectivos a concretizar no âmbito do Programa de Estocolmo, incluindo no domínio da criminalidade organizada, e não só no seio da União Europeia.

Não existem dúvidas de que iremos trabalhar em conjunto com o senhor Presidente Barroso. A sua proposta agrada-me imenso. O senhor deputado Silvestris recordou a breve história da libertação da Europa e partilho plenamente a sua opinião.

O senhor deputado Siwiec mencionou a Ucrânia. Na verdade, no que a mim respeita, a questão é óbvia, uma vez que fiz parte da delegação da União Europeia à Ucrânia. Desloquei-me três vezes à Ucrânia, como se recorda, e não pretendia abordar este assunto. Lembre-se que, para os europeus, todas as vertentes da cooperação europeia são importantes: a região Mediterrânica, a América Latina e os Estados Unidos, mas em primeiro lugar estão os nossos vizinhos. Os nossos vizinhos estão situados em redor do mar Mediterrâneo e na Europa Oriental. Estas são as regiões principais, a Europa Oriental e do Sul, mas não discutamos qual é a mais importante. As eleições ucranianas estão a aproximar-se, pelo que, durante os próximos seis meses, a Ucrânia será seguramente a mais importante. Porém, não devemos esgrimir forças a este respeito. É muito importante mantermos um equilíbrio. Apoio plenamente a sua opinião nesta matéria.

A senhora deputada Lichtenberger falou do papel do Parlamento quando legislamos. Estou de acordo, estou de acordo em que devemos fazer leis segundo métodos transparentes, em que temos de ser donos de uma opinião própria, mas isto já está declarado *de facto* por Lisboa. Se o Tratado de Lisboa entrar em vigor, isto acontecerá automaticamente.

O senhor deputado Balczó pergunta se realmente existe uma Europa tão unificada como afirmei no meu discurso. Sim, com efeito, ela existe e é unida, mas está ainda a trabalhar para solucionar, em parceria, os problemas da agricultura. Afirmo que a UE dispõe de fundos para promover a coesão. Uma vez que nos unimos, não nos separemos agora por outras razões, em resultado da falta de reciprocidade nas oportunidades de desenvolvimento fornecidas aos cidadãos. Envidaremos esforços para lá chegarmos. Alguns países são membros da União Europeia há 20 ou 30 anos e ainda fazem parte destes programas, e todos temos os

mesmos direitos. É realmente uma Europa unida, em que existem níveis de vida diferentes. Iremos nivelar estas diferenças, é esta a nossa esperança e é uma oportunidade para nós, mas falemos agora numa Comunidade e na nossa responsabilidade. Queria deixar isto bem claro.

A senhora deputada Roithová falou em responsabilidade comum pela crise e estou plenamente de acordo. Além disso, vivemos tão perto uns dos outros que quase já não existem barreiras à compreensão mútua. Isto é extremamente importante para nós. O senhor deputado Tannock mencionou um Comissário para os Direitos Humanos. Esta é, evidentemente, uma questão a ser decidida pelo Presidente da Comissão e pela Comissão. Contudo, estou certo de que nós e o senhor deputado Tannock nos encontraremos na Ucrânia, daqui a dois meses, quando tiverem lugar as eleições presidenciais.

O senhor deputado Sógor falou em conversações bilaterais europeias, pelo que não quero deixar de dizer que, com efeito, o melhor é resolver os problemas das minorias bilateralmente. Contudo, é igualmente melhor abrir as fronteiras do que mudá-las de posição. Na Europa, aprendemos a não discutir sobre fronteiras, e na nossa parte da Europa não temos este problema. Abrimos simplesmente as fronteiras, e esse é o nosso objectivo – é o nosso maior feito.

A senhora deputada Dodds disse que a União Europeia deve ser uma Europa de nações cooperantes e não uma união federal. Falou muito sabiamente, Senhora Deputada. Estamos, com efeito, a falar de cooperação entre nações. Estamos a falar da necessidade de conservar as identidades, mas também da necessidade de abertura e cooperação mútuas. As suas ideias agradam-me muito e a União Europeia, na sua forma actual, assim como na sua forma que decorre do Tratado de Lisboa, está a fazer exactamente o que a Senhora Deputada sugere.

O senhor deputado Tabajdi falou das regiões e também da minha região, a Silésia, que disse ser, em certo sentido, uma espécie de mediadora. Concorro. As regiões transfronteiriças possibilitam uma melhor compreensão mútua. Em seguida, o senhor deputado Antinoro falou sobre as conquistas do meu país. Obrigado pelos seus comentários. Se trarei força ao Parlamento Europeu? Tenho seguramente a energia necessária para o fazer, mas aquilo de que precisamos é, sem dúvida, da energia de mais de 700 deputados. Estou a contar com ela a cem por cento e penso que todos somos "enérgicos".

O senhor deputado Ransdorf representa, efectivamente, os cidadãos e a vida da nação. Estou de acordo e é justamente por este motivo que a responsabilidade e os poderes do Parlamento Europeu estão a aumentar. Permitamos, também, que os parlamentos nacionais exerçam uma forte influência sobre o que acontece na Europa. O senhor deputado Theurer falou da luta pela liberdade, por um lado, e de poder de atracção, por outro. Sim, este lado do muro seduzia, mas do outro lado estávamos a lutar pela liberdade. É verdade. Note, por favor, que aliviámos a situação nos Balcãs e que hoje os Balcãs estão em paz. Deus seja louvado. Os países desta região fazem fila para aderir à União Europeia e este é o grande atractivo da UE.

A senhora deputada Morvai recordou acontecimentos dramáticos. Se me quiser fornecer mais informações sobre o assunto, por favor, faça-o por escrito. Posso, também, reunir-me consigo para que me coloque ao corrente do sucedido. O senhor deputado Tókéfalou de 1956 e da Hungria. Todos temos estes acontecimentos e a nossa fé profunda na UE em grande estima. Sim, também eu acredito profundamente na força da União Europeia.

O senhor deputado Olejniczak, contudo, fez uma série de perguntas sobre a desigualdade na Europa. Temos, sem dúvida, de falar em unidade, mas, por outro lado, todos os fundos que referi anteriormente estão ainda a produzir efeitos, assim como todas as medidas que têm como finalidade permitir eliminar a desigualdade. Estão em vigor; nada mudou neste domínio. A situação permanece tão aberta e clara como sempre, pelo que é muito positivo termos verdadeiramente uma Europa unida. Quanto a uma resposta a respeito do aprovisionamento de petróleo, de gás e de recursos energéticos em geral, temos de falar numa política comum de energia. Deste modo, não surgirão tensões desnecessárias entre nós. Estas erguem muros desnecessários entre nós que, afinal, andamos a derrubar há décadas e que será o que continuaremos a fazer no futuro. Por este motivo, proponho, com absoluta convicção, uma política comum de energia.

Evidentemente, para um país aderir à União Europeia, tem de cumprir determinados critérios. Foi também dito que, para que outros adiram à UE, os Estados-Membros têm de estar bem integrados, pois então o acolhimento dos novos Estados-Membros será eficaz. Precisamos de tempo para a integração, mas um país como a Croácia está, em grande medida, preparado para a integração. Compreendo que a Croácia tem uma forte possibilidade de aderir muito rapidamente à UE, apesar de ter deparado com alguns problemas. Poderá dizer-se o mesmo da Islândia, mas é muito difícil determinar prazos para outros países que não estão tão bem preparados. Lembrem-se de que os países da Europa Central e Oriental que já aderiram à UE começaram

a preparar-se para integração em 1991/1992, ou seja, demoraram 12 anos. Preparámo-nos para a integração durante 12 anos e, na verdade, tínhamos então melhores condições do que estes países têm actualmente, porque naquela altura a situação mundial era melhor – não havia crise e muitos outros factores se conjugaram, proporcionando-nos uma situação mais favorável. É um processo muito moroso e não arriscaria avançar com prazos, mas não esqueçamos que o alargamento é uma boa política da União Europeia, embora seja uma política de longo prazo.

Quero, mais uma vez, agradecer a todos o debate. Tomei cuidadosamente nota de todos os comentários, em que me basearei para ponderar certas modificações. Além disso, iremos reunir-nos com regularidade. Sentar-me-ei aqui, onde agora me encontro, porque quero estar o mais próximo possível de todos vós.

(Aplausos)

Presidente. – Obrigado, Senhor Presidente Buzek, especialmente pela minuciosa precisão com que respondeu a todas as intervenções, sem excepção.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), por escrito. – (PL) Felicito-o pela sua eleição para o cargo de Presidente do Parlamento Europeu. Tal como todos os nossos compatriotas, estou orgulhosa por, pela primeira vez na História, um polaco ter assumido este cargo de honra. Para nós, é a confirmação do nosso papel e da nossa posição na Europa.

Paralelamente, a Polónia é um dos poucos países que ainda não concluíram o procedimento de ratificação do Tratado de Lisboa, que tornaria a integração europeia mais eficaz. No meu entender, há aqui um paradoxo. Recordo-lhe que o Parlamento polaco aprovou a ratificação do Tratado de Lisboa em Abril do corrente ano, mas os documentos de ratificação não foram ainda assinados pelo Presidente.

Penso que o Senhor Presidente poderá dar um contributo valioso ao debate público na Polónia e ajudar a reforçar o apoio da sociedade ao Tratado, o que poderia acelerar a conclusão do procedimento de ratificação. Quero, também, agradecer o seu envolvimento pessoal nesta matéria, na Irlanda. Espero ardentemente que o povo irlandês vote "sim", em 2 de Outubro, e que as formalidades necessárias sejam depois concluídas pela República Checa e pela Polónia.

Ajudar a pôr fim à "saga da ratificação de Lisboa" é um dos objectivos mais importantes deste Parlamento e espero que seja, também, um dos seus sucessos.

Filip Kaczmarek (PPE), por escrito. – (PL) Este é um momento importante na história da integração europeia. Obrigado pelo programa que apresentou. Espero que consiga cumprir esta ambiciosa agenda. Desejo-lhe sucesso na condução dos trabalhos do Parlamento Europeu, em conformidade com valores que são importantes para todos os europeus.

Do mesmo modo que o movimento polaco Solidariedade conseguiu mudar a face da Polónia e de outros países da Europa Central, a solidariedade europeia irá permitir-nos suplantar os desafios com que hoje nos confrontamos. Isto será possível mediante certas condições, nomeadamente que a nossa solidariedade seja coerente, genuína e determinada a operar mudanças. Tal como na Polónia, onde o totalitarismo não caiu por causa de palavras, mas sim de actos, a solidariedade europeia será eficaz se for traduzida em acções específicas. Estou convicto de que assim será.

Esta visão do futuro da Europa é sedutora para muitos europeus. Estou a contar com o Parlamento Europeu, sob a sua liderança, Senhor Presidente, para desempenhar um papel positivo e intenso que faça desta visão uma realidade. Muito obrigado.

(A sessão, suspensa às 13H25, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: BUZEK*Presidente***9. Aprovação da acta da sessão anterior**

(A acta da sessão anterior é aprovada)

Martin Schulz (S&D). – (DE) Senhor Presidente, não tenho comentários sobre a acta da sessão de ontem, mas gostaria de fazer uma observação sobre um incidente que ocorreu na sessão desta manhã. No debate desta manhã, a senhora deputada Kinga Göncz, membro do meu grupo e antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros da Hungria, foi insultada pela senhora deputada Krisztina Morvai, do partido fascista Movimento para uma Hungria Melhor, de uma forma completamente inaceitável. Enquanto Ministra dos Negócios Estrangeiros da Hungria, a senhora deputada Göncz empenhou-se, mais do que ninguém no país, em conseguir a reconciliação internacional entre a Hungria e os países vizinhos. Gostaria de manifestar a minha total rejeição ao intolerável insulto feito pela senhora deputada Morvai, do partido neo-fascista, à senhora deputada Göncz.

(Aplausos)

Kinga Göncz (S&D). – (HU) Obrigada por esta oportunidade de intervenção. Lamento profundamente que esta discussão esteja a ter lugar aqui, no Parlamento Europeu. Gostaria, também, de fazer um comentário breve à questão, começando por referir que o partido representado pela senhora deputada Krisztina Morvai criou uma unidade paramilitar em 2006 e que, desde então, a tem utilizado para intimidar a maioria pública pacífica.

Isto inclui, em particular, minorias, homossexuais, romanichéis e judeus. Esta unidade paramilitar foi recentemente dissolvida pelos tribunais, mas um deputado do partido usou o uniforme da organização nesta Assembleia, durante a sessão de Julho. Na Hungria, este partido levou a cabo uma campanha de diatribes anti-europeias, racistas, homofóbicas, anti-romanichel e xenófobas, acusando frequentemente o país de ser uma colónia da União Europeia nas suas declarações. O incidente de que a senhora deputada Krisztina Morvai falou ocorreu em 2006, quando estes manifestantes de extrema direita incendiaram a sede da televisão húngara e causaram distúrbios durante vários dias, de que resultaram 113 polícias feridos.

Em 23 de Outubro voltaram a causar distúrbios. Com efeito, tentaram perturbar uma cerimónia nacional utilizando violência. Foi a primeira vez na história do país, desde a mudança de regime, que a polícia teve de intervir em manifestações de extrema-direita. Depois destes incidentes, o Governo da Hungria constituiu uma comissão independente, cujos relatórios estão disponíveis em vários sítios Web, incluindo em língua inglesa. Esta comissão apresentou sugestões e foram instaurados vários processos judiciais. Os abusos cometidos foram investigados por organismos governamentais da Hungria.

Houve, de facto, problemas. No entanto, gostaria de dizer à senhora deputada Krisztina Morvai, como resposta à sua afirmação de que o sistema institucional no país é ditatorial, que, se a democracia não estivesse efectivamente a funcionar na Hungria, ela não teria podido discursar nesta Assembleia, como o fez esta manhã. Mais uma vez, peço desculpa por esta questão ter sido levantada perante o Parlamento e espero, sinceramente, que esta discussão não continue aqui.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Senhor Presidente, de acordo com o Regimento, disponho de meio minuto para colocar uma questão. A minha questão destina-se ao senhor deputado Schulz. Como pode o senhor deputado, com base nas afirmações difamatórias da sua colega, ousar, neste Hemiciclo, chamar fascista a um partido, simplesmente porque este não concorda com todos os aspectos das linhas gerais de orientação da União Europeia? Este partido recebeu 430 000 votos na Hungria. Está, assim, a chamar fascistas a 430 000 eleitores. A partir de agora, pense antes de falar!

10. Assinatura de actos adoptados em co-decisão: Ver Acta**11. Declaração do Presidente indigitado da Comissão (debate)**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração do Presidente indigitado da Comissão.

José Manuel Barroso, *Presidente indigitado da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos a viver tempos sem paralelo na nossa história. Pessoalmente, estou convencido de que os livros de História do futuro irão referir uma era pré-crise financeira e a uma era pós-crise financeira. Mas esta crise não é só de natureza financeira, económica e social. É também uma crise de valores. É por esta razão que acredito que temos de colocar o modelo social europeu, a economia social de mercado europeia, no centro da nossa resposta a esta crise.

Simultaneamente, a crise mostrou-nos quão interdependentes nos tornámos nesta era globalizada. Para além da crise financeira, confrontamo-nos com a crise energética. Há também os problemas da segurança alimentar e das mudanças climáticas, área em que a Europa detém agora a liderança. Penso que podemos, assim, afirmar que este é o momento da verdade para a Europa. Queremos moldar a globalização de acordo com os nossos valores, defendendo os nossos interesses, ou queremos ser vítimas passivas deste processo, seguindo a liderança de outros?

Para mim, a escolha é clara. Temos de enfrentar este desafio juntos, porque, se não o fizermos, a Europa correrá o risco de perder relevância. Temos experiência. Creio que não há outra região do mundo com a mesma experiência que nós no que diz respeito ao estabelecimento de um mercado interno, de regras comuns, de instituições comuns e até mesmo de uma moeda única e de políticas de coesão e de solidariedade. A nossa experiência é única. Acredito, portanto, que, em vez de sermos vítimas passivas da globalização, podemos liderá-la e configurá-la, visto sermos, por força do nosso percurso, um laboratório de globalização, um baluarte da governação global.

Não é agora o momento para a manutenção do *status quo* ou da rotina. Temos de ter uma agenda de mudança. Precisamos agora, mais do que nunca, de uma Europa forte. Com o Tratado de Lisboa, seremos mais fortes e teremos mais capacidade para actuar.

Gostaria de deixar bem claro o que pretendo dizer quando me refiro a uma Europa mais forte. Uma Europa mais forte não significa necessariamente uma maior centralização de poderes. Defendo, sem reservas, o princípio democrático da subsidiariedade, associado, naturalmente, à solidariedade e à tomada de decisões ao nível mais adequado.

Quando falo de uma Europa mais forte, estou a referir-me, também, ao espírito europeu, à nossa cultura de tomada de decisões, ao método comunitário e à vontade de actuar em conjunto; não me refiro apenas à capacidade de agir colectivamente, mas também à vontade de o fazer, à vontade política. Precisamos de uma Europa firme na defesa dos seus valores e interesses, que rejeite toda e qualquer forma de protecção, sem, no entanto, ser ingénua, e que possa demonstrar o espírito proactivo de que falo. Foi este espírito que orientou a redacção do documento que enviei às senhoras e senhores deputados antes da sessão.

O mandato da Comissão à qual presido actualmente foi consagrado à consolidação da Europa alargada, da grande Europa dos 27. Acredito que, agora que já consolidámos esta Europa, estamos em posição de perseguir uma nova ambição: uma nova ambição social, porque há uma crise, e o desemprego é o principal problema que os europeus enfrentam; uma nova ambição no domínio do combate às mudanças climáticas, área em que já desempenhamos um papel de liderança; e uma nova ambição relativamente à forma como lidamos com a globalização.

(EN) A segunda questão prende-se – estávamos a discutir a discriminação na atribuição de fundos públicos a nível geográfico ou entre as nações e Estados – com a afectação de fundos aos sectores. É justo que grandes empresas recebam fundos públicos provenientes do bolso dos contribuintes mas que o mesmo não aconteça com as pequenas empresas e as empresas familiares? Não estamos aqui perante uma violação fundamental do princípio de igualdade de oportunidades entre os agentes económicos da União Europeia?

Penso que chegou o momento de alcançarmos um consenso geral quanto ao rumo a seguir. Perante as senhoras e senhores deputados assumo formalmente o compromisso de, durante o meu segundo mandato – se me for confirmado o apoio deste Parlamento – aplicar as orientações políticas enunciadas e traduzi-las no programa legislativo e de trabalho da próxima Comissão, em conjunto com os futuros Comissários. Não vou agora repetir aquelas linhas de orientação mas penso que, na sequência das conversas com os senhores deputados, será útil dar uma forma mais concreta a alguns dos elementos aí contidos e considerar, igualmente, várias das sugestões apresentadas. No interesse da transparência, gostaria de salientar as áreas focadas nas minhas linhas de orientação.

Em primeiro lugar, as ideias-chave: enquanto pomos em prática, em toda a sua força, o plano de recuperação para sair da crise económica e financeira, não podemos deixar de pensar em termos de futuro. Temos de

reforçar a nossa economia social de mercado inclusiva. Investiremos em novas fontes de crescimento sustentado, no crescimento ecológico inteligente, nas redes do futuro, desde as infra-estruturas digitais às super-redes europeias de fornecimento de electricidade e de gás – tudo isto com o objectivo de promover elevados níveis de emprego e de protecção social e de reforçar o modelo de sociedade europeu, triunfando, simultaneamente, num mundo cada vez mais competitivo.

A solidariedade deve continuar a ser um factor essencial. Por conseguinte, para além de todas as decisões já tomadas e propostas em matéria de Fundos Estruturais e do aumento, para o dobro, do apoio à balança de pagamentos concedido a alguns países em dificuldades, pretendo empenhar-me, utilizando todos os instrumentos à minha disposição, em ajudar os Estados-Membros com condicionalismos orçamentais graves – em particular os novos Estados-Membros – e em colocá-los de novo no caminho da recuperação.

No entanto, não podemos voltar ao modelo de crescimento anterior. Demonstrou claramente ser insustentável. Temos de criar as condições para que a transição para uma economia com baixas emissões de dióxido de carbono dê origem a vantagens competitivas para as nossas empresas, seja uma fonte de empregos para os nossos trabalhadores e uma fonte de esperança para as gerações futuras. Sim, concordo com aqueles de entre os senhores deputados que disseram que não bastava coordenação. Sim, necessitamos de definir uma lista de objectivos genuinamente europeia. Sim, necessitamos de uma visão integrada para uma estratégia europeia coerente, uma estratégia para a União Europeia de 2020 que assente em mercados abertos, combinando novas fontes de crescimento sustentado, emprego e coesão social, objectivos no domínio do ambiente e da segurança energética, uma nova abordagem à política industrial e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Defendo que seja colocada uma ênfase especial na inovação e nas medidas de apoio às PME. Sim, isto significa rever a Estratégia de Lisboa após 2010. Sim, necessitamos de uma abordagem muito mais integrada às vertentes económica, social e ambiental das diferentes estratégias. Como Presidente da Comissão, pretendo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para convencer os Estados-Membros a aceitarem também esta abordagem de coerência e coordenação.

No documento em que expus as minhas orientações, afirmei que a economia necessita de um sistema financeiro mais ético, sólido e responsável. Os sistemas de regulação e de supervisão não acompanharam a evolução que se verificou nos mercados financeiros em termos de integração e inovação – nem na Europa, nem a nível global. Confesso que a dimensão da falta de ética a que temos assistido me deixou chocado. Não podemos permitir um regresso à "normalidade" no sector. A questão dos bónus, por exemplo, requer uma actuação urgente. Encontramo-nos agora numa posição de liderança no G20 – um processo que, aliás, teve início na Europa – mas, na verdade, é preciso fazer mais. Na próxima semana, em vésperas da reunião do G20 em Pittsburgh, a Comissão irá aprovar propostas com vista à construção de um verdadeiro sistema de supervisão europeu – um sistema que tenha em consideração a natureza integrada do nosso mercado único.

A revisão, dentro de três anos, dos resultados das acções levadas a cabo, permitirá averiguar da necessidade de aplicação de medidas adicionais. É fundamental que implementemos um sistema de regulação que assegure a responsabilização e a legitimidade do sector financeiro, sem, no entanto, impedir a inovação. Quero que a Europa mantenha a sua posição de liderança a nível internacional no sector dos serviços financeiros.

Nas minhas orientações, expliquei igualmente por que razão a situação de crise exige que nos centremos muito mais na dimensão social da Europa, a todos os níveis da cadeia de decisão, tanto no plano europeu como nacional. O sector financeiro e a economia poderão estar a dar sinais de recuperação mas, sejamos francos, a crise não acabou para aqueles que perderam os seus postos de trabalho e não podemos afirmar que terminou enquanto o cenário de criação de emprego não substituir o de crescente desemprego.

Gostaria de afirmar o meu compromisso com a promoção de um elevado nível de emprego e de coesão social através de várias iniciativas que discuti com alguns dos senhores deputados aqui presentes.

Afirmei claramente o meu compromisso com a defesa dos direitos sociais fundamentais e com o princípio da liberdade de circulação dos trabalhadores. A interpretação e a aplicação da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores revelou-se insuficiente sob ambas as perspectivas. Assim, pretendo propor, tão brevemente quanto possível, um regulamento para solucionar os problemas que têm surgido. Este regulamento será adoptado pelo processo de co-decisão do Parlamento e do Conselho europeus. Um regulamento tem a vantagem de conferir maior certeza legal do que a revisão da directiva em si, que deixaria uma grande margem para transposições nacionais divergentes e levaria mais tempo a produzir efeitos reais no terreno. No entanto, se chegarmos à conclusão, durante a preparação do regulamento, que em certas áreas se justifica a reconsideração da directiva, não hesitarei em fazê-lo. Para que fique claro, estou empenhado em combater o *dumping* social na Europa qualquer que seja a forma que assuma.

A questão da avaliação do impacto social de todas as futuras propostas também foi levantada, e concordo com a necessidade da sua realização. A revisão da directiva relativa ao tempo de trabalho oferecerá a primeira oportunidade de comprovar a pertinência das avaliações de impacto. Com base nestas, a próxima Comissão consultará os parceiros sociais e apresentará uma proposta legislativa global.

No documento que redigi, sublinho a importância dos serviços de interesse geral para o nosso modelo de sociedade europeu. O Tratado de Lisboa deixa isto muito claro, e eu estou pronto para começar a trabalhar com as senhoras e senhores deputados no desenvolvimento de um quadro de referência de garantia da qualidade dos serviços de interesse geral.

Também salientei a importância da igualdade entre os géneros e a necessidade de eliminar o fosso salarial entre homens e mulheres, comprometendo-me, por conseguinte, a trabalhar em conjunto com esta Assembleia numa Carta das Mulheres, o que será uma forma, também, de comemorar o 15.º aniversário da Conferência de Pequim, em 2010.

Nas linhas de orientação, expressei a minha determinação em assegurar a boa concretização das inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa no domínio das relações internacionais, incluindo o Serviço Europeu para a Acção Externa e o cargo de Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão. Na minha opinião, estas iniciativas constituem uma das maiores inovações do Tratado de Lisboa, e estou empenhado no reforço da cooperação com o Parlamento Europeu no domínio das relações externas em geral.

No entanto, a Europa necessita de meios à altura das suas ambições. Como referi no documento, irá ser necessária uma reforma de fundo do orçamento da União Europeia, tanto do lado das despesas como das receitas. Temos de abandonar a actual perspectiva limitada, focada em saldos orçamentais líquidos, e avançar para uma abordagem baseada na solidariedade, partilha de encargos e equidade. Isto aplica-se também à questão dos recursos próprios. A União Europeia necessita de uma forma de financiamento das suas políticas mais transparente e eficiente, e estou preparado – espero que com o apoio deste parlamento – para levar esta batalha aos Estados-Membros, no âmbito da reforma do orçamento da União. É minha intenção, também, cooperar mais estreitamente com o Banco Europeu de Investimento no estudo de formas inovadoras de financiamento.

Pretendo ainda criar regulamentação inteligente, e volto a afirmar que a simplificação dos procedimentos e a redução dos encargos administrativos que pesam sobre as empresas, em particular as PME, continuará a ser uma prioridade da próxima Comissão. Esta tarefa – bem como o Painel de avaliação de impacto e a avaliação "ex-post" – ficará sob a minha autoridade directa, reflectindo de forma inequívoca a prioridade que lhe atribuo. Defenderei também – como temos feito ao longo dos anos e, por vezes, em circunstâncias difíceis – a integridade do mercado único, porque sem um mercado único e uma política de coesão, não haverá uma União Europeia.

Mas porquê ficar por aqui? Porquê defender apenas o mercado interno? Quero completar os elos que faltam para libertar plenamente os benefícios deste para as empresas e os consumidores.

Senhoras e Senhores Deputados, estou empenhado em traduzir estas prioridades na organização do próximo Colégio, depois de ter sido confirmado por esta Assembleia, mas posso já dar-lhes a conhecer algumas das alterações organizacionais que pretendo introduzir.

Criarei o cargo de Comissário para a Justiça, Direitos Fundamentais e Liberdades Cívicas, que incluirá os direitos dos cidadãos e das minorias, de acordo com a minha concepção da União Europeia como uma comunidade de direitos e valores.

Criarei também o cargo de Comissário para os Assuntos Internos e Migração, que será responsável também pela área da segurança. Uma das principais tarefas deste Comissário será desenvolver uma abordagem verdadeiramente comum à migração, promovendo a integração dos migrantes legais, combatendo a migração ilegal e actividades criminosas associadas e assegurando a solidariedade entre os Estados-Membros. É necessária solidariedade na União Europeia. É necessário que haja solidariedade não só quando os nossos amigos do Báltico ou os países afectados pela crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia precisam do nosso auxílio, mas também quando temos de apoiar os nossos amigos do Mediterrâneo numa altura em que enfrentam dificuldades que por si sós não têm capacidade para resolver.

Instituirei ainda o cargo de Comissário para as Mudanças Climáticas tendo em conta a minha percepção de que este problema deve ser transversal a todas as políticas europeias. A criação deste cargo enviará também um sinal importante, o de que, independentemente do nível de ambição dos objectivos definidos na Cimeira de Copenhaga, a Europa continua seriamente empenhada numa acção efectiva neste domínio.

É igualmente essencial proceder a uma reforma profunda na forma como as instituições europeias acedem aos pareceres científicos e fazem uso deles. Na próxima Comissão, pretendo criar o posto de Conselheiro Científico Principal, que terá competências para emitir pareceres científicos, de forma proactiva, ao longo de todas as fases de desenvolvimento e formulação de políticas. Esta medida traduz a importância central que atribuo à investigação e inovação. Penso que há muito a fazer neste campo. O campo da investigação e da inovação é um exemplo claro de uma área na qual os esforços fragmentados dos Estados-Membros não estão a produzir os resultados pretendidos. Penso que, desde que queiramos trabalhar em conjunto, a área da investigação e inovação apresenta um enorme potencial para a Europa em vários domínios, desde o combate às mudanças climáticas à segurança energética.

O que proponho é, nada mais nada menos, uma agenda de mudança para a Europa. Para concretizar esta ambição, sugeri a formação de uma parceria especial entre o Parlamento e a Comissão. Representamos as duas instituições europeias *por excelência*, o que nos confere a responsabilidade especial de criar um espaço público para debate verdadeiramente europeu. Estou empenhado em dar o meu contributo para a democracia parlamentar europeia.

Nos últimos meses, tive oportunidade de discutir esta questão com o Presidente Buzek, e esta troca de impressões deu origem a muitas das melhorias propostas nas minhas orientações, como é o caso da instituição de um período de perguntas. Na sequência das reuniões que tive com os grupos políticos, estou disposto a aceitar a sugestão feita por alguns dos senhores deputados não só de me reunir mais regularmente com a Conferência dos Presidentes do PE, mas também de estabelecer um diálogo apropriado com a Conferência dos Presidentes das Comissões. Mais concretamente, convidarei a Conferência dos Presidentes das Comissões a reunir-se, todos os anos, com o Colégio dos Comissários antes da adopção do programa legislativo e de trabalho da Comissão.

Estamos, de facto, a viver tempos excepcionais, de incerteza e de mudanças na balança de poderes. Poderão ocorrer alterações fundamentais nas relações entre as principais potências mundiais e, de facto, nestes tempos de ansiedade, o risco de emergência de egoísmos nacionais, de nacionalismos manifestos, ignóbeis e de algumas formas de extremismo é grande. Corremos um risco real de as vitórias alcançadas em termos de integração europeia serem postas em causa. Estou, portanto, convencido da importância do estabelecimento de uma parceria especial entre a Comissão e o Parlamento para combater estes egoísmos nacionais.

Gostaria de terminar, fazendo-lhes um apelo. Precisamos, mais do que nunca, de uma Europa e de uma Comissão Europeia fortes – uma Comissão forte, sejamos francos, tem de ser uma Comissão política – mas uma Comissão política não pode ser uma Comissão partidária. Como Presidente da Comissão, o meu partido é a Europa. O próximo Colégio, tal como acontece com o actual, será constituído por um número significativo de membros de diferentes famílias políticas. É minha preocupação ver reflectida a diversidade política europeia no Colégio e nas posições mais importantes. No entanto, só com um apoio pluripartidário poderemos ter, de facto, uma Europa e uma Comissão fortes.

Precisamos de uma Comissão que cumpra as suas promessas. E de um Parlamento capaz de mobilizar as maiorias efectivas necessárias para uma Europa de acção. Se o que pretendem, Senhoras e Senhores Deputados, é uma Comissão forte que em certas ocasiões se imponha aos Estados-Membros e faça frente aos egoísmos nacionais, então deverão dar-lhe o apoio forte de que necessita.

Todos nós temos as nossas posições políticas e ideológicas individuais e pertencemos a famílias políticas muito diferentes, mas, estou convicto de que em tempos como os que estamos actualmente a viver, em tempos de crise, precisamos de ter, a par das nossas convicções próprias, uma forte ética de responsabilidade europeia. É à vossa ética de responsabilidade europeia que faço o meu apelo – um apelo assente na minha paixão pela Europa. Embarquemos juntos nesta viagem europeia.

(Aplausos prolongados)

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em Junho passado os europeus confirmaram o seu apoio ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), tornando-o a principal força deste Parlamento, pela terceira vez consecutiva.

Através do seu voto, os nossos concidadãos manifestaram uma escolha clara: a escolha de uma Europa estável e forte, num período de crise e de incerteza, a escolha de uma economia social de mercado pautada por regras éticas e de uma política responsável para o clima e para a energia. Visto que o Grupo PPE foi o único partido a apresentar um candidato para a presidência da Comissão, vários meses antes das eleições, verificou-se que

os próprios europeus aprovaram, implicitamente, a escolha de José Manuel Barroso, ao atribuírem-nos a maioria dos votos.

Pelo que me diz respeito, estou orgulhoso por o Grupo PPE ter feito esta escolha e, atrevo-me a dizer, por ter assumido este risco.

Todos sabemos quais são as prioridades do Grupo PPE: são as prioridades que inspiraram os países da Europa e que continuam a inspirar a maioria dos governos na actual Europa. A maior parte destes objectivos são partilhados e defendidos pelo actual Presidente da Comissão, Durão Barroso.

Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo PPE apoia José Manuel Barroso porque ele já deu provas. Já deu provas nos domínios da energia e das alterações climáticas, permitindo que a Europa se tornasse pioneira na luta contra o aquecimento global. É esta Europa pioneira que servirá de modelo à nossa actuação na conferência de Copenhaga. José Manuel Barroso deu provas no que diz respeito à moralização dos sistemas financeiros, permitindo que a Europa fosse a primeira a tirar lições de uma crise financeira, que ninguém, sublinho ninguém, tinha previsto. São a Europa e a Comissão de José Barroso que estão a mostrar aos nossos parceiros americanos e asiáticos a direcção a seguir no contexto do G20.

No passado, a Europa foi descrita como um anão político. Como podemos não ficar satisfeitos com o facto de, nas duas áreas de maior preocupação para os europeus – a crise e as alterações climáticas – a Europa estar finalmente na linha da frente?

Gostaria de acrescentar que José Manuel Barroso é o primeiro candidato à presidência da Comissão a envolver tão directamente o Parlamento no seu trabalho e na definição das orientações políticas. É o primeiro a propor uma verdadeira parceria entre estas duas instituições através de um conjunto de medidas concretas.

Considero que isto representa um avanço importante para o parlamentarismo europeu; é uma oportunidade que nós, membros do Parlamento Europeu, devemos aproveitar. É por isso que o meu grupo espera que o senhor Presidente José Barroso forme uma nova Comissão e comece a trabalhar o mais rapidamente possível.

Naturalmente, o Presidente da Comissão não poderia representar apenas um partido. É óbvio que terá de alcançar compromissos no seio de um colégio formado por comissários de várias famílias políticas. É bom que assim seja, porque a Europa só poderá ser construída com base num espírito de abertura e de formação de consensos.

Dito isto, Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, tenho um apelo a fazer-vos. Quando o Presidente da Comissão for eleito, devem começar de imediato a tratar da formação do resto do Colégio, independentemente do Tratado em vigor.

Quanto a si, Senhor Presidente Barroso, se, como espero, uma maioria de deputados o apoiar amanhã, note que não estarão a passar um cheque em branco. Sei que o sabe, mas é meu dever repetir-lho aqui. O facto de o Grupo PPE partilhar a maior parte das suas convicções confere-lhe, também, uma responsabilidade: a de assegurar que, nos próximos cinco anos, o trabalho da sua Comissão cumpra as nossas expectativas e as dos europeus em geral.

Temos confiança em si, mas não temos dúvidas de que também cumprimos o nosso dever de órgão legislador no âmbito da parceria que irá propor.

Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado pela vossa atenção.

(Aplausos)

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho-me interrogado, nos últimos dias, sobre a razão por que um candidato que é tão controverso para todos os grupos deste Parlamento, causa tão pouca controvérsia no Conselho. Creio que a resposta é óbvia. Se fosse chefe de governo, também elegeria José Manuel Durão Barroso. Não poderia ter havido melhor advogado dos interesses do Conselho Europeu durante os últimos cinco anos. Por esta razão, Senhor Presidente Barroso, este seu apelo a uma cooperação com o Parlamento faz sentido, mas vem demasiado tarde.

(Aplausos)

Um dos aspectos que caracterizou o seu mandato nos últimos cinco anos foi o facto de estar constantemente ao serviço dos governos da União Europeia, e essa é, precisamente, uma das razões por que a sua candidatura é encarada com tanto cepticismo. Muitos amigos são mais perigosos do que os inimigos. Mal tinha terminado

o seu discurso no qual afirmou: "Sou o candidato de todos!", e já o senhor deputado Daul dizia: "Este é o candidato do Grupo do Partido Popular Europeu". Que risco para si, Sr. Barroso! Que motivos teria uma outra eventual maioria deste Hemiciclo para o eleger, se o seu programa é o programa do Grupo do Partido Popular Europeu?

Poderíamos ter começado com uma maioria diferente. Em Julho, parecia estar a formar-se uma maioria diferente, pró-europeia e reformista, com base na conciliação de diferentes considerações de vários grupos sob a acção do senhor deputado Guy Verhofstadt. Se a votação não tivesse sido adiada até Setembro, outros cenários teriam eventualmente sido possíveis. Infelizmente, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa retirou o apoio ao seu líder, caso contrário a maioria de que falei poderia ter-se concretizado. É por isso que estamos agora a realizar esta votação e a avaliar se o que nos está a dizer é convincente.

No entanto, ainda mal começou a concentrar-se num programa e já está a fazer outra coisa diferente. Nos últimos dias tem enviado os seus emissários para espalhar a seguinte mensagem: "*Moi, j'ai la majorité*, Eu tenho a maioria". Pode ser que tenha a maioria amanhã. Pode acontecer. Talvez tenha a maioria amanhã, graças aos grupos PPE e ALDE, cujos membros na sua maior parte votarão em si, e, claro, graças ao único grupo que votará em si unanimemente, imediatamente e sem hesitações: os Conservadores e Reformistas Europeus, o partido do Sr. Kaczyński e do seu irmão, o partido do Sr. Klaus, o partido Tory. Segundo as suas palavras, pretende alcançar uma maioria a favor do Tratado de Lisboa, mas este é precisamente o partido cujos membros se opõem ao tratado. Como pode alguém levar a cabo uma liderança de cariz pró-europeu, fazendo alianças deste tipo?

(Aplausos)

Além do mais, não é só o Senhor Presidente Barroso que está em causa. É claro que o que está em causa é também o senhor, é claro que o que está em causa é também a questão: Barroso – sim ou não? É também a questão de saber se consegue uma maioria – sim ou não? No entanto, está em jogo ainda outro aspecto. Trata-se do rumo a tomar pela Europa como um todo, e essa decisão não cabe só a si. Por conseguinte, o Conselho e, sobretudo, este Parlamento também intervêm na decisão sobre a composição do Colégio, as pastas que distribui e o programa que apresenta para os próximos cinco anos.

O que está em causa não é só o Senhor Presidente da Comissão, mas também a questão de sabermos se finalmente conseguimos regulamentar o mercado interno e os mercados financeiros e se finalmente conseguimos acabar com a mão-de-obra barata na Europa, que está a destruir a coesão social da nossa sociedade. Trata-se de saber, igualmente, se conseguimos produzir uma mudança de direcção na União Europeia, que tem de ter o apoio da Comissão, no seu conjunto.

Portanto, para nós, também estão em causa questões relacionadas com o programa. Não basta reduzir a Europa a um indivíduo e à questão de saber se este indivíduo tem ou não uma maioria. Precisamos de mais! Precisamos de estudos de impacto social. Disse que irá pô-los em prática. Iremos avaliá-lo pela efectiva implementação destes estudos, pela sua efectiva capacidade de elaborar regulamentos em conjunto com o Parlamento no âmbito de um acordo interinstitucional.

No futuro, a Comissão deverá considerar previamente os efeitos que as suas medidas irão produzir nos sistemas de segurança social dos Estados-Membros. Queremos e precisamos de uma directiva para os serviços públicos, para os serviços de interesse geral. Não aceitamos que a Comissão não descanse até que o último cemitério público da Europa tenha sido privatizado. Esta estratégia tem de acabar. Precisamos, igualmente, de uma mudança de rumo em matéria de política salarial na Europa.

Qualquer que seja o instrumento escolhido, Senhor Presidente da Comissão, espero ouvir de si uma declaração. Hoje, mais uma vez, não o disse. No entanto, espero que alguma vez o afirme. O objectivo da Comissão, em particular após o veredicto do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias nos processos Viking, Laval e Rüffert, deverá ser assegurar um pagamento igual para homens e mulheres, para um trabalho igual, no mesmo local.

Estes são os assuntos relacionados com os programas e com o teor das orientações políticas que queremos discutir consigo, mas não somente consigo. O que está em causa, também, é quem serão os Comissários e que pastas terão a seu cargo. Não sei o que prejudicou mais a Europa, se o Senhor Presidente da Comissão em si, ou o facto de não ter impedido o senhor Comissário McCreevy de fazer o que queria. Precisamos de uma mudança de rumo na UE. É a sua capacidade de produzir esta mudança que iremos avaliar.

(Aplausos)

Assim, vemos uma ligação entre a votação de amanhã e a votação final na Comissão. Há um caminho. É possível alcançar um maior consenso e confiança do que o que existe actualmente. No entanto, se atendermos ao balanço dos seus últimos cinco anos e ao que nos apresentou até aqui – não estou a falar do que poderá acontecer no futuro, mas do que temos presentemente em cima da mesa –, só posso dizer-lhe, com segurança: o Senhor Presidente da Comissão José Barroso não tem o apoio do meu grupo.

(Aplausos)

Presidente. – Gostaria de informar as Senhoras e os Senhores Deputados de que temos um novo artigo no Regimento. Alguns dos senhores deputados poderão não ter conhecimento ainda. O artigo estabelece que se, durante uma intervenção, os deputados presentes no Hemiciclo erguerem um cartão azul, podem colocar uma questão à pessoa que está a falar. A pergunta não poderá exceder meio minuto e só poderá ser feita com o consentimento do orador. É uma nova regra que foi agora introduzida. Tem por objectivo dinamizar os nossos debates.

Miguel Portas (GUE/NGL). - Senhor Presidente, é muito breve: Colega Schulz, ouvi-o com muita atenção e partilho boa parte das questões que colocou ao Presidente da Comissão, que agora se recandidata. Ouvi-o até dizer que os socialistas não vão só com a direita, que a Europa não se constrói só com a direita. Eu pergunto-lhe quantos deputados do seu grupo parlamentar, socialistas, portugueses, espanhóis, ingleses, já deram o apoio ao novo candidato, independentemente das opiniões que o colega Schulz tenha?

Martin Schulz (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Devo admitir que não conheço o colega que acabou de intervir. No entanto, estou satisfeito por, como novos colegas,...

(Reacções diversas)

Já está aqui no Parlamento há algum tempo? Para ser sincero, não dei pela sua presença até agora. Depois do que acabei de ouvir, percebo porquê.

Decidiremos esta tarde na votação final do grupo. Não sei qual é o grau de democracia existente nas estruturas do seu partido, Senhor Deputado, mas nós somos um partido democrático e, portanto, no final do dia, decidiremos por meio de votação democrática.

Presidente. – Gostaria de sublinhar que apenas está prevista uma pergunta por intervenção, porque, caso contrário, poderemos não conseguir terminar o debate.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, como sabe, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa tem dito, desde o início deste processo de nomeação, que o que está em jogo é o programa para os próximos cinco anos, e não pessoas ou personalidades. É isso que conta: o programa que o candidato apresenta, aquele que apresenta agora nas suas linhas gerais e, mais tarde, o programa pormenorizado, que será apresentado no final do ano, espero, quando a Comissão estiver finalizada.

Segunda questão: a pedido de alguns dos meus colegas, o nosso grupo debateu, também, longamente, se deveríamos esperar antes de tomar uma decisão final. Optámos por essa posição em Julho, porque considerávamos que era necessário que o candidato apresentasse um programa, o que não acontecia antes. Penso que tomámos a decisão certa, de esperar em Julho, de não apoiar nenhum candidato e de aguardar as propostas que vamos agora debater. Mas pensamos que, uma vez que o candidato já apresentou as suas linhas de orientação, não faz sentido voltar a dizer que vamos esperar mais algumas semanas ou alguns meses.

Estamos a atravessar uma crise económica e financeira e, por essa razão, necessitamos das instituições europeias e de uma Comissão. Não seria muito responsável...

(Aplausos)

... Não seria muito responsável, neste momento, dizermos "Vamos esperar". Esperar o quê? Esperar duas semanas, três semanas, dois meses, até apresentarem propostas? As propostas estão em cima da mesa. Assumamos as nossas responsabilidades, votando a favor ou contra, mas assumamos as nossas responsabilidades.

Terceira questão: não ficámos muito convencidos com as linhas de orientação apresentadas pelo candidato. Considero que as propostas apresentadas, por muito pormenorizadas que sejam em alguns casos, se baseiam numa filosofia errada, isto é, no pressuposto de que a recessão acabou, de que a recuperação chegou definitivamente e de que não necessitamos de políticas comunitárias suplementares para sair da crise. Trata-se

de um mau ponto de partida, porque o fim da recessão não significa o princípio da recuperação. Poderemos cair em estagnação económica, como acontece no Japão, onde se espera pelo crescimento há 10 ou 15 anos. Por conseguinte, necessitamos de ter, adicionalmente, uma nova estratégia comunitária integrada que supere os 27 planos nacionais. É esta exigência que fazemos como liberais e como democratas, e entendemos que é igualmente importante que a Comissão apresente, tão brevemente quanto possível, um plano para sanear os bancos. Não 27 planos diferentes, como temos actualmente, mas uma abordagem comum, coerente, traçada pela Comissão.

Tomei conhecimento, Senhor Presidente da Comissão, de que disse no nosso grupo que estava disposto a submeter propostas relativas a esta nova estratégia integrada da União, que ultrapassa os 27 planos nacionais, e à estabilização do sector bancário na União Europeia. É positivo, e o que pedimos é que estes dois elementos sejam desenvolvidos e apresentados de forma pormenorizada no programa que vai agora preparar e que vai apresentar com a Comissão.

O nosso apoio é muito claro. É condicional. Isto significa que se manterá até ao momento em que verificarmos que os referidos elementos, isto é, uma nova estratégia comunitária integrada, um plano de estabilização para o sector bancário, para além dos aspectos que repetiu hoje no seu discurso, um orçamento baseado em recursos próprios e uma avaliação intercalar da supervisão financeira, se materializam no programa da Comissão. Sobre o último ponto, devo dizer que continuo a defender que deveria ser utilizada a estrutura do Banco Central Europeu, e não as propostas de Larosière, que constituem, por enquanto, o ponto de partida da Comissão e do Conselho.

Por último, o nosso apoio dependerá, como sabem, da nova estrutura da Comissão. Pretendemos uma Comissão eficaz, com uma distribuição mais equilibrada de poderes do que até aqui, e, neste contexto, contamos também com a promessa que fez ao nosso grupo de criar na Comissão uma pasta especial para os direitos fundamentais e liberdades cívicas, a assumir por um deputado da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos. É importante que este comissário seja co-responsável com os outros membros da Comissão, e não apenas alguém que se limite a dar-lhes a sua opinião.

Por conseguinte, para o bem comum da Europa, necessitamos de mais audácia e de uma Comissão mais ambiciosa, e esperamos que garanta isto e que, no seu programa definitivo, corresponda às nossas expectativas.

Daniel Cohn-Bendit, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente indigitado, Senhoras e Senhores Deputados, confesso que creio que estou a enlouquecer.

Primeiro dizem-nos: "tudo mudou, portanto fico!" A razão pela qual o senhor Presidente Barroso deve ficar é porque tudo está a mudar e ele é a estabilidade num mundo em mudança. Seja.

Depois oiço o senhor deputado Daul. Participei na campanha eleitoral em França. Durante a campanha disseram-nos para deixar nas mãos do Sr. Sarkozy a questão dos bancos, deixar nas mãos do Sr. Sarkozy a questão das alterações climáticas, deixar nas mãos do Sr. Sarkozy a mudança da Europa. Agora, oiço o senhor deputado Daul dizer para deixarmos nas mãos do Sr. Barroso o problema das alterações climáticas, deixarmos nas mãos do Sr. Barroso o problema X, Y ou Z. Vais receber uma reprimenda do Palácio do Eliseu, meu amigo! Vais receber uma reprimenda! Ao mesmo tempo, toda esta história é incrível! Sim, sim, eu sei, o Maio de 68, estás farto dessa história, estamos sempre a voltar ao mesmo. Explicar-to-ei um dia, se quiseres saber.

O que estou a dizer simplesmente, é que este espaço, esta Assembleia onde nos encontramos, é um espaço onde temos direito a dizer tudo o que pensamos. José Manuel Obama: Yes, he can! Ele consegue fazer tudo o que quiser agora, ele consegue fazer tudo o que não foi capaz de fazer durante cinco anos. Vão ver o que vai acontecer e, a propósito, Chefes de Estado ou de Governo, Sra. Malmström, tenham cuidado, porque os dias do pequeno Sr. Barroso que os escuta estão contados. Agora vão ter de o escutar a ele, ele vai impor-vos uma nova política integrada, não uma política de coordenação, vão ter de fazer o que ele entender... Não, mas pare, pare, Senhor Presidente da Comissão! Sabemos como é! Em cinco anos de mandato, nunca disse uma única vez nesta Assembleia "Eu estava errado", como eu, Daniel Cohn-Bendit e outros fizemos...

Porque o Senhor Presidente da Comissão fala de valores europeus, de ética europeia, mas o problema é o seguinte. Se realmente quer mudar as coisas, o Senhor Presidente da Comissão tem de explicar aos deputados e aos cidadãos europeus que a resposta à crise financeira e económica tem de ser, simultaneamente, uma resposta à crise ambiental. Mais, se quiser responder a estas crises, tem de transformar a Europa – reformar não é suficiente – e com isto pretendo dizer que tem de a transformar do ponto de vista ambiental e social. Os nossos sistemas de produção têm de ser postos em causa. Os bancos: porque é que enlouqueceram?

Porque temos um sistema que os torna completamente loucos. Porquê? Pela simples razão que o que importa é ter mais e mais, e ainda mais, mais rapidamente.

Por acaso o Senhor Presidente da Comissão, Chefes de Estado ou de Governo, a maioria dos membros deste Plenário estão dispostos a desafiar esta mentalidade do “mais e mais, e o mais rapidamente possível”? É isto que está na base da crise, e, quando as pessoas falam de desenvolvimento sustentado, não se trata apenas de implementar umas medidas avulsas, trata-se, antes, de tentar explicar e compreender que, enquanto em certas áreas é necessário crescimento, isto é, crescimento selectivo – renováveis e outras –, há muitas outras cujo crescimento é preciso travar. É necessário haver peso e medida, e lá estou outra vez a ter alucinações.

O Senhor Presidente da Comissão falou do processo de Lisboa. Falou de investigação. Senhor Presidente da Comissão, explique-me uma coisa. Durante cinco anos – na verdade, durante quatro anos, pois, no ano passado, após o estalar da crise, foi mais prudente – explicou-nos que a solução para a eficácia económica e ambiental era a desregulamentação. Desregulamentação. Sim, é verdade, eu recordo-me dos seus discursos, recordo-me do que disse. Depois, com as crises, apercebeu-se de repente de que afinal não funcionava assim. Perante as crises, e isto abona em seu favor, Senhor Presidente da Comissão, nunca dissemos que não era um homem de honra, apenas dissemos que, tendo em conta a forma como tem conduzido esta Comissão, não temos fé em si. É um europeísta mas, ao mesmo tempo, baseia-se numa ideologia que é a mesma que provocou a crise, não a que a vai resolver.

E, Senhor Deputado Verhofstadt, isto é ainda o mais surpreendente. Ao longo de toda a campanha, dissemos – vou terminar aqui, aliás o Senhor Presidente da Comissão vai agradecer-nos – que não queríamos votar em Julho. Agora, todos nos agradecem por a votação não ter tido lugar em Julho, porque, pelo menos, o senhor Presidente da Comissão pôde apresentar o seu programa. Se dependesse do senhor deputado Daul, se dependesse do senhor Presidente da Comissão, teríamos votado sem um programa em Julho, e não teria havido qualquer problema! Portanto, agradeça-nos, pelo menos, Senhor Presidente da Comissão, por lhe termos dado a oportunidade de apresentar o seu programa.

Não tem de quê, não tem de quê, Senhor Presidente.

Em segundo lugar, e esta é muito boa, diz: “porquê adiar ainda mais?” Pela simples razão, e este acontecimento é inédito, que o povo da Irlanda vai votar daqui a três semanas e se, como acredito que vai acontecer, como se prevê que vá acontecer, os irlandeses votarem a favor do Tratado de Lisboa, as circunstâncias que rodeiam esta Comissão mudarão. Diz-nos: “é absolutamente necessário, porque enfrentamos uma crise económica e, se não o fizermos, vão ver o que vai acontecer”.

Nos próximos dois meses, o senhor Presidente Barroso terá de formar a sua Comissão. Não terá tempo de se ocupar com a questão de Lisboa, nem com Copenhaga, porque terá de negociar com o Sr. Sarkozy. O senhor Comissário Barnier vai ficar com o mercado interno? Se Barnier ficar com o mercado interno, o que irá dar aos polacos, a quem prometeu uma grande Comissão? O que vai dar aos alemães? O que vai dar aos ingleses? Porque na Comissão é tudo uma troca de favores! E a troca de favores vai mantê-lo ocupado, mas enquanto está ocupado com ela, os outros vão trocar favores em Copenhaga.

Esse é o problema; essa é a realidade. Portanto, vou concluir dizendo-lhe, Senhor Presidente Barroso, que é um homem de honra, é verdade, mas que deve notar o seguinte: o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia não tem confiança em si e irá votar contra a sua nomeação porque acreditamos que a Europa necessita de alguém melhor, alguém melhor do que o senhor, Senhor Presidente Barroso!

(Aplausos)

Michał Tomasz Kamiński, em nome do Grupo ECR. – (PL) Embora o senhor deputado Cohn-Bendit tenha porventura falado demais e embora eu discorde de quase todas as suas afirmações, ele tem sempre coisas interessantes para dizer e isso é, afinal, importante no Parlamento. É o que proporciona ao Parlamento a vitalidade que referiu, Senhor Presidente, na sua intervenção ao início do dia.

Os Conservadores e Reformistas Europeus votarão a favor do Presidente indigitado Barroso. Não o faremos por concordar consigo em todos os aspectos, Senhor Presidente. Existem, infelizmente, muitas questões em que não concordamos. Mencionaria desde logo o seu apoio entusiástico ao Tratado de Lisboa. Não partilhamos desse apoio entusiástico, mas subscrevemos a crítica e a condenação de todas as formas de egoísmo nacional e de nacionalismo que exprimi na sua intervenção.

De facto, foi à Europa, ao nosso continente, onde queremos viver em paz e continuar em paz, que os egoísmos nacionais e os chauvinismos trouxeram um oceano de sofrimento. Agradecemos hoje a Deus o facto de vivermos numa Europa em paz.

Não estamos de acordo em algumas matérias que o senhor Presidente Barroso abordou. Temos o direito de discordar e vamos defender esse direito, embora algumas pessoas questionem continuamente o simples facto de os eleitores na Europa terem elegido Conservadores e Reformistas Europeus; asseguro-vos que irão eleger ainda muitos mais. Estaremos aqui, e a nossa voz será ouvida.

Temos o direito, portanto, de dizer, em nome dos nossos eleitores, que apoiamos o senhor Presidente Barroso na sua difícil missão. Congratulo-me por ter sido hoje mencionada a solidariedade europeia. Congratulo-me por ter sido afirmado que a Comissão – a nova Comissão liderada pelo senhor Presidente Barroso – vai dedicar os seus esforços a ajudar-nos a ultrapassar a crise económica. Este ponto é extremamente importante, e regozijamo-nos com o facto de o programa ambicioso que o senhor Presidente Barroso apresentou parecer, de facto, dirigir-se aos domínios mais importantes, em que é necessária acção da nossa parte. A propósito, este facto revela a dimensão da necessidade de cooperação entre as nações na Europa de hoje. A crise afectou-nos a todos, independentemente da estrutura política e da economia a que pertencemos, independentemente da região em que se encontram os nossos países. A crise afecta-nos a todos, e temos de a combater em conjunto.

Senhor Presidente, ao manifestar este apoio em nome do nosso grupo, quero solicitar-lhe também que evite, nos próximos meses, que a Europa permaneça indiferente ao que acontece na política mundial. Não escondo o facto de, na minha opinião, um dos desafios mais importantes que se colocam ao mundo ocidental ser a situação actual no Irão.

O Irão é um país que esconde as suas ambições nucleares. O Presidente daquele país não apenas nega o hediondo crime do holocausto, mas também ameaça hoje Israel com a destruição. Parece-me que não deve haver lugar para este tipo de comportamento, inadmissível num mundo moderno e democrático. O nosso grupo espera que a Comissão Europeia, sob a sua liderança, se oponha firmemente aos procedimentos anti-democráticos e às políticas anti-democráticas das actuais autoridades do Irão, que visam o nosso maior aliado no Médio Oriente – o Estado de Israel.

Esperamos também – e saúdo-o por transmitir sempre esta ideia convictamente nas suas palavras, Senhor Presidente – que a política externa da União Europeia seja sempre um símbolo das liberdades dos cidadãos e promova os nossos valores comuns europeus para além das nossas fronteiras.

Estou certo de que não conseguiu evitar cometer erros na anterior legislatura, mas, na verdade, ninguém que esteja envolvido na política consegue evitá-los – é assim, infelizmente, que as coisas se passam neste mundo. Todavia, no trabalho árduo que o senhor desenvolve, contamos consigo para erguer bem alto a bandeira dos valores europeus e para trabalhar em favor – e quero realçar este ponto – de uma Europa comum e unida.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, caros Colegas, o senhor representa a continuidade de uma política, Senhor Presidente Barroso, que contribuiu para a maior crise económica na história do pós-guerra. Enquanto os casinos dos grandes centros financeiros reabrem, os cidadãos do mundo pagam a factura. As consequências da crise são o desemprego, a pobreza, rendimentos mais baixos e menos educação. O senhor insiste em que a crise financeira teve origem inicialmente nos EUA e que foram apenas os banqueiros que provocaram o colapso. Nós dizemos que o sistema político, incluindo as políticas da Comissão da UE, foi responsável pela promoção do capitalismo de casino. A ideologia da liberalização, desregulamentação e privatização conduziu-nos à crise. Continuar a actuar como no passado vai resultar numa crise ainda mais grave.

O sistema político tem de assumir responsabilidades, retirar ensinamentos dos seus erros e abdicar dos seus ideais neoliberais. A política europeia deve centrar-se de uma forma sistemática nos interesses dos povos da Europa. Não identifico uma tendência deste tipo nas suas orientações. Todavia, congratulo-me por, nas suas observações de hoje, ter atribuído maior importância às questões sociais do que há um ano.

Gostaria de ilustrar o nosso desacordo político recorrendo a alguns exemplos. O senhor quer aderir à Estratégia de Lisboa. No entanto, a população da Europa necessita de bons postos de trabalho e de salários adequados que lhes permitam viver com dignidade. Temos de colocar na agenda uma redução, e nunca uma ampliação, das horas de trabalho.

Esperamos que a nova Comissão reestruture a Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. A Europa tem de oferecer finalmente a garantia de que os direitos sociais não serão sacrificados em nome da abordagem

competitiva. Por este motivo, propusemos, conjuntamente com outros colegas, uma cláusula juridicamente vinculativa sobre o progresso social e uma carta dos serviços públicos, que fará prevalecer a segurança social e serviços de interesse geral sobre regulamentos relativos ao mercado interno. Depreendo das suas palavras que esta ideia não lhe deve agradar.

No relatório Zimmermann, o Parlamento Europeu apela a um salário mínimo de pelo menos 60% do rendimento médio em todos os Estados-Membros. O senhor repete que nada pode fazer a este respeito. Penso que poderia fazer alguma coisa, por exemplo, através de orientações em matéria de política de emprego.

O senhor concentra-se unicamente no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que provou ser um instrumento ineficaz, em particular, durante a crise. Pretendemos um pacto social que substitua a Estratégia de Lisboa e o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

É sua convicção que alguns novos regulamentos sobre supervisão financeira vão manter em xeque a cobiça do mundo financeiro. Nós pedimos a proibição de formas de investimento particularmente arriscadas e um imposto sobre os movimentos de capitais.

O senhor, e passo a citar, “apoia todos os parágrafos do Tratado de Lisboa”. Nós queremos uma Europa social e não a continuidade da concentração radical no mercado interno. Queremos um compromisso de desarmamento e gestão civil dos conflitos em vez do crescimento contínuo da capacidade militar.

Vemos a Europa como uma grande potência e pretendemos disseminar a ideologia do comércio livre e do caminho do comércio para todos os domínios da vida em todo o mundo. Defendemos o diálogo intercultural e multilateral e o maior apoio possível a países em desenvolvimento para ultrapassar a crise económica, alimentar, financeira e climática.

Caros Colegas, devemos eleger em conjunto uma Comissão que assuma o objectivo de uma União Europeia social, pacífica, economicamente sustentável e democrática. Se queremos obter o apoio da população europeia ao projecto da UE, temos de nos afastar de conceitos radicais de mercado livre e promover mais democracia directa. Neste caso, o senhor Presidente Barroso é o homem errado para o cargo de Presidente.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de perguntar o seguinte ao senhor Presidente Barroso: porquê esta pressa inusitada? Porquê alterar as regras do jogo? Porque é que a sua reeleição por cinco anos como Presidente da Comissão tem de acontecer agora? Bom, é claro que a resposta está na Irlanda e no Tratado de Lisboa. O plano é mostrar a todos que o navio está firme, que tudo corre bem, que os irlandeses têm apenas de corrigir o seu pequeno erro, bastante disparatado – e, na verdade, o vosso documento de trabalho está redigido como se o Tratado já tivesse sido ratificado.

Contudo, está a omitir-se aqui um ponto muito importante: o senhor foi o líder; foi o governante nos últimos cinco anos. Era sua responsabilidade assegurar que o Tratado Constitucional fosse imposto. Mas as coisas correram mal, não é verdade? Os franceses disseram “não” e os neerlandeses disseram “não”, e o senhor recusou-se a aceitar estes resultados democráticos e participou, com muitos deputados deste Parlamento, na completa fraude que é o Tratado de Lisboa.

Disse-nos que a bandeira e o hino seriam abandonados, mas não encontro muitas provas dessa afirmação. Não, o senhor mudou o nome para Tratado de Lisboa mas não conseguiu impedir os irlandeses de votar, e os irlandeses disseram “não”. No entanto, mais uma vez, não foi capaz de aceitar um resultado democrático, nem pensar – os irlandeses têm de votar novamente!

Em tudo isto, e uma vez que o senhor é o líder, onde está o princípio da responsabilização democrática? Bom, talvez argumente que já não resta muita democracia na Europa, mas deveria existir pelo menos um certo grau de responsabilização, e eu diria que, em vésperas do que pode muito bem ser uma quarta rejeição deste Tratado, que o extermina de uma vez por todas, este Parlamento não o deve investir como Presidente da Comissão para os próximos cinco anos enquanto não conhecermos esse resultado.

Se a população irlandesa disser “não” uma segunda vez, temos simplesmente de respeitar a sua decisão, e o senhor tem de abandonar o cargo de Presidente da Comissão. Seria esse o caso em qualquer outra actividade, em qualquer sector, e eu sugiro que suceda efectivamente o mesmo na política europeia.

E o que dizer da sua folha de serviço? O senhor supervisionou a Agenda de Lisboa: ela afundou-se sem deixar rasto muito antes de a crise do crédito nos atingir. Agora, diz-nos que devemos ter um comissário responsável pela imigração, retirando aos Estados-nações o seu direito mais básico a decidir quem deixam viver, trabalhar e fixar-se no seu território. O senhor impôs a sua obsessão pelas alterações climáticas, que provocou enormes

custos e não originou quaisquer benefícios materiais. Mas, acima de tudo, está o facto de ter ignorado aquele referendo irlandês, de ter afirmado que os irlandeses não podem impedir este Tratado: esse motivo é suficiente para que eu simplesmente não possa apoiá-lo.

Contudo, é possível que eu tenha cometido um erro terrível. É possível que o senhor seja, afinal, o homem certo, porque ontem, no *Daily Telegraph*, uma sondagem perguntava o seguinte: se Lisboa avançar sem um referendo, gostaria que a Grã-Bretanha continuasse a fazer parte da União Europeia? E por 43% contra 26% – pela primeira vez em mais de 30 anos – a esmagadora maioria dos britânicos afirmou desejar que abandonemos a União Europeia se o senhor Presidente Barroso conseguir o que pretende. Portanto, talvez eu me tenha enganado: talvez o senhor seja o homem certo. Veremos.

(Aplausos e risos de algumas bancadas)

Sim, irá com todo o gosto!

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Senhor Presidente, a Europa atingiu um momento de viragem histórico. Milhões de pessoas que ganham a vida com trabalho honesto querem uma mudança radical. Querem combater as injustiças grosseiras do neoliberalismo e do grande capital global. Este grupo inclui trabalhadores de explorações familiares, pequenos agricultores, proprietários de pequenas empresas e funcionários da administração pública. Para o conseguirem, necessitam urgentemente de direitos humanos. Lamento que o senhor comissário não esteja presente para me ouvir defender os direitos humanos e as liberdades civis. Estes direitos são necessários para as pessoas poderem exprimir as suas opiniões ou, por outras palavras, desfrutar da liberdade de opinião, do direito à liberdade de reunião e da liberdade de expressão sem serem intitulados fascistas, como de facto aconteceu hoje aqui nesta Assembleia, nem alvejados nos olhos, intimidados por brutalidade policial, maltratados, detidos ou sujeitos a processos penais fictícios.

Quando todos estes acontecimentos tiveram lugar na Hungria no Outono de 2006, pedimos-lhe que fizesse alguma coisa. O senhor nada fez. Porquê? Eu pediria ao Vice-Presidente do Parlamento, senhor deputado Schmitt, que confirmasse o que aconteceu, por que motivo nos dirigimos a si. Foi devido ao que sucedeu numa reunião organizada pelo partido Fidesz, um partido cívico...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, obrigada pela oportunidade de acrescentar algumas palavras a esta discussão. Devo dizer que é muito bom voltar ao Parlamento Europeu. A discussão e as intervenções aqui são indiscutivelmente mais dinâmicas e animadas do que no meu país, a Suécia.

Gostaria de felicitar o senhor Presidente Barroso por nos ter dado uma indicação clara do papel que ele gostaria que a Comissão desempenhasse e pela sua agenda de reformas para os próximos cinco anos. Ouvi também muito atentamente o que tinham a dizer os relatores dos grupos. Existem, naturalmente, muitos aspectos que eu poderia comentar, mas não o farei hoje, porque este não é o debate do Conselho. É o debate do Parlamento com o Presidente indigitado da Comissão.

Como referi, não me cabe comentar o que foi dito, mas ouvi muito atentamente o debate. Há apenas dois pontos que gostaria de mencionar. O primeiro é evidente: José Manuel Barroso foi unanimemente nomeado por 27 Chefes de Estado ou de Governo de várias filiações políticas. Tem o nosso apoio claro para liderar a Comissão por mais um mandato. Este facto não diminui, evidentemente, o dever do Parlamento de o escrutinar e de decidir se o aprova ou não.

O meu segundo comentário é igualmente evidente, mas merece ser repetido. Vivemos um período extremamente incerto, com desafios consideráveis e difíceis. Precisamos de uma Europa forte, com capacidade para actuar e onde as instituições europeias funcionem adequadamente e possam cooperar. Precisamos de segurança, clareza e estabilidade, para que, em conjunto, possamos enfrentar as questões em que os nossos cidadãos esperam resultados e em que confiam que a Europa cumpra a sua missão.

José Manuel Barroso, Presidente indigitado da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, abordemos, em primeiro lugar, alguns temas de substância política.

A Comissão não defende e nunca defendeu a privatização dos serviços públicos. Entendemos que esses serviços constituem uma parte importante do nosso modelo europeu de sociedade.

O que achamos importante é que os serviços públicos funcionem no quadro de um mercado único forte, cumprindo as regras comunitárias. Este aspecto é essencial. Se queremos uma União Europeia real, temos de fazer respeitar este mercado interno.

Sejamos honestos nesta matéria: por vezes, alguns políticos nacionais, quando existe um problema, dizem que a culpa é de Bruxelas, e quando têm sucesso, dizem que o mérito é deles. Não embarquemos, pois, nestas acusações de que é por causa de Bruxelas que existe privatização. Essas decisões são nacionais. Temos entre os nossos Estados-Membros alguns países que decidiram privatizar determinados serviços públicos, mas não se trata de uma imposição de Bruxelas.

Penso que o habitual exercício de ataque a Bruxelas vai, por vezes, longe demais. Todos devem assumir as suas responsabilidades.

O segundo ponto diz respeito ao destacamento de trabalhadores. Os princípios da Directiva são, na verdade, os que foram aqui mencionados, nomeadamente pelo Grupo Socialista: o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores; disse-o muitas vezes. Para nós, estes direitos são sagrados: o direito à greve; os direitos sindicais.

Os direitos fundamentais são muito importantes. Venho de um país onde, num determinado período, não havia direitos civis nem sociais, e sei, portanto, o que significa ter acesso a esses direitos sociais.

Ao mesmo tempo, estamos empenhados na liberdade de circulação na Europa. Sem essa liberdade de circulação, não teremos Europa. Por conseguinte, procuremos conciliar de alguma forma os dois princípios. Não devemos ceder às interpretações do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Foi por isso que propus aqui uma solução inspirada em muitas das vossas sugestões e que estou disposto a trabalhar de uma forma leal com todos os deputados deste Parlamento para a alcançarmos, a fim de termos uma Europa mais forte, mantendo o nosso mercado interno, mas respeitando plenamente os direitos sociais dos nossos trabalhadores.

No que respeita à regulamentação e desregulamentação, quero deixar esse ponto bem claro e peço-lhe, Senhor Deputado Cohn-Bendit, que procure uma declaração em que eu defenda a desregulamentação. Eu disse sempre “legislar melhor” ou “regulamentação inteligente”. Não é por culpa minha que este conceito seja traduzido em francês como “desregulamentação”. Legislar melhor: *mieux légiférer*, e não *moins légiférer*.

(FR) Além disso, Senhor Deputado Cohn-Bendit, quero dizer-lhe uma coisa. O senhor tem uma obsessão por mim. Eu não tenho uma obsessão por si. Pelo contrário, quase tenho simpatia por si porque me recorda a minha juventude...

(Aplausos)

Há uma questão política que é fundamental. Posso ser criticado por muitas coisas, e sou o primeiro a reconhecer que há aspectos em que eu próprio e a Comissão podemos ser criticados. Contudo, temos de honrar o nosso compromisso em matéria de alterações climáticas: todos reconhecem que somos líderes mundiais nesta questão. Recebi cumprimentos, em nome da Comissão, do Presidente Obama, do Secretário-Geral das Nações Unidas e do vencedor do Prémio Nobel, senhor Pachauri, que me escreveu uma carta comovente. Serei o primeiro a partilhar convosco este êxito da Europa, uma vez que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia contribuiu para a agenda do crescimento ecológico.

Não quero que haja dúvidas: sou a favor do crescimento ecológico; não sou a favor do declínio da Europa. Este aspecto é importante. Sou a favor do crescimento ecológico, do crescimento viável, mas não sou a favor da desindustrialização da Europa. Não sou a favor da redução de postos de trabalho na Europa. A verdade é que foi a Comissão quem mais fez no âmbito das alterações climáticas e é precisamente a Comissão que o senhor deputado Cohn-Bendit trata como bode expiatório desde o início. Ainda antes de eu ter apresentado as orientações e me ter apresentado ao seu grupo, o senhor disse “não”. Mandou mesmo fazer *t-shirts*. Não venderam bem, as *t-shirts* “Stop Barroso”.

O senhor fala em alucinações, Senhor Deputado Cohn-Bendit. Ouça! Um partido apresentou um candidato antes das eleições. Eu próprio ouvi as vossas propostas. Os senhores propuseram um conservador do Reino Unido, o senhor Patten. Os senhores apresentaram até, ao que julgo saber, o Primeiro-Ministro francês como candidato, o que mostra... não, afinal não foi assim, eu estava mesmo a pensar que isso seria mais um favor como o que fizeram ao Presidente Sarkozy, dividindo a esquerda em França.

Senhor Deputado Cohn-Bendit, a verdade é esta: se queremos uma Europa que esteja mais próxima dos seus cidadãos, temos de fazer escolhas com base em políticas. Gostaria muito que as forças pró-europeias apoiassem um programa pró-europeu. Apresentei-vos um programa bastante pró-europeu. Depende de vós votar em mim. Não sou eu que decido quem deve apoiar-me. São os senhores que têm de votar. Tenho um programa pró-europeu, associado ao Tratado de Lisboa. Esta pode não ser a melhor notícia para todos, mas eu acredito neste documento. Proponho-vos agora uma nova ambição para a Europa. Na verdade, os últimos cinco anos foram os anos de consolidação da Europa alargada. Não tenho de pedir desculpa por merecer o apoio dos 27 Chefes de Estado ou de Governo, que foram democraticamente eleitos e são provenientes de todas as tendências políticas, porque acredito que o meu papel consistiu essencialmente em unir as pessoas. Esta foi a primeira vez que tivemos esta Europa alargada. Não tenho de pedir desculpa por ter trabalhado com lealdade ao lado destes Chefes de Estado ou de Governo. Escusado será dizer que um Presidente da Comissão reeleito terá autoridade acrescida. Solicito-vos um forte apoio a uma Comissão que é favorável a mais ambição, a um progresso mais determinado e a um projecto europeu de solidariedade e de liberdade. Ofereço-vos uma cooperação leal. Algumas pessoas demarcaram-se desta posição. É lamentável! Pela minha parte, continuarei empenhado nos meus valores e mesmo nos valores que os senhores, por vezes, defendem.

(Aplausos)

(O deputado Cohn-Bendit levanta um cartão azul)

Presidente. – Tenho de explicar esta situação. O senhor deputado Cohn-Bendit levantou um cartão azul, mas concluímos há meia hora que a regra em questão se aplica apenas aos oradores que sejam deputados ao Parlamento Europeu e não a intervenientes exteriores ao Parlamento, como os oradores da Comissão.

Talvez seja conveniente alterar este ponto no futuro, mas, por ora, temos de cumprir as regras.

Othmar Karas (PPE). – *(DE)* Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, caros Colegas, gostaria de mudar o tom deste debate e sugerir que nos questionemos: qual de nós não precisa de crescer e de se desenvolver? Qual de nós não tem margem para melhorar? Qual de nós nunca cometeu erros? É necessário que seja seguido um novo rumo em muitos domínios, não apenas pelo Presidente da Comissão, mas também por nós. Há muitos caminhos novos para percorrermos.

Tenho a sensação de que muitos dos presentes apenas procuram uma pessoa para culpar pelos problemas que enfrentamos, em vez de trabalharem para resolver os nossos problemas comuns com novo ímpeto, novas ideias, entusiasmo e visão. Muitas pessoas fazem insinuações e geram desconfiança para desviarem as atenções das suas próprias fragilidades. Muitas pessoas querem ignorar também os resultados das eleições de 7 de Junho de 2009, que constituem a base democrática para o debate de hoje.

Nós acusamos o senhor Presidente da Comissão de fazer coisas a que está obrigado, por outras palavras, de cumprir os Tratados e de aplicar as resoluções. Alguém proferiu hoje esta excelente frase: “Sem liberdade não há solidariedade e sem solidariedade não há uma União Europeia forte e eficaz”. Eu acrescentaria: não há uma Comissão Europeia forte. Estamos todos no mesmo barco. Somos todos conjuntamente responsáveis. Cada um de nós tem a sua quota-parte de responsabilidade. O Presidente da Comissão tem um elevado grau de responsabilidade numa primeira instância. Contudo, como disse o senhor deputado Martin Schulz, não é apenas ele que está em causa. A sua força depende de nós, dos Estados-Membros, da competência e da qualidade dos comissários.

Esse é o próximo capítulo do nosso livro. Como vamos concretizar uma economia de mercado eco-social? Como vamos reestruturar a Comissão? Como vamos criar um comissário responsável pelos mercados financeiros? E o serviço diplomático? E a protecção do clima? No final desta intervenção, o nosso Presidente parafraseou uma citação de Bronisław Geremek: “Trabalhem todos arduamente no nosso próprio caminho e aproveitemos ao máximo a oportunidade de contribuímos para a mudança, em vez de nos agredirmos uns aos outros!”

Stephen Hughes (S&D). – *(EN)* Senhor Presidente, o senhor Presidente Barroso recordar-se-á da minha intervenção quando se apresentou perante o nosso grupo na semana passada. Como referi então, Senhor Presidente Barroso, li as suas orientações políticas para a nova Comissão com considerável interesse e concluí, na verdade, que muitos dos argumentos contidos nas orientações reflectem as minhas próprias convicções e prioridades políticas. Estou certo de que muitos deputados da esquerda concordam comigo.

O problema, contudo, é que o senhor utilizou essencialmente os mesmos argumentos quando aqui estive há cinco anos para tentar alcançar a Presidência da Comissão. Nessa ocasião, fez uma série de promessas,

no âmbito da Europa social, sobre a renovação da agenda social para cinco anos que não foram cumpridas. Lembrar-se-á, por exemplo, de ter dito há cinco anos, a propósito dos serviços de interesse geral: “Não excluo a possibilidade de uma directiva-quadro”.

Agora, cinco anos depois, como afirmou novamente hoje, a UE pode criar um “quadro qualitativo para os serviços públicos e sociais”. Não temos bem a certeza do que isso significa. Sabemos, todavia, o que significa uma directiva-quadro e, para nós, esse é um compromisso muito importante que gostaríamos que assumisse. Dizer-nos que não exclui essa possibilidade é simplesmente insuficiente neste momento.

Quando analisámos o seu documento na semana passada, procurámos compromissos concretos e específicos, mas praticamente não os encontramos. O que descobrimos – graças ao Google – é que as orientações propriamente ditas, apresentadas sob a forma de uma agenda de reestruturação, não passam, em grande medida, de uma reciclagem de textos da Comissão já existentes e da agenda política em curso.

Sublinho três pontos gerais sobre as suas orientações:

Em primeiro lugar, elas simplesmente não dão resposta à gravidade da forte crise social e de desemprego que enfrentamos e que se vai agravar nos próximos meses, se não anos.

Em segundo lugar entendemos que as suas palavras sobre uma estratégia de saída da crise são prematuras. O senhor modificou esse discurso nas palavras que nos dirigiu hoje. Contudo, deveríamos antes estar a falar de uma estratégia de entrada, uma estratégia para uma intervenção positiva no mercado de trabalho, não só a nível dos Estados-Membros, mas também a nível europeu.

Em terceiro lugar, a sua agenda de reestruturação é a agenda do passado. A crise exige políticas muito mais corajosas e duradouras do que aquelas que o senhor preconiza. Ao invés, a primeira prioridade da nova Comissão deveria ser o lançamento de uma nova agenda social europeia modernizada e ambiciosa.

Ouvi atentamente o que afirmou hoje, mais uma vez, sobre a resposta ao acórdão Laval no contexto da Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. O senhor afirmou novamente que um regulamento de execução, sem tocar na Directiva, é o caminho a seguir. Isso simplesmente não vai funcionar. O problema está na própria Directiva, que repete sucessivamente que “os Estados-Membros ‘podem’...”. A não ser que o regulamento de execução substitua ou complete essa Directiva, o problema do processo Laval mantém-se.

Além disso, permita-nos que critiquemos o seu percurso. Laval não aconteceu ontem. O que fez o senhor Presidente nos quase dois anos que passaram desde que o acórdão Laval provocou ondas de choque no movimento sindical?

Uma última questão: compromete-se hoje a fazer tudo o que for possível para assegurar um verdadeiro equilíbrio dos géneros no próximo Colégio de Comissários?

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, porquê agora? Porquê o senhor Presidente Barroso? Estas são as duas perguntas a que temos de responder.

A pergunta “Porquê agora?” já foi abordada aqui. Estamos no meio de uma crise financeira e económica, e as condições essenciais para um forte crescimento económico e para a criação de mais postos de trabalho não serão criadas de um dia para o outro. Necessitamos de uma Comissão eficaz e de uma estratégia comum europeia a longo prazo. Não podemos começar a trabalhar no próximo ano; temos de começar imediatamente. É por isso que temos também de votar agora.

Porquê o senhor Presidente Barroso? Congratulo-me com a declaração clara do senhor Presidente da Comissão, do candidato, sobre a economia social de mercado, a concorrência e o mercado interno. Enquanto liberais, também temos expectativas e exigências fortes. Esperamos que seja desenvolvida uma estratégia comum em conjunto com os Estados-Membros.

A médio prazo, não será suficiente possuir uma rede de entidades reguladoras que acompanhem os mercados financeiros. Precisamos de um único organismo europeu de supervisão financeira. Como referiu há pouco o senhor deputado Guy Verhofstadt, a revisão intercalar será decisiva para nós.

Como liberais, entendemos que a criação do comissário responsável pelos direitos fundamentais é uma medida positiva. Pretendemos que esse comissário tenha uma autoridade genuína. Para quem não saiba o que isto quer dizer: a protecção de dados e o tratamento dos requerentes de asilo nas fronteiras externas da Europa são assuntos que requerem mais atenção.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre os comentários aqui formulados sobre a situação política. Lamento muito que a maioria dos sociais-democratas não vote a seu favor amanhã. Os sociais-democratas estão, deste modo, a retirar-se da aliança pró-europeia que pretendíamos criar, particularmente no caso das questões relativas às políticas europeias. O senhor deputado Schulz, o senhor deputado Bisky e o senhor deputado Cohn-Bendit estão a organizar um bloqueio vermelho-vermelho-verde da Europa, ou pelo menos a tentar. O factor decisivo é o seguinte: não podemos defender-nos do acordo entre os conservadores europeus, mas é crucial que os liberais e os democratas-cristãos salvaguardem a capacidade da Europa para actuar.

Jill Evans (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, intervenho em nome dos deputados da Aliança Livre Europeia no Grupo Verts/ALE. Acreditamos na igualdade para todas as pessoas na Europa. Apoiamos a independência das nações e regiões da Europa que não são actualmente Estados-Membros de pleno direito mas aspiram a sê-lo, e fazemos campanha pela igualdade de direitos para os falantes de todas as línguas, tanto línguas oficiais da UE como línguas co-oficiais, sejam elas utilizadas pela maioria ou por uma minoria num Estado-Membro.

Senhor Presidente Barroso, o senhor refere nas suas orientações, e voltou a referir hoje, a necessidade de criar um sentimento de comunhão entre a UE e os seus cidadãos, mas só será possível concretizar esse objectivo quando a UE reconhecer as verdadeiras nações e populações e a subsidiariedade funcionar a todos os níveis e não apenas entre a UE e os governos dos Estados-Membros.

Se a União Europeia pretende efectivamente apoiar-nos na crise económica, assumir a liderança, como é seu dever, para combater as alterações climáticas, proteger os serviços públicos, defender os direitos humanos e contribuir para a paz e o desarmamento a nível internacional, necessita da contribuição de todos nós, incluindo o País de Gales, a Escócia, a Catalunha, a Córsega, a Flandres e muitas outras regiões.

Em toda a Europa, neste momento, têm lugar discussões, consultas e referendos, e não falo de Lisboa, mas de propostas para alterações constitucionais e para uma maior autonomia nestes países. Lamento que não tenha admitido, reconhecido ou abordado esta evolução em curso nas suas orientações e que não tenha apresentado propostas para uma maior participação dos países e das regiões com poderes legislativos no processo decisório da UE, algo que nós, na ALE, consideramos crucial. Pedir-lhe-ia novamente que aceitasse fazê-lo.

Timothy Kirkhope (ECR). – (EN) Senhor Presidente, uma das críticas mais cáusticas à UE aponta o facto de a União estar mais preocupada com os seus sistemas internos do que em demonstrar liderança em questões globais ou actuar de uma forma que acrescente valor à vida dos cidadãos. Nunca esta tendência foi mais evidente do que nas discussões disparatadas que fomos obrigados a suportar para decidirmos se, e quando, deveríamos nomear o Presidente da Comissão.

A data de hoje, um ano depois do colapso do Lehman Brothers, recorda-nos oportunamente o estado perigoso da economia europeia e, em especial, da economia do Reino Unido. O desemprego aumenta um pouco por todo o lado, e estamos apenas a algumas semanas de uma reunião mundial decisiva sobre alterações climáticas. Nestas circunstâncias, seria absurdo tentar adiar a nomeação do Presidente da Comissão para depois de Setembro.

Li as orientações políticas do senhor Presidente Barroso com grande interesse. Saúdo calorosamente a oportunidade que concedeu ao Grupo ECR para uma discussão vigorosa a esse respeito. Em primeiro lugar, a nossa prioridade central tem de ser o relançamento do crescimento económico e o desenvolvimento da competitividade a longo prazo. A curto prazo, isto implica menos intervenção económica e resistência ao proteccionismo. Posteriormente, devemos assegurar o regresso de finanças públicas sólidas e trabalhar para alcançar uma maior liberalização do mercado, que permita recuperar a confiança comercial e empresarial e garanta investimento adequado em competências e em capital humano, bem como na inovação e na investigação.

A Comissão tem um papel vital a desempenhar para que as instituições da UE não comprometam a recuperação económica impondo encargos desnecessários e exagerados às empresas. O trabalho realizado pelo senhor Presidente Barroso e pelo Comissário Verheugen neste domínio foi significativo. Combater a regulamentação excessiva e promover a agenda “legislar melhor” – embora, Senhor Presidente Barroso, eu preferisse o termo “desregulamentação” – foi um caso de sucesso da última Comissão. No entanto, é lamentável que este sucesso não tenha sido mais acentuado, e é certamente necessário mais trabalho. Precisamos de um vice-presidente sénior da Comissão responsável por este domínio de actividade. Exorto-o, Senhor Presidente Barroso, a fazer essa nomeação se for eleito amanhã.

Quanto às alterações climáticas, é verdade que a UE demonstrou liderança nas negociações internacionais neste domínio e tem de continuar a fazê-lo. Saúdo a tónica colocada pelo senhor Presidente Barroso na necessidade de mostrar o modo como o combate às alterações climáticas pode ajudar a modernizar as nossas economias.

Um outro aspecto que quero realçar é o compromisso de reestruturar o orçamento da UE através de uma reforma profunda. Essa reforma é há muito necessária e deveria ter sido um compromisso vinculativo.

Embora eu próprio e o meu grupo apoiemos vivamente a renomeação do Presidente e saudemos alguns dos principais elementos, não estamos de acordo em tudo, como referiu o meu amigo, senhor deputado Michał Kamiński. Tenho sérias preocupações sobre os planos anunciados da Comissão no domínio da imigração e do asilo e, no que diz respeito ao Reino Unido, a manutenção do controlo nacional das nossas fronteiras continua a ser essencial.

Como o senhor Presidente Barroso ficou a saber nas nossas discussões, há problemas com as propostas da Comissão no quadro da supervisão financeira. Existe um risco real de empresas financeiras se transferirem para fora da UE, o que beneficiaria apenas os nossos concorrentes.

Finalmente, houve referências, durante o debate, ao Tratado de Lisboa. Não escondo o facto, e limito-me a assinalá-lo mais uma vez, de a UE ter continuado a funcionar perfeitamente sem o Tratado de Lisboa nos últimos três ou quatro anos. Não há motivos para que isso deixe de acontecer.

Finalmente, cito um parágrafo da parte final do manifesto do senhor Presidente Barroso. Diz o seguinte: “A UE funciona melhor quando se centra na sua actividade de base. Tenciono concentrar os nossos recursos limitados nos domínios em que podemos ter maior impacto e em que podemos assegurar maior valor acrescentado”. Por outras palavras, penso que isto significa que a UE pode fazer menos, mas tem de fazer melhor.

Senhor Presidente Barroso, se estas forem as suas palavras de ordem nos próximos cinco anos, estará criada uma excelente base para o progresso, mas, em qualquer caso, o senhor merece uma votação esmagadora, amanhã, que exprima o nosso apoio.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, as instituições não permitem à esquerda apresentar um candidato.

Deploramos esta situação de candidatura única e os acordos políticos entre os governos de direita e os governos sociais-democratas que a tornam possível.

Com efeito, esta situação nega a existência de uma opinião generalizada na Europa que se opõe totalmente ao modelo liberal de integração europeia que o senhor representa. Este é o modelo que, sem dizer uma palavra a esse respeito, precipita o ideal europeu num abismo de abstenções hostis, em particular nas eleições europeias, e esse aspecto é importante nos novos Estados-Membros.

Este é o modelo que transformou o sonho de uma Europa protectora numa máquina que destrói os nossos direitos sociais e as nossas indústrias nacionais, e que coloca as populações umas contra as outras para poderem ganhar a vida. Cada vez mais pessoas dizem: “A Europa não traz nada de bom”.

O senhor não previu o desastre financeiro e a catástrofe ambiental, apesar de todos os avisos, porque houve, de facto, avisos. O senhor contribuiu para esses problemas – o senhor e todos os outros – com esta ditadura da concorrência livre e leal, que enfraquece as nossas sociedades e destrói o seu espírito público e os nossos serviços públicos.

Agora muda as palavras, mas não as acções. Por outro lado, o seu programa pode ser resumido numa frase – não sei se o jogo de palavras francês pode ser traduzido – que é a seguinte: “A partir de gora, tudo será como dantes”. Contudo, é de uma grande mudança que a Europa necessita para virar a página deste período, de uma era arcaica e ultrapassada, a era do capitalismo financeiro e da máxima produtividade.

Esta mudança pode, portanto, começar pela recusa da sua indigitação para a presidência. É por isso que a nossa delegação lhe vai negar o seu voto.

Timo Soini (EFD). – (FI) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, o senhor visitou o nosso grupo eurocético, e nós valorizamos esse facto. Era o momento de discutir as questões, e o senhor respondeu a algumas perguntas muito difíceis, apresentadas por mim e por outros colegas. No entanto, o facto de existir apenas um candidato não me agrada. Além disso, se não o aceitarmos agora, acontecerá o mesmo que na

Irlanda, onde o senhor Presidente Barroso surgiu alguns meses depois com uma gravata diferente, e todos votaram novamente na mesma coisa? O senhor gosta da Comissão. Li muito atentamente este documento. No texto, afirma que a Comissão é insubstituível, que só a Comissão tem autoridade para apresentar propostas que tomem em consideração os interesses de todos os nossos cidadãos e que apenas a Comissão tem competência e independência.

Caros Colegas, onde estão as nações da Europa? Onde estão os parlamentos da Europa e onde estão os eleitores europeus? Não dizem que é graças a eles que esta União se mantém de pé? Não acredito muito nessa ideia. Senhor Presidente Barroso, defenda quem trabalha, defenda os trabalhadores, porque a esquerda cansada já não o consegue fazer. Defenda os pequenos empresários: não temos falta de mão-de-obra; temos falta de empregadores. Faça um bom trabalho no sentido ascendente, para que umas pessoas possam empregar outras e, deste modo, a Europa consiga avançar. Finalmente, Senhor Presidente Barroso, não queremos impostos da UE, obrigado; já temos impostos suficientes.

(Aplausos)

Francisco Sosa Wagner (NI). – (ES) Senhor Presidente, quero dirigir os meus comentários ao senhor Presidente Barroso.

Senhor Presidente Barroso, acompanho as suas intervenções com grande interesse, e também muito respeito, há muito tempo, desde que era, aliás, político num país que está muito próximo de nós e dos nossos corações, nomeadamente Portugal.

Contudo, o senhor acaba de me surpreender verdadeiramente. Isso aconteceu por dois motivos: em primeiro lugar, revelou desprezo pelo grupo a que pertence – o grupo dos deputados não-inscritos – ao não nos conceder sequer um minuto do seu tempo para explicar as suas propostas políticas. Representamos muitos cidadãos europeus, e o senhor desrespeitou todos os nossos eleitores.

Em segundo lugar, o seu plano político é frágil e as suas propostas políticas apresentadas no documento “Orientações políticas para a próxima Comissão” são fracas. Estas propostas não incluem sequer o que o senhor defendeu durante o período em que foi Presidente da Comissão. Surpreendeu-me o facto de questões como a energia, que, ao longo do seu mandato, foram correctamente tratadas, serem agora, no momento em que apresenta as suas propostas para o próximo...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Carlos Coelho (PPE). – Senhor Presidente, Senhora Ministra Cecilia Malmström, Senhor Presidente Barroso, começo por lhe dar os parabéns. Primeiro pelo trabalho de cinco anos à frente da Comissão, revelou firmeza face aos Estados-Membros, como no dossier clima/energia, e capacidade de gerar compromissos e consensos, como nas Perspectivas Financeiras, com as dificuldades acrescidas que resultaram do alargamento, da crise institucional e da crise financeira internacional.

Em segundo lugar, pela qualidade das orientações políticas para a próxima Comissão que apresentou a este Parlamento. Mas, Presidente Barroso, em democracia é assim, há quem goste e há quem não goste. Uns não gostam de si porque é demasiado europeu, outros por preconceito ideológico, outros comparam-no com o passado, esquecendo que hoje são os interesses de 27 Estados-Membros que importa conciliar e já não são só 12, para além de que, felizmente, este Parlamento tem mais poder e a cooperação interinstitucional é mais exigente.

Outros queriam adiar. Adiar seria criar um vazio, enfraquecer a Comissão, enfraquecer a Europa. O mundo não fica à nossa espera. Ainda ontem o Presidente do Brasil, em declarações, lançou o G8 para o lixo da História defendendo o G20. O mundo não fica parado à espera que a Europa arrume a sua casa e eleja os seus dirigentes. Adiar seria pactuar com a irrelevância da Europa num mundo mais global.

Temos natural orgulho que seja um português a presidir à Comissão Europeia, mas o nosso apoio não é uma expressão de mera solidariedade nacional, é o reconhecimento do trabalho feito e é a concordância com as suas prioridades, que fazemos nossas, o crescimento económico, a aposta na inovação e na qualificação das pessoas e o combate ao desemprego, a afirmação da importância da coesão económica e social, a aposta no ambiente e o combate às alterações climáticas, mais segurança sem diminuir a liberdade, reforçar a cidadania e a participação cívica.

Saúdo o que acaba de nos propor no que se refere ao trabalho conjunto, aproximando este Parlamento e a sua Comissão no interesse da nossa Europa comum. É altura deste Parlamento dar razão aos Chefes de Estado

de famílias políticas diferentes, por unanimidade, reconduziram-no à frente da Comissão. Sr. Presidente Barroso, boa sorte e bom trabalho.

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, combati na minha campanha para as eleições como líder da candidatura social-democrata na Áustria com base numa forte regulação europeia dos mercados financeiros, numa alteração da Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, na protecção dos serviços públicos e na análise do impacto social da legislação. Visto que nenhuma destas metas foi alcançada pela anterior Comissão, que o senhor liderava, trabalhei na presunção de que necessitamos de uma nova Comissão e de um novo Presidente da Comissão. Agora promete-me que vai fazer tudo o que lhe pedi. Como podemos subitamente começar a acreditar no que o senhor diz?

O meu colega, senhor deputado Stephen Hughes, já referiu o facto de a primeira Comissão Barroso não ter conseguido cumprir muito do que o senhor já tinha prometido. Nas próximas semanas, terá a oportunidade de provar que leva esta questão a sério. Neste caso, levar a sério significa obter o apoio das pessoas que pretendem executar estas medidas.

Já ficou claro que amanhã vai conseguir o apoio de muitas pessoas que nada têm a ver com estes objectivos substanciais. Irá receber bastante apoio dos deputados do Parlamento que impediram a realização destes objectivos ou os rejeitaram, por exemplo, no caso da Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores e das medidas em matéria de serviços públicos, e que se declararam firmemente a favor da privatização. Estes deputados vão apoiá-lo amanhã. O senhor tem de provar que consegue formar uma nova maioria na Comissão que pretenda realmente atingir estes objectivos.

Em resposta ao senhor deputado Lambsdorff, que afirma que isto só pode ser uma campanha para as eleições alemãs e que os sociais-democratas estão a abandonar o caminho europeu, eu gostaria de dizer que não são os sociais-democratas, mas os senhores, que estão a aderir a uma aliança com anti-europeus genuínos, e esse é o verdadeiro problema. Muitos de nós estaríamos dispostos a apoiá-lo, se a Comissão tivesse uma posição clara sobre a dimensão social. Registamos as promessas que fez hoje, mas também esperamos uma decisão indicativa de que as matérias que referi serão tomadas a sério na política da futura Comissão.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-Presidente

Marielle De Sarnez (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, neste Parlamento há deputados, nos quais me incluo, que não vão depositar a confiança em si na votação de amanhã. Quero mencionar aqui os motivos desta decisão e também dar-lhe conta das nossas preocupações, porque entendo que merecem ser ouvidas.

Consideramos que a Comissão está muito menos forte hoje do que há cinco anos. Achamos que, demasiadas vezes, optou deliberadamente por deixar caminho livre ao Conselho, para não incomodar ninguém. Consideramos também que foi incapaz de utilizar o poder que lhe é conferido pelos Tratados, o direito de iniciativa que, em período de crise, deve ser um autêntico dever de iniciativa. Entendemos, finalmente, que a Comissão já não é o local onde se forma o interesse geral da Europa, determinado a fazer-se ouvir por todos, e que nenhum destes aspectos é positivo para Europa.

A Europa necessita de uma visão, necessita de poderes para pensar e produzir um novo modelo de desenvolvimento e precisa de novas soluções para questões económicas: como podemos alcançar mais integração industrial e orçamental; como podemos dar prioridade ao longo prazo em relação ao curto prazo; como podemos assegurar, por exemplo, que a missão dos bancos seja, em primeiro lugar, apoiar empresas, agregados familiares e investidores europeus no domínio da regulação; como podemos instituir uma entidade reguladora europeia capaz de discutir questões sociais em igualdade de circunstâncias com a sua homóloga norte-americana; como podemos pôr em prática um pacto em matéria de emprego; como podemos obter uma harmonização ascendente no domínio monetário; como podemos utilizar e demonstrar solidariedade; como podemos alcançar, talvez no futuro, um novo alargamento da zona euro, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento sustentável; e como podemos tornar eficaz esta transição, não apenas na Europa, como também nos países em desenvolvimento?

Eis, Senhor Presidente Barroso, algumas das questões que se lhe colocam. É por isso que entendo que precisamos de uma nova Comissão que possa renovar o interesse geral europeu e a respectiva visão e, muito simplesmente, devolver significado à ideia da Europa. É nesta base que vamos avaliar as suas acções futuras. Obrigada pela sua atenção.

Sven Giegold (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, a profundidade da crise na Europa não foi provocada apenas por comportamentos pouco éticos nos mercados financeiros, Senhor Presidente Barroso. Outras causas incluem a crescente desigualdade social, perigosos desequilíbrios macroeconómicos entre os Estados-Membros, que conduziram a falta de solidariedade, e a dependência da Europa face ao aumento dos preços dos recursos.

Os cidadãos da Europa merecem uma Comissão que volte a colocar, com persistência, estas causas mais profundas na ordem do dia em lugar de as transformar em tabus, de fazer exactamente o oposto e de transferir a responsabilidade para os Estados-Membros. Precisamos de políticas económicas e financeiras devidamente coordenadas na Europa. Precisamos de colaboração em matéria de impostos na Europa, que porá cobro ao “dumping” fiscal. Só então será possível acabar com o aumento das divisões sociais e financiar os investimentos respeitadores do ambiente que são necessários. Precisamos de uma política que promova constantemente tecnologias e estilos de vida ecológicos a fim de promover uma rápida diminuição da dependência da UE em relação a recursos finitos. Isto representaria uma revolução ecológica.

Não consigo encontrar nenhum destes aspectos no seu programa, Senhor Presidente Barroso, e por isso não posso votar em si.

Roberts Zīle (ECR). – (LV) Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, durante anos, alguns dos novos Estados-Membros mais pequenos mantiveram já uma taxa de câmbio fixa para a sua moeda nacional face ao euro, antes de aderirem à União Europeia. Este facto permitiu ao sector financeiro da União investir de forma muito rentável nestes países. Contudo, neste período de crise, se estes países mantiverem esta rigorosa taxa de câmbio, provocam uma desvalorização socialmente dramática dos rendimentos das pessoas e ataques especulativos às reservas de moeda estrangeira dos seus bancos centrais. Esta situação implica custos muito elevados para os seus cidadãos e para a Comissão Europeia, na qualidade de mutuante. Uma introdução mais rápida do euro nestes países reduziria estes custos e criaria estabilidade. É por isso, Senhor Presidente Barroso, que eu gostaria que promovesse uma aplicação dos critérios de Maastricht adequados a este período de crise de modo tão cuidadoso como defende o Tratado de Lisboa. Obrigado.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, opus-me à nomeação do senhor Barroso como Presidente da Comissão. O senhor Presidente Barroso usa a Comissão da UE para interferir com o direito democrático da população irlandesa de decidir livremente aceitar ou rejeitar o Tratado de Lisboa num referendo em 2 de Outubro.

Com grande cinismo, a sua Comissão enviou empregados da Comissão a escolas de toda a Irlanda nos últimos dias para falarem, supostamente, das qualidades da Comissão da União Europeia – tratava-se, com efeito, de um sinal para os pais de que deveriam votar “sim” a Lisboa. Além disso, um destacado funcionário da Comissão participou abertamente em sessões públicas de organizações que faziam campanha a favor do Tratado de Lisboa.

Como César Augusto, o senhor Presidente Barroso envia os seus emissários para dizer à população irlandesa o que deve fazer. Participaremos em debates democráticos com qualquer pessoa, mas é um abuso grosseiro do dinheiro dos contribuintes que os funcionários públicos intervenham num dos lados deste debate.

(GA) As políticas do senhor Presidente não beneficiam, de todo, a força de trabalho europeia, e o Tratado de Lisboa também não, antes promove a militarização e a privatização, pelo que não aceitaremos o senhor Barroso como Presidente a partir de agora.

Nicole Sinclaire (EFD). – (EN) Senhor Presidente, o senhor Presidente Barroso defende uma Europa de ambição. A UE alcançou certamente esse propósito: 27 Estados em 50 anos, e o Tratado de Lisboa – se for ratificado pela Irlanda – assinalará a morte da sua soberania nacional e a plataforma de lançamento para a assunção de poder da União Europeia.

Contudo, nós, no UKIP, rejeitamos o plano do senhor Presidente Barroso para a integração europeia porque sabemos que os Estados-Membros individuais não são irrelevantes. A soberania nacional é o fundamento dos nossos valores e a pedra angular da democracia do Reino Unido. Na UE, os direitos humanos – individuais ou colectivos – cedem a prioridade à solidariedade para com os europeus. Os dois aspectos são directamente incompatíveis, mas o senhor Presidente Barroso coloca-os juntos no centro da sua visão da UE para os próximos cinco anos, com a solidariedade como pilar principal da sociedade europeia.

Nós, no UKIP, preferimos a soberania à solidariedade. Quando os cidadãos dos Estados-Membros exprimem opiniões em referendos nacionais, o resultado deve ser definitivo, respeitando o seu direito à opinião, mas

a posição da UE sobre os direitos dos cidadãos é forçá-los a votar sucessivamente em referendos nacionais até cederem à pressão e votarem “sim”.

Foi assim que se alcançaram o Tratado de Maastricht e o Tratado de Nice, e agora a UE segue a mesma tática e obriga a Irlanda a votar novamente o Tratado de Lisboa quando ela já o rejeitou, tal como a França e os Países Baixos. Que direitos são estes, liminarmente rejeitados em nome da solidariedade? O UKIP coloca a soberania e os direitos dos cidadãos acima da solidariedade. Rejeitamos o Tratado de Lisboa e a visão que dele tem o senhor Presidente Barroso.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, precisamos de uma revolução na democracia. Senhor Presidente Barroso, imagine que se candidatava a eleições na Europa; só o senhor e nenhum outro candidato. Que percentagem dos votos conseguiria? O que fariam os cidadãos?

Tê-lo-iam seguramente ouvido hoje e constatado que o senhor prometeu tudo a todos. Na melhor das hipóteses, saberiam também o que fez há cinco anos. Nessa altura prometeu muitas coisas à maioria das pessoas. Resta agora comparar o que prometeu então, o que promete agora e o que podemos esperar. Em meu entender, é muito, muito pouco.

O senhor representa a velha Europa, a Europa fracassada, o contributo para a crise financeira, em resultado do insucesso da Comissão, a falta de empenho nas questões climáticas, e assim sucessivamente. Eu estaria do lado da maioria dos cidadãos europeus e acredito que o senhor não conseguiria mais do que 10%, ou 12%, ou 15% dos votos.

Werner Langen (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, gostaria de dizer, desde já, que os deputados conservadores alemães (CDU/CSU) do Parlamento Europeu o vão apoiar, Senhor Presidente Barroso, na sua candidatura a um segundo mandato. Contudo, temos expectativas concretas a seu respeito e, naturalmente, a respeito da futura Comissão durante este segundo mandato. Quero deixar isso bem claro.

As nossas exigências centram-se no futuro mas, evidentemente, temos uma experiência de cinco anos atrás de nós e, por conseguinte, eu gostaria de realçar sucintamente as alterações que gostaríamos de ver realizadas. Na nossa opinião, os últimos cinco anos tiveram pontos altos e pontos baixos. Os pontos baixos incluíram a ausência de regulamentação dos mercados financeiros, por ter faltado à Comissão coragem para tomar as medidas necessárias contra Estados-Membros individuais que bloqueavam o progresso, o aumento notório do poder do Conselho e o despotismo de alguns comissários, que desrespeitaram o conceito de subsidiariedade.

Daremos o nosso apoio ao seu programa e às suas orientações, porque entendemos que representam a abordagem correcta. Queremos assegurar a realização de alguns objectivos que nós consideramos importantes, e estou certo de que o senhor os terá em consideração. Em primeiro lugar, é essencial que o modelo de uma economia social de mercado constitua a base da nossa política comum na Europa; por outras palavras, liberdade e responsabilidade e não apenas a liberdade que se observou nos mercados financeiros.

A competitividade da Europa e a segurança do emprego na Europa têm de ser confrontadas com a protecção do ambiente e do clima. Fiquei bastante surpreendido com o facto de o senhor colocar potencialmente em risco esta abordagem global nomeando um comissário autónomo responsável pelo clima. Precisamos de uma base industrial na Europa, e os problemas do mundo, como a fome, a pobreza e as doenças, só podem ser resolvidos se a Europa for uma potência económica forte com uma base deste tipo.

É necessário que os cidadãos apoiem a Europa. A regulamentação excessiva reduz significativamente a motivação das pessoas e afasta-as do conceito de Europa, e por isso pretendemos uma avaliação independente do impacto da legislação.

Em quarto e último lugar, queremos uma versão fundamentalmente nova dos acordos interinstitucionais. Nestas condições, o mandato de cinco anos será positivo.

Adrian Severin (S&D). – (EN) Senhor Presidente, não se pode pedir a um político de um partido popular que seja socialista, nem a um socialista que vote num político de um partido popular. Poderia ser assim tão simples, mas, na realidade, é bastante mais complicado.

No entanto, porque nos sentimos algo embaraçados e divididos quando nos pedem que apoiemos a sua candidatura? Sejamos sinceros. A lista de desilusões e insucessos durante o mandato desta Comissão é demasiado longa, tal como a de promessas e iniciativas que ficaram por cumprir. Consequentemente, os nossos cidadãos europeus perderam confiança nas instituições europeias, e perderam também as suas esperanças e paixões.

Para sermos inteiramente justos, temos de reconhecer que o senhor não pode ser considerado o único responsável por esse facto. A principal responsabilidade deve ser atribuída aos líderes políticos nacionais, que sempre nacionalizaram as conquistas e europeizaram as derrotas e que, em geral, deram prioridade ao egoísmo nacional sobre a solidariedade europeia.

Muitos dos seus comissários, socialistas incluídos, indicados pelos mesmos líderes nacionais, são também responsáveis por falta de visão, coragem, competência e vontade. Assim, hoje, estamos a confrontá-lo não apenas a si, mas também a quem o nomeou como único candidato a um dos mais importantes cargos europeus. Obviamente, não o fizeram por respeito pelas suas qualidades e pelos seus pontos fortes, mas pelo que consideram ser as suas fragilidades. Não porque acreditem que vai trabalhar para alcançar uma União ainda mais unida, com um forte apelo social, mas porque entendem que o senhor os vai convocar individualmente para lhes pedir antecipadamente a bênção nacional para cada iniciativa da Comissão Europeia.

É, no mínimo, paradoxal que hoje o Parlamento Europeu, enquanto instituição comunitária, em vez de consolidar a legitimidade democrática do futuro Presidente da instituição comunitária que é a Comissão com um “sim” esmagador, deva, através deste candidato, desafiar a instituição intergovernamental que é o Conselho.

Por conseguinte, no final deste processo em que votamos o Colégio, será importante que consiga demonstrar que está connosco e não com eles.

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o senhor Presidente Barroso deve ser felicitado pelo seu apoio leal à agenda de alteração do Tratado no seu mandato anterior. Penso que merece também um agradecimento por ter publicado um bom programa de estabilidade, acompanhado de propostas necessárias para promover melhorias nos domínios de políticas que todos nós concordamos serem os mais exigentes.

Contudo, tenho de dizer que, uma vez que o PIB desce e a nossa despesa aumenta, enfrentamos, ao longo do período até 2014, a perspectiva de uma nova crise orçamental, e eu confio em que o senhor Presidente Barroso estará então firmemente do lado do Parlamento e se oporá à atitude que prevemos ser a das tutelas das finanças nacionais.

O facto é que a União exige um orçamento maior e uma política orçamental delineada de modo a promover a recuperação económica. A despesa nacional deve ser transferida para o orçamento europeu sempre que haja uma clara vantagem em termos de eficácia económica, economias de escala e valor acrescentado e as deficiências do mercado requeiram políticas europeias mais fortes que as corrijam.

Temos de afectar os recursos do orçamento através de um sistema independente e mais progressivo e transparente.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, não me refiro, evidentemente, ao orador anterior, mas queria pedir-lhe que seja justo quando interrompe oradores que excederam o seu tempo de uso da palavra. O senhor interrompeu bruscamente alguns oradores e deixou falar outros durante muito tempo. Isso não é aceitável.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, quero apenas clarificar que a Irlanda não tem de votar novamente só porque alguém o disse: a população irlandesa vai votar novamente porque decidiu fazê-lo de moto próprio e tomará a sua decisão. Em segundo lugar, esta votação é diferente da última. Temos garantias que clarificam as questões à população irlandesa e temos também a garantia de que podemos manter o nosso comissário.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Senhor Deputado Kelly, lamento, este é um procedimento novo, mas temos de o aplicar correctamente. Diz respeito apenas a perguntas do orador anterior, não a declarações. Peço desculpa por lhe ter retirado a palavra.

José Manuel Barroso, Presidente indigitado da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, começo por questões estratégicas e passarei depois a questões políticas, se tiver tempo.

Relativamente às perguntas do senhor deputado Hughes, penso que é importante clarificar aspectos que são de grande importância para o seu grupo e para mim próprio, e para o nosso empenho numa economia social de mercado. No que se refere ao destacamento de trabalhadores, o meu compromisso com um regulamento visa abordar precisamente o problema que salientou, Senhor Deputado Hughes. O problema reside nas questões de execução e de interpretação que criaram incerteza. Recordo-lhe que um regulamento é

directamente aplicável e demora menos tempo do que a revisão global da directiva. De qualquer forma, eu afirmei que, em caso de necessidade, podemos ponderar a revisão da directiva.

No que respeita ao caso Laval, o Comissário Špidla, membro da vossa família socialista, levou a cabo, em consonância comigo, uma procura bastante extensa de soluções práticas. O senhor deve saber que os problemas que levantou não surgem em todos os Estados-Membros. A diversidade da legislação laboral nos Estados-Membros significa que uma situação como a do processo Laval pode ocorrer em alguns Estados-Membros mas não noutros. O senhor, mais do que ninguém, sabe que todos os Estados-Membros, os parceiros sociais e os sindicatos se mantêm fiéis ao seu acervo em matéria de legislação laboral. Temos de avaliar integralmente a situação para assegurarmos que a solução não provoca um problema maior do que aquele que pretendia resolver. O Comissário Špidla realizou essa análise e por isso posso agora propor uma solução, tentando obter um amplo acordo neste Parlamento.

Quanto aos serviços públicos, o senhor deputado Hughes perguntou por que motivo a Comissão não propôs ainda uma directiva-quadro. Sublinho que a minha Comissão desenvolveu trabalho jurídico muito importante com vista a clarificar a aplicação das regras de auxílio estatal aos serviços públicos. Essa era a questão mais importante há cinco anos, e a verdade é que estas clarificações esvaziaram, em grande medida, o debate antigo sobre serviços públicos no mercado interno. Eu não disse que acabaram os problemas. Pelo contrário, reconheço-os. Estou empenhado em avaliar integralmente a situação e não hesitarei, se isso for necessário, em ir mais longe. Fiz uma proposta honesta e leal nas discussões com o seu grupo e espero poder trabalhar convosco nesta matéria, nomeadamente no que respeita aos instrumentos jurídicos adequados.

No que se refere ao equilíbrio dos géneros, estou determinado a alcançá-lo, e a minha Comissão tem um número recorde de mulheres. Posso dizer-lhes, honestamente, que foi muito difícil conseguir que alguns Estados-Membros enviassem mulheres competentes para a Comissão porque não queriam indicar mulheres. Como sabem, a iniciativa nessa matéria pertence aos Estados-Membros. Estou determinado a dar o meu melhor, mais uma vez. Lembro-me de que a primeira Comissão Delors não tinha mulheres e a segunda tinha apenas uma. Em dado momento, tive nove comissárias, o que considero muito importante. Nomeei, pela primeira vez, uma mulher para o cargo de Secretário-Geral – o funcionário mais importante da Comissão; estou, portanto, muito empenhado nessa questão e preciso do vosso apoio. Contudo, mais uma vez, peço-vos que trabalhem também com os vossos Estados-Membros, para que não mantenham aquela rotina que levou a que, durante 50 anos, alguns Estados-Membros não propusessem uma única mulher para a Comissão.

Relativamente ao tema das questões sociais, vamos falar sem rodeios. Se pretendem atacar a caricatura do senhor Barroso, façam-no, mas sabem muito bem que apresentei frequentemente propostas que foram recusadas pelo Conselho – incluindo, a propósito, alguns governos da vossa família política. Sejam sinceros a este respeito. No último Conselho Europeu, propus que abandonássemos o co-financiamento no âmbito do Fundo Social para os países que não dispõem desta possibilidade, nomeadamente os Estados-Membros que atravessam dificuldades. Fiz essa proposta. Foi recusada por vários governos, incluindo alguns cuja liderança ou cujo ministro das Finanças é do vosso partido. Por conseguinte, discordo inteiramente. Não é intelectualmente honesto atacar permanentemente a Comissão. Estão a falhar o alvo. É mais fácil para vós, mas a realidade é que estamos a fazer um grande esforço. Após esse Conselho, coloquei uma proposta em cima da mesa – que está agora a ser analisada pelo Conselho – para suspender as regras de co-financiamento do Fundo Social para países que estejam em dificuldades. Estou empenhado na coesão social. Como poderia não estar, sendo proveniente de um país que tanto beneficia da União Europeia? Estou empenhado na coesão social e económica, e por isso acredito que esta caricatura que alguns tentam apresentar prejudica a Europa. Concordo com o que afirmou anteriormente o senhor deputado Lambsdorff. Eu preferia ter o apoio das principais famílias políticas pró-europeias, mas alguns excluem-se dessa posição. A escolha é vossa, não minha.

Quero promover o mais amplo consenso possível e não excluir ninguém. Sejam honestos: na história da integração europeia, não foi apenas o PPE, não foram apenas os socialistas, não foram apenas os liberais, que prestaram grandes contributos. De Lord Cockfield, um conservador, a um comunista como Altiero Spinelli, ao movimento dos Verdes, tem havido muitos contributos para a nossa integração europeia. Após as eleições, e com esta diversidade de pontos de vista, é importante que trabalhemos juntos pela Europa. Necessitamos de uma Europa forte, mas há aí uma contradição. Por um lado, os senhores dizem que pretendem uma Europa forte, uma Comissão forte, pretendem que eu confronte alguns Estados-Membros que se vão tornando nacionalistas, mas ao mesmo tempo dizem “Não vamos votar em si. Vamos reduzir a sua influência. Vamos enfraquecê-lo perante os Estados-Membros”. Existe aí uma contradição, e é preciso que sejamos honestos. Se desejam uma Comissão forte que tenha todos os direitos e o poder de iniciativa para defender os interesses europeus, concedam-me pelo menos o benefício da dúvida. Vivemos um período difícil, e eu

fiz-lhes uma proposta honesta, uma proposta leal a todos os deputados do Parlamento, com total transparência. Não podem acusar-me de dizer coisas diferentes a grupos diferentes, porque apresento exactamente o mesmo programa a todos vós. Hoje, acrescentei alguns complementos e clarificações, mas é o mesmo programa. É claro que se trata de um compromisso, mas a Europa só funciona como um compromisso. A Europa não consegue funcionar com base no fanatismo ou no dogmatismo.

Agradeço ao PPE o apoio que me deu. Estou realmente grato pelo apoio que me concederam, mas o PPE foi o primeiro a declarar que não queria esta situação porque estava sozinho. Nenhum partido tem maioria isoladamente e, por isso, temos de construir um consenso na Europa. Promover este consenso na Europa reveste-se de importância crítica. Mantemos, naturalmente, as nossas divergências e prosseguimos o debate político, mas fazemos um esforço para termos uma Europa mais forte. Estou empenhado nesse objectivo. Os senhores estão? É essa a minha pergunta.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, o senhor Presidente Barroso não respondeu à minha acusação de interferência da Comissão no processo democrático na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Hélène Flautre (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, tenho um problema que me leva a não votar em si amanhã, mas o senhor conhece-o, dado que o meu grupo o explicou bem. Trata-se de uma questão política. O senhor não tem um projecto para transformar a Europa a nível ambiental e social. E, no entanto, é isso, na minha opinião, que temos de fazer hoje.

Todavia, como afirmou com elegância o senhor deputado Daul, foi a direita que venceu as eleições, logo o senhor é de direita. A situação é clara.

Gostaria, contudo, de poder respeitar o Presidente da Comissão, mas tenho um problema nesse aspecto: quando o vejo, penso inevitavelmente – e asseguro-lhe que isto é verdade – na sua responsabilidade pelos voos secretos da CIA.

Entre 2002 e 2006, 728 pessoas foram transferidas para Guantánamo através do espaço aéreo português. O senhor foi primeiro-ministro entre 2002 e 2004. Por conseguinte, não sou capaz de acreditar em si, Senhor Presidente Barroso, quando faz declamações sobre a Europa como a grande defensora dos direitos humanos. O que pretendo de si – o que espero de si, porque gostaria de, no futuro, o respeitar como Presidente da Comissão – não são as suas memórias, ao fim de um número indeterminado de anos, mas que reconheça as suas responsabilidades neste acto grave, que ensombra os valores europeus.

Derk Jan Eppink (ECR). – (EN) Senhor Presidente, é costume dizer-se que se não estivermos à mesa, estamos na ementa. A próxima década vai decidir onde estará a Europa. A actual geração de líderes na Europa Ocidental viveu umas férias da história. Crescemos em paz. Crescemos num Estado-providência. Contraímos dívidas e deixamo-las aos nossos filhos. Contudo, a história bate-nos à porta. Teremos uma economia lenta durante muitos anos; enfrentamos uma escalada de imigração e sustentamos uma população a envelhecer.

Infelizmente, a Europa não tem uma cultura de conquista. O sonho europeu é uma reforma na Riviera francesa logo que possível. Se não inovarmos e desenvolvermos uma cultura de empreendedorismo como a que concebeu, a Europa estará na ementa.

Conto com a sua liderança. Permita-me que lhe dê um conselho: mantenha a Europa centrada na sua tarefa essencial. Se falhar nesse ponto, falhará em todos os outros. Mantenha a abertura de espírito e não proponha um imposto europeu, porque irá provocar uma revolução extemporânea contra a Europa. Nunca vi uma manifestação a favor de um imposto europeu. Isso será pedir demasiado e servirá apenas para alimentar a ira do público.

Confio no seu sentido de realismo para colocar a Europa à mesa e não sobre ela e desejo-lhe boa sorte para o seu segundo mandato.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, sabemos que o senhor Presidente Barroso representa um compromisso instável entre quem ocupa o poder na Europa. Sabemos igualmente que ele é o mínimo denominador comum entre os governos dos Estados-Membros. Sabemos que o senhor Presidente Barroso tem algo para oferecer a todos: um certo maoísmo para as pessoas da esquerda, um toque de conservadorismo para os membros do Partido Social-Cristão, umas noções de neoliberalismo, além de uma abordagem ecologista e socialista.

O senhor Presidente Barroso será, evidentemente, um candidato sem oposição, sem uma alternativa. Por este motivo, está agora a viver uns dias complicados e tem de ouvir observações desagradáveis da esquerda unida e de outros críticos.

Contudo, este esforço vai valer a pena, porque sabemos que depois destes dias o senhor Presidente Barroso será provavelmente, mais uma vez, Presidente da Comissão e que haverá compromissos incómodos entre os grupos grandes e poderosos desta Assembleia, mas também entre os governos no Conselho, e sabemos ainda que o senhor Presidente Barroso, que personificou os insucessos da integração europeia durante os últimos cinco anos, irá provavelmente continuar a fazê-lo nos próximos cinco. Nessa matéria, temos todos muito pouca influência.

Jacek Saryusz-Wolski (PPE). – (EN) Senhor Presidente, eu começaria por dizer que apoiamos a ambição europeia do senhor Presidente Barroso e o seu programa, e faço esta afirmação em nome de 28 eurodeputados polacos, se não mais.

Contudo, há um ponto neste programa que nos é especialmente caro, designadamente a segurança energética. O senhor sabe, Senhor Presidente Barroso, que esta Assembleia está muito ligada a essa questão. Precisamos de visitar e reavaliar a evolução e as deficiências deste processo e definir prioridades para os próximos meses e anos.

A presente situação não é satisfatória, é antes um pouco cinzenta, porque, apesar de todas as declarações e da aparente boa vontade, os progressos realizados em termos de infra-estruturas energéticas e mecanismos de crise estão longe de ser suficientes. As medidas tomadas não cumprem todas as expectativas e ainda não são satisfatórias.

Saudamos, naturalmente, as medidas de curto prazo determinadas pela Comissão e pela Presidência, mas esperamos visão e determinação a longo prazo por parte do Presidente da Comissão e, se for necessário, contamos que o Presidente da Comissão enfrente ou questione a inércia e o egoísmo dos Estados-Membros. Necessitamos de uma Comissão forte e de liderança forte da sua parte, porque precisamos que a Comissão actue em nome de toda a União e no interesse dos seus cidadãos.

Permita-me que sublinhe que essa liderança deve basear-se num consenso que o senhor tem de liderar e construir no Parlamento e na Comissão, bem como nos Estados-Membros. Como sabe, esta ideia foi lançada aqui no Parlamento há três anos, mas ainda há um longo caminho a percorrer e ainda temos de esperar que esse sonho se realize.

Espero que até ao final desta legislatura, Senhor Presidente Barroso, o senhor concretize este milagre e lhe seja dada a oportunidade para o fazer.

Com esta expectativa, apoiamos a sua candidatura e desejamos-lhe muita sorte para a sua Presidência.

Marita Ulvskog (S&D). – (SV) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, afirmou na sua introdução que a Europa e o mundo sofreram uma crise de valores. Porque não utiliza linguagem clara? O que sofremos foi, evidentemente, uma crise da ideologia de mercado radical, da qual o senhor e o seu grupo são destacados apoiantes. Prometi aos meus eleitores que não votaria em si – como prometeram muitos outros sociais-democratas – se não assegurasse que a Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores iria ser alterada de modo a reforçar os direitos dos trabalhadores.

Vejo agora que o senhor tenta falar como se tivesse cumprido este pedido. No entanto, diz que esta solicitação não será cumprida através da alteração da directiva, mas através de um novo regulamento, que, como sabemos, é totalmente inadequado. Ao mesmo tempo, vejo-o a pintar um quadro errado das consequências destas alterações à directiva em causa. Já foi questionado a este propósito e foi sempre evasivo. Pergunto-lhe novamente: tomará medidas para alterar a Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, para que os trabalhadores europeus tenham uma remuneração igual por trabalho igual em toda a UE em vez de sofrerem o “dumping” salarial que vivemos actualmente na Europa?

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, a Europa é hoje um continente definido pela paz e pela democracia. Não era esse o caso há 70 anos, quando a Europa estava em guerra. Também não era o caso há 20 anos, quando a Europa estava dividida entre Ocidente e Oriente.

A nossa geração tem a responsabilidade de gerir este continente e de preservar e reforçar uma Europa aberta e democrática. Senhor Presidente Barroso, o senhor tem uma responsabilidade especial.

A Europa necessita de uma liderança clara e de uma UE que seja visível e que ajude a população europeia nos períodos difíceis como nos períodos favoráveis. Precisamos de uma liderança que ouça. O senhor tem de fazer mais a este respeito. Gostaria de ver mais do empenhamento que vimos hoje, mais do José Manuel Barroso como o que tivemos hoje.

Amanhã, receberá o apoio do Partido Liberal da Suécia – o partido de Cecilia Malmström –, não porque concordemos consigo em tudo, mas porque acreditamos que pode fazer mais do que nos mostrou até agora.

Eis alguns princípios orientadores para a continuação do seu trabalho.

O proteccionismo é uma abominação – mesmo para um antigo maoísta. A força da UE reside nas suas fronteiras abertas e no seu comércio livre.

Os direitos humanos aplicam-se a todos, onde quer que estejam. O senhor tem de trabalhar mais nesta questão.

A crise económica pede urgentemente uma nova ordem mundial, com regulamentos equilibrados que nos permitam enfrentar a crise climática. Liberte os agricultores da Europa e dê uma oportunidade aos consumidores e ao mercado.

A UE não precisa de mais lutas de poder institucional. Poupe-nos desse destino! A Europa já teve pesos mortos suficientes. Senhor Presidente Barroso, amanhã, se tudo correr bem, terá a oportunidade de constituir uma nova Comissão. Espero que assegure um igual número de mulheres e de homens na nova Comissão.

Michail Tremopoulos (Verts/ALE). – (EL) Senhor Presidente Barroso, como sabe, não fez qualquer referência à sua posição em questões como a protecção da biodiversidade ou os seus compromissos no contexto dos Objectivos do Milénio e da estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia.

Vou centrar-me no significado de flexigurança, que se utiliza frequentemente para combinar flexibilidade com segurança. Este conceito parece acarretar sérios riscos em termos de protecção dos trabalhadores. O emprego a tempo parcial, por exemplo, é justo quando decorre de uma escolha do trabalhador. Todavia, quando é forçado, quando o trabalhador não tem escolha, mas não pode, talvez, encontrar outro trabalho, parece desemprego a tempo parcial.

Existe um problema semelhante com o emprego forçado em postos de trabalho e com horários que têm um impacto adverso na vida pessoal do cidadãos e na sua qualidade de vida. Se o senhor for eleito, que orientações políticas tenciona emitir sobre estas matérias, nos casos que lhe dizem respeito? Além disso, porque não menciona metas específicas para as profissões ecológicas e outras iniciativas semelhantes, não para se tornar “ecológico”, mas para indicar, pelo menos, uma saída desta crise?

George Becali (NI). – (RO) Senhor Presidente Barroso, li o seu documento, mas, com toda a sinceridade, votarei em si amanhã porque entendo que a Europa necessita de um homem cristão religioso como o senhor, com este tipo de educação. Penso que amanhã será Presidente da Comissão e insto-o, Senhor Presidente Barroso, a pedir a Deus que lhe conceda o que deu a Salomão: sabedoria para liderar a Comissão Europeia. Deus queira.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, a delegação italiana do Partido Popular Europeu vai apoiá-lo, Senhor Presidente Barroso, com o habitual respeito, a habitual amizade e a habitual lealdade.

Contudo, solicitamos-lhe que demonstre mais coragem, a fim de permitir às nossas instituições enfrentarem o período decisivo que vivemos e que se concentre não apenas nas legítimas preocupações dos governos, mas também, acima de tudo, nas necessidades das gerações jovens, no seu desejo de construir um lar, constituir família e ter filhos: essencialmente, coragem para lutar por uma verdadeira Europa, assente no nosso sentido de responsabilidade e não na nossa confusão política. É por isso que apelo aos meus colegas socialistas para que revelem a mesma coragem.

É claro que eleger novamente o senhor Presidente Barroso pode ser uma solução provisória para a crise de consenso, que é claramente demonstrada pelo resultado das eleições, mas um voto positivo, ainda que um voto positivo com condições, para o candidato a Presidente da Comissão também vos daria a oportunidade de desempenharem o vosso papel neste período difícil e enviaria um sinal claro ao público europeu, nomeadamente de que o que nos une é mais forte do que o que nos separa, e que só assim, em conjunto, nos podemos ajudar uns aos outros a sair do abismo.

Em resumo, não se trata apenas de um “sim” ao senhor Presidente Barroso, mas de um “sim” a uma solução clara e simples: criar uma Comissão com o contributo de todos vós significa que essa Comissão será mais independente, mais eficiente, mais forte e, por outras palavras, mais europeia.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Gostaria de debater um tema que preocupa muitas pessoas na União Europeia, e eu incluo-me nesse grupo. As nossas economias estão a atravessar um período muito difícil, um período de crise, cujo impacto se faz sentir em particular nas pessoas ditas normais. Estas pessoas lutam pelo seu emprego, pela sua existência e pelos seus filhos, e é precisamente o medo e a preocupação que criam as condições propícias ao crescimento do radicalismo da extrema-direita na UE e nos Estados-Membros.

Antigamente, os radicais de extrema direita ocultavam o rosto sob diferentes máscaras e de várias formas. Hoje, fazem manifestações em espaços públicos e falam abertamente aos órgãos de comunicação social. Além disso, estas pessoas, que espalham o ódio contra os ciganos, os judeus, os imigrantes e os homossexuais, estão a formar partidos políticos e, infelizmente, têm conseguido recrutar candidatos para os parlamentos nacionais e para o Parlamento Europeu durante este período difícil.

Por último, há não muito tempo, tivemos oportunidade de testemunhar nesta Câmara, nesta instituição democrática, no Parlamento Europeu, a chegada, ou melhor, o desfile de alguns deputados ao Parlamento Europeu trajando uniformes remanescentes do período fascista da Segunda Guerra Mundial.

Quero, por isso, perguntar-lhe, Senhor Presidente, que medidas devem ser adoptadas no futuro, no que respeita ao seu papel e da Comissão como autoridade, contra abusos desse tipo do Parlamento Europeu e, em especial, no quadro do combate concreto contra o extremismo.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o senhor Presidente Barroso declarou que estamos a viver tempos extraordinários – é verdade – e tempos extraordinários exigem uma liderança extraordinária. Senhor Durão Barroso, é o senhor um líder extraordinário? Não lhe dei o meu apoio em 2004 e, infelizmente, em cinco anos, não fez o suficiente para me convencer.

Uma maioria do meu grupo, porém, está disposta a dar-lhe o benefício da dúvida, mas iremos reservar a nossa decisão final até conhecermos a distribuição completa das pastas dos comissários e todos os pormenores do seu programa político, pois não esquecemos – e espero que reconheça a ironia – que o Presidente da Comissão Europeia é um político e não um funcionário público com segurança no emprego.

Independentemente do resultado da votação, este processo reforçou a democracia parlamentar europeia, porque, ao contrário do que temem alguns neste Hemiciclo, obrigar um candidato a fazer campanha não enfraqueceu o cargo de Presidente da Comissão; pelo contrário, reforçou-o. Porque, do meu ponto de vista, um mandato do Parlamento Europeu para um programa político é uma base muito mais sólida do que uma nomeação com base num acordo de bastidores entre os governos nacionais.

Além disso, também acredito, ao contrário do senhor, se os meus ouvidos não me enganaram, que o surgimento de uma verdadeira oposição nesta Câmara é muito desejável e um sinal positivo de que a democracia parlamentar europeia está viva e amadurecida.

Por conseguinte, Senhor Presidente Barroso, a bola está do seu lado. Estará o senhor à altura do desafio? A mim ainda não me convenceu. Mas isso, Senhor Presidente Barroso, não é tão importante como convencer os cidadãos europeus nos próximos cinco anos.

(Aplausos)

PRESIDÊNCIA: RODI KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-Presidente

Judith Sargentini (Verts/ALE). – (NL) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, quando rebentou a crise de crédito o senhor nada fez. Foi a Presidência francesa que encontrou o caminho para a saída de emergência. O senhor não voltou a tomar as rédeas: nem com o seu Plano de relançamento da economia europeia – pois não conseguiu que os auxílios estatais à indústria automóvel ficassem sujeitos a condições ambientais rigorosas –, nem com a proposta de melhor supervisão financeira: o senhor capitulou logo aos primeiros sinais de oposição da City londrina. A UE seguiu as rédeas na abordagem global à crise climática, mas o senhor parece estar a largá-las com grande rapidez.

O senhor ameaça comprar a maioria das nossas reduções de CO₂ a países em desenvolvimento, em vez de velar pela efectiva redução das nossas emissões. A culpa por essa situação ainda poderia ser atribuída aos governos nacionais, mas não a culpa pela proposta ridícula de ajudas para combater as alterações climáticas nos países em desenvolvimento: 2 mil milhões de euros. Isto é uma ninharia em comparação com os 30 a 35 mil milhões de euros que a Europa deveria conceder. Assim, o senhor está a limitar fortemente as hipóteses de êxito da Cimeira de Copenhaga. Há a crise de crédito, a crise económica e a crise do clima – três testes de liderança genuína. O senhor teve nota negativa nos três.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, sendo uma deputada nova nesta Casa, ouvi os diversos oradores que se centraram no historial do senhor Presidente Barroso no cargo e exprimiram muitas preocupações. Muitas delas merecem o meu acordo.

Temos perspectivas totalmente distintas quanto ao Tratado de Lisboa, senhor Presidente Barroso. No entanto, o senhor tem manifestado um grande interesse no meu círculo eleitoral da Irlanda do Norte. Agradeço este seu empenho. Valorizamos o apoio e a relação de trabalho próxima dos funcionários da Comissão a todos os níveis com a Irlanda do Norte. Espero que esta relação se mantenha e que o meu círculo eleitoral continue a colher os benefícios que ela proporciona.

O nosso passado é bem conhecido: o impacto da violência no investimento e a necessidade de estradas e ligações ferroviárias novas. É bem conhecido o grande potencial económico do desenvolvimento do turismo. A fim de apoiar o nosso desenvolvimento económico, insto a Comissão a analisar os recursos que serão disponibilizados para corrigir os anos de subinvestimento.

Como já aqui foi referido várias vezes ao longo do dia, o que conta são as acções e a execução.

Jaime Mayor Oreja (PPE). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, gostaria de fazer um comentário prévio.

Por respeito ao acto eleitoral e aos cidadãos europeus, não podemos ter, depois das eleições, o mesmo debate que tivémos antes das eleições. Não devemos agir de forma diversa dos parlamentos nacionais neste sentido.

Se os Comissários europeus são o resultado de uma maioria em cada um dos países, a nossa principal preocupação deveria ser que o Presidente da Comissão fosse fiel ao que os cidadãos europeus votaram nas eleições europeias, daí a importância e a justiça de que o senhor Durão Barroso seja Presidente da Comissão. Trata-se de um princípio estritamente democrático.

Duas considerações feitas pelo senhor Presidente Barroso merecem o meu inequívoco apoio. Em primeiro lugar, a amplitude do diagnóstico da situação actual que fez na sua intervenção e nas suas considerações. Não estamos a passar apenas por uma crise económica e financeira, mas também por uma crise de valores. Foi a primeira vez que ouvi, nesta Câmara, uma confirmação destas características. Não estamos a passar apenas por uma crise, enfrentamos também um mundo em mudança. É por isso que, mais do que nunca, é necessário colocar a tónica no protagonismo das pessoas e na mudança de atitude perante o Estado e o mercado, pois provavelmente vivemos acima das nossas possibilidades em muitos países da União.

A segunda consideração que também merece o meu apoio é a ambição europeia do Presidente Barroso. A Europa precisa de fazer escolhas, estabelecer prioridades e organizar-se, e a crise e o Tratado de Lisboa são as duas grandes questões que devem merecer especial atenção do Presidente da Comissão. Para enfrentar a crise, é necessária uma Comissão resoluta e também um Parlamento que esteja à altura das graves circunstâncias que estamos a viver.

A crise ainda não acabou e tem uma dimensão ainda irreconhecível. Além disso, está a obrigar-nos a enfrentar as desigualdades sociais na União Europeia. Por isso, necessitamos da ambição política que demonstrou esta tarde, senhor Durão Barroso.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Candidato, após ter escutado atentamente as suas palavras, gostaria de salientar alguns pontos em relação aos quais muitos de nós gostaríamos de estar de acordo consigo.

Em primeiro lugar, é evidente que estamos perante uma crise, mas muitos de nós acreditamos que, nos últimos anos, a Europa não tem sido capaz de fomentar expectativas ou esperanças que permitam derrotar o pessimismo.

Em segundo lugar, é claro que necessitamos da União Europeia, de instituições fortes e de uma Comissão com um rumo. No entanto, muitos de nós acreditamos que o senhor não deve ser candidato à reeleição para a mesma Comissão, mas sim para uma Comissão nova, a fim de dar início a um novo período que se afigura pleno de novos desafios e muito mais intensos.

Precisamos de uma Europa capaz de regular os mercados e de garantir os direitos, em especial os direitos sociais. No entanto, precisamos sobretudo de uma Europa capaz de trazer valor acrescentado para corrigir os abusos e as injustiças globais na fonte.

Escutei a proposta de incluir, na sua Comissão, um Comissário da Imigração com competências em matéria de segurança. Gostaria de frisar que a imigração não afecta apenas, ou principalmente, a nossa segurança, mas sim os nossos valores e a nossa capacidade de corrigir as desigualdades na fonte.

Por conseguinte, a votação de amanhã não marcará o fim de um processo, mas sim o arranque ou o ponto de partida de um imenso trabalho que a Comissão terá de realizar para poder apostar, desafiando aqueles que pretendem a paralisia ou o retrocesso da União Europeia, num novo impulso rumo a uma Europa muito melhor do que a que conhecemos nos últimos anos. Esta nova Comissão deve ser capaz de afirmar-se contra os eurofóbicos e os eurocépticos com firmeza, deve ser capaz de defender a sua autonomia como motor europeu frente ao Conselho e deve ser capaz não só de cooperar, mas também de responder sistematicamente perante este Parlamento.

Michel Barnier (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, há vários elementos e razões para a nossa demonstração de confiança e para o nosso voto muito claro amanhã.

Em primeiro lugar, um elemento de coerência democrática: em relação à escolha dos 27 Chefes de Estado e de Governo que o escolheram por unanimidade; em relação ao que o senhor disse durante a campanha eleitoral – não foi assim há tanto tempo – e em relação ao voto dos cidadãos. Não vamos pedir desculpa por termos ganho as eleições, embora saibamos – e sabemos-lo bem, diria eu aos senhores deputados – que teremos de congregar em seu redor uma maioria de ideias mais alargada do que o Partido Popular Europeu (Democrata Cristão). Depois, há uma coerência democrática em relação ao exercício que o senhor vem conduzindo há várias semanas, no diálogo exigente, sincero e humilde com o Parlamento, e nós aqui estamos para o testemunhar.

Há uma segunda razão, que é uma convicção: a convicção fortíssima de que não existirão políticas fortes na Europa se as instituições forem fracas. Precisamos de instituições fortes. É por isso que esperamos que o Tratado de Lisboa seja ratificado. É uma caixa de ferramentas que permitirá o funcionamento das instituições. Precisamos de uma Comissão que possa enfrentar a crise o mais depressa possível.

A terceira razão é um contrato de confiança que firmámos consigo. Face a esta gravíssima e profundíssima crise económica, financeira, alimentar – não nos esqueçamos dos mil milhões de pessoas famintas em todo o mundo – e ecológica, precisamos de uma Comissão combativa. Precisamos que o Senhor Presidente, e nós também, tire todas as ilações desta crise, em termos de governação, regulação, inovação e políticas novas – refiro-me à ideia de uma caixa económica europeia para apoiar as pequenas e médias empresas de sectores estratégicos – e, com respeito à crise mais grave, a crise ambiental, que introduza um novo modelo de crescimento económico e social, de crescimento verde, para usar as suas palavras.

É por isso, Senhor Presidente Barroso, que amanhã estaremos prontos para firmar consigo o contrato de confiança.

David-Maria Sassoli (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente Barroso, o discurso que proferiu hoje não mudou a nossa opinião. A nossa apreciação continua muito negativa. Durante os anos em que ocupou a Presidência, a Comissão revelou incapacidade e falta de autonomia. Foi o caso no que respeita à crise financeira e o mesmo se pode dizer da política de imigração: a salvaguarda dos direitos fundamentais e o respeito do direito comunitário devem representar as duas faces da mesma política.

O senhor afirmou nesta Câmara que tenciona nomear um Comissário responsável pela justiça e pelos direitos e um Comissário responsável pelos assuntos internos e pela imigração. Não faça isso, Senhor Presidente Barroso: a imigração e os direitos devem permanecer juntos, para não haver um incentivo a políticas xenófobas. O senhor tem uma maioria neste Parlamento, uma maioria de direita, e é claro que não nos identificamos com essa maioria. Compreendo as dificuldades do Grupo da Aliança dos Democratas e

Liberais pela Europa, mas, senhor deputado Verhofstadt, não nos diga que a abordagem coerente a que apelou para sairmos da crise consiste na rapidez com que se formará a Comissão Barroso.

É óbvio que não podemos reconhecer-nos nesta maioria. É impossível conciliar as nossas posições com quem não se bate de forma resoluta por uma liberdade de informação plena e inabalável, com quem não luta pela salvaguarda dos direitos e com quem encara o Parlamento como um mero fórum de representação dos respectivos governos nacionais.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, o aumento da segurança energética é um elemento importante do nosso programa. O sucesso das negociações com a Turquia, que conduziram à assinatura do acordo de Nabucco, torna patente que a União Europeia tem capacidade para representar os Estados-Membros no plano internacional, e quero saudá-lo por este feito. Espero que, utilizando métodos semelhantes, se consiga, com idêntico sucesso, garantir o volume de gás necessário, numa altura em que existem países da região que pretendem colocar as suas fontes à disposição do projecto. A futura Comissão deve criar um mercado interno da energia, promover a concorrência e assegurar um elevado nível de segurança do aprovisionamento a todos os Estados-Membros.

Neste domínio, a Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia irá desempenhar um papel importante. A Roménia apresentou a sua candidatura para acolher a sede desta agência, e espero que venha a receber o apoio necessário. A segurança energética também depende dos vizinhos da União Europeia. Devemos apoiar os países vizinhos que partilhem os valores europeus e ambicionem fazer parte da família europeia.

Quero também chamar a atenção para a situação política ainda frágil e a difícil situação económica da República da Moldávia. É urgente dar apoio às novas autoridades políticas em Quisinau, para as ajudar a ultrapassar esta situação difícil.

Por último, estou firmemente convicta de que a votação de amanhã demonstrará a estabilidade das instituições europeias e dará um contributo positivo para o resultado do referendo na Irlanda.

Catherine Trautmann (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente candidato, mais vale dizer-lhe desde já: não conseguiu convencer os socialistas franceses ao longo de cinco anos e não está a conseguir convencer-nos agora com um projecto em que é tão generoso no verbo como genérico nos propósitos.

Como pode dizer-nos "votem em mim se pretenderem uma Europa unida na sua diversidade", quando é precisamente por querermos essa Europa que recomendamos que se aguarde o voto dos irlandeses para nos pronunciarmos sobre a sua candidatura?

Munido do apoio dos Estados-Membros, o senhor preferiu garantir a sua nomeação antecipadamente e com menos riscos no que respeita ao número de votos necessários. Achou que a passagem pelo Parlamento seria uma mera formalidade: não é o caso, e estamos apenas no início, pois a sua resposta não vai ao encontro das expectativas dos cidadãos, que sofrem com a crise e que têm demonstrado a sua indignação contra as nossas instituições através de fraca participação.

Diz o senhor que a crise o mudou e apresenta-se como o grande timoneiro de uma Europa unida, mas não conseguiu orientar os Estados-Membros rumo a um plano de recuperação verdadeiramente europeu, e continuamos a aguardar as medidas concretas e vinculativas que são necessárias para a regulação financeira.

O senhor afirma ter-nos dado garantias em relação à agenda social, mas tudo o que advoga é um novo regulamento e não uma revisão da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. Além disso, ainda não assumiu um compromisso firme e, acima de tudo, claro sobre uma directiva relativa à protecção dos serviços públicos.

O senhor menospreza a memória dos deputados ao Parlamento Europeu. Não nos esquecemos de que, nos últimos cinco anos, as questões sociais nunca estiveram no centro das soluções propostas e só agora o senhor se mostra disponível para aceitar um estudo de impacto social para cada acto legislativo europeu.

Num contexto de crise sem precedentes, que destrói centenas de milhares de empregos, tudo deve ser feito para evitar que o número de desempregados ou trabalhadores pobres europeus atinja os 25 milhões em 2010. Para isso, é necessário adoptar uma política industrial.

Os cidadãos precisam de um exemplo de solidariedade, para combater a crise. Não será nas suas palavras nem na ambição que o senhor manifestou para a Europa que eles irão hoje encontrar esse ímpeto.

Continuar como antes é desastroso, dizia o filósofo Walter Benjamin. O senhor ainda tem um longo caminho a percorrer até conquistar os socialistas e os sociais-democratas. Por uma questão de coerência política e por respeito ao nosso eleitorado, não lhe daremos o nosso voto.

Wim van de Camp (PPE). – (NL) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, os membros da delegação neerlandesa do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) votarão em si com convicção, amanhã. Não só porque estamos convictos das suas qualidades, mas também porque temos pressa. Na nossa opinião, os últimos dois meses foram uma oportunidade perdida para enfrentar a crise económica e nós, os neerlandeses, temos pressa. Queremos, efectivamente, ver a economia social de mercado assumir uma maior relevância no seu programa, pois, na nossa opinião, a Comissão anterior era demasiado liberal nesse aspecto. Esperamos que continue a combater o excesso de regulação e que faça da Cimeira de Copenhaga um sucesso, mas também que reduza o número de agências europeias criadas.

Há outra preocupação que aflige os cidadãos europeus. Hoje, esta tarde, a palavra foi mencionada duas ou três vezes. Não chega. As eleições europeias deram um sinal bem claro de que o nosso trabalho está realmente talhado para levar a Europa ao cidadão comum. Os trabalhadores da Opel que estão à beira do despedimento devem pensar imediatamente na Europa como uma fonte de esperança, uma fonte de trabalho.

Por último, nas últimas seis semanas, fiquei com a impressão de que é um homem com paixão e com entusiasmo. Perante um desafio, a sua resposta é energética. Peço-lhe que continue assim nos próximos cinco anos: gostaria muito de ver essa atitude todas as semanas.

Glenis Willmott (S&D). – (EN) Senhora Presidente, estamos realmente a passar por um período extraordinário, mas a resposta do senhor Presidente Barroso à crise económica tem pouca força e impacto, e as suas promessas relativas à Europa social não foram cumpridas. Senhor Presidente Barroso, as suas orientações políticas são tão pouco claras como os seus planos e recorrem, em grande medida, à mesma retórica que usou há cinco anos. Claro que necessitamos de um mercado interno forte e dinâmico que crie empregos e prosperidade, mas isso deve ser realizado a par de uma melhoria dos direitos sociais dos trabalhadores e cidadãos europeus, não à sua custa.

Apesar da forte pressão desta Assembleia para a correcção deste desequilíbrio e dos apelos à revisão da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, à realização de avaliações do impacto social e à apresentação de um pacote de recuperação económico mais ambicioso, continuamos à espera. O senhor mencionou que a filiação sindical e o direito à greve são sagrados. Um pouco por todo o Reino Unido, os sindicatos estão, mais uma vez, em conversações sobre greves em resposta aos problemas inerentes à directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, aos receios de redução dos salários e de debilitação dos acordos colectivos.

Na semana passada, a sua resposta à minha questão sobre esta matéria pareceu encorajadora, mas o senhor admitiu que a directiva não cumpre totalmente os seus objectivos. Os problemas residem na aplicação e interpretação pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE). O senhor prometeu alterações através de um novo instrumento jurídico, mas os acórdãos do TJCE têm demonstrado que é necessário reforçar a directiva, a fim de se pôr termo à redução de salários.

Nesta época marcada pela crise financeira, necessitamos de directrizes jurídicas claras e, Senhor Presidente Barroso, necessitamos do mesmo salário para o mesmo trabalho realizado no mesmo local, independentemente do sexo dos trabalhadores. Que garantias nos pode oferecer que as coisas se irão passar desta forma?

Marianne Thyssen (PPE). – (NL) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, vivemos tempos difíceis, tempos de transição, tempos de mudança – mas também tempos interessantes. Do ponto de vista institucional, abandonámos Nice rumo a Lisboa. Espero que cheguemos lá sãos e salvos: quer no plano financeiro, económico, ecológico, demográfico ou mesmo em termos de energia e migração, sem esquecer a globalização, o problema alimentar, a luta para manter o nosso modelo social – em todos estes domínios sentimos os estertores da transição. Se os encaramos como perigos ou oportunidades, isso depende, em grande medida, de nós próprios.

Porém, uma coisa é certa: só com uma abordagem europeia aos desafios, só enfrentando os desafios com um programa europeu robusto e com um rumo claro – como o seu, Senhor Presidente indigitado da Comissão – e com instituições fortes com as quais possamos trabalhar, só assim podemos contribuir para moldar o futuro e aprofundar a nossa economia de mercado ajustada do ponto de vista social e ecológico. Não há

tempo a perder – “temos pressa”, como referiu o meu colega – e também por isso temos de resolver a questão da nova Comissão. Neste momento, Senhoras e Senhores Deputados, temos apenas um Presidente indigitado.

Temos de dar a nossa confiança a José Manuel Durão Barroso. Peço a quem discorde que se certifique de que sabe distinguir os seus amigos dos seus inimigos – afinal, o que ganham com atrasos e votos contrários? Se não pretendem o senhor Durão Barroso, quem têm em mente? Quer era o vosso candidato, quem é o vosso candidato, pergunto ao Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e ao Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu. Se levarem os vossos planos avante, têm a certeza de que obterão aquilo que consideram um candidato melhor, um Presidente da Comissão melhor?

Senhor Presidente indigitado da Comissão, tem a minha confiança e terá o meu voto e o dos meus colegas de grupo parlamentar. Desejo-lhe os maiores sucessos, nomeadamente para a formação de uma nova Comissão: o senhor precisa de margem de manobra para avançar com esse processo.

Edite Estrela (S&D). - Senhor Presidente Barroso, o Tratado de Lisboa vai ser ratificado e vai entrar em vigor dentro de poucos meses. Esse é o meu desejo. Mas, do seu programa e da sua intervenção de hoje, ficou clara a sua vontade de fortalecer, desde já, os poderes do Parlamento Europeu. Estamos de acordo, porque já não podemos voltar ao tempo em que os destinos da Europa eram cozinhados entre o Conselho e a Comissão e em que ao Parlamento Europeu era reservado um papel de simples figurante.

Acredito, Senhor Presidente, que o seu próximo mandato vai ser decisivo para a consolidação deste novo equilíbrio institucional entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento. O nosso apoio não é, portanto, um cheque em branco, é um investimento.

A tradição democrática, a defesa dos direitos humanos, as inovações na produção de energias mais limpas e de melhores políticas ambientais são marcas europeias, mas nada nos distingue mais do resto do mundo do que as nossas políticas sociais. Quero, por isso, manifestar o nosso desejo de que a Comissão, a que vai presidir, estou segura, assuma a responsabilidade de defender, consolidar e melhorar o modelo social europeu e de promover a igualdade entre homens e mulheres.

Senhor Presidente, antes de terminar, quero sublinhar que registei as suas palavras de hoje, os seus compromissos para o futuro. Pode contar com o voto dos socialistas portugueses. Mas conte também com uma relação leal, sem dúvida, mas muito exigente durante o próximo mandato.

Desejo-lhe boa sorte e bom trabalho.

Markus Ferber (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, afinal o que está em jogo na votação de amanhã? Trata-se de fazer aquilo que muitos aqui presentes não conseguem e outros não querem. O que está, de facto, em jogo, é assumir a responsabilidade pela Europa. Gostaria de salientar um ponto. Senhor Presidente Barroso, agradeço-lhe imenso o facto de ter voltado a mencionar isto na sua interrupção. Trata-se de assumir a responsabilidade pela capacidade de acção da Europa num período difícil, a fim de ultrapassar todos os problemas que têm sido objecto de críticas justificadas por parte dos cidadãos e também deste Parlamento. Creio que o debate de hoje ajudou a esclarecer em quem a Europa pode ou não pode confiar no que toca a assumir responsabilidade política nos próximos anos.

Gostaria, no entanto, de salientar, Senhor Presidente Barroso, que há, obviamente, uma série de temas na ordem do dia que carecem de atenção, e o senhor tem uma grande responsabilidade neste domínio, pois tem o monopólio do lançamento de iniciativas a nível europeu.

Quero ainda abordar um tema que me parece não ter sido discutido com a profundidade necessária neste debate, nomeadamente a política agrícola. É um domínio em que estamos perante vários desafios novos. Não basta mencionar simplesmente o facto de os ministros da Agricultura terem adoptado uma resolução no Outono do ano passado. Não basta termos iniciado um vasto programa de reforma agrícola, pois quando as condições de base mudam, é necessário tomar uma iniciativa correspondente para apoiar os agricultores da União Europeia. Peço-lhe, portanto, que chame a Comissão responsável pela Agricultura e lhe explique que o modelo dela não reúne as condições necessárias para tirar este importante sector da crise em que se encontra.

Estamos preparados, e falo em nome dos meus colegas, para assumir a responsabilidade pela Europa no interesse da União Europeia e dos cidadãos europeus.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, em Fevereiro de 2008, seis meses antes da crise financeira mundial, o Primeiro-Ministro húngaro propôs a criação de uma instituição europeia para a supervisão e o acompanhamento das tendências financeiras mundiais. Infelizmente, o Conselho e a sua Comissão só decidiram criar essa instituição após a crise mundial ter estalado.

Senhor Presidente Barroso, em que fase se encontram os preparativos para esta instituição? Quando irá iniciar as suas actividades?

A minha segunda pergunta é: nos últimos anos, a Comissão não conseguiu combater a predominância das grandes cadeias comerciais e não protegeu os agricultores nem os consumidores. Será que podemos esperar medidas concretas e eficazes da Comissão?

A minha terceira pergunta é: existe uma profunda crise no sector leiteiro em toda a Europa, com graves consequências sociais e políticas. Tenciona modificar, rever a política neoliberal seguida até agora pela Comissão, que se revelou um fracasso completo?

A minha quarta pergunta é: enquanto candidato a Presidente, tenciona criar um mecanismo de mediação? Pretende reafirmar a sua intenção de confiar ao novo comissário responsável pelos direitos fundamentais a responsabilidade pelas minorias nacionais históricas, pelas minorias imigrantes e pelos romanichéis?

Simon Busuttil (PPE). – (MT) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, os desafios económicos e financeiros foram amplamente debatidos. Hoje, porém, gostaria de me concentrar nos direitos dos cidadãos e na Europa dos cidadãos. Fala-se de cidadania europeia, dos direitos dos cidadãos, da livre circulação, do combate à criminalidade, do reforço da segurança, da luta contra o terrorismo e de uma política comum de imigração. Tudo isto afecta os cidadãos europeus, tanto quanto os problemas económicos e financeiros. No entanto, há outros desafios que afectam os nossos cidadãos na sua vida quotidiana e que, por isso, devem merecer a nossa atenção.

Temos um plano, um plano de criação de um espaço europeu baseado na justiça, na liberdade e na segurança. Tivemos o Programa de Tampere, o Programa de Haia e agora temos o Programa de Estocolmo. Creio que é necessário reforçar a aposta neste domínio. O Programa de Estocolmo abrirá novas oportunidades. Além disso, temos o Tratado de Lisboa, que irá conferir novos e importantes poderes, bem como um papel de maior relevo ao Parlamento Europeu neste domínio. Disse-nos esta tarde, Senhor Presidente Barroso, que em vez de um, passarão a existir dois comissários com competências neste domínio. Foi-nos dito que passará a haver um comissário responsável pelos assuntos internos e pela imigração e outro comissário responsável pela justiça, os direitos humanos e as liberdades cívicas. Formemos uma parceria, uma parceria estreita entre a Comissão e o Parlamento para uma Europa que seja efectivamente uma Europa dos nossos cidadãos, uma Europa que defende os direitos dos nossos cidadãos, que protege as suas liberdades e garante a sua segurança.

Sim, acredito que, juntos, conseguiremos trabalhar rumo a uma Europa para os nossos cidadãos e desejo-lhe as maiores felicidades para as eleições de amanhã.

Zoran Thaler (S&D). – (SL) Embora concorde com as observações de muitos dos meus colegas que falaram anteriormente, permita-me que lhe coloque as seguintes questões, Senhor Presidente Barroso: Já fez um balanço do seu mandato anterior? Está satisfeito com os resultados alcançados nos últimos cinco anos? Suponho que sim e é por esse motivo que volta a apresentar-se como candidato à presidência da Comissão. Contudo, pergunto-me também se está satisfeito com a sua eficácia em matéria de prevenção de crises financeiras, económicas e sociais? Consegue assistir, de consciência tranquila, ao aumento exponencial do número de desempregados, que já atingiram valores na ordem dos milhões na União Europeia, e os bónus escandalosos pagos no sector financeiro a quem não só nos mergulhou na pior crise imaginável, mas também criou a ameaça de pobreza?

Pode dizer-nos hoje se vai mudar o seu modo de actuação no seu segundo mandato? Vamos ver mais do mesmo, ou algo de novo? Há alguma novidade de que devamos ter conhecimento? Que pensa ser necessário mudar no seu método de trabalho?

Permita-me que lhe coloque mais uma questão: refere-se a uma matéria que o Senhor Presidente se tem esforçado bastante por omitir nas suas orientações políticas. Não há dúvida de que pretende liderar a Comissão de uma União Europeia com 500 milhões de habitantes. Onde está a ambição e o dinamismo da nossa grande comunidade quando o tema é a abertura das portas aos outros cidadãos europeus que pretendem juntar-se a ela? Que esforços adicionais irá a sua Comissão fazer para acelerar esse processo? Irá o Senhor Presidente Barroso oferecer assistência tangível, ou seja, competências técnicas e recursos materiais, ao Governo central

da Bósnia e Herzegovina a fim de o ajudar a cumprir o seu roteiro e os critérios necessários para os seus cidadãos viajarem livremente na União Europeia?

Gunnar Hökmark (PPE). – (EN) Senhora Presidente, o senhor Presidente Barroso terá o nosso apoio amanhã, não só porque foi nomeado pela totalidade dos 27 Estados-Membros e porque precisamos de começar já a trabalhar, mas também porque apresentou uma agenda política vasta, que abrange os principais desafios do tempo presente. Naturalmente que ela suscita reacções diferentes entre nós.

Iremos solicitar iniciativas ao Senhor Presidente e à sua Comissão com base na maioria deste Parlamento e não por via da imposição de posições minoritárias, e iremos debater e analisar as suas propostas e tomar decisões com base na maioria deste Parlamento. É assim que funciona a democracia e é assim que nós funcionamos. Temos confiança em si e também neste Parlamento. Deixem-me apenas dizer que votar "não" amanhã, sem alternativa, significa que não haverá alternativa. Enquanto clamamos por acção, há quem pretenda a paralisia. Devo dizer que a apenas algumas semanas da Cimeira de Copenhaga, seria irresponsável agir de forma que nos impeça de ter uma liderança para a Comissão. Numa altura em que necessitamos de preparar as regras e a legislação aplicável aos mercados financeiros, a alternativa de dizer "não" a uma nova Comissão é irresponsável. Além disso, agir de forma a impedir o início do processo político tendente à recuperação económica quando há empregos sob ameaça em toda a Europa é igualmente irresponsável.

Senhora Presidente, a votação de amanhã é, no fundo, uma votação sobre a posição do Parlamento Europeu. Nós, parlamentares, afirmamos querer que a Europa seja líder no mundo, mas nunca teremos um papel de liderança mundial se não conseguirmos assegurar a liderança da União Europeia. Vamos dar-lhe o nosso apoio, Senhor Presidente Barroso, analisaremos as propostas e debateremos consigo, pois temos confiança na democracia e na maioria que temos neste Parlamento. Boa sorte para amanhã.

(Aplausos)

Erminia Mazzoni (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente Barroso, após este debate, reitero com convicção reforçada que apoiarei a proposta apresentada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) de apoio à sua candidatura e, na qualidade de presidente da Comissão das Petições, quero oferecer-lhe o meu modesto contributo: Senhor Presidente Barroso, subscrevo os objectivos e as prioridades que fixou, mas permita-me sugerir dois domínios que merecem especial atenção, particularmente no que respeita àquilo que o senhor designa por ultrapassar esta crise económica e financeira.

Creio, como o senhor, que esta crise é também, e acima de tudo, uma crise de valores, dos valores basilares da nossa sociedade. Nos próximos cinco anos, a Comissão Europeia será confrontada com grandes desafios. O enquadramento geopolítico sofreu uma profunda transformação. Os países emergentes, as economias emergentes como a Índia, o Brasil e a África, ocupam agora um espaço importante na economia real. Se, por um lado, isto nos abre novas oportunidades de crescimento, por outro expõe-nos ao risco de hegemonias de mercado, que, a longo prazo, podem aumentar os níveis de pobreza.

Neste contexto, o papel da Europa, da sua civilização e da sua sabedoria é essencial para promover um crescimento equilibrado e generalizado, bem como para promover a conquista de direitos civis. Representa a integração genuína de raízes e culturas diferentes. Refiro-me às nossas raízes, às raízes cristãs, que poderiam ser o instrumento para enfrentar a questão dos valores desta crise gravíssima, mas apenas se as assumirmos como um guia para a promoção do desenvolvimento e da integração dos direitos e deveres de todos.

No plano financeiro, Senhor Presidente Barroso, é necessário avaliar a necessidade de reforma da política monetária e fiscal, para atenuarmos a competição entre a nossa moeda, o euro, e a antiga hegemonia do dólar, e também a competição com as moedas emergentes da China e da Índia, para obtermos uma regulação mais rigorosa dos mercados financeiros em conjunto com a proibição da especulação com bens energéticos e, acima de tudo, com bens alimentares cujos preços podem causar a fome em muitas economias, para reconduzirmos o sector financeiro à sua função principal ao serviço da produção e para substituírmos ou apoiarmos as contribuições económicas tradicionais nas regiões europeias deprimidas com incentivos fiscais.

No que respeita à Europa dos cidadãos que o Senhor Presidente Barroso se propõe desenvolver mediante a intensificação do diálogo e da divulgação de informação, sinto-me pessoalmente envolvido nesta matéria, na qualidade de presidente da Comissão das Petições. Por conseguinte, essa comissão deve ser consultada caso o Parlamento siga a resolução adoptada na legislatura anterior.

A Comissão das Petições é o primeiro ponto de contacto entre as instituições europeias e os cidadãos. Procura soluções, dá explicações e promove acções em resposta às inúmeras e variadas queixas apresentadas pelos

cidadãos europeus. Assim, Senhor Presidente Barroso, convido-o a reforçar as relações entre a Comissão que tem a honra de liderar e a comissão a que eu presido, a Comissão das Petições, dedicando-lhe um comissário específico. O Senhor Presidente Barroso já anunciou a criação de dois novos comissários.

Uma Europa que centra o seu programa de trabalho nos cidadãos, como o Senhor Presidente anunciou, é uma Europa que deve dotar esta comissão – que é o fórum e o lugar onde os direitos dos cidadãos têm voz – de direitos mais amplos e maior dignidade.

Sophie Briard Auconie (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, tomei conhecimento das orientações do seu programa e saúdo a sua ambição em cada uma das principais políticas, nomeadamente a política económica com a continuação e criação de actividades, o plano de recuperação, a coesão social, a política ambiental e, em especial, o desenvolvimento sustentável, os projectos destinados aos nossos jovens, o reforço da defesa europeia e a manutenção de uma política agrícola forte e sustentada.

Saúdo a sua ambição de termos uma Europa que se quer vencedora, unida e protectora. No entanto, interrogo-me sobre a capacidade financeira da União Europeia para todos os seus projectos. A União deve dispor dos recursos financeiros necessários para as suas ambições. Outros deputados também já frisaram este ponto. Parece-me indispensável, Senhor Presidente Barroso, que o vejamos a incentivar os Estados-Membros a aumentarem substancialmente as suas contribuições para o orçamento comunitário a partir de 2014. É verdade que, actualmente, a crise está a colocar os orçamentos dos Estados-Membros sob pressão. Ainda assim, temos de perspectivar o período pós-crise e começar já a trabalhar num orçamento comunitário que dê resposta às necessidades da acção europeia. Sei que está consciente desta necessidade, pois abordou-a no seu programa. Tudo o que lhe resta hoje é assumir o compromisso de garantir que, amanhã, o Parlamento e o Conselho disponham dos meios necessários para aplicar as nossas políticas.

Sandra Kalniete (PPE). – (LV) Gostaria de confirmar que os deputados da Letónia do Grupo do Partido Popular Europeu apoiarão a candidatura do Presidente José Manuel Durão Barroso. Damos-lhe o nosso apoio, Senhor Presidente Barroso, na esperança de que continue a ser Presidente da Comissão Europeia para trabalhar no sentido de uma Europa mais justa. Consideramos que deve haver justiça entre todos os Estados-Membros no que respeita aos apoios à agricultura, independentemente da data de adesão à União Europeia. Esperamos também que assuma um papel de liderança na reforma da Política Agrícola Comum e na garantia da possibilidade de concorrência justa para todos os Estados-Membros. Convidamo-lo a assumir a liderança no reforço da liberalização do mercado europeu dos serviços.

A Europa só emergirá da crise numa boa posição se basear a sua estratégia num mercado único forte e em condições de concorrência equitativas. As instituições europeias têm, efectivamente, uma função estabilizadora para se ultrapassar a crise nos Estados-Membros mais afectados, e a Letónia está bem ciente disso. Gostaria de agradecer à Comissão Europeia pela sua colaboração connosco. A moeda única europeia tem demonstrado a sua função estabilizadora nas actuais condições de crise. Os Estados Bálticos estabeleceram o objectivo de aderir ao euro, mas na fase de abrandamento económico mundial, essa tarefa afigura-se muito árdua. É por isso que apelamos à Comissão para que promova uma abordagem sensata e flexível à aplicação das condições do Pacto de Estabilidade e Crescimento e dos critérios de Maastricht, que seja adequada à crise. Estou convicta de que uma integração mais rápida dos Estados Bálticos e de todos os países europeus na área do euro serve os interesses globais da Europa.

Senhor Presidente Barroso, apelamos a uma maior celeridade no desenvolvimento de uma política energética comum com vista a reduzir a dependência da Europa de monopólios. Desejo-lhe os maiores sucessos na votação de amanhã.

Damien Abad (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, na qualidade de membro da delegação francesa do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e de representante do *Nouveau Centre*, um partido político francês herdeiro da UDF, aguardava com expectativa a oportunidade de me dirigir directamente a si hoje. Acima de tudo, gostaria de lhe recordar o apoio do Presidente da República e do Governo francês e saudá-lo pela forma como contribuiu para o sucesso da Presidência francesa.

Michel Barnier e todos os meus colegas parlamentares da maioria presidencial francesa esperam agora que a nossa missão de construir uma Europa política com capacidade para influenciar os principais dossiês do mundo de amanhã seja assumida e partilhada pela sua Comissão.

Para construir esta Europa política, Senhor Presidente Barroso, consideramos que é necessário evitar duas armadilhas. Em primeiro lugar, apresentar a concorrência como um dogma absoluto e incontornável. Sim,

a Europa necessita tanto de política industrial, de política agrícola, de política energética, ou de política energética que promova as novas tecnologias, como de política da concorrência.

A segunda armadilha a evitar é a transformação desta Comissão num mero secretariado-geral do Conselho. Precisamos de uma Comissão forte, que apresente propostas, que inove e que seja o motor desta construção europeia. Assim, apesar das reticências eventualmente manifestadas pelo meu próprio partido político em França, estou disposto, hoje, a apoiar a sua acção e a acompanhá-lo nesse caminho frutuoso que parece querer percorrer, nomeadamente em termos de desenvolvimento sustentável e de combate às alterações climáticas.

No entanto, para que o meu voto e o de vários deputados que ainda têm algumas perguntas hoje seja o mais esclarecido possível, gostaria que assumisse dois fortes compromissos com esta Assembleia. Em primeiro lugar, o compromisso de aplicar uma política realmente proveitosa a favor das nossas indústrias, dos nossos territórios e de tudo o que molda uma identidade europeia.

Em segundo lugar, o compromisso de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que o modelo europeu é o que melhor concilia a economia de mercado com a exigência de solidariedade entre Estados-Membros, regiões e populações.

Senhor Presidente Barroso, os jovens de hoje precisam de uma Europa que os acompanhe na globalização e que incorpore uma nova esperança, e, sendo o mais jovem de todos os deputados ao Parlamento Europeu franceses, estou fortemente convicto de que esses jovens querem uma Europa que os proteja e lhes ofereça uma nova ambição. Para o futuro, é nosso desígnio construir a Europa em conjunto. Conto consigo, e o senhor pode contar comigo.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a Europa está unida. É uma Europa de paz, liberdade e democracia. Respeitamos os direitos humanos e queremos realizar um programa de economia social de mercado – um programa que coloca as pessoas no centro das atenções. No entanto, a Europa também é diversa. Temos muitas regiões pobres e existe, portanto, a necessidade de uma política de coesão genuína. A Política Agrícola Comum, na verdade, sanciona duas Europas: a antiga e a nova. É necessário mudar esta situação e criar uma Europa genuína, unificada, unida e coesa. Senhor Presidente Barroso, o senhor sabe isto melhor do que ninguém. Que medidas tenciona tomar neste âmbito, para alterar esta situação?

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, na minha opinião, o senhor desempenhou exemplarmente as funções de Presidente da Comissão. É fácil criticar, mas há que dar crédito a quem o merece. Liderar 27 países diferentes numa Europa pluralista é uma tarefa complexa, e o Senhor Presidente executou-a bem. O senhor tem sido um factor de equilíbrio entre os países grandes e pequenos, por isso, neste contexto, reitero as palavras do presidente do meu partido, o Primeiro-Ministro finlandês, Matti Vanhanen, que afirmou que o senhor merecia um novo mandato. Sou muito favorável ao seu segundo mandato e votarei a favor disso. Os resultados que conseguiu alcançar em cinco anos falam por si. Na minha opinião, não são necessárias propostas de novos programas, pois as acções falam por si, e espero que o Comissário finlandês, Olli Rehn, também tenha um cargo bom e forte na próxima Comissão. No entanto, o mais importante é que amanhã votaremos a favor de poder formar uma nova Comissão. Desejo-lhe os maiores sucessos.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, o senhor Presidente Barroso tem falado com grande frequência dos tempos extraordinários em que vivemos, das questões mais importantes que temos pela frente e da liderança que a UE deve demonstrar no sector dos mercados financeiros.

No entanto, Senhor Presidente Barroso, há uma questão que quero colocar-lhe – e o senhor menciona-a no documento que nos apresentou – nomeadamente em relação aos recursos financeiros próprios da União Europeia. O senhor não refere de onde devem vir.

Neste contexto, há uma questão que lhe coloquei na audiência com o Grupo dos Verdes/ALE na semana passada. Infelizmente, não me respondeu e espero que o faça nesta ocasião. A minha pergunta é: que pensa de um imposto sobre as transacções financeiras?

Até o Presidente Sarkozy já propôs uma solução deste tipo, e Frank-Walter Steinmeier, entre outros, também fala dela. A Bélgica e a França já dispõem dos instrumentos jurídicos para a aplicar; porque não debater então o assunto e trazê-lo para a ordem do dia, com vista a uma proposta da Comissão relativa a um imposto sobre as transacções financeiras?

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, ouvi duas vezes o senhor Presidente Barroso, uma vez no plenário e uma vez numa conferência com a Esquerda Unitária Europeia, e li as suas posições relativas ao planeamento.

Tenho um comentário específico a fazer: já conhecemos a posição do senhor Presidente Barroso em relação a políticas modificadas. Mas ainda não conhecemos a sua posição em matéria de produtos modificados. Significa isso que a importação e a comercialização de produtos contaminados devem ser toleradas na Europa?

Em termos gerais, embora defenda que promove as ideias novas de que a Europa necessita, o senhor Presidente Barroso está, basicamente, a promover e a propor as mesmas receitas neoliberais falhadas que conduziram à depressão na Europa, ao desemprego na Europa e a profundas desigualdades sociais na Europa.

Esta abordagem, a sua abordagem, Senhor Presidente Barroso, e a abordagem da sua Comissão criaram uma crise de confiança entre a liderança da União Europeia e os cidadãos europeus, o que se reflectiu claramente nas últimas eleições e nos valores elevadíssimos da abstenção.

Por último, dado que apelida de antieuropeus todos aqueles que não concordam com o seu programa, o senhor não terá o apoio de todos os europeus, especialmente daqueles que pretendem uma Europa diferente, razão pela qual, Senhor Presidente Barroso, não o considero adequado para este cargo.

Barry Madlener (NI). – (NL) Senhor Presidente Barroso, não conseguiu conquistar o apoio do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu nem do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia – o que, na verdade, joga a seu favor. Vai ser uma eleição interessante: numa primeira análise, pode contar com cerca de metade dos votos, por isso todos os votos contam. É claro que o senhor gostaria de contar também com o nosso voto, o voto do segundo maior partido neerlandês no Parlamento, o Partido da Liberdade. Estamos dispostos a dar-lho, mas precisamos da garantia de que irá pôr termo às negociações com a Turquia, de que os Países Baixos deixarão de ser o maior contribuinte líquido para esta União Europeia burocrática e de que irá trabalhar no sentido de uma Europa de Estados-Membros soberanos, em vez do super-Estado federal que almeja. Convido-o a visitar-nos hoje, às 22 horas, para debater esta questão. Quem sabe se não acabará por nos dar estas garantias, obter o nosso apoio e, assim, poderá continuar com o seu trabalho, mas de uma forma completamente diferente dos últimos cinco anos.

Brian Crowley (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, começo por desejar ao senhor Presidente Barroso os maiores sucessos para a votação de amanhã. Infelizmente, defendi que a votação deveria ter sido realizada em Julho, a fim de impedir o desenvolvimento de uma lacuna de incerteza. Não obstante, creio que as orientações políticas por si elaboradas, Senhor Presidente Barroso, definem claramente o tipo de visão e as ideias que tem para o reinício dos trabalhos.

O maior apelo que porventura lhe faço – não apenas em relação ao regresso ao Parlamento – seria também que assumisse um tom mais crítico em relação aos governos quando estes não cumprem os compromissos assumidos; mesmo olhando para a Estratégia de Lisboa, 90% da estratégia não foi aplicada porque os Estados-Membros não tomaram as medidas necessárias para nos tornar a economia mais competitiva e dinâmica do futuro.

Sei que é difícil apontar um Estado específico. Não me atreveria a fazê-lo, mas se pretendemos liderar dando o exemplo e se trocamos ideias entre o Parlamento e a Comissão em relação às eventuais formas de estimular um novo crescimento e à inovação na nova economia, então os Estados-Membros devem assumir as suas responsabilidades e tomar essas medidas.

Por último, entristece-me que, numa altura de dificuldades económicas inéditas em todo o mundo, numa altura em que a Europa é encarada como líder no que respeita à regulação da actividade bancária e outras áreas afins, tenhamos perdido a oportunidade devido a jogos políticos pueris entre determinados grupos.

Raúl Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Senhor Presidente Barroso, o senhor é visto como um paladino da protecção do ambiente, e congratulo-o por isso.

Na verdade, na semana passada tivemos uma boa notícia, pois foi finalmente tomada a decisão de proteger o atum rabilho, que está à beira do colapso, mediante a sua inclusão na lista de espécies protegidas da CITES. Peço-lhe, a este respeito, que este não seja um apoio meramente temporário, mas que assuma um carácter definitivo.

O problema e o paradoxo global de tudo isto residem no facto de terem sido as políticas neoliberais por si advogadas até agora que nos trouxeram a esta situação, pois são políticas que mais não fazem do que privatizar os lucros e socializar os custos.

Nesse sentido, enfrentamos um grave problema em relação ao ambiente. Há anos que subsidiámos frotas que depauperaram os nossos mares e que, neste preciso contexto, são, em muitos casos, co-responsáveis pelo desastre. Agora pedem dinheiro para ultrapassar a situação que eles próprios criaram.

É um absurdo e uma situação realmente difícil de justificar do ponto de vista democrático. Não podemos cometer estes erros com o dinheiro de todos.

Por conseguinte, solicitamos uma revisão da política comum da pesca, a qual deve basear-se especificamente nestes novos princípios.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, estou muito confiante na reeleição, amanhã, do senhor Presidente Barroso para um novo mandato de cinco anos à frente da Comissão. Creio que é a pessoa certa para o lugar e tem feito um trabalho de grande qualidade.

Creio também que a União Europeia funcionará melhor se o Tratado de Lisboa for aprovado no meu país. Os opositores ao tratado na Irlanda usam argumentos capciosos e mal intencionados, como a informação de que o salário mínimo se fixaria em 1,84 euros.

Fala-se dos rebentos da Primavera a propósito da recuperação económica na Europa. A ratificação do Tratado de Lisboa é, em si, um rebento da Primavera. A comunidade dos investidores e as pessoas que criam empregos desejam a aplicação do Tratado de Lisboa.

O facto de, na Irlanda, termos, desde o último referendo, assegurado o direito a nomear futuramente um membro da Comissão Europeia constitui um grande desafio. Além disso, as garantias jurídicas em matéria de neutralidade, tributação, direito à vida, educação e família também são importantes.

Estas garantias são importantes para nós. Os protocolos são iguais ao tratado e, como é óbvio, a Irlanda precisa da Europa e a Europa precisa da Irlanda.

(GA) Desejo-lhe as maiores felicidades para amanhã.

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhora Presidente, a União Europeia padece de um grave défice democrático. Infelizmente, nada mudou neste aspecto nos últimos cinco anos sob a liderança do senhor Presidente Barroso. Durante o seu mandato, caímos numa gravíssima crise económica e ficou patente que todos os sinais de aviso relativos à instabilidade do sistema financeiro foram pura e simplesmente ignorados. Não há dúvida de que esses sinais de aviso existiram. O senhor Presidente Barroso fala no seu discurso da necessidade de mudar a arquitectura do sistema financeiro e de reformar o sistema de bónus para os gestores. Quero dizer-lhe com clareza, Senhor Durão Barroso, que essa era a sua tarefa nos últimos cinco anos, e o senhor não a desempenhou. Por esta razão, votarei contra a sua reeleição.

Pessoalmente, preferiria um Presidente da Comissão jovem, que assumisse o cargo com muita criticidade, com coragem para efectuar grandes mudanças e, acima de tudo, com independência: alguém que transformasse a Europa numa verdadeira democracia. Tenho a certeza de que a Europa necessita de um novo optimismo e por certo que não o teremos com o senhor Presidente Barroso, mas apenas sem ele.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Obrigado por esta oportunidade para falar. Gostaria de fazer duas perguntas ao senhor Presidente Barroso. A primeira é a seguinte: No seu discurso, estabeleceu uma ligação clara entre o seu futuro político e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Significa isso que, se for eleito amanhã e o Tratado de Lisboa não for aceite no referendo irlandês, o Senhor Presidente Barroso apresentará a sua demissão?

A minha segunda pergunta é a seguinte: O senhor declarou guerra ao egoísmo nacional que, de acordo com a sua definição, emana da ansiedade e dá azo ao extremismo. A minha pergunta é: Quem irá decidir se as pessoas, organizações ou partidos continuam envolvidos nesta actividade nociva? Ou será que se trata, como no nosso caso, de ter como objectivo a promoção da consciência nacional e da necessária preservação da autodeterminação nacional? Por outras palavras, será que isto nos dá uma base para falarmos de culturas, línguas e diversidade nacionais na Europa?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, começo por uma questão processual. Quero dizer, nomeadamente aos deputados não inscritos, que não fui ao seu grupo pela simples razão de

não me terem convidado. Claro que tenho fortes divergências com alguns desses deputados, e também com outros, mas fui a todos os grupos que me convidaram, a todos os grupos constituídos de forma regular. Fui para um debate democrático. Eu gosto do debate democrático. Vamos ser claros em relação a isso.

Tentarei responder com brevidade a um grande número de perguntas. Além disso, vejo que, nalguns casos, os deputados já nem sequer estão presentes para me ouvir, mas farei um esforço, apesar de tudo.

Começo pela questão dos bónus, que foi a última pergunta. Quero chamar a atenção para o facto de, no final de 2004, a Comissão – a minha Comissão – ter emitido uma recomendação em relação às remunerações excessivas, não só na banca, mas no sistema económico em geral. Infelizmente, nessa altura, ninguém prestou atenção à nossa recomendação.

Fico satisfeito por ver a questão dos bónus e das remunerações excessivas tornar-se uma prioridade e espero que se consiga encontrar uma solução, com base, refira-se, nas propostas que apresentámos ao Conselho. Estão sobre a mesa uma recomendação e também uma parte vinculativa da directiva relativa aos requisitos de fundos próprios dos bancos.

Muitas perguntas versaram a segurança energética, nomeadamente as do senhor deputado Saryusz-Wolski e do senhor deputado Marinescu, entre outros. A segurança energética foi, de facto, uma das principais prioridades deste colégio, e tenciono incluí-la nas prioridades da próxima Comissão, caso obtenha a autorização do vosso Parlamento, dado que é da Comissão que os cidadãos europeus esperam iniciativas – e não apenas os cidadãos europeus da União. Quando ocorreu o problema entre a Rússia e a Ucrânia, o Presidente Putin decidiu contactar-me com o intuito específico de me pôr ao corrente do problema, e os senhores sabem o tempo e a energia que a Comissão, em conjunto com outros parceiros, investiu na busca de uma solução para um problema entre a Rússia e a Ucrânia, mas que tinha consequências para os consumidores europeus.

Pessoalmente, estou muito ligado a estas questões. É por isso, refira-se, que lançámos o programa de interligações nos Estados bálticos e foi esse o motivo pelo qual a Comissão desbloqueou o problema de Nabucco, que, sejamos francos, estava num impasse total. Irei, portanto, incluir todas estas questões entre as principais prioridades da Comissão, mas existe, de facto, resistência à criação de um verdadeiro mercado interno da energia. Espero que durante o próximo mandato, com o vosso apoio, possamos ultrapassar esta resistência, que – sejamos francos e honestos – continua a existir, e criar um verdadeiro mercado integrado da energia na Europa.

Podem contar comigo na Comissão para uma defesa intransigente do interesse europeu. Além disso, creio que este problema da segurança energética também é essencial para a questão do combate às alterações climáticas.

Volto a repetir, em particular por consideração aos deputados do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia: podemos sempre ser mais ambiciosos, mas, francamente, creio que devemos congratular-nos com o facto de a União Europeia, com base numa proposta da Comissão, estar na vanguarda do combate às alterações climáticas. É evidente que não teríamos tido o acordo de todos os Estados-Membros se não fosse o trabalho – tenho que dizê-lo – realizado pela Presidência de Angela Merkel e depois pela Presidência de Nicolas Sarkozy, visto que também trabalharam para alcançar este resultado, e é da mais elementar justiça que se reconheça esse trabalho. Todos os Estados-Membros fizeram um esforço, mas foi com base numa proposta ambiciosa da Comissão que conseguimos conduzir esta luta contra o aquecimento global, e eu conto com os vossos esforços para mantermos a Europa na vanguarda deste combate.

No que respeita às questões sociais, já respondi: já assumi compromissos muito concretos a respeito das questões relacionadas com o destacamento de trabalhadores e dos problemas dos serviços públicos. Estarei disposto a colaborar convosco sobre os princípios que mencionei e que referi hoje de forma muito clara: contra o *dumping* social, a favor da economia social de mercado.

Estou bem ciente de que este é um debate ideológico interessante, mas creio que temos a resposta na Europa. Precisamos de um mercado interno, é a nossa força, e, ao mesmo tempo, de um elevado nível de coesão social. É uma criação europeia, é uma contribuição. Na citação que incluí no início do meu documento, usei as palavras de um grande historiador contemporâneo europeu, Tony Judt, que dá aulas na Universidade de Nova Iorque. Segundo ele: "Os Estados Unidos podem ter o exército mais poderoso do mundo, a China pode vender produtos mais baratos, mas só a Europa tem um modelo que pode servir de inspiração ao resto do mundo".

O século XXI pode muito bem ser o século da Europa. Acredito que sim. Creio que podemos dirigir esta globalização não à força, mas com inspiração. Temos uma economia social de mercado que não é propriedade dos democratas-cristãos, dos sociais-democratas ou dos liberais. Foi criada pela Europa, sobretudo após a segunda guerra mundial: não só o processo de integração europeia, mas também esta economia social de mercado que visa combinar os mercados livres, os mercados abertos.

A Europa é a maior potência exportadora do mundo. Nós, europeus, devemos por isso rejeitar o proteccionismo e, simultaneamente, promover o modelo europeu do diálogo social, o modelo europeu de segurança social. Quando ouço certos "declinólogos" – os "crisófilos" – dizer que agora são os americanos e os chineses que controlam tudo, respondo-lhes: pode ser, mas o que está o Presidente Obama a fazer? O Presidente Obama está a tentar – e desejo-lhe muito boa sorte – introduzir um sistema nacional de saúde, que nós temos em praticamente toda a Europa, com as suas diferenças. Agora, são os americanos que estão a inspirar-se no modelo europeu. Que estão os chineses a fazer? Estão a ponderar – com o objectivo complementar de fomentar a procura – a criação de um sistema de segurança social, e creio que terão este sistema, porque vai haver um aumento de riqueza naquele país, e o crescimento da riqueza na China é bom para todo o mundo.

Que estão os americanos e as outras grandes potências a fazer actualmente? Estão a começar a dialogar connosco em matéria de combate às alterações climáticas. Lembro-me bem de que, quando falávamos com eles anteriormente, os americanos recusavam-se de maneira categórica a assumir qualquer espécie de compromisso em termos de metas no combate às alterações climáticas.

Como vêem, não posso estar tão pessimista como algumas das vozes que aqui se fizeram ouvir hoje. É claro que temos problemas na Europa, problemas de coerência. Em termos de vontade política, temos de nos esforçar ainda mais para alcançar uma maior coerência. Temos também um problema muito claro, um problema social, que é o mais sério de todos: o aumento do desemprego. Vamos, porém, ser claros em relação a isso: não foi a Europa, não foi a Comissão Europeia que criou esta crise financeira. Todos vós sabeis de onde veio a crise. Logo a seguir, reagimos. Reagimos com propostas concretas. Estive nos Estados Unidos com o Presidente francês, durante a Presidência francesa, para propor o lançamento do processo do G20 ao Presidente americano. Foi a Europa que instigou esta resposta.

Disse em Camp David que assim como as sociedades abertas precisam do Estado de direito, de normas jurídicas, também os mercados precisam de regras para serem legítimos, credíveis e éticos. Esta é a posição europeia.

Creio efectivamente que devemos estar orgulhosos das propostas que apresentámos. Estão sobre a mesa. Espero que sejam aprovadas e veremos, à medida que formos avançando, se é necessário um esforço complementar.

Em matéria de ambiente, creio que o currículo da Comissão é bem conhecido. Alguém referiu que a biodiversidade está ausente. Releiam o meu documento e verão que está presente. Além disso, um deputado deste Parlamento aplaudiu as nossas medidas de protecção do atum rabilho, e deixo aqui o meu agradecimento. Creio que, nesse campo, não deixamos os créditos por mãos alheias.

No que respeita à pergunta da senhora deputada Monika Beňová sobre direitos fundamentais, é precisamente para dar um novo sinal de compromisso que decidi criar – e acrescento que a proposta veio do Parlamento Europeu, embora eu pessoalmente já estivesse convencido – o cargo de comissário responsável pelos direitos fundamentais e pelas liberdades individuais. O comissário irá também ocupar-se da questão das minorias, naturalmente, e poderá responder à Comissão das Petições, que foi aqui mencionada.

Creio também que, à semelhança dos sistemas nacionais, onde normalmente existe um ministro da Justiça e um ministro do Interior, também devemos ter um comissário responsável pela Justiça, os Direitos Fundamentais e as Liberdades. Haverá outro comissário – porque também devemos ser sérios em relação a essa questão, devemos ver que existem problemas relacionadas com a insegurança na Europa e que há coisas que podemos fazer em conjunto com o valor acrescentado da Europa – que também terá outras responsabilidades, mas sempre com o mesmo espírito: o espírito da segurança, demonstrando total respeito pelas liberdades individuais e pelos direitos fundamentais. Isso, mais uma vez, é o que faz a Europa.

Alguém falou de Guantánamo. Fui um dos primeiros, senão mesmo o primeiro responsável político em funções num governo a apelar ao Presidente americano – isto foi durante a Presidência austríaca – que encerrasse Guantánamo. Disse-o publicamente, porque acredito que nós, os europeus, somos contra uma luta contra o terrorismo que não respeite os direitos fundamentais, pois isso representa a perda da autoridade

moral. Em matéria de direitos fundamentais, creio que poderão existir algumas diferenças, mas não existem diferenças essenciais com alguns dos deputados que suscitaram esta questão. Pessoalmente, não recebo lições de ninguém nesta matéria. Aos dezasseis anos, já andava pelas ruas do meu país a combater a ditadura, a combater o sistema colonial. Por conseguinte, não preciso dos conselhos de ninguém em matéria de respeito dos direitos fundamentais. Obrigado, de qualquer das formas.

No que diz respeito à Irlanda do Norte – obrigado, senhora deputada Diane Dodds: é verdade que fizemos um grande – e discreto – esforço em prol da Irlanda do Norte. Criámos um grupo de trabalho especial e, quando ainda nem sequer havia diálogo entre as partes, ajudámos à reconciliação.

No que respeita à pergunta do senhor deputado Juan López Aguilar, sim, creio que chegou a altura de uma nova ambição social. É evidente. Temos um problema de desemprego muito mais grave do que no passado. Se analisarmos as estatísticas, a verdade é que, até à crise financeira, o emprego crescia em toda a parte. A Estratégia de Lisboa, que alguns criticam, até estava a seguir o rumo certo, em termos gerais. Havia criação de emprego e crescimento na Europa. Foi precisamente com a crise financeira que assistimos à inversão da tendência na maioria dos países, designadamente no seu: a Espanha. Foi a crise financeira mundial que nos colocou numa posição diferente. Assim, agora, neste estado de ansiedade social – não só há as pessoas no desemprego, mas ainda aquelas em risco de ficar desempregadas –, é evidente que temos de fazer um investimento social. Foi por isso que apelei a uma nova ambição social. Acreditei que seria possível reunir a grande maioria do Parlamento em torno desta prioridade e continuo a acreditar.

A senhora deputada Sophia in 't Veld disse-me que não a consegui convencer. Olhe que é difícil convencê-la, Senhora Deputada Sophia in 't Veld. Darei o meu melhor, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: dou sempre o meu melhor, não apenas para a convencer, mas porque acredito genuinamente nos direitos fundamentais, nas liberdades e nas garantias. Creio que a Comissão tem um papel a desempenhar nesta questão, não apenas em termos de legislação, mas também no que respeita aos sinais que damos. Posso dizer-lhe que, sempre que há um problema no mundo, seja Guantánamo ou quando reúno com Vladimir Putin, pergunto-lhe sempre: "Que se passa com os assassinos de Anna Politkovskaya? Como é possível que um sistema como o russo, que tem o maior sistema de segurança do mundo, nunca encontre os assassinos de jornalistas?" Coloco a questão ao Presidente Putin, assim como tenho vindo a colocar questões aos primeiros-ministros, até ao Primeiro-Ministro chinês, quando falo com ele, e também faço muitas perguntas sobre os direitos humanos. Até ao Primeiro-Ministro japonês perguntei por que motivo o Japão voltou a aplicar a pena capital, quando existia uma moratória.

Por conseguinte, a Comissão é importante, não só pela legislação, mas também pelos sinais que a Comissão e o Presidente da Comissão transmitem, como sucedeu durante a crise das caricaturas na Dinamarca, onde defendi inequivocamente o direito à liberdade de expressão. Creio, de facto, que nesta matéria podemos encontrar uma linha fundamental de acordo.

O senhor deputado Damien Abad fez algumas perguntas muito concretas, e respondo-lhe que apoio as suas sugestões e que as considero importantes. Creio que necessitamos de uma base industrial na Europa. Não desejamos a deslocalização, mas é importante que essa base industrial se adapte às novas exigências da concorrência mundial e, acima de tudo, aos grandes desafios das alterações climáticas e de um crescimento mais sustentável. Creio que temos os meios para alcançar este objectivo. É por isso que proponho que, no futuro, se invistam mais recursos a nível europeu.

No que respeita à pergunta sobre o orçamento que alguém fez, vamos tentar, acima de tudo, alcançar um consenso em relação aos grandes princípios. Creio que seria um erro começar por falar dos montantes para o orçamento futuro. Isso causaria cisões. Primeiro, temos de ver onde existe valor acrescentado europeu e depois decidir quais serão as prioridades. No entanto, creio que a investigação, a inovação e a política de coesão são decididamente prioridades importantes, em especial se pensarmos nas novas gerações. Para bem do mais jovem membro da delegação francesa, espero que os jovens do Parlamento Europeu apoiem este movimento.

Alguém me fez uma pergunta sobre o imposto financeiro mundial, o imposto sobre as transacções financeiras. Se for mundial, sou obviamente a favor. Penso que seria uma excelente ideia, mas, em qualquer dos casos, vamos ser claros: não vejo qualquer interesse em fazer sair da Europa os serviços financeiros que actualmente temos, seja em Londres, Frankfurt ou Paris. Somos líderes mundiais no que toca aos serviços financeiros. Qual é o interesse de entregar a liderança ao Dubai? Não compreendo qual seria a vantagem. Sejam claros em relação a isto. No entanto, se existisse um imposto mundial sobre as transacções financeiras, julgo que seria uma excelente ideia. Creio que já existem variadíssimas razões para um imposto dessa natureza, designadamente para combater a fome no mundo, porque é escandaloso o que ainda acontece no século

XXI, ajudar a Europa a atingir os Objectivos do Milénio e lutar por mais solidariedade na Europa. É possível que não saibam, mas propus ao Conselho o aumento de um instrumento que temos na Europa para prestar auxílio alimentar, pois existem pobres e novos pobres na Europa, mas foi rejeitado. Há muitas razões, por assim dizer, para um imposto, desde que seja efectivamente mundial e não prejudique a competitividade da Europa.

Para terminar, quero dizer-vos uma coisa importante. Houve quem perguntasse: “Porque devemos elegê-lo? É o único candidato. É isto democrático?” Eu próprio já me perguntei muitas vezes porque sou o único candidato. Para ser franco, não me parece correcto ter sido o único candidato, porque, vamos falar claro, por ser o único candidato, fui o único debaixo de fogo durante todo este tempo e o único alvo das críticas. Sempre que me comparam com o vosso candidato ideal, saio a perder, como é óbvio. Perco para um candidato ideal. Perco para um candidato ideal de cada grupo. No entanto, a Europa não se constrói com candidatos ideais. A Europa é um exercício de responsabilidade. Creio que não existiu outro candidato pela simples razão de não haver o apoio necessário para se ser candidato. É essa a razão. Foram mencionados alguns nomes, mas eu consegui reunir um consenso e orgulho-me disso, pois construir a Europa hoje, como vimos neste debate, é – como seguramente admitirão – um exercício extremamente difícil e árduo. A Europa é muito diversa. Há muitas limitações e muitas prioridades, por isso tenho orgulho de ser o candidato que recebeu o apoio do partido que ganhou as eleições, de ser o candidato que recebeu o apoio dos Chefes de Estado ou de Governo democraticamente eleitos, de todos os quadrantes políticos, e não encaro isso como negativo. Contudo, não sou o secretário-geral de ninguém, e a Comissão é uma instituição independente. Isso é uma coisa que posso garantir-lhes. A Comissão a que presido e a que presidirei, se tiver a vossa confiança, será independente na defesa intransigente do interesse geral europeu.

Compreendo bem, como referiu a senhora deputada Edite Estrela e outros, que a confiança daqueles que estão dispostos a apoiar-me não é um cheque em branco. Estou grato a todos os que me apoiaram; não posso nomeá-los a todos. Alguns ainda estão presentes. Os meus sinceros agradecimentos. O vosso apoio não é um cheque em branco. Tenho o Parlamento em grande conta.

Alguns dizem: “O senhor está demasiado próximo dos governos”. Esquecem-se de uma coisa: antes de ser primeiro-ministro, fui líder da oposição e, antes de ser líder da oposição, fui deputado. Fui eleito pela primeira vez para o Parlamento português aos 29 anos. Sou um político, não sou um tecnocrata ou um burocrata. Defendo os parlamentos e quero travar este debate convosco.

Por conseguinte, as vossas exigências podem ajudar-me e ajudar a Comissão a melhorar. É isto que me proponho fazer, se tiver o vosso apoio.

(Aplausos)

PRESIDÊNCIA: JERZY BUZEK

Presidente

Presidente. – Gostaria de agradecer ao senhor Presidente indigitado da Comissão Europeia. Gostaria também de agradecer a todos os presentes, bem como a todos os que falaram antes, por um debate excepcionalmente animado. Gostaria ainda de agradecer à senhora Presidente em exercício do Conselho Cecilia Malmström pela sua presença nesta sessão.

Senhoras e Senhores Deputados, estamos a introduzir novos princípios de acção, novas soluções institucionais para a União Europeia. Lembrem-se de que o senhor Presidente indigitado nos comunicou as orientações de acção política para os próximos cinco anos. Fê-lo aqui, no Parlamento, onde reuniu com todos os grupos políticos. Deu-nos informação que é muito importante, tanto para nós como para os nossos cidadãos. Votaremos amanhã, após o debate longo, exaustivo e informado que aqui tivemos hoje.

(O Presidente prossegue em inglês)

Mais uma vez, muito obrigado, Senhor Presidente indigitado. Foi uma excelente oportunidade para apresentar e debater as suas orientações políticas nos grupos políticos e também na sessão plenária.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Georges Bach (PPE), por escrito. – (FR) O programa do Presidente Barroso é ambicioso e demonstra uma imensa vontade de dar à nossa Europa em crise o impulso de que ela tanto necessita. Na minha opinião, seria

incorrecto culpar pessoalmente o senhor Presidente Barroso por todos os problemas que marcaram o período anterior. Alcançar compromissos numa Comissão em que as decisões agora são tomadas pelos 27 comissários e enfrentar uma crise económica e financeira no quadro de uma difícil reforma institucional são factores que, de certeza, não facilitaram a tarefa do Presidente da Comissão. Claro que se poderia ter esperado, nestes tempos difíceis, ouvi-lo falar com uma voz europeia mais afirmativa. Creio, no entanto, que o senhor Presidente Barroso aprendeu com os seus erros e que envidará grandes esforços, tanto em prol da Europa no seu todo como dos pequenos países. Ao dar maior relevância às questões sociais no seu programa, parece determinado a dar resposta aos cidadãos europeus, que anseiam por uma Europa mais social. A ideia de uma parceria genuína entre o Parlamento e a Comissão é louvável e é uma oportunidade que devemos agarrar. Por esta razão, apoio a candidatura de José Manuel Durão Barroso, mas este apoio não é um cheque em branco.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – É com gosto que, enquanto português e deputado ao Parlamento Europeu, vou votar favoravelmente a reeleição de José Manuel Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia. Considero que a sua actuação no decurso do actual mandato, que tantas dificuldades políticas, financeiras e sociais conheceu, e a experiência adquirida nessas funções justificam a aposta dos governos e a renovação da confiança por parte desta câmara.

Deploro as múltiplas tentativas - nem todas claras, nem sérias -, para impedir o sucesso desta candidatura e verifico que as mesmas não só se goraram por falta de alternativa credível mas, também, por insipiência dos argumentos. Lamento que colegas do meu próprio país não resistam a esta via tão fácil quanto inconsequente.

Faço votos para que a segunda Comissão Barroso possa aliar à competência técnica o “golpe de asa” e, no respeito e exercício efectivos do princípio da subsidiariedade, opte pela segurança e firmeza dos pequenos passos preconizada por Jean Monnet em detrimento dos ritmos acelerados que, de tão proclamatórios, pouco têm contribuído para o real progresso do sonho e do projecto europeus. Por mais que se rume ao horizonte, é pé ante pé que lá se chega. Vamos no bom caminho.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O que está em causa nesta eleição, também, qual será o rumo a seguir pela UE nos próximos anos. O actual Presidente da Comissão, candidato a um novo mandato, simboliza um dos rumos possíveis: a UE que representa é a dos interesses dos grandes grupos económicos.

A UE do funcionamento burocrático e anti-democrático; do conservadorismo político e ideológico; da acentuação e institucionalização de profundas desigualdades e de relações de domínio social, regional e nacional; do militarismo e intervencionismo externo; da institucionalização do neoliberalismo como sistema económico único admissível. Mas este não é, nem nunca foi, o único rumo possível. A este rumo opõe-se o de uma Europa social, dos trabalhadores e dos povos. Uma UE que valoriza a democracia na sua vertente participativa, não a reduzindo à esfera representativa formal. Uma UE que respeita a vontade dos povos e as decisões que democraticamente expressam. Que defende os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores, como instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento e coesão sociais. Uma UE de Estados livres, soberanos e iguais em direitos, que defende e promove a protecção da natureza, a paz e a cooperação entre os povos.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – A declaração que Durão Barroso acaba de fazer como Presidente indigitado da Comissão é uma reafirmação dos pilares fundamentais da União Europeia que conhecemos, de uma integração europeia capitalista, federalista e militarista que os Tratados de Maastricht e de Nice consagraram e que o projecto de Tratado de Lisboa quer aprofundar.

Se dúvidas existissem, aí estão as suas afirmações sobre a importância do projecto de Tratado de Lisboa, na continuação, aliás, das pressões anti-democráticas dos líderes europeus, e que também acompanhou, sobre o povo da Irlanda, o qual é obrigado a novo referendo, a realizar no próximo dia 2 de Outubro.

Mesmo que, agora, tente prometer alguns remendos nos graves atentados aos direitos sociais e laborais que a Comissão Europeia, de que ainda é Presidente, levou a cabo no mandato anterior, nunca foi ao fundo das questões nem às causas da actual crise do capitalismo que estamos a viver. Na prática, o que pretende é continuar a mesma política que dá prioridade à livre concorrência, ao militarismo e aos interesses dos grupos económicos e financeiros, designadamente dos países mais poderosos, como foi evidente quando afirmou que “somos os campeões da globalização”.

Livia Járóka (PPE), *por escrito*. – (HU) Senhor Presidente, gostaria de assegurar ao senhor Presidente Barroso o meu apoio na qualidade de delegada do Partido Popular Europeu e manifestar a esperança de que a actual Comissão Europeia possa dar continuidade ao trabalho que iniciou em relação à inclusão social dos

romanichéis. Foram alcançados resultados importantes durante este mandato, em particular nos últimos dois anos, mas esperamos no futuro um compromisso bastante mais forte e um maior sentido de iniciativa desta instituição que, na qualidade de iniciador exclusivo da legislação comunitária, pode ser o motor da luta contra a pobreza e a exclusão que afectam a maior minoria europeia, os romanichéis.

Espero que a criação de uma nova pasta na Comissão, para a Justiça, os Direitos Fundamentais e as Liberdades Cívicas incentive a organização da Comissão para fazer mais e de forma mais coordenada. Espero também que o senhor Presidente Barroso continue a promover activamente o seu empenho pessoal nas questões relacionadas com os romanichéis, empenho que reiterou em várias ocasiões, e que envide todos os esforços para que os Chefes de Estado ou de Governo assumam um papel mais activo na aplicação de um programa amplo e integrado, transversal a partidos e a mandatos.

Os desafios sociais que afectam os romanichéis, e não só, são de tal maneira graves e as consequências da inacção são tão perigosas, que não podemos dar-nos ao luxo de ter a apatia e de cometer os deslizes que caracterizaram o mandato anterior. Esperamos medidas imediatas e corajosas, assim como uma mudança radical na atitude do Presidente anterior e actual, e que a Comissão se afirme como o estandarte de uma estratégia pan-europeia para os romanichéis que deve ser desenvolvida quanto antes, com base em normas regulamentares, um orçamento estável e um compromisso político claro.

Nuno Melo (PPE), por escrito. – Se há realidade que ao nível da representação partidária ninguém questiona, é a da existência de uma situação conjuntural de crise, que afecta os países, e dificulta as decisões dos governos.

Assim sendo, não é indiferente, na eficácia do combate a essa crise, por parte da União Europeia, uma Comissão legitimada, com o presidente eleito, ou uma Comissão provisória, com uma decisão tão determinante sempre adiada.

Esta evidência transforma em mera retórica o exercício de todos aqueles que, não negando as evidências de tal crise, e até invocando-a recorrentemente, ainda assim se recusam e procuram evitar a escolha de José Manuel Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia.

O que equivale a dizer que quem assim pensa e age, se preocupa pouco ou nada com os efeitos da crise e tudo, ou quase tudo, com as vantagens decorrentes de um qualquer tacticismo partidário, que ao menos nestas circunstâncias bem se justificaria evitar.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) O apoio ao senhor Presidente Barroso dos deputados conservadores, liberais e sociais-democratas acompanha esta indigitação unânime como candidato único de todos os governos da UE, tanto neo-conservadores como sociais-democratas. A política anti-classe trabalhadora da União Europeia não depende de pessoas ou do Presidente da Comissão; é determinada, sobretudo, pelo seu carácter de uma união imperialista do capital.

As orientações políticas apresentadas pelo Presidente Barroso sintetizam as ambições estratégicas do capital monopolista europeu e formam o programa político aplicado pelas forças políticas desta União Europeia de sentido único, designadamente a Nova Democracia e o PASOK na Grécia, quer estejam no governo ou na oposição.

O principal objectivo deste programa político é transferir o ónus da crise para as classes trabalhadoras, garantindo assim que os grupos monopolistas europeus têm via livre para salvaguardar e aumentar os seus lucros, a fim de reforçarem a sua posição enquanto concorrentes imperialistas mundiais quando a economia capitalista recuperar da recessão. Este objectivo será alcançado mediante a adaptação às novas condições da Estratégia de Lisboa anti-operária até 2020 e através de um ataque ainda mais violento ao trabalho, aos salários e aos direitos sociais e de protecção social dos operários.

PRESIDÊNCIA: EDWARD McMILLAN-SCOTT

Vice-Presidente

12. Período de perguntas (perguntas à Comissão)

Presidente. – Segue-se o período de perguntas (B7-0203/2009).

Foram apresentadas as seguintes perguntas à Comissão.

Primeira parte

Pergunta n.º 20 da deputada **Ilda Figueiredo** (H-0277/09)

Subject: Protection of the textile and clothing industries in the context of international trade

The grave predicament of the textile and clothing industries in certain EU Member States, including Portugal, calls for a coherent and concerted public policy strategy in favour of investment in innovation, differentiation, training and conversion.

However, such measures also imply the need, in the context of international trade, to take the necessary actions to protect industry in the Member States, especially in the case of the more vulnerable areas such as textiles and clothing.

What measures is the Commission taking for the protection of the textile and clothing sector in the EU Member States in the context of new free-trade agreements with third countries, especially in Asia and as in the case of South Korea?

What measures is the Commission taking in the context of the urgent need for market regulation in the context of trade, on a worldwide basis and going beyond regulation of the financial markets alone?

Catherine Ashton, *Membro da Comissão*. – (EN) Acompanhamos muito atentamente os efeitos da crise financeira nos nossos sectores industriais, nos quais se incluem, como é evidente, o sector têxtil e do vestuário, uma indústria importante e forte na União Europeia.

A nossa reacção a esta crise consistiu na criação do Plano de Relançamento da Economia Europeia, complementado pelo Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e o Quadro Comunitário Temporário relativo às medidas de auxílio estatal. Estas medidas também foram pertinentes para o sector têxtil e do vestuário: por exemplo, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização foi utilizado para a reintegração de trabalhadores dispensados, sobretudo em pequenas e médias empresas do sector, em Itália, Malta, Espanha, Portugal, Lituânia e Bélgica.

O sector têxtil e do vestuário esteve durante décadas abrangido por um regime de comércio administrado. Desde o início de 2009, o comércio neste sector foi totalmente liberalizado. O sector soube dar resposta ao desafio da liberalização e embarcou num processo de reestruturação e modernização, que nem sempre foi fácil.

O sector reduziu a produção em massa e concentrou-se em produtos com mais valor acrescentado e conteúdo tecnológico. Actualmente, os têxteis europeus são conhecidos no mundo pela sua inovação e capacidade técnica. O sector tem vindo a evoluir favoravelmente e, em termos de exportações, manteve um desempenho ao nível dos melhores do mundo. Por conseguinte, as questões de acesso ao mercado são prioritárias para este sector, e estou satisfeita por ver a nossa estratégia renovada de acesso ao mercado ser assumida pelo sector com resultados positivos.

E, claro, nas nossas negociações comerciais, como o acordo de comércio livre com a Coreia ou nas conversações multilaterais sobre comércio, temos em conta as especificidades dos diferentes sectores industriais, designadamente do sector têxtil, e almejamos acordos equilibrados.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). – Já ontem tivemos ocasião de falar aqui sobre o problema do acordo de comércio livre com a Coreia do Sul e a Senhora Comissária sabe que quer organizações empresariais e quero dizer-lhe que, em Portugal, eu própria reuni com as diferentes organizações empresariais, que me comunicaram a sua grande preocupação com as cláusulas deste acordo de comércio livre com a Coreia do Sul, mas igualmente a nível europeu existem grandes preocupações.

Existem também preocupações por parte das organizações sindicais e quem conhece os países do Sul, como Portugal e Espanha, e as zonas onde predominam estes sectores da indústria, sabe bem como o desemprego se agravou. Em alguns concelhos, Senhora Comissária, já ultrapassa os 20%, designadamente no Norte de Portugal. Há concelhos com indústria têxtil onde o desemprego ultrapassa os 20%! E nós reaceamos que esta situação se agrave, num país onde a pobreza é já tão importante. Por isso pergunto-lhe, em concreto, o que é que vai ser feito...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

David Martin (S&D). – (EN) Louvo a senhora deputada Ilda Figueiredo por demonstrar tanta preocupação com o impacto social do encerramento das fábricas de têxteis e os danos causados a esta indústria. Mas concorda a Senhora Comissária comigo se disser que o acordo de comércio livre com a Coreia do Sul encerra

em si tantas oportunidades para os fabricantes têxteis europeus como ameaças e que abre efectivamente as portas do mercado coreano aos nossos têxteis de qualidade?

Catherine Ashton, *Membro da Comissão*. – (EN) Compreendo bem a determinação demonstrada. Trata-se de uma indústria importante, e estou totalmente de acordo com o senhor deputado David Martin, que estudou a fundo o acordo com a Coreia do Sul.

Não há dúvida de que exportamos muito mais vestuário para a Coreia do que importamos, por isso existem verdadeiras oportunidades no mercado. É absolutamente correcto que qualquer reflexão sobre iniciativas a nível do comércio deve ter em conta o impacto nas indústrias, e é precisamente isso que fazemos.

Teria o maior prazer em prosseguir com este diálogo e fornecer mais informação sobre a nossa abordagem, pois estou totalmente de acordo com o apoio às nossas indústrias nesta recessão económica, com a necessidade de ter em conta a pobreza e as carências que podem ocorrer e com a criação de novas oportunidades de comércio que ajudem efectivamente a fomentar essas economias e sectores. É precisamente isso que tentamos fazer.

Pergunta n.º 21 do deputado **Brian Crowley** (H-0281/09)

Assunto: Prioridades da UE para a Conferência Inter-Governamental sobre as Alterações Climáticas

Quais serão as prioridades específicas da União Europeia no âmbito da Conferência Inter-Governamental das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que terá lugar em Copenhaga no próximo mês de Dezembro?

Stavros Dimas, *Membro da Comissão*. – (EN) Esta é uma pergunta muito oportuna, e eu poderia responder muito brevemente que as prioridades são um acordo em Copenhaga em relação a compromissos de redução pelos países desenvolvidos, medidas de mitigação apropriadas a nível nacional pelos países em desenvolvimento e financiamento.

Gostaria, no entanto, de dizer mais algumas palavras. Faltam menos de três meses para a Cimeira de Copenhaga, e as conversações sobre o clima entraram numa fase decisiva.

Com 250 páginas de texto negocial sobre a mesa, as negociações ainda não ganharam o ímpeto necessário para se alcançar um acordo ambicioso e suficientemente pormenorizado. No entanto, entre a maioria das partes existe um sentido de urgência e a disposição de centrar as negociações nas áreas de convergência. O derradeiro objectivo do acordo sobre o clima é limitar o aquecimento global a 2º Celsius, um objectivo que mereceu o apoio da última cimeira do G8 e do Fórum das Grandes Economias.

Necessitamos de metas de redução de emissões comparáveis e mais ambiciosas para o grupo dos países desenvolvidos que, no seu conjunto, oferecem uma redução inferior a 15% face a 1990. Este valor é inferior à redução de 25%-40% exigida pela ciência. Saudamos o facto de o Japão tencionar reforçar esta meta. A União Europeia ofereceu-se para assumir uma meta de redução de 30%, se outros assumirem compromissos comparáveis.

Os países em desenvolvimento devem tomar as medidas de mitigação apropriadas para limitar o crescimento das suas emissões em 15%-30% em relação do normal até 2020. A União Europeia propõe que os países em desenvolvimento (com excepção dos países menos desenvolvidos) concebam e coloquem em prática planos de crescimento com baixas emissões de carbono e que incorporem as respectivas medidas principais de mitigação. Estes planos formariam a base para o apoio financeiro e apoios de outra natureza para fins específicos.

Será necessário um financiamento internacional adequado para se alcançar um acordo eficaz em Copenhaga. O dinheiro será o factor decisivo. É preciso mobilizar investimento privado e promover a criação de um mercado internacional de carbono robusto, embora também seja necessário um financiamento público substancial. Vale a pena mencionar, a este respeito, a parceria global em matéria de tecnologia, que visa duplicar o investimento em tecnologias de baixas emissões de carbono. Além disso, temos de reforçar o apoio aos países mais pobres e vulneráveis para estes se adaptarem aos crescentes efeitos adversos das alterações climáticas.

Na semana passada, no dia 10 de Setembro de 2009, a Comissão adoptou uma comunicação sobre o reforço do financiamento internacional para o clima, que visa acelerar as negociações internacionais. Temos diante de nós uma tarefa hercúlea, com negociações intensas nos próximos meses, mas não podemos falhar.

Brian Crowley (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor Comissário Stavros Dimas a resposta que deu.

Muito resumidamente, sabemos qual é a verdadeira posição dos Estados Unidos da América, agora que têm uma nova administração, e usam os mesmos valores de redução que a União Europeia propõe? Em segundo lugar, no que respeita ao Brasil, Rússia, Índia e China, que são grandes produtores de emissões de CO₂ e de outras emissões, que papel irão desempenhar estes países e que pressões pode a União Europeia exercer sobre eles, para que cumpram as mesmas normas que estamos a exigir aos países da União?

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Senhor Presidente, Senhor Comissário, sempre que se fala de alterações climáticas, fala-se de medidas de adaptação às alterações climáticas e de redução das causas das alterações climáticas. Quero fazer-lhe a seguinte pergunta tendo em mente a Cimeira de Copenhaga: que prioridade é atribuída ao crescimento da eficiência energética, designadamente para os países em desenvolvimento, e ainda em que debates tem o Senhor Comissário participado sobre crise da água potável e, obviamente, a crise alimentar?

Paul Rübzig (PPE). – (DE) Existe alguma avaliação do impacto das alterações à competitividade europeia decorrentes de uma redução de 20% ou 30% e do respectivo impacto nas pequenas e médias empresas e, acima de tudo, no emprego?

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EN) No que respeita aos Estados Unidos, a nova administração comprometeu-se com reduções bastante mais ambiciosas do que as da anterior administração. No entanto, ainda não são tão ambiciosas com as da União Europeia e estão abaixo do nível que a ciência estabeleceu como necessário para limitar o aquecimento global a 2°C, um valor que mereceu o acordo de todos os líderes das grandes economias em Julho de 2009 em LAquila, nomeadamente os americanos, os chineses e os líderes de outros países referidos.

Porém, estão em curso conversações com os Estados Unidos. A lei Markey-Waxman foi votada na Câmara dos Representantes e agora vai a votação no Senado. Há um número significativo de disposições que carecem de clarificação, e é preciso ver qual será o resultado líquido no final, pois esta lei pode, eventualmente, vir a ser mais ambiciosa do que parece hoje.

Por exemplo, se o cálculo das reduções de emissões inclui as obtidas através de investimentos em "desflorestação evitada" – consoante este factor seja incorporado na meta de redução de emissões dos Estados Unidos, no financiamento ou noutro cálculo –, isto precisa de ser esclarecido, para ser possível determinar a comparabilidade entre as metas dos Estados Unidos e as da União Europeia e de outros países desenvolvidos.

A verdade é que esta administração tem demonstrado uma atitude muito positiva, temos mantido uma relação de trabalho estreita e espero que, juntos, possamos trabalhar para alcançar um bom resultado em Copenhaga, nomeadamente um acordo com os elementos que descrevi anteriormente.

No que respeita ao Brasil, à China, à Índia, ao México e a outros países em desenvolvimento, é evidente que esperamos deles uma redução nas taxas de crescimento das suas emissões na casa de 15% a 30% em relação ao "normal". Mais uma vez, são os valores que a ciência aponta como necessários para limitar o aquecimento global a 2°C. Não bastam reduções só dos países desenvolvidos.

Alguns destes países já tomaram medidas a nível nacional que levarão a uma redução das emissões, quer no âmbito da eficiência energética ou de investimentos em fontes de energia renováveis, mas precisamos de intensificar a cooperação com eles – troca de informação, cooperação no domínio de tecnologias e transferência de tecnologia – a fim de alcançarmos as reduções necessárias.

No que toca à redução de custos e, como referiu, à eficiência energética, é evidente que todos os investimentos na eficiência energética são situações em que todos saem a ganhar. Por exemplo, ao reduzirmos a importação de petróleo, não só poupamos dinheiro — que também não é pago aos países produtores de petróleo —, mas também reduzimos as emissões de CO₂.

Em muitos países, especialmente os países em desenvolvimento, onde há problemas de poluição atmosférica – o problema da poluição atmosférica na China, por exemplo, é bem conhecido – haverá o efeito secundário de melhoria da qualidade do ar.

No que respeita aos problemas da água e dos alimentos, ambos fazem parte dos objectivos das políticas da União Europeia. Apoiamos políticas tendentes à melhoria da qualidade sanitária e do abastecimento de água, em especial nos países muito pobres. Em matéria alimentar, tivemos um grande cuidado, por exemplo,

quando analisámos a directiva relativa aos biocombustíveis, em evitar que houvesse concorrência entre matérias-primas para alimentos e para biocombustíveis. Temos sempre em conta estas questões importantes.

No que respeita à avaliação de impacto e aos problemas de competitividade, houve um debate aprofundado em torno destes aspectos quando adoptámos o pacote legislativo clima-energia. Foram realizados diversos estudos, não só pela Comissão, mas também pela indústria e por vários outros sectores. As disposições constantes da nossa legislação dão as garantias necessárias para assegurar a manutenção da competitividade de outras indústrias europeias, em especial das pequenas e médias empresas, nomeadamente através da concessão, por exemplo, de subsídios que, em alguns casos, podem atingir 100% das respectivas emissões.

Por conseguinte, são factores que temos em conta e, claro, o mesmo se aplica se chegarmos aos 30%. Além disso, se chegarmos aos 30%, é sinal de que teremos um acordo ambicioso em Copenhaga, onde todos os países desenvolvidos se comprometerão com metas de redução comparáveis semelhantes às da União Europeia e onde os países em desenvolvimento aceitarão medidas de mitigação que criarão condições de concorrência equitativas em todo o mundo. Todos teremos, portanto, obrigações de redução comparáveis, o que significa que o problema da competitividade não se põe.

Pergunta n.º 22 da deputada **Silvia-Adriana Ticau** (H-0301/09)

Assunto: Medidas de apoio aos investimentos para melhorar a eficácia energética e a utilização das energias renováveis

A Agência Europeia do Ambiente apresentou recentemente dados provisórios para 2008 sobre a redução das emissões de gases com efeitos de estufa. De acordo com estas estatísticas, as emissões da UE-15 sofreram uma redução de 1.3%, e as da UE-27 de 1.5% em relação a 2007, o que representa um passo importante em termos de cumprimento dos objectivos do Protocolo de Quioto no sentido de obter, até 2012, uma redução de 8% das emissões de gases com efeito de estufa, relativamente a 1990, que é o ano de referência.

Atendendo a que a redução das emissões de CO₂ resulta, designadamente, da melhoria da eficácia energética e da utilização das energias renováveis nos sectores dos transportes e da habitação, bem como nos sectores industriais grandes consumidores de energia, pode a Comissão indicar as medidas concretas que tem em vista para incentivar os Estados-Membros a encorajarem os investimentos na melhoria da eficácia energética e no recurso às energias renováveis?

Stavros Dimas, *Membro da Comissão.* – (EL) Senhor Presidente, a ilustre deputada salientou, e muito bem, a melhoria que se tem registado em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa e que se deve, em parte, às medidas de eficiência energética e ao aumento da utilização de fontes de energia renováveis no sector dos transportes e da habitação.

A Comissão salienta que a eficiência energética e as fontes de energia renováveis também contribuem para outros objectivos políticos, como o aumento da segurança do aprovisionamento energético da União Europeia, o reforço da competitividade da União e a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Tendo em conta todos estes benefícios, a Comissão continua a melhorar a legislação e os programas na União Europeia neste sector específico e a prestar apoio financeiro.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Dado que temos um período de 10 anos até 2020 e que é possível atingir resultados significativos em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa no âmbito do desempenho energético dos edifícios e do sector dos transportes, e que estamos a passar por uma crise económica e que há pessoas a perder os seus empregos, queremos sublinhar que a economia verde pode criar milhões de empregos. Temos de encontrar soluções específicas para situações específicas. Por isso, espero que a solução consista numa união de esforços da Comissão Europeia e do Parlamento, para podermos encontrar soluções inovadoras que permitam o aumento dos investimentos na eficiência energética. O Parlamento propôs soluções interessantes: um aumento da taxa do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a partir de 2014, a criação de um novo fundo especial com início em 2014 e a oportunidade de aplicar uma taxa de IVA reduzida, tendo em mente a eficiência energética e a utilização de energias renováveis. Talvez possa desenvolver um pouco estes temas.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Uma simples pergunta: como sugere a Comissão que os Estados-Membros conciliem o aumento da utilização de energia de fontes renováveis com a necessidade de manter baixos os preços da electricidade por causa da competitividade?

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Que incentivos ao investimento devem ser criados para acelerar a transição para as fontes de energia renováveis nas residências particulares e não apenas em empresas industriais e comerciais?

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhor Presidente, em resposta à pergunta do senhor deputado Seán Kelly, espera-se que o comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa gere muito dinheiro para os Estados-Membros e entre as medidas que os governos podem adoptar conta-se a utilização de parte desse dinheiro para apoiar pessoas com baixos rendimentos ou pessoas sem recursos suficientes para pagar o aquecimento das suas casas. Há, portanto, uma forma, e o dinheiro também existe, além de tudo o resto, para responder à pergunta do senhor deputado Seán Kelly.

A nova directiva relativa às fontes de energia renováveis exige que os Estados-Membros concedam apoios e introduzam reformas ao nível administrativo e das infra-estruturas, a fim de facilitar o desenvolvimento das fontes de energia renováveis. Todos os Estados-Membros assumiram o compromisso de atingir determinadas metas até 2020 e têm de apresentar um plano de acção nacional até Junho do próximo ano, relativo à energia de fontes renováveis, no qual explicam como as metas serão atingidas.

No que respeita à revisão da directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios, a Comissão também se comprometeu a reforçar o financiamento comunitário e a propor um novo financiamento para apoiar a aplicação da directiva. A Comissão já concede financiamento directo para vários projectos relacionados com a eficiência energética e as fontes de energia renováveis, nomeadamente:

- uma série de iniciativas de investigação e desenvolvimento baseadas no programa-quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico;

- 727 milhões de euros para o período 2007-2013 ao abrigo do programa "Energia Inteligente – Europa", para ajudar a eliminar obstáculos ao desenvolvimento de fontes de energia renováveis, melhorar o clima empresarial e sensibilizar a opinião pública;

- mais de 500 milhões de euros para projectos relacionados com parques eólicos no mar no âmbito do plano de relançamento da economia europeia, para estimular o investimento privado neste sector específico, e

- a iniciativa de financiamento de energia sustentável, que é objecto de gestão conjunta pela Comissão e pelo Banco Europeu de Investimento, tem um orçamento de 15 milhões de euros para 2009 e foi concebida para mobilizar fundos dos mercados de capitais e do Fundo Marguerite, o fundo europeu para a energia, as alterações climáticas e as infra-estruturas, que é gerido pelo Banco Europeu de Investimento.

A Comissão incentiva também os Estados-Membros a utilizarem grande parte das verbas disponibilizadas pelos fundos da política de coesão da União Europeia para apoiar projectos relacionados com a eficiência energética e as fontes de energia renováveis.

Pergunta n.º 23 do deputado **Czesław Adam Siekierski** (H-0299/09)

Assunto: Ajuda ao desenvolvimento em tempo de crise

No momento actual, estando nós a debater-nos com uma crise económica, haverá, de facto, possibilidade de criarmos condições especiais para os países mais afectados por este problema? A pergunta reporta-se, sobretudo, aos países mais pobres do terceiro mundo. Será, então, possível aumentar a ajuda aos países em desenvolvimento? Se os nossos próprios problemas internos, como a insuficiência dos orçamentos, ou até mesmo a escassez de tempo, não nos dão essa possibilidade, o que está a ser feito para aumentar a rapidez do envio dos recursos já concedidos aos países em desenvolvimento? A principal razão de ser das minhas preocupações centra-se na simplificação dos procedimentos conducentes ao aumento desses recursos

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) No âmbito das suas competências, a Comissão tem até à data respondido rapidamente no sentido de ajudar a prevenir consequências sociais desastrosas nos países em desenvolvimento e, em especial, nos menos desenvolvidos, cuja maioria são países ACP.

Estas medidas incluem honrar compromissos de ajuda e impulsionar novos recursos, actuar em contra-ciclo, aumentar a eficácia da ajuda, apoiar a actividade económica e o emprego, revitalizar a agricultura, investir no crescimento ecológico, estimular o comércio e o investimento privado, trabalhar conjuntamente para a governação económica e a estabilidade, e proteger os mais vulneráveis nos países em desenvolvimento.

Foram já adoptadas medidas e procedimentos para acelerar a distribuição da ajuda. Um mecanismo FLEX *ad hoc* "vulnerabilidade" mobilizará 500 milhões de euros do Fundo de Desenvolvimento Europeu (FED).

Este mecanismo V-FLEX complementa medidas tomadas pelo Banco Mundial e pelo FMI e destina-se aos países mais vulneráveis e com fraca capacidade de resistência, concedendo ajuda rápida para os ajudar a manter as despesas prioritárias, nomeadamente nos sectores sociais.

Dado que utiliza fundos de reserva não distribuídos anteriormente, o mecanismo V-FLEX representa um financiamento adicional para estes países extremamente vulneráveis. Foram igualmente mobilizados 80 milhões de euros para o financiamento no âmbito do actual mecanismo FLEX do FED para países que sofreram perdas de exportação significativas em 2008. Além disso, está agora a decorrer o balanço intercalar das estratégias de cooperação para países financiados com o orçamento da CE e o balanço intercalar relativo aos países ACP financiados a partir do FED foi acelerado de modo a redefinir e ajustar as estratégias nacionais e as afectações de fundos no início de 2010.

Contudo, é importante lembrar que a política de desenvolvimento é uma competência partilhada no seio da UE. A principal responsabilidade pelo cumprimento dos compromissos de APD é da competência dos próprios Estados-Membros. Acredito firmemente que a crise não deve ser uma desculpa para os nossos Estados-Membros reduzirem a ajuda e as promessas aos doadores e insistirei para que continuemos empenhados em cumprir os níveis de ajuda prometidos, tanto no que respeita aos Estados-Membros da UE como a outros doadores. No que a isto respeita, controlamos publicamente a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) dos Estados-Membros através do questionário anual de Monterrey.

Com base na informação recolhida pelos Estados-Membros, prevemos que a APD colectiva da UE aumente de 49 mil milhões de euros em 2008 para 53,4 mil milhões de euros em 2009 e para 58,7 mil milhões de euros em 2010. Isto significa igualmente que, sem medidas adicionais dos Estados-Membros no sentido de cumprirem as suas metas individuais, as metas colectivas para 2010 não serão cumpridas. Além disso, esta crise provou igualmente que precisamos de consolidar os mecanismos de atribuição da APD, como foi correctamente referido pelo senhor deputado.

A agenda internacional relativa à eficácia da ajuda, consagrada na Declaração de Paris, e a Agenda de Acção de Acra são, agora, mais importantes do que nunca. Nestes tempos de dificuldade económica, temos uma especial responsabilidade para com os pobres do mundo no sentido de garantir que a nossa ajuda ao desenvolvimento é canalizada de forma eficaz. Defenderei pessoalmente esta abordagem no Conselho “Desenvolvimento” a realizar em Novembro e a crise financeira global estará no topo das minhas preocupações políticas durante as próximas semanas.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Obrigado pela explicação. Não deveria a UE ser mais activa a nível internacional? Refiro-me a instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que deveriam ser mais flexíveis na determinação dos níveis de ajuda e na concessão de ajuda durante a crise. Como podemos eliminar as irregularidades fiscais e a transferência ilegal de lucros para o estrangeiro praticadas por várias empresas de países pobres? Por último, como podemos liberalizar as trocas comerciais de forma justa, de modo a beneficiar aqueles que merecem ajuda?

Franz Obermayr (NI). – (DE) Em alturas em que há falta de recursos é especialmente importante tomar medidas específicas para proporcionar a quantidade certa de ajuda, às pessoas certas e na altura certa. Assim, a minha pergunta é: quais as medidas futuras planeadas para avaliar a eficiência e para quantificar o efeito da ajuda económica?

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) No que respeita à pergunta do Senhor Deputado sobre a cooperação com instituições internacionais – o FMI e o Banco Mundial – estamos a trabalhar em estreita colaboração com essas instituições, nomeadamente para o mecanismo FLEX “vulnerabilidade”. Na verdade, temos procedido conjuntamente à identificação dos países que primeiro devem beneficiar deste novo instrumento.

Insistimos igualmente repetidas vezes junto das instituições, para que concedam mais empréstimos aos países em desenvolvimento e, dos 280 mil milhões de dólares em direitos de saque, 8 mil milhões de dólares destinam-se aos países em desenvolvimento. Assim, creio que estamos realmente na dianteira no que respeita a influenciar as instituições internacionais a avançarem nesse sentido, e será essa também a posição que a Comissão, o senhor Comissário Almunia e eu próprio adoptaremos nas reuniões do Banco Mundial e do FMI que terão lugar no início de Outubro em Istambul.

Relativamente à segunda pergunta, parece-me, sinceramente, que foi o tema da minha primeira resposta. Expliquei pormenorizadamente de que modo isso deveria acontecer. Evidentemente, estou disposto a repetir

o que disse, mas resume-se ao facto de, sobretudo, termos de nos certificar de que a ajuda é correctamente utilizada.

Pergunta n.º 24 do deputado **Fiorello Provera** (H-0289/09)

Assunto: Demografia e políticas do desenvolvimento em África

De acordo com um estudo das Nações Unidas, a população do continente africano poderá duplicar até 2050, atingindo os dois mil milhões. Nessa data, a população africana será o dobro da europeia. A taxa média de fertilidade de uma mulher africana é de cinco filhos, contra uma taxa de 1,7 no Extremo Oriente e de 1,47 na União Europeia.

Que medidas tenciona a Comissão apresentar, tendo igualmente presentes as políticas a longo prazo em termos de imigração e de ambiente, para ajustar as políticas em matéria de relações externas e de cooperação a estes dados?

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) A Comissão partilha da preocupação do Senhor Deputado de que o crescimento demográfico em África e o impacto a longo prazo das elevadas taxas de fecundidade possam contribuir significativamente para uma maior pressão sobre os recursos naturais de África e para a determinação da trajectória de desenvolvimento do continente africano.

As taxas de fecundidade contam uma parte importante da história; segundo a Divisão “População” das Nações Unidas, actualmente a população global de África é 8% mais baixa do que se a taxa de fecundidade do país se tivesse mantido nos níveis de 1970. Na realidade, espera-se que a taxa de fecundidade desça mesmo abaixo de 2,5% até 2050. Nas zonas urbanas do continente há uma classe média emergente que tem menos filhos a taxas comparáveis com as europeias. É uma história promissora, de países que alcançaram a estabilidade política e que atingiram um crescimento económico significativo.

Ciente destes desafios, a Comissão Europeia tem uma política de desenvolvimento direccionada para combater a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e resolver dificuldades políticas para ajudar a fomentar a estabilidade. Neste campo, a Comissão está também vinculada pela estratégia apoiada pela conferência internacional de 1994 sobre população e desenvolvimento, posteriormente revista em 1999.

Esta estratégia alargou o conceito de planeamento familiar de modo a incluir a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos. Salienta os direitos humanos, a emancipação das mulheres, a importância do investimento na saúde e na educação, bem como a prestação generalizada de serviços de saúde reprodutiva a todos os que deles precisem. Em especial, a educação das mulheres tem impacto sobre o seu comportamento reprodutivo.

Muitos estudos constataram que existe uma forte correlação entre a educação e a fecundidade; com o aumento da literacia as taxas de fecundidade tendem a diminuir. Transversalmente a todos os seus programas, a Comissão espera dedicar cerca de 1,7 mil milhões de euros à educação para o período de 2007-2013; de um modo mais geral, estamos firmemente empenhados em aumentar o nível e a eficácia da ajuda colectiva da UE a sistemas de saúde que proporcionem cobertura universal de serviços básicos, incluindo de saúde reprodutiva. A este respeito, no âmbito do Programa de Acção da UE relativo aos ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – a UE comprometeu-se a contribuir para a saúde com um montante adicional de 8 mil milhões de euros (dos quais 6 mil milhões se destinam à África), desde que todos os compromissos relativos à saúde sejam plenamente cumpridos.

Para resolver a questão da pressão ambiental é de importância decisiva garantir a sustentabilidade dos meios de subsistência locais. Isto implica combater a desertificação e a degradação dos solos e aumentar a produtividade agrícola, pôr termo à sobreexploração da biodiversidade, das florestas e de outros recursos naturais, incluindo os oceanos e as águas interiores, e, por último, garantir que as alterações climáticas se mantêm dentro de certos limites, bem como ajudar as populações africanas a adaptar-se às alterações climáticas.

A Comissão, em conjunto com os Estados-Membros da UE, está a desenvolver uma estratégia de integração ambiental para garantir que os esforços de cooperação para o desenvolvimento contribuem para a prossecução destes objectivos. Os nossos preparativos para a Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas devem ser analisados nesta perspectiva.

Actualmente a UE está a trabalhar com a União Africana e outras organizações da região para consolidar a sua capacidade de resolver questões relacionadas com o ambiente e as alterações climáticas. Promove

iniciativas importantes para melhorar a administração das florestas, sobretudo através da aplicação da legislação, da governação e do comércio no sector florestal.

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a minha pergunta tinha por objectivo salientar um aspecto específico: o impacto do aumento global da população sobre a utilização de matérias-primas e sobre a poluição. Contudo, nos países em desenvolvimento este aumento demográfico é especialmente acentuado e tem igualmente consequências sociais e económicas. A minha pergunta é: não seria possível implementar conjuntamente políticas de ajuda aos países em desenvolvimento e políticas de planeamento familiar, eventualmente através do sistema das ONG?

Andreas Mölzer (NI). – (DE) É um facto interessante que dois terços da população de África vivam em apenas 8 dos 53 Estados. O problema da sobrepopulação em África está claramente limitado a países específicos. Em que medida é que estes factos influenciam a política de desenvolvimento da União Europeia?

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) Não temos uma política de planeamento familiar específica, mas isso pode acontecer, e acontece, a pedido dos governos interessados. Um grande número de mortes maternas resultam de abortos praticados em circunstâncias inaceitáveis. A Comissão também apoiará esses programas nos países em que o aborto é legal. Assim, tomarmos ou não essas medidas depende, realmente, dos países em questão.

No que respeita à segunda pergunta, devo dizer que quando se analisa o continente africano e as taxas de natalidade, como expliquei na minha introdução, constata-se uma clara relação entre o desenvolvimento económico, o nível de urbanização e as taxas de fecundidade. Isto não é um fenómeno novo. Já o vimos em todos os países e no mundo inteiro. Pode esperar-se que, com a urbanização global e, esperamos, com a melhoria dos dados relativos ao crescimento, as taxas de fecundidade comecem a diminuir. Isto não se limita, como o Senhor Deputado sugere, a alguns países. É, antes, um fenómeno que está ligado ao desenvolvimento do país em questão.

Pergunta n.º 25 do deputado **Jim Higgins** (H-0274/09)

Assunto: Suspensão das negociações do acordo de comércio livre entre a UE e a Colômbia

Perante as provas claras de que os assassinios de activistas sindicais continuam na Colômbia e tendo em conta em especial que em 2008 estes assassinios aumentaram 25%, a Comissão está pronta para recomendar a suspensão das negociações de um acordo de comércio livre entre a UE e a Colômbia?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) A protecção dos direitos humanos é uma das maiores prioridades a nível das relações da União Europeia com a Colômbia. Assim, seguimos muito atentamente a situação na Colômbia.

Temos plena consciência das dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo na Colômbia e dos constantes assassinatos e ameaças contra dirigentes sindicais e membros dos sindicatos.

Temos conhecimento disto através das nossas fontes de informação, dos relatórios e declarações emitidos por organismos de tratados internacionais e também das minhas próprias conversas com organismos como a Confederação Europeia dos Sindicatos.

Persistem preocupações importantes no que respeita à efectiva aplicação das principais convenções da OIT no país. Instamos permanentemente o Governo a aumentar os esforços para proteger os grupos populacionais mais vulneráveis e para investigar e punir todas as violações aos direitos humanos.

Os ataques recentes a activistas dos direitos humanos e a sindicalistas foram alvo de diligências por parte dos embaixadores da Tróica da UE em Bogotá, tendo sido igualmente abordados durante reuniões recentes de alto nível entre oficiais da União Europeia e da Colômbia.

Adicionalmente, iniciámos recentemente com o Governo colombiano um diálogo bilateral sobre direitos humanos que proporciona um canal para uma troca de informação e experiências mais regular e sistemática no âmbito dos direitos humanos, e que ajudará à informação da cooperação técnica.

Além disso, estamos a tentar incluir garantias adicionais no acordo de comércio multipartidário previsto, de modo a melhorar a aplicação das principais convenções sobre trabalho e ambiente na Colômbia, enquanto parte do capítulo consagrado ao desenvolvimento sustentável. Estamos igualmente a propor a monitorização da aplicação das leis laborais por instituições da sociedade civil. Esperamos que, deste modo, o acordo ajude a melhorar a situação dos activistas dos direitos laborais na Colômbia.

Jim Higgins (PPE). – (EN) Sei que os direitos humanos são uma prioridade importante e não consigo perceber por que é que a União Europeia, que se orgulha de ser a maior defensora dos direitos humanos a nível mundial, deve sequer contemplar um acordo comercial com um regime como o da Colômbia.

Vinte e sete sindicalistas foram assassinados desde o início de Janeiro de 2009. Este número fala por si, e foi já provado no passado que a forma de fazer passar a mensagem é atingir estes países a nível económico, como aconteceu no caso das sanções contra a África do Sul.

Acredito sinceramente que devíamos enviar uma delegação à Colômbia para analisar a actual situação em primeira mão, em vez de manter um diálogo com o país. Devíamos ter pessoas no terreno e devíamos suspender quaisquer negociações comerciais com a Colômbia até termos a certeza de que, nesse país, os direitos humanos estão ao mesmo nível do resto do mundo.

David Martin (S&D). – (EN) Muito me apraz que o Senhor Deputado Higgins tenha colocado esta pergunta. Tem toda a razão sobre a situação que descreveu, e a senhora Comissária acabou de reconhecer os factos.

Perante isto, tenciona a Comissão, em primeiro lugar, suspender o acordo SPG+ (Sistema de Preferências Generalizadas) celebrado com a Colômbia, e, em segundo lugar, suspender as nossas negociações para um acordo de comércio livre, até obtermos garantias do Governo colombiano de que os sindicalistas, os activistas dos direitos humanos e outros podem dedicar-se às suas actividades em segurança naquele país?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Estou grata a ambos, e compreendo a paixão e a força do que sentem. Não estou convencida de que a suspensão das negociações leve a que se atinjam os objectivos que ambos os senhores deputados gostariam de alcançar. O que creio que temos de fazer é manter o diálogo e continuar a trabalhar no sentido de incluir nas nossas discussões e, mais importante, nos nossos acordos, uma garantia absoluta em consonância com o que ambos os senhores deputados pretendem.

Foi essa a abordagem que segui. Isto não significa, devo acrescentar, que não tenha convidado aqueles que já conversaram comigo a continuarem a contribuir para garantir que nos mantemos no caminho certo e, evidentemente, continuo a avaliar a questão, mas, actualmente, é esse o curso de acção que decidi seguir.

Pergunta n.º 26 do deputado **Georgios Papastamkos** (H-0261/09)

Assunto: Retoma do comércio internacional

O comércio internacional registou uma acentuada quebra em 2008, seguida de uma contracção ainda maior em 2009, que ultrapassa em muito a própria recessão da actividade económica. O Conselho Europeu (Bruxelas 19-20/03/2009) "reconhecendo que o comércio livre e justo constitui o elemento básico da retoma a nível mundial" solicitou "a rápida conclusão de negociações comerciais bilaterais e do programa de desenvolvimento de Doha da OMC".

Pode a Comissão informar:

Que iniciativas tomou para o financiamento do comércio? Quais os progressos realizados nas negociações de acordos comerciais em curso e como espera reforçar os fluxos comerciais externos da UE?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) É verdade, certamente, que o comércio internacional foi afectado pela crise de forma especialmente profunda. O secretariado da Organização Mundial do Comércio calcula que o comércio global diminuirá 10% em 2009, com um declínio de 14% nos países desenvolvidos e de cerca de 7% nos países emergentes. Esta situação pede reacções ambiciosas, como as que temos vindo a desenvolver, tanto no que respeita ao financiamento do comércio como às negociações multilaterais e bilaterais.

Em conjunto com os Estados-Membros, tomamos várias medidas importantes para aumentar a disponibilidade do financiamento do comércio. Quando as entidades comerciais já não estavam dispostas ou não tinham capacidade para fornecer seguros financeiros à exportação, os Estados-Membros intervieram através de agências de crédito à exportação.

No que respeita aos seguros a curto prazo, isso foi facilitado pela decisão da Comissão no sentido de flexibilizar temporariamente as condições de oferta desse tipo de apoio. Concordámos, além disso, com uma flexibilização temporária das regras da OCDE sobre os seguros de crédito a médio e longo prazo.

Ao nível multilateral, subscrevemos firmemente os compromissos assumidos no contexto do G20 para que as agências nacionais de crédito à exportação disponibilizem capacidade suficiente de seguro de crédito à

exportação com aval do Estado, quando necessário, e apoiamos igualmente os esforços de organizações de financiamento multilaterais para a disponibilização de novos mecanismos de financiamento ao comércio ou o aumento dos montantes dos mecanismos existentes.

Para nos certificarmos de que consolidamos e aumentamos as exportações, continuamos a desenvolver as várias negociações comerciais em que nos envolvemos. Os senhores deputados sabem que a prioridade, a nível multilateral, é e continuará a ser uma conclusão ambiciosa, equilibrada e abrangente da Ronda de Doha, que traria grandes benefícios ao mundo e, evidentemente, à economia europeia.

A recente reunião em Nova Deli, em que estive presente, contribuiu para uma nova dinâmica política e esperamos que, em conjunto, na próxima Cimeira do G20, em Pittsburgh, consigamos concluir o acordo em 2010.

Apelamos a um compromisso real com parceiros importantes da Organização Mundial do Comércio, ao longo dos próximos meses, para que as negociações avancem com base no pacote que, de forma hesitante, foi negociado até à data. Como os senhores deputados sabem, estamos a desenvolver paralelamente diversos acordos bilaterais.

Georgios Papastamkos (PPE). – (EL) Senhor Presidente, com a pressão da crise económica muitos Estados estão a introduzir medidas destinadas a revigorar as suas indústrias nacionais. O mais recente exemplo é a decisão do Presidente dos EUA, Barack Obama, de impor taxas às importações de pneus da China.

Avaliou a Comissão o impacto, sobre as exportações europeias, das políticas praticadas pelos nossos parceiros comerciais de países terceiros, nomeadamente as campanhas "Compre produtos americanos" ou "Compre produtos chineses"?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Na verdade, tenho estado em conversações com os Estados Unidos e com a China – de onde regressei na semana passada – as campanhas "Compre produtos americanos" e "Compre produtos chineses" são dois programas muito diferentes; pelo menos, segundo me informaram fontes fiáveis. Analisei a legislação da campanha "Compre produtos americanos". Preocupa-me muito mais a sua aplicação por parte dos estados nos Estados Unidos, do que propriamente a letra da legislação.

A campanha "Compre produtos chineses" é diferente. Em certa medida, fiquei tranquilizada pelo que o Ministro do Comércio, Chen Deming, e o Vice Primeiro-Ministro, Tang Jiaxuan, me transmitiram na semana passada sobre o objectivo e a forma como as empresas europeias seriam tratadas, mas mantenho-me atenta de modo a garantir que as empresas europeias não são prejudicadas, directa ou indirectamente.

No que respeita à actual posição sobre os pneus, a que penso que o Senhor Deputado se refere, de momento estamos apenas a observar para perceber exactamente o que irá acontecer. O Senhor Deputado tem razão em salientar isso como uma área importante a que temos de estar atentos e ver o que acontece e, evidentemente, terei todo o gosto em manter-me em contacto consigo sobre este assunto.

Presidente. – A Pergunta n.º 27 não será debatida, visto que o senhor deputado Moraes não está presente. Pergunta n.º 28 da deputada **Liam Aylward** (H-0279/09)

Assunto: Comercialização de produtos europeus de carne de bovino e de borrego

Que medidas estão a ser executadas pela União Europeia para ajudar à comercialização de produtos europeus de carne de bovino e de borrego em países terceiros e pensa a Comissão apresentar quaisquer novas iniciativas para ajudar neste processo?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Trabalhamos activamente para eliminar obstáculos sanitários decisivos e muito complexos e, desse modo, ajudar a promover a venda de produtos europeus como a carne de vaca e de borrego irlandesa. A Estratégia de Acesso ao Mercado e, em especial, a Parceria de Acesso ao Mercado lançada em 2007, são o ponto central do trabalho desenvolvido pela Comissão a esse respeito. A Estratégia de Acesso ao Mercado cria uma parceria mais forte entre a Comissão, os Estados-Membros e as empresas, para melhorar o trabalho de detecção, análise, definição de prioridades e eliminação de obstáculos.

A especificidade desta estratégia é ser realizada através de uma mistura correcta de vários instrumentos de política comercial. Isto significa utilizar canais multilaterais e bilaterais e complementar os instrumentos políticos a médio e longo prazo mais formais com contactos políticos e diplomacia comercial conjunta.

Os nossos esforços em relação a este acesso ao mercado têm sido consideravelmente intensificados nos últimos anos, e temos várias histórias de sucesso para mostrar que estamos a avançar na direcção certa. Por

exemplo, conseguimos confinar alguns países e levantar a proibição às exportações de carne da UE devido ao incidente de contaminação com dioxina e PCB que ocorreu na Irlanda em Dezembro de 2008, e, mais recentemente, conseguimos ser bem sucedidos no que respeita à abertura dos mercados da Arábia Saudita, da Jordânia e das Filipinas à importação de carne de vaca da UE e a no tratamento de determinadas questões SPS de uma forma mais comercialmente amistosa com o Egipto e com Israel.

Continuamos a insistir a diferentes níveis com países como a Indonésia, a Malásia e a Coreia, para que ajustem plenamente parte da sua legislação aos requisitos do acordo SPS e às normas internacionais da Organização Mundial para a Saúde Animal. Pedimos às empresas da indústria da carne da UE que indicassem as suas preocupações específicas e que apresentassem sugestões sobre a forma como podemos eliminar obstáculos em mercados importantes. Isto teve recentemente uma resposta muito positiva e uma apresentação elaborada por uma associação comercial irlandesa ajudar-nos-á a fixar prioridades e a prosseguir o trabalho que temos vindo a desenvolver.

Liam Aylward (ALDE). – (EN) Posso perguntar à Senhora Comissária se consideraria pertinente a realização de uma avaliação exaustiva e completa do orçamento destinado à promoção dos produtos alimentares? Está em vigor desde 1970, é extremamente restritivo e precisa de ser reformado. Além disso, concorda a Senhora Comissária que a melhoria da competitividade do sector alimentar da União Europeia a ajudará a sair da recessão económica?

Seán Kelly (PPE). – (EN) É do conhecimento geral que os produtos europeus de carne de vaca e de borrego cumprem os mais elevados padrões. Que medidas está a Comissão a tomar para incentivar ou exigir que sejam aplicados padrões semelhantes aos parceiros comerciais, em especial no Brasil?

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Em primeiro lugar, não estou familiarizada com a área específica referida pelo Senhor Deputado, pelo que, se me é permitido, responderei à sua pergunta mais tarde, por escrito.

Contudo, concordo plenamente com a questão do valor e da importância da indústria para a União Europeia e para o comércio. Trata-se, efectivamente, de uma área que necessita da nossa maior atenção e concentração. Trabalho em estreita colaboração com o Senhor Comissário Fischer Boel na análise dos acordos comerciais, para garantir que a parte dos nossos acordos que respeita à agricultura seja forte e constitua uma oportunidade real. Espero que, à medida que as nossas negociações evoluam, o Senhor Deputado possa apreciar melhor o valor que atribuímos a este aspecto.

No que respeita ao princípio da reciprocidade, estamos a negociar com funcionários de países terceiros e a dar-lhes formação para que percebam qual é o sistema da UE, de modo a aumentar a sua confiança no nível de protecção proporcionado tanto aos consumidores da UE como aos consumidores desses países.

Insistimos em que os países terceiros cumpram as suas obrigações internacionais, nomeadamente o Acordo relativo à Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da Organização Mundial do Comércio, certificando-se de que, quando definem os requisitos, cumprem as normas internacionais ou baseiam os seus requisitos em dados científicos.

Pergunta n.º 29 do deputado **Bernd Posselt** (H-0272/09)

Assunto: Poluição ambiental causada pela extracção de lenhite na República Checa e na Alemanha Central

Como avalia a Comissão a poluição ambiental decorrente da extracção de lenhite a céu aberto e das centrais a carvão na República Checa e na Alemanha Central, bem como a aplicação de planos tendentes à desactivação ou à renaturalização, também sob o ângulo da segurança?

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhor Presidente, os danos ambientais que podem ser provocados pela extracção e utilização de lenhite nas centrais eléctricas são uma questão abordada adequadamente na legislação comunitária.

Nos termos da directiva relativa aos resíduos da indústria extractiva, as unidades que tratam os resíduos mineiros têm de ter uma autorização que inclua um plano de gestão de resíduos e um plano para o encerramento e a reabilitação das instalações. Estas unidades têm de fornecer uma garantia financeira que cubra o custo da reabilitação do terreno.

A directiva prevê a realização de inspecções por parte das autoridades competentes e inclui obrigações relativas à prevenção da poluição atmosférica, aquática e terrestre. Esta directiva aplica-se a novas instalações

desde Maio de 2008. As instalações que já existiam têm, de acordo com a directiva, de obter autorização até Maio de 2012.

Os Estados-Membros têm também de preparar, até meados de 2012, uma lista de instalações abandonadas e desactivadas que provoquem ou possam provocar danos ambientais.

O quadro regulamentar da União Europeia inclui também outras directivas, nomeadamente a directiva IPPC e a directiva sobre grandes instalações de combustão. No que respeita à responsabilidade ambiental, a directiva relativa aos terrenos foi apresentada ao Conselho, mas não se verificaram progressos. De entre estas, evidentemente, a mais importante é a directiva IPPC, que exige que as grandes instalações de combustão obtenham uma autorização baseada na aplicação das melhores práticas disponíveis.

Ao mesmo tempo, a directiva sobre grandes instalações de combustão fixa valores limite mínimos para as emissões relativas aos poluentes atmosféricos mais importantes. Se uma instalação for desactivada, a directiva IPPC exige que o operador tome medidas para impedir quaisquer riscos de poluição e para reabilitar a zona.

Este enquadramento legal salvaguarda um elevado nível de protecção ambiental no caso de possíveis danos ambientais causados por instalações alimentadas a lenhite.

Ora, no que respeita ao encerramento das instalações, isto será avaliado com base no cumprimento pelas instalações dos requisitos estabelecidos.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Muito obrigado, Senhor Comissário, pela sua resposta precisa e abrangente. Contudo, também perguntei especificamente pelas zonas fronteiriças, por outras palavras, a Alemanha e a República Checa, a Alemanha e a Polónia, e a Polónia e a República Checa. Há muitos casos destes nestas zonas. Gostaria de perguntar se pensa que há cooperação transfronteiriça suficiente entre os Estados em questão e se a Comissão dá apoio a medidas transfronteiriças nestas zonas, em especial no quadro dos programas regionais.

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, há várias fontes de financiamento, tanto para a República Checa pós-2007 como para a Alemanha. Devo, evidentemente, relembrar-lhe também que, com o pacote energia e alterações climáticas aprovado em Dezembro último, haverá fundos suficientes do regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa que, nos termos do acordo celebrado, têm de ser reduzidas em 50% para combater as alterações climáticas e outras utilizações conexas.

Isto significa que as instalações, sobretudo as instalações de extracção de lenhite a céu aberto, por definição destroem o ambiente e a natureza com diversos problemas causados não só ao estado natural dos terrenos, mas também à água devido a outros poluentes e, como sabemos, devido à produção de grandes quantidades de dióxido de carbono, dado que, deste ponto de vista, a lenhite é o pior combustível. Numa escala de um a dez, é talvez um dos piores em termos de emissões de dióxido de carbono. Gostaria de dizer que é também possível ganhar dinheiro com o comércio de licenças de emissão e que, no que respeita à Alemanha, devo dizer que as licenças de emissão estão a ser comercializadas neste preciso momento. Consequentemente, pode também obter-se dinheiro a partir desta fonte. Contudo, além disso, gostaria de dizer que existe financiamento comunitário que pode igualmente contribuir para a reparação dos danos ambientais provocados pelas actividades mineiras.

Os programas regionais operacionais para o período de 2000-2006 financiaram projectos para a reabilitação de zonas que tinham sido gravemente afectadas pela extracção de lenhite em certos estados federais da antiga Alemanha de Leste, como a Saxónia, a Saxónia-Anhalt e a Turíngia. Nos documentos programáticos relevantes para o período de 2007-2013 são tomadas disposições para que este tipo de apoio se mantenha.

No que respeita à República Checa, o programa regional operacional para a região noroeste para o período 2007-2013, financia medidas para recuperar e reabilitar zonas mineiras abandonadas. O programa operacional “Ambiente” prevê igualmente, como uma das suas prioridades, a reabilitação de zonas mineiras abandonadas e, evidentemente, a cooperação não só entre países mas também entre organizações regionais beneficia ambas as partes.

Presidente. – As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

13. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta**14. Encerramento da sessão**

(A sessão é suspensa às 20H00)